

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO  
CENTRO DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO

**PAULA CRISTINA MINCATO ROSO**

**A EDUCAÇÃO DO CORPO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAXIAS DO SUL,  
RIO GRANDE DO SUL (1937 A 1945)**

Caxias do Sul  
2012

**PAULA CRISTINA MINCATO ROZO**

**A EDUCAÇÃO DO CORPO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAXIAS DO SUL,  
RIO GRANDE DO SUL (1937 A 1945)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

**Orientador:** Prof. Dr. Lúcio Kreutz

Caxias do Sul  
2012



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

*“A educação do corpo nas escolas municipais de Caxias do Sul, RS  
(1937 a 1945)”*

Paula Cristina Mincato Roso

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação

Caxias do Sul, 20 de dezembro de 2012.

Banca Examinadora:

Dr. Lúcio Kreutz  
(presidente - UCS)

Dr. Eduardo Arriada (UFPel)

Dra. Terciane Angela Luchese (UCS)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
UCS - BICE - Processamento Técnico

R822e Roso, Paula Cristina Mincato  
A educação do corpo nas escolas municipais de Caxias do Sul,  
Rio Grande do Sul (1937 a 1945) / Paula Cristina Mincato Roso.  
2012.  
203 f. : il. : 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul.  
Programa de Pós-Graduação em Educação. 2012.  
Orientação: Prof. Dr. Lúcio Kreutz

1. Educação – Corpo humano. 2. Escolas municipais – Caxias  
do Sul (RS). 3. Ensino primário. 4. Corpo humano (Filosofia). I.  
Título.

CDU : 37.01:796

Índice para catálogo sistemático:

- |  |                                |
|--|--------------------------------|
| 1. Educação – Corpo humano                 | 37.01:796                      |
| 2. Escolas municipais – Caxias do Sul (RS) | 37.018.591(816.5CAXIAS DO SUL) |
| 3. Ensino primário                         | 373.3                          |
| 4. Corpo humano (Filosofia)                | 111.852                        |

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária  
Kátia Stefani – CRB 10/1683

*Dedico este estudo aos meus pais, Faustino e Marta,  
apoiaadores constantes na minha trajetória,  
ao meu esposo Janquiel, por seu conforto nos momentos difíceis  
e a minha querida filha, Giovana, que está a caminho do mundo.*

## AGRADECIMENTOS

Mesmo que um estudo exija momentos solitários e de retiro social, muitas pessoas estão envolvidas na construção desta dissertação, aquelas que me auxiliaram na escrita, na pesquisa, na convivência e até mesmo nos momentos de descontração. Talvez somente algumas palavras sejam muito pouco para agradecer tamanho auxílio prestado, mas a todos que fizeram parte da minha vida nestes dois anos de estudo, muito obrigada.

As pessoas que mais agradeço por este momento, são meus pais, Faustino e Marta, que contribuíram para que eu chegasse até este momento. Foi através deles que conheci as pessoas mais interessantes da minha convivência, a minha família, os meus amigos e colegas, sem eles jamais estaria aqui escrevendo este texto.

Considero a minha família como meu suporte vital, estando eles longe ou perto. Em especial, agradeço ao meu esposo Janquiel que pode me consolar e dar força para continuar neste sonho de estudar; e também aos meus queridos avós, Nona Zita e Nonô Hélio, pelo exemplo de vitalidade e no auxílio para encontrar algumas fontes.

Agradeço também em especial, ao professor Lúcio, por aceitar-me como orientanda, pela sua paciência, pelo auxílio, por mostrar-me como complico coisas tão simples, e pelo exemplo profissional. Agradeço também a todos os professores do Curso de Mestrado da Universidade de Caxias do Sul, pela contribuição na minha formação, mas em especial às professoras Terciane e Nilda.

Um pouco tardiamente, mas em tempo, agradeço aos ensinamentos dos professores do Curso de Educação Física da Universidade de Caxias do Sul, especialmente aos professores Daniel Marcon, por me apresentar o mundo além da graduação em suas aulas e ao professor Gerard Fonseca, por ter colaborado na construção do Projeto de Pesquisa deste estudo. Também agradeço aos professores do Curso de Especialização em Atividade Física e Saúde da Universidade Luterana do Brasil, em especial à professora Cíntia de La Rocha Freitas, por sua atenção.

Agradeço aos funcionários do AHMJSA, pela disposição e colaboração em encontrar os documentos necessários à pesquisa. À Roseli Bergozza por estar sempre disponível às dúvidas geradas sobre os documentos da Escola Complementar de Caxias. Às irmãs do Colégio São José por permitirem meu acesso ao acervo histórico da escola. À professora Isolde, por me receber em sua residência e me apresentar o seu acervo pessoal. À minha colega Maria Rosenei por me auxiliar nas dúvidas com relação à História e por colaborar com uma fonte de seu acervo pessoal; e a minha colega Roberta pela ajuda na língua inglesa.

Aos colegas do mestrado, pelo companheirismo e pela descontração nos intervalos das aulas, em particular à Marina e à Valéria. Aos meus colegas de trabalho da E.M.E.F. José de Alencar que compreenderam minha falta nos momentos de estudo. Aos meus queridos alunos, na qual me ensinam constantemente sobre a maravilha em ser professora.

Às minhas amigas, colegas e técnico da equipe de voleibol do Recreio da Juventude, da qual eu faço parte, pelos momentos de lazer e saúde, que contribuíram para manter o controle mental nos momento de baixa. Ao companheirismo e às brincadeiras das minhas amigas e colegas da escola. E aos meus fiéis companheiros, Nono e Jan, que me acompanham nas indas e vindas, ou então, nas vitórias e derrotas do nosso time, S.E.R. Caxias.

## RESUMO

O estudo tem como propósito pesquisar sobre a Educação do Corpo nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul, durante os anos de 1937 a 1945. A pesquisa foi realizada a partir de fontes bibliográficas, documentais, orais, iconográficas e de periódicos. Baseado na perspectiva da História Cultural, os registros e as demais fontes foram articuladas através da Análise Textual Discursiva. A maior parte das fontes utilizadas faz parte do acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA) e do Programa Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul (ECIRS) da Universidade de Caxias do Sul (UCS). O texto está organizado em quatro capítulos, sendo que inicialmente é introduzido pelas considerações a respeito da formação do município de Caxias do Sul. Em seguida, o primeiro capítulo traz o perfil da educação municipal da época, com dados relativos à organização administrativa, o ensino, as escolas, os docentes, os estudantes e as suas famílias. Na sequência, são apresentadas as intervenções do Governo Federal relacionadas à educação, em especial ao ensino primário. O terceiro capítulo trata um pouco da história da expressão corporal e da educação institucionalizada ao corpo, através das questões do higienismo que também são analisadas em nível da rede municipal de ensino. O último capítulo apresenta as práticas escolares relacionadas especialmente ao corpo, como as aulas de Educação Física, de Trabalhos Manuais, de Instrução Cívica, do Ensino Religioso, das rotinas escolares e dos castigos empregados na escola. A partir da interpretação das fontes é possível considerar que a educação direcionada ao corpo infantil nas escolas municipais entre os anos de 1937 e 1945 buscava delimitar as atitudes corporais. Possivelmente o corpo era adestrado na escola e na família para que mais tarde suas atitudes não prejudicassem o processo social.

**Palavras-chave:** Educação do Corpo. Escola Pública Primária. Ensino Primário. Práticas Escolares. Nacionalismo na Educação.

## ABSTRACT

The study aims to research about the “Body” Education of the Public Schools in Caxias do Sul, during the years 1937 to 1945. The survey was conducted from literature sources, documentary, oral, iconographic and journals. Based on the perspective of Cultural History, the records and other sources were articulated through Textual Analysis of Discourse. Most of the sources used is part of the collection of Municipal Historical Archive João Spadari Adami (AHMJSA) and the Program Cultural Elements of Italian Immigration in northeastern Rio Grande do Sul (ECIRS) of Caxias do Sul University (UCS). The paper is organized into four chapters, which is initially being introduced by considerations regarding the formation of Caxias do Sul city. Then the first chapter brings the profile of public education of the time, with data of administrative organization, teaching, schools, teachers, students and their families. Afterwards it presents the interference of the Federal Government related to education, especially elementary education. The third chapter discusses a bit of the history and the physical expression of institutionalized education to the body through the hygienism issues which are also analyzed in terms of public schools. The last chapter presents the school practices related especially to the body, such as Physical Education classes, Art, Civic Instruction, Religious Education, the school routines and punishments used at school. From the interpretation of sources is possible to consider that the education directed to the child's body in public schools between the years of 1937 and 1945 tried to limit the body attitudes. Possibly the body was trained at school and family so that later their attitudes would not harm the social process.

**Keywords:** Education Body. Public Elementary School. Elementary Education. School Practices. Nationalism in Education.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Nomenclatura das Escolas Municipais do 1º Distrito .....	46
Quadro 2: Nomenclatura das Escolas Municipais do 2º Distrito – São Marcos.....	46
Quadro 3: Nomenclatura das Escolas Municipais do 3º Distrito – Galópolis .....	46
Quadro 4: Nomenclatura das Escolas Municipais do 4º Distrito – Ana Rech .....	46
Quadro 5: Nomenclatura das Escolas Municipais do 5º Distrito – Vila Seca .....	46
Quadro 6: Nomenclatura das Escolas Municipais do 6º Distrito – Santa Lúcia do Piaí .....	47
Quadro 7: Relação de professores municipais com formação na Escola Complementar de Caxias .....	62

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Mapa do município de Caxias organizado em 1939 .....	21
Imagem 2: Caxias do Sul e suas divisões territoriais .....	22
Imagem 3: Pedido de exoneração da professora Isolde Maria Pedron.....	38
Imagem 4: Os distritos e suas escolas (1945) .....	41
Imagem 5: Quadro demonstrativo de Exames nas Escolas Municipais de Caxias .....	45
Imagem 6: Capa do “ <i>Programma Official</i> para o Ensino nas Escolas <i>Ruraes</i> do Município de Caxias” de 1936 .....	51
Imagem 7: Capa do “Programa de Ensino para as Escolas Municipais” .....	52
Imagem 8: Documento enviado à Inspetoria Escolar do Estado .....	53
Imagem 9: Comunicado de Concurso de Suficiência para o Magistério Municipal .....	57
Imagem 10: Parte da Circular nº 03, de 04 de julho de 1941 .....	64
Imagem 11: Parte da Circular nº 03, de 04 de julho de 1941.....	65
Imagem 12: Portaria nº 1.264 em agradecimento aos serviços prestados .....	66
Imagem 13: Portaria nº 1.008 designa a professora Isolde Maria Pedron para exercer a função de diretora de um Grupo Escolar .....	68
Imagem 14: Lembrança de final de ano .....	74
Imagem 15: Desfile dos estudantes de uma escola municipal no Distrito de Galópolis durante o período da Era Vargas .....	98
Imagem 16: Circular nº 14, de 10 de agosto de 1943 .....	100
Imagem 17: Parte da Circular nº 14, de 10 de agosto de 1943 .....	101
Imagem 18: Parte da Circular nº 17, de 18 de agosto de 1944 .....	102
Imagem 19: Parte da Circular nº 17, de 18 de agosto de 1944 .....	102
Imagem 20: Parte da Portaria nº 1208, de 30 de setembro de 1944 .....	103
Imagem 21: Parte da Circular nº 21, de 24 de agosto de 1945.....	104
Imagem 22: Documento expedido pela Inspetoria Escolar sobre a Utilização dos Prédios Escolares.....	120
Imagem 23: Capa do Livro Manuscrito Brasileiro.....	124
Imagem 24: Parte do livro Manuscrito Brasileiro.....	125
Imagem 25: Placa de um Grupo Escolar Municipal .....	130
Imagem 26: Grupo Escolar Municipal Carlos Gomes – comemoração cívica .....	132
Imagem 27: Grupo Escolar Municipal de Fazenda Souza – inauguração .....	132
Imagem 28: Inauguração do novo prédio do Grupo Escolar São Romédio .....	134
Imagem 29: Parte da Circular nº 02, de 05 de junho de 1941.....	142
Imagem 30: Parte Circular nº 02, de 05 de junho de 1941 .....	144
Imagem 31: Partes do Programa <i>Official</i> para o Ensino nas Escolas <i>Ruraes</i> do <i>Município</i> Caxias de 1936.....	149
Imagem 32: Teatro sobre Nossa Senhora de Lourdes e seus anjinhos.....	150
Imagem 33: Grupo Escolar – hora do recreio .....	154
Imagem 34: Aula de Educação Física do Grupo Escolar Carlos Gomes.....	159
Imagem 35: Apresentação de exercícios ginásticos .....	160
Imagem 36: Parte do <i>Programma Official</i> para o Ensino nas Escolas <i>Ruraes</i> do <i>Município</i> de Caxias .....	161
Imagem 37: Parte do Programa de Moral e Civismo do Programa de Ensino para as Escolas Municipais de 1943 .....	162
Imagem 38: Prescrições para a disciplina de Higiene para o 1º ano .....	164
Imagem 39: Prescrições para a disciplina de Higiene para o 2º ano .....	164
Imagem 40: Prescrições para a disciplina de Higiene para o 3º ano .....	164
Imagem 41: Prescrições para a disciplina de Higiene para o 4º ano .....	165

Imagem 42: Parte do Programa de ensino de 1943 .....	166
Imagem 43: Parte do Programa de ensino de 1943 .....	166
Imagem 44: Parte do Programa de Ensino para as Escolas Municipais .....	168
Imagem 45: Parte do <i>Programma Official</i> para o Ensino nas Escolas <i>Rurales</i> do <i>Municipio</i> de Caxias .....	171
Imagem 46: Parte do Programa de Ensino para as Escolas Municipais .....	171
Imagem 47: Alunos e professora da Escola Isolada Tiradentes .....	174

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados referentes ao Município de Caxias – 1938 – Habitantes .....	23
Tabela 2: Entrevistas do acervo do Banco de Memória do AHMJSA.....	25
Tabela 3: Entrevistas do acervo do Programa ECIRS/UCS.....	26
Tabela 4: Quantidade de Escolas Municipais de Caxias do Sul em cada distrito (1941 a 1945) .....	40
Tabela 5: Estatística educacional do Município de Caxias do Sul (1937 a 1945) .....	42
Tabela 6: Os Grupos Escolares e sua localização .....	43
Tabela 7: Relação de disciplinas nas séries do Programa de Ensino de 1936 .....	51
Tabela 8: Corpo Docente Municipal (1937 a 1945) .....	60
Tabela 9: Média de Alunos por escola (1937 a 1945) .....	71

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AHMJSA – Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

ECIRS/UCS – Programa Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul/ Universidade de Caxias do Sul.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>1“O QUE É SABIDO, ALÉM DO QUE É SENTIDO”</b> .....	<b>32</b>
1.1 A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ENSINO MUNICIPAL.....	32
<b>1.1.1. Inspeção Escolar</b> .....	<b>33</b>
1.2 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL.....	39
<b>1.2.1 A organização do Ensino nas Escolas Municipais</b> .....	<b>48</b>
1.3 O CORPO DOCENTE MUNICIPAL .....	54
1.4 O CORPO DISCENTE E AS SUAS FAMÍLIAS .....	69
<b>2. O CONTEXTO E AS DIRETRIZES PARA O ENSINO BRASILEIRO NO GOVERNO DO ESTADO NOVO</b> .....	<b>77</b>
2.1 A INSTAURAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO NOVO .....	78
2.2 INICIATIVAS RELATIVAS À ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL .....	81
<b>2.2.1 A Educação Primária e a sua Legislação</b> .....	<b>84</b>
<b>2.2.2 As mudanças no currículo primário</b> .....	<b>86</b>
2.3 A CAMPANHA NACIONALISTA NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DE REGIÕES COM POPULAÇÃO DE IMIGRANTES.....	87
<b>2.3.1 A Nacionalização do Ensino Nas Escolas Municipais de Caxias do Sul</b> .....	<b>93</b>
<b>3 CORPO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DO ESTADO NOVO</b> .....	<b>107</b>
3.1. O CORPO E SUAS HISTÓRIAS .....	107
3.2 OS RESQUÍCIOS DA CULTURA CAXIENSE FRENTE AO NOVO PERÍODO .....	108
3.3 EDUCAR PARA INSTRUIR, DISCIPLINAR E PRODUIR: A EDUCAÇÃO DO CORPO NO ESTADO NOVO .....	111
3.4 DA EDUCAÇÃO VOLTADA AO CORPO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA .....	112
3.5 HIGIENIZAÇÃO: DA HISTÓRIA À PRÁTICA .....	116
3.6 A ESTRUTURA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAXIAS DO SUL .....	120
<b>4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: A BUSCA PELA REALIDADE ESCOLAR DE CAXIAS DO SUL ENTRE OS ANOS DE 1937 E 1945</b> .....	<b>138</b>
4.1 A ROTINA DA ESCOLA: ADEQUAÇÕES DO TEMPO.....	138
<b>4.1.1 O Ritual: do início ao término dos trabalhos escolares</b> .....	<b>145</b>
4.2 OS SABERES ESCOLARES MAIS IMPORTANTES PARA A COMUNIDADE: LER, ESCREVER, CONTAR E REZAR.....	147
<b>4.2.1 A Hora da Reparação</b> .....	<b>153</b>
4.3 OUTRAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS: APRESENTAÇÕES, EDUCAÇÃO FÍSICA, TRABALHOS MANUAIS, HIGIENE, ENSINO CÍVICO.....	155
<b>4.3.1 As apresentações: Poesia e Teatro</b> .....	<b>155</b>
<b>4.3.2 Educação Física e o Ensino Cívico</b> .....	<b>157</b>
<b>4.3.2 Higiene</b> .....	<b>163</b>
<b>4.3.3 Trabalhos Manuais</b> .....	<b>167</b>
<b>4.3.4. Ensino da Música</b> .....	<b>170</b>
4.4 O USO DE UNIFORMES E AS SUAS IMPLICAÇÕES .....	172
4.5 AS FORMAS DE COMPORTAMENTO E SUAS PRÁTICAS DE CONTROLE.....	176

<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>184</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>187</b>
<b>REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS .....</b>	<b>195</b>
<b>REFERÊNCIAS DO ACERVO DO AHMJSA .....</b>	<b>199</b>
<b>REFERÊNCIAS DO ACERVO DO PROGRAMA ECIRS/UCS.....</b>	<b>201</b>
<b>REFERÊNCIAS DE ACERVOS PESSOAIS.....</b>	<b>202</b>
<b>REFERÊNCIAS DE ACERVOS DAS ESCOLAS COMPLEMENTARES.....</b>	<b>203</b>

## INTRODUÇÃO

*Ninguém registra tudo. A interpretação vai ser sempre em cima de registros e mesmo que se preserve uma cidade inteira, se preservam paredes, mas não se preserva uma série de elementos que explicariam a cidade, se as pessoas estivessem dentro dela, vivendo como viviam quando estas paredes tinham uma função dinâmica. O que não deixa de ter valor para se elaborar uma interpretação da cultura, com a consciência de que mesmo isso é limitado (Pozenato, 2003, p. 48).*

O estudo histórico da Educação Escolar do Corpo busca revelar as prováveis atuações pedagógicas relacionadas ao corpo, através de interpretações daquilo que foi registrado no passado. Por depender de registros passados, por alguns momentos o estudo pode parecer delimitado, mas que abrem portas a outras pesquisas. O objeto de pesquisa se localiza temporalmente em um período autoritário no país, ou seja, entre 1937 e 1945. Além disso, o estudo se situa no município de Caxias do Sul, que era considerado pertencente a uma região de ameaça aos ideais governistas, por ter sido uma região ocupada inicialmente por imigrantes estrangeiros. Em consideração a todos estes fatores, optei em estudar somente as escolas da Rede Municipal de Ensino da época, principalmente por estarem localizadas mais na zona rural do município, logo, mais próxima da população que ainda mantinha traços estrangeiros e também pela minha ligação profissional com esta rede de ensino.

Assim, o objetivo da pesquisa foi conhecer a educação voltada ao corpo nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul entre os anos de 1937 e 1945. Como fontes de pesquisa foram utilizados documentos históricos, periódicos, imagens, mapas, fontes orais e fontes bibliográficas. E para melhor entendimento do enredo do estudo, apresento, na sequência, uma breve contextualização desse espaço físico, desde sua ocupação por imigrantes italianos até o final do Estado Novo.

A ocupação por parte dos imigrantes da Colônia Caxias iniciou em 20 de maio de 1875 (Gardelin; Costa, 1993), porém a presença humana nesta região é muito mais antiga. Índios caiangangues já habitavam esta região por volta de 1836, mas existem indícios arqueológicos que apontam a ocupação anterior a esta data. Através de estudos cientificamente documentados há sinais da “[...] presença do índio desde 500 depois de Cristo. Segundo informações posteriores, com os exames do C-14 efetuadas nos Estados Unidos, as datas recuam para séculos antes do nascimento de Cristo” (Gardelin; Costa, 1993, p. 14). Porém, muito pouco foi estudado sobre este período histórico na região e os estudos bibliográficos se concentram em períodos mais recentes.

A maior parte dos estudos sobre o município de Caxias do Sul se inserem no período posterior a vinda dos imigrantes italianos para a Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. De 1875 até os dias atuais ocorreram significativas mudanças no âmbito municipal, e uma delas foi as diferentes alterações na nomenclatura do município. Mesmo sem registro oficial, o atual município de Caxias do Sul teve diversas nomenclaturas, sendo chamado de: Núcleo Colonial aos Fundos de Nova Palmira, Colônia Caxias, 5º Distrito de Paz do Município de São Sebastião do Caí, Campo dos Bugres, Sede Dante, Santa Teresa de Caxias, Freguesia de Santa Teresa de Caxias, Vila de Santa Teresa de Caxias e Caxias (Giron, 2010; Rodrigues, 1988; Adami, 1957).

A história político-administrativa do município se divide em quatro momentos: “colonial, distrital, municipal e cidadina” (Rodrigues, 1988, p. 62). Segundo o mesmo autor, a fase colonial se estabelece entre 1875-76 até 1884, a fase distrital se encontra entre 1884 até 1890, a fase municipal entre 1890 e 1910 e a última fase se encaixa de 1910 até os dias atuais.

Baseado na classificação anterior é possível acompanhar as alterações de nomenclatura do atual município de Caxias do Sul. De acordo com Adami (1957), a primeira designação de Caxias do Sul foi Campo dos Bugres e somente a partir de 11 de abril de 1877, tornou-se Caxias. Da data anterior até 12 de abril de 1884, Caxias fazia parte do município de São Sebastião do Caí, integrando a Fase Colonial. A partir de 1884, passou a ser chamado de 5º distrito de Paz do Município de São Sebastião do Caí, que se estabelece como a Fase Distrital (Adami, [19--]). Em 20 de junho de 1890<sup>1</sup>, houve a desanexação do município de São Sebastião do Caí e a elevação à categoria de Vila de Santa Tereza de Caxias, enquadrando-se na Fase Municipal; e em 1º de junho de 1910, Caxias foi elevada à categoria de cidade, encaixando-se na Fase Cidadina. Por fim, através do Decreto-lei Estadual nº 720, de 29 de setembro de 1944, Caxias tornou-se Caxias do Sul<sup>2</sup>, provavelmente para diferenciar de outras cidades brasileiras com o mesmo nome (Dalla Vecchia; Herédia; Ramos, 1998).

Seguindo a categorização de Rodrigues, nesta primeira fase, por volta de 1882, Caxias estava formada por 17 léguas, com aproximadamente 74.375 hectares, com: “73 moinhos, 4 escolas, regidas por imigrantes, uma capela, duas farmácias, dois médicos práticos e uma população de 7.259 habitantes” (Adami, 1957, p. 40). Já na fase distrital, entre 1884 e 1890, administrativamente Caxias dependia de São Sebastião do Caí e da Comissão de Terras: “Em 1885 a população era de aproximadamente 10.000 habitantes, já havendo uma certa

<sup>1</sup> Decreto nº 257, do Governador do Estado General Cândido José da Costa (Adami, 1981).

<sup>2</sup> Ao longo do presente texto quando se tratar do tempo anterior a 29 de setembro de 1944, a descrição será Caxias, e após esta data será descrito Caxias do Sul.

integração comercial com a capital” (Giron, 1977, p. 71). Em virtude da condição de distrito e lentidão administrativa e a aspiração da população em emancipar-se, após solicitações, em 20 de junho de 1890 foi criado o município da Vila de Santa Tereza de Caxias, através do Ato Estadual nº 257 (Giron, 1977).

Posteriormente, através do Decreto Estadual nº 1607, de 1º de junho de 1910, a Vila de Santa Tereza de Caxias foi elevada a cidade de Caxias (Herédia, 1997). O Governo Municipal era constituído por um intendente, geralmente eram os antigos membros da Comissão de Terras ou funcionários públicos, e por um conselho de sete membros que eram eleitos por 4 anos, podendo ser reeleitos, devendo estes serem residentes no país por mais de 6 anos (Herédia, 1997). Fato este que causava certa indignação por parte dos políticos locais.

De acordo com Giron (1977) no período entre 1913 e 1920, ocorre um crescimento acelerado das indústrias caxienses, surgem indústrias metalúrgicas, empresas de produtos químicos, de erva-mate, de velas, de cola, de tecido e uma charqueada. Com a influência do governo de Getúlio Vargas muitas das indústrias de Caxias que beneficiavam matéria-prima local (vinho, banha, produtos têxteis, conserva de frutas, óleos vegetais, farinha, entre outros), receberam um apoio maior, fazendo com que aumentassem sua produção (Herédia, 2007), principalmente aquelas que beneficiavam produtos militares (Herédia, 1993). Com o aumento da produção industrial, muitos dos trabalhadores rurais trocaram seu trabalho da roça para a indústria, em consequência disso, iniciou o êxodo rural.

A fase citadina começou junto com a inauguração da linha férrea entre Caxias e Porto Alegre, no dia 1º de junho de 1910 (Adami, 1957), e foi considerada pelo Jornal *O Brazil*<sup>3</sup> como “uma nova era de progresso”, pois a produção poderia ser escoada aos municípios vizinhos por via férrea. Segundo o periódico:

Existiam, então, no município, 150 casas *commerciaes* de fazendas, miudezas, ferragens e louças; 160 alambiques e 10 engenhos de *canna*, para a fabricação de graspa e aguardente; 71 moinhos, dos *quaes* 6 a vapor, 15 *cortumes*; 38 serrarias, sendo 17 a vapor; 173 *officinas*, 6 olarias, 1 fabrica de pólvora, 2 de pós inseticidas, diversas de mobílias de vime, 1 de tecidos de seda e outra de tecidos de lã e algodão, movida a força *hydráulica*.

[...]

Caxias é a *synthese* admirável do trabalho italiano no Rio Grande do Sul (Jornal O Brazil, nº 69, jun./1910, p. 1)<sup>4</sup>.

Mais tarde, por volta de 1920, Caxias apresentava:

<sup>3</sup> O Jornal “O Brazil” circulou entre 17 de janeiro de 1909 e novembro de 1924. O periódico se encontra depositado no acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJA) e também disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/liquidweb/app/view.aspx?c=253678p=1&miniatura=true&texto=true>. Acesso em: 02 out. 2012.

<sup>4</sup> Informação de 01 de junho de 1910. Disponível para consulta em: <http://liquid.camara.caxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=25367&p=0>. Acesso em 24 out. 2012

[..] 8 escolas estaduais, 20 subvencionadas pelo Estado, 37 municipais, além dos colégios São José, Carmo, Lisboa Saldanha e Elementar José Bonifácio [...], havia 151 casas de comércio, 62 moinhos de trigo, 7 oficinas mecânicas, 23 selarias, 32 tanoarias, 53 serrarias, 38 ferrarias, 29 carpintarias, 11 olarias, 5 oficinas de fundições, 13 *cortumes*, 1 fábrica de tecidos de lã e *sêda*, 3 fábricas de obras de metal, 5 de obras de vime, 3 de cerveja, 4 de vassouras, 12 de carros, 16 de *herve mate barbaquá*, 11 de salame, 6 de sabão, 6 de velas, 1 de mantas de lã, 1 de produtos *chimicos*, 1 de desfibrar, 1 de foguetes e 1 de cola (Adami, 1957, p. 43).

No período entre 1937 e 1945, o município de Caxias do Sul estava dividido em distritos. O 1º distrito compreendia a área mais próxima a sede de Caxias, o 2º distrito se chamava São Marcos<sup>5</sup>, o 3º Distrito fazia parte a localidade de Galópolis, o 4º Distrito era chamado de Ana Rech, o 5º distrito compreendia Vila *Sêca*<sup>6</sup> e Santa Lúcia do Piaí<sup>7</sup> fazia parte do 6º distrito. Através da imagem apresentada a seguir, pode ser observado como se distribuía os distritos do município em 1939.

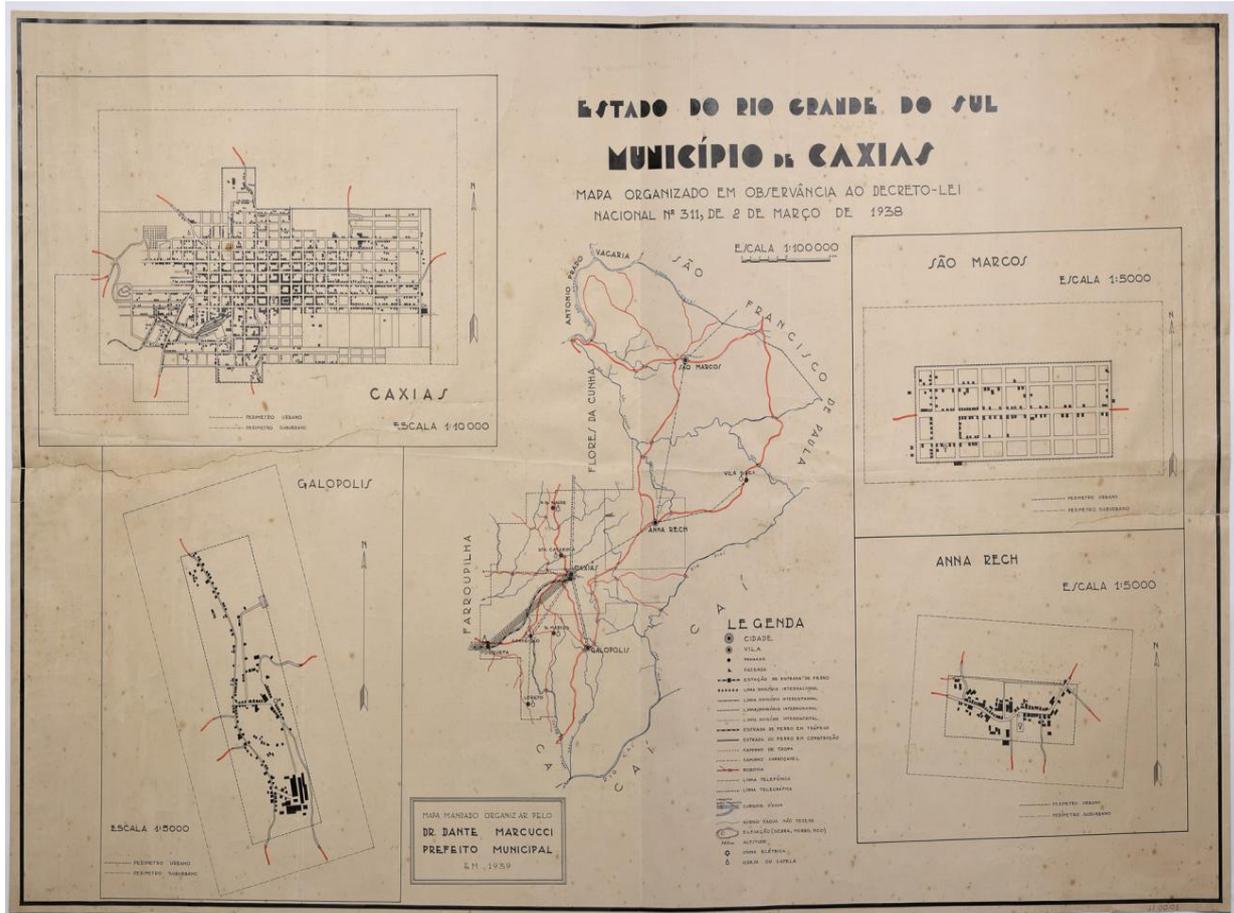
---

<sup>5</sup> São Marcos se emancipou de Caxias do Sul em 09 de outubro de 1963, pela Lei Estadual nº 4.576. Informação disponível para consulta em: <http://www.saomarcos-rs.com.br/?ir=historia>. Acesso em 24 out. 2012.

<sup>6</sup> Região incorporada ao município de Caxias em 30 de julho de 1939, através do decreto estadual nº 7842 (Giron, 1977).

<sup>7</sup> Distrito incorporado ao município de Caxias do Sul em 20 de dezembro de 1944, através do Decreto-Lei nº 720 (Giron, 1977).

Imagem 1: Mapa do município de Caxias organizado em 1939.



Fonte: Documento depositado no acervo do AHMJSA.

Como não foram encontrados mapas datados no final do período em estudo, onde aparecem todos os distritos da cidade, a partir da imagem anterior e de mapas atuais elaborei a imagem abaixo. É oportuno salientar que a imagem seguinte representa aproximadamente os territórios e as suas divisões e que, talvez, não esteja em escala cartográfica correta.

Imagem 2: Caxias do Sul e suas divisões territoriais



No período do estudo, o município de Caxias do Sul, estava em constante crescimento industrial, mas mesmo assim, a maior parte da população se concentrava mais na zona rural da cidade. Os dados a seguir apresentam a quantidade de habitantes no ano de 1938.

Tabela 1: Dados referentes ao Município de Caxias - 1938 - Habitantes

<b>Distrito</b>	<b>Número de Habitantes</b>
Caxias ( <i>séde</i> )	11.879
Caxias (zona rural)	11.493
São Marcos ( <i>séde</i> )	450
São Marcos (zona rural)	3.627
Gallópolis ( <i>séde</i> )	860
Gallópolis (zona rural)	1.900
Anna Rech ( <i>séde</i> )	260
Anna Rech (zona rural)	1767

Fonte: Folha avulsa e sem referência. Disponível para consulta no AHMJSA.

Através da soma das informações da tabela acima, é possível verificar a quantidade superior da população na zona rural do município. O total de habitantes nas sedes dos distritos era de 13.449, já na zona rural eram 18.787. Mesmo com o aumento da produção industrial, até este momento a população caxiense ocupava mais a zona rural do que as zonas urbanas da cidade.

Com grande parte da população estabelecida na zona rural do município, coube principalmente a Administração Municipal manter escolas nestas localidades. Assim, esta pesquisa se delimita em estudar somente as escolas que faziam parte da Rede Municipal de Ensino, pautada nos registros encontrados, bem como nas minhas vivências, sob o ponto de vista de uma pesquisadora com graduação em Licenciatura Plena em Educação Física e atuação docente nesta rede de ensino.

Portanto, o estudo busca compreender a Educação Escolar do Corpo na Rede Municipal de ensino, em uma cidade com ocupação estrangeira em um período histórico autoritário. Por apresentar diferentes delimitações, o estudo pode ser apresentado como:

Um grande “quebra-cabeça”. As peças estavam todas embaralhadas aleatoriamente em cima de um enorme tabuleiro. Dispor as peças ordenadamente, compondo o quadro, era o objetivo maior a ser alcançado (Castellani Filho, 1988, p. 17).

Assim como na montagem de um quebra-cabeça, na construção desta dissertação as peças foram observadas, separadas por suas semelhanças e importância, e em seguida elas foram sendo dispostas na ordem mais adequada. Peças essas, que não estavam somente “embaralhadas aleatoriamente em cima de um enorme tabuleiro”, mas sim espalhadas em livros, periódicos, documentos, imagens e fontes orais. Houve então, a necessidade de “Montar, combinar, compor, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário, [...] para atingir os sentidos partilhados pelos homens de um outro tempo” (Pesavento, 2005, p. 65).

Com isso, os quatro cantos do quebra-cabeça foram organizados, através de considerações sobre o contexto escolar da Rede Municipal de ensino de Caxias do Sul, a situação e as diretrizes para o ensino durante o período em estudo, as indicações para a Educação do Corpo e as práticas escolares das unidades municipais de ensino de Caxias do Sul. A partir destas bases, procurei encontrar as peças mais adequadas para formar o encaixe mais apropriado possível, a partir da perspectiva em História Cultural. Ou então, ao invés de peças de quebra-cabeça, Falcon utiliza os fios e as cores do tecido, onde: “O historiador é o tecelão, mas a qualidade do tecido depende da firmeza e cor dos fios” (2006, p. 335). Ou, de acordo com Paul Veyne (1998) que utiliza os termos “trama de fatos relacionados à época”. Independentemente do autor ou dos termos, este estudo teve a colaboração de diferentes fontes para construir uma narrativa procurando chegar o mais próximo à realidade da época. Enfim, “[...] a história pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é” (Chartier, 2010, p. 24).

Com isso, a narração dos fatos históricos tornou-se uma alternativa de diálogo entre o historiador, as fontes e os leitores, procurando construir o saber histórico. Mas, “A construção do saber histórico, como qualquer outro, é um trabalho minucioso, lento, inacabado, que se dá a partir da produção de verdades parciais [...]” (Rogo; Gimenes, 2000, p. 10). Por isso, mesmo que o objetivo do estudo seja conhecer sobre a Educação voltada ao Corpo nas escolas da Rede Municipal de ensino entre os anos de 1937 e 1945, e por maior que seja o empenho e a utilização adequada das fontes, jamais se chegará a uma verdade absoluta. Assim, entendo que após a finalização deste estudo novas pesquisas possam ser realizadas a fim de encontrar respostas cada vez mais próximas à realidade da época.

Além de o estudo estar pautado na perspectiva da História Cultural, alerto ao leitor que a pesquisa também se ajusta ao ponto de vista do pesquisador. Pois, escrever a história é trabalhar com “[...] os acontecimentos passados a partir de uma leitura e uma visão pessoal do historiador, dentro do contexto de sua formação e de sua época” (Martins Filho, 2006, p. 30). Neste caso, o objeto de pesquisa é observado por mim, professora de Educação Física das séries iniciais da Rede Municipal de ensino de Caxias do Sul. Mas além do ensino formal, a vivência pessoal também pode interferir na interpretação dos fatos. Por maior que seja o meu cuidado em ser imparcial diante das fontes, também é relevante advertir ao leitor que minha família é de origem italiana e que sempre evidenciou um misto de orgulho por suas raízes.

A História Cultural me pareceu ser a perspectiva mais plausível para escrever sobre a cidade onde moro, a história da rede de ensino em que atuo, enfim, um pouco também da minha história. Assim, para chegar o mais próximo possível da realidade da época, durante o

texto foram inseridas fontes orais de personagens envolvidos no processo daquele período. Foram utilizadas principalmente entrevistas de docentes que atuaram naquela época, assim a memória oral possibilitou o conhecimento de experiências e modos de vida da sociedade (Alberti, 2005), ou seja, a história pode ser vista de outro ângulo (Françóis, 2005).

As fontes orais consultadas fazem parte do acervo do Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA) e do Programa Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul da Universidade de Caxias do Sul (ECIRS/UCS). Em virtude das entrevistas serem acessíveis a qualquer pesquisador, também são consideradas de domínio público, sem a necessidade de serem submetidas a um Comitê de Ética. É oportuno justificar que a maior parte dos principais personagens ligados ao tema de pesquisa são pessoas já falecidas, dificultando a realização de novas entrevistas. Porém, foi encontrada uma professora que atuou na época, mas que por suas razões não gostaria de ser identificada no estudo, assim quando esta fonte for mencionada será utilizado o pseudônimo professora Maria para identificar as informações prestadas por ela.

O Banco de Memória é parte integrante do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), órgão vinculado à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. O AHMJSA é responsável por arquivar a memória da cidade, através de imagens, arquivos particulares e públicos, relatos, livros e periódicos. Pelo grande valor cultural das informações do Banco de Memória, foram selecionados relatos além daqueles de pessoas vinculadas ao ensino municipal de Caxias do Sul, como o de Alice Gasperin e Alice Maria Teresa Bottini. Mesmo com a utilização de fontes orais não vinculadas ao processo escolar da Rede Municipal de ensino de Caxias do Sul, as informações mais relevantes ao estudo foram encontradas nos relatos das professoras: Ester Justina Troian Benvenuti, Guilhermina Lora Poloni Costa e Estra Boff Tessari. Para melhor compreensão das fontes orais utilizadas, foi construída a tabela a seguir.

Tabela 2: Entrevistas do acervo do Banco de Memória do AHMJSA.

Nome da Entrevistada	Data de Nascimento	Data de início da atuação docente	Data da entrevista	Nome do entrevistador
Alice Maria Teresa Bottini	28 de fevereiro de 1890	-	16 de março de 1984 e 03 de abril de 1984.	Liliana Alberti Henrichs e Pavlova Katherine Segala
Alice Gasperin	1906	-	18 de janeiro de 1996	Sonia Storchi Fries e Susana Storchi

				Grigoletto
Ester Justina Troian Benvenuti	16 de maio de 1916	1930	1983	Juventino Dal Bó e Liliana Alberti Henrichs
Estra Boff Tessari	22 de março de 1913	1929	Revisada em dezembro de 2004	Revisada por Jordana Brigolini
Guilhermina Lora Poloni Costa	18 de junho de 1911	1932	21 de outubro de 1991	Susana Storchi Grigoletto

Além das fontes orais relacionadas na tabela anterior, também foram utilizados alguns materiais do acervo do Programa ECIRS/UCS. O Programa ECIRS/UCS foi um projeto fundado em 1978 que “[...] tem se dedicado ao levantamento sistemático dos bens e valores culturais das comunidades rurais da região, que serve de ponto de partida para o resgate, a preservação e a valorização dessa cultura”<sup>8</sup> e que ainda cultiva os valores culturais da região. As entrevistas utilizadas deste programa foram realizadas na década de 1980, sendo que em algumas não há especificações de data. Dentre as diversas entrevistas que fazem parte do acervo, foram selecionadas somente aquelas em que as professoras estavam envolvidas no processo escolar da Rede Municipal de ensino de Caxias do Sul e no período que compreende o estudo. Através da tabela seguinte podem ser conferidas mais informações a respeito das fontes orais do Programa ECIRS/UCS utilizadas no estudo.

Tabela 3: Entrevistas do acervo do Programa ECIRS/UCS.

Nome da Entrevistada	Data de Nascimento	Data de início da atuação docente	Data da Entrevista	Nome do Entrevistador
Dorotéia Rizzon Corte	Por volta de 1920	1932	Década de 1980	Liane Beatriz Moretto Ribeiro
Ida Menegotto Poletto	Por volta de 1915	1930	Década de 1980	Liane Beatriz Moretto Ribeiro
Isolina Rossi	4 de setembro de 1898	Por volta de 1915	01 de outubro de 1985	Liane Beatriz Moretto Ribeiro
Liduvina Sirtoli Tissot	1912	1928	27 de agosto de 1987	Liane Beatriz Moretto Ribeiro
Marina Bridi Moretto	1926	1940	18 de março de 1986	Liane Beatriz Moretto Ribeiro

<sup>8</sup> Disponível para consulta em: [www.ucs.br/site/instituto-memoria-historica-e-cultural/ecirs/](http://www.ucs.br/site/instituto-memoria-historica-e-cultural/ecirs/). Acesso em 25 out. 2012.

Olga Tonolli Sevilla	01 de junho de 1913	1930	29 de abril de 1988	Liane Beatriz Moretto Ribeiro
Vanda Lide Schumacher Soldatelli	Por volta de 1925	Março de 1941	Década de 1980	Liane Beatriz Moretto Ribeiro
Verônica Candiago Bortolon	1915	1930	Década de 1980	Liane Beatriz Moretto Ribeiro

Além das fontes orais utilizadas, para possibilitar uma descrição mais densa do tema foi necessário um “intenso cruzamento com outros elementos” (Pesavento, 2005, p. 66). Elementos estes, como imagens, registros escolares, registros da Inspeção Escolar e legislações da época, sendo que a maior parte destas fontes foi localizada no AHMJSA. Além dos documentos citados anteriormente, também foram utilizadas as documentações do acervo pessoal de Isolde Maria Pedron Benedetti. Já os registros das Escolas Complementares de Caxias do Sul fazem parte do acervo do Colégio São José e do Instituto Estadual de Educação Cristóvão de Mendonza, ambas situadas em Caxias do Sul.

Para a utilização das fontes documentais e de algumas legislações municipais foi necessário relevar e moldar-se à ortografia e gramática diferenciada da época (Bacellar, 2005). Por esse motivo, em todas as citações onde há a diferença gramatical ou erro de grafia comparada aos moldes atuais, os termos foram destacados em modo itálico. Com relação à utilização da legislação, esta foi necessária, pois “[...] a lei é a linguagem da tradição e dos costumes, do ordenamento jurídico e da prática social” (Faria Filho, 1998, p. 102). Mas segundo este mesmo autor, dentro da legislação educacional é preciso estar atento: às formas de interpretação, pois em alguns textos, a diagramação chama a atenção do leitor para alguns pontos e outros não; ao não cumprimento da lei, que por muitas vezes os professores e diretores de escola burlavam a legislação educacional, em troca de favores; e também ao fato da lei ser estabelecida em um momento que havia a necessidade de impor a ordem social.

Assim, além das fontes bibliográficas, das fontes orais, de registros e documentos legais recorri a outras fontes que “se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade” (Pesavento, 2005, p. 45). Com isso, foram utilizados os periódicos circulantes na época que fazem parte do acervo da Hemeroteca do AHMJSA, mesmo sabendo que muitos destes impressos estiveram subordinados a interesses de determinados grupos e que outros encontravam espaço para sutilmente contestar e resistir ao Estado Novo (De Luca, 2005).

Assim, após a utilização de entrevistas, periódicos, bibliografia, leis e registros históricos, houve também a necessidade em utilizar imagens para melhor aprofundamento do estudo. Conforme Kossoy (1989) comenta em seus escritos, as fotografias documentam a expressão cultural dos povos que se exteriorizam através dos costumes, habitação, monumentos, mitos e religiões, fatos sociais e políticos. Mesmo com poucos registros encontrados foram utilizadas neste estudo, imagens depositadas no acervo do Banco de Imagens do AHMJSA, do acervo pessoal de Isolde Maria Pedron Benedetti, além daquelas reproduzidas de livros ou tese.

Enfim, para organizar as fontes, estruturar e descrever o texto busquei auxílio na proposta da Análise Textual Discursiva de Roque Moraes e de Maria do Carmo Galiuzzi. Mesmo que na proposta da Análise Textual Discursiva, o processo da construção do texto se localize entre a “ordem e o caos” (Moraes; Galiuzzi, 2006, p. 125), optei por tal abordagem possibilitou a liberdade de escolhas e movimento por espaços inseguros, e que melhor se assemelha ao meu perfil de pesquisadora.

Partindo dos procedimentos elencados por Roque Moraes e Maria do Carmo Galiuzzi, inicialmente as fontes foram separadas em categorias, para que depois aos poucos fossem se encaixando no enredo do texto. A ação do “[...] escrever é o movimento do caos para a ordem, um exercício de ordenamento de algo inicialmente desordenado, de construção de novas formas de organização, elaboradas pelo pesquisador a partir de sua pesquisa” (Moraes; Galiuzzi, 2011, p. 95). Talvez uma das grandes dificuldades neste processo seja “[...] estabelecer um limite em que nem se tenha um caos excessivo, nem que a complexidade dos elementos seja insuficiente para uma emergência efetiva de novos modos de compreensão” (Moraes; Galiuzzi, 2011, p. 200).

A partir das orientações sugeridas acima, procurei descrever os fatos em conjunto com as fontes, pois segundo Moraes e Galiuzzi: “[...] a autoria é sempre compartilhada, que mesmo pretendendo expressar algo original, sempre as produções se inserem numa polifonia de vozes que se manifestam em um mesmo discurso coletivo” (2011, p. 210). Por isso, na sequência, também faço referência às principais fontes bibliográficas envolvidas no processo de escrita deste estudo.

Como abordei acima, a narrativa relativa ao objeto de pesquisa é produzida a partir da História Cultural em conjunto com a Análise Textual Discursiva. Assim, para cada capítulo e item descrito na dissertação, fontes bibliográficas e documentais foram utilizadas para formar o encaixe mais adequado.

A respeito da contextualização do município de Caxias do Sul foram utilizados principalmente os escritos de: Adami<sup>9</sup> (1957, 1981 e [19--]), Gardelin; Costa (1993), Herédia (1993, 2007 e 1997) e Giron (1977 e 2010). Estes são os autores que mais escreveram sobre o início da ocupação da futura região que se tornou Caxias do Sul.

No primeiro capítulo, que aborda sobre o perfil das escolas municipais e a comunidade envolvida no contexto, o livro “Retratos de um saber: 100 anos de história da rede municipal de ensino de Caxias do Sul”, das autoras Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998), trouxe grandes colaborações sobre o tema. É oportuno salientar que esta obra, por ser específica no estudo da história da educação municipal, é utilizada como fonte na maioria das pesquisas que tratam sobre este tema. Aliada a esta obra e a outras referências, as fontes que mais circularam na discussão do capítulo foram os documentos históricos, as entrevistas e os periódicos.

O capítulo segundo busca contextualizar o período do Estado Novo, bem como sinalizar as novas diretrizes a respeito da educação. Para servir de suporte, foram utilizados principalmente os escritos de Fausto (1999, 2001 e 2002), Horta (2010a e 2010b) e Parada (2009), além da legislação vigente na época. No item sobre a nacionalização da população, utilizei como fonte norteadora os registros de Kreutz (1994, 2003 e 2010) e Bastos (1994). Ao abordar sobre a interferência da nacionalização nas escolas municipais de Caxias do Sul, foram utilizadas fontes orais, documentos legais, documentos da Inspeção Escolar e periódicos da época.

O terceiro capítulo trata do corpo, de sua concepção no período em questão, das influências culturais, da história das diretrizes para o movimento corporal, dos preceitos do higienismo e da estrutura escolar. Dentre os diversos autores utilizados no item sobre o conceito de corpo e a sua relação com a história, destaco os escritos de Romero (2005). Como a expressão corporal se reflete na cultura a qual pertence, analisei a interferência da cultura italiana nos corpos da população caxiense, utilizando como principal fonte os escritos de Battistel e Costa (1983). Mas a expressão corporal também estava influenciada sobre os preceitos do Estado Novo, que orientava as escolas para a institucionalização de atividades físicas que visavam instruir e disciplinar o corpo. Por esse motivo, abordo a história da disciplina escolar do movimento humano, baseada nas ideias pioneiras de Rui Barbosa e principalmente nos escritos de Soares (1994 e 2006) e Marinho ([19--] e 1980). No item sobre

---

<sup>9</sup> João Spadari Adami foi historiador, mesmo sem a formação para isso, ainda hoje os seus escritos apresentam a principal referência para os estudiosos que procuram conhecer a origem e história da cidade de Caxias do Sul, RS. Também é necessário salientar que Adami tem tanta importância para a história da cidade que o Arquivo Histórico Municipal recebeu o seu nome como forma de homenagem pelo seu trabalho e valorização da cultura caxiense.

higienismo, foram utilizadas considerações de Fernando de Azevedo citado por outros autores, e também de Sant'anna (2011), Faria Filho e Vidal (2000). O último item deste capítulo trata da estrutura física das escolas municipais, e para compor o texto foram utilizados: documentos da Inspeção, registros escolares, fontes orais e algumas imagens.

No quarto e último capítulo abordo as práticas escolares da época, e por discutir sobre a realidade daquele tempo, poucas fontes bibliográficas foram consultadas, mas sim diversos documentos históricos, imagens e entrevistas. Pode-se dar um maior destaque aos seguintes autores: Ávila (2012) que trabalha sobre a questão dos tempos escolares; Fonseca (2010) que escreveu sobre a história da Educação Física nas escolas municipais de Caxias do Sul; e principalmente Foucault (2011) no item relacionado ao controle corporal.

As informações descritas até o momento são a base para a montagem do quebra-cabeça sugerido para este estudo. O centro do enigma parte dos dados do município de Caxias do Sul, assim as peças restantes são posicionadas de maneira que forneça o melhor ajuste para complementar e formar o quebra-cabeça.

*ALÉM DA MÁSCARA  
(Humberto Gessinger)*

*Agora que a terra é redonda  
E o centro do universo é outro lugar  
É hora de rever os planos*

*O mundo não é plano, não pára de girar  
Agora que o tudo é relativo  
Não há tempo perdido, não há tempo a perder*

*Num piscar de olhos tudo se transforma  
Tá vendo? Já passou, mas ao mesmo tempo  
Fica o sentimento de um mundo sempre igual  
Igual ao que já era de onde menos se espera  
Dali mesmo é que não vem*

*Agora que tudo está exposto  
A máscara e o rosto trocam de lugar  
Tô fora se esse é o caminho*

*Se a vida é um filme não conheço o diretor  
Tô fora, sigo o meu caminho  
Às vezes tô sozinho, quase sempre tô em paz*

*Num piscar de olhos tudo se transforma  
Tá vendo? Já passou, mas ao mesmo tempo  
Esse mundo em movimento parece não mudar  
É igual ao que já era de onde menos se espera  
Dali mesmo é que não vem*

*Visão de raio-x, O X dessa questão  
É ver além da máscara além do que é sabido,  
Além do que é sentido, ver além da máscara*

## 1 “O QUE É SABIDO, ALÉM DO QUE É SENTIDO”

Ver “além do que é sabido” ou “além do que é sentido” é um grande desafio a qualquer pesquisador. Em muitos momentos, as informações aparecem claras e óbvias, mas é preciso ter a sensibilidade da desconfiança. Para apontar o perfil das escolas e seus personagens foi necessário ir além. Procurar, separar, aproximar, comparar as informações para um possível alcance àquela realidade.

Com isso, através deste primeiro capítulo, algumas informações terão grande relevância para as próximas pesquisas sobre a Educação Municipal neste período. Tal importância se refere ao caráter inovador dos dados que serão descritos ao longo deste capítulo. Assim, para melhor entendimento destes elementos, o texto foi organizado da seguinte forma: Organização Administrativa do Ensino, Instituições Municipais de Ensino, Corpo Docente e Corpo Discente.

### 1.1 A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ENSINO MUNICIPAL

A história da escola vinculada à rede municipal pode ser relatada a partir da década de 1890, quando Caxias<sup>10</sup> se emancipa do município de São Sebastião do Caí. E de acordo com Dalla Vecchia; Herédia; Ramos (1998, p. 96) “não se encontraram registros de aulas sob a administração direta do município anterior a 1898 [...]”. Assim, a partir deste momento, é que lentamente ocorre o aumento no número de escolas, alunos e professores. Em 1910, havia na cidade 16 escolas, 16 professores e aproximadamente 600 alunos matriculados na rede municipal de ensino (Dalla Vecchia; Herédia; Ramos, 1998).

Com a consolidação de Caxias como cidade em 1910, ocorre uma melhor organização no ensino municipal, com auxílio do Governo Estadual.

No Município de Caxias, a partir de 1911, o governo estadual passou a subvencionar, sistematicamente, as escolas municipais, aumentando, com essas novas disposições, as escolas do município e reduzindo a expansão das escolas estaduais no meio rural (Dalla Vecchia; Herédia; Ramos, 1998, p.110).

A subvenção estadual contribuiu sensivelmente para a qualidade do ensino, no período de 1910 a 1929, pois as verbas além de serem empregadas na manutenção de escolas e no pagamento dos professores, também foram utilizadas na ampliação do número de escolas municipais (DallaVecchia; Herédia; Ramos, 1998). A partir de 1930, provavelmente pela

---

<sup>10</sup> Conforme descrito nas Considerações Iniciais, somente a partir de 29 de setembro de 1944, através do decreto nº 720 que foi acrescido o termo ‘do Sul’ para o nome da cidade de Caxias.

influência do governo federal e estadual, as transformações educacionais ao nível municipal foram mais profundas. Tais alterações se relacionam à formação de professores, ao emprego de novos programas de ensino, a influência de novas propostas pedagógicas e ideológicas, entre outras.

Neste novo ciclo de mudanças, que iniciou em 1930 e foi até o término do governo de Getúlio Vargas em 1945, a frente do município de Caxias do Sul estava o Prefeito Municipal Dante Marcucci<sup>11</sup>. Durante a sua administração, é possível ressaltar uma melhor organização no ensino e seu acompanhamento direto nas escolas. Conforme cita a professora Guilhermina Lora Poloni Costa:

[...] O Dr. Dante foi uma maravilha para o ensino. O Marcucci é infalível, porque ele foi o que governou 12 anos, não é? E, foi aquele que acompanhava, ele aparecia de surpresa nas escolas da gente, não é? Ele mesmo ia visitar. Ele encontrava um aluno na rua, queria saber quem era a professora, se ela era boa, se ela ensinava, fazia as perguntas para os alunos. Ele fazia a arguição dos alunos. Aí os alunos contavam se gostavam da professora. Depois, quando havia reunião, ele dizia, ele falava: ‘Ah, seu aluno disse que a senhora é muito boa professora, eles gostam muito da senhora’ (Costa, 1991).

É evidente, que temos que ressaltar as preferências políticas, relação de amizade e o tempo elevado no mandato do prefeito, mas há outros indícios de que o prefeito Dante Marcucci estava muito presente nas escolas, principalmente durante as visitas de inspeção. Em conjunto com as atuações do prefeito junto às escolas, havia também a ação da Secretaria do Município, através do Secretário Ítalo João Balen<sup>12</sup> e da Inspeção Escolar, por meio do Inspetor Escolar Firmino Bonet<sup>13</sup>.

### **1.1.1 Inspeção Escolar**

A Inspeção Escolar era o órgão responsável pelo ensino nas escolas municipais e tinha como finalidade “fiscalizar e orientar as unidades escolares” (Zago, 1980, p. 43). A fiscalização se dava através das Visitas de Inspeção Escolar, assinadas com o nome de ‘Termo de Inspeção’ ou ‘Termo de Visita’ em Livros de Frequência Escolar ou em Livros de Atas Escolares. A professora Ida Menegotto Poletto comenta sobre a frequência das visitas:

<sup>11</sup> Exerceu seu mandato de 1935 a 1947 (Dalla Vecchia; Herédia; Ramos, 1998).

<sup>12</sup> Ítalo João Balen foi nomeado como Secretário do Município através da Portaria nº 82, de 16 de abril de 1937 (Adami, 1981).

<sup>13</sup> Firmino Bonet foi nomeado como Inspetor Escolar através da Portaria nº 63, de 27 de agosto de 1936 (Adami, 1981).

Não vinham uma vez por mês, mas conforme às vezes cada dois meses, cada três meses vinham que era um inspetor. Vinha sempre inspecionar as aulas. Ele vinha fazia umas perguntas para os alunos, olhava os livros, olhava os cadernos dos alunos. A chamada se estava em dia, os planos. Se estava tudo em dia. Às vezes, pegava um aluno, mandava no quadro resolver algum problema, ou alguma conta (Poletto, década de 1980).

Além das visitas do Inspetor Escolar era muito comum nas inspeções a presença do prefeito, de subprefeitos, de autoridades religiosas e policiais também. Como consta o Termo de Visita, do dia 12 de novembro de 1944, onde o prefeito em conjunto com um tenente coronel do 9º B.C. realizaram uma visita à Escola Isolada Dom Sebastião Leme<sup>14</sup>. Também era comum, o prefeito estar presente na inauguração de novas estruturas escolares e escolas, como na inauguração da Escola Municipal São João Batista<sup>15</sup>; e na inauguração das novas dependências do Grupo Escolar São Romédio, onde consta: “Nessa ocasião, o Dr. Dante Marcucci dirigiu-se aos presentes, pondo em evidência o grande *interêsse* do *Govêrno* do Estado pela Instrução *Publica*”<sup>16</sup>.

Com relação às orientações da Inspetoria Escolar, estas se dirigiam à organização da documentação, ao zelo pela execução dos programas de ensino, e outras organizações necessárias na escola. Muitas destas orientações eram emitidas através de documentos Circulares enviados às escolas a partir do ano de 1940. Porém, a partir do ano de 1941 que elas seguiram uma numeração sem cessar ao final do ano, além disso, neste mesmo ano foi emitida uma Portaria explicando a importância destes documentos.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA DE CAXIAS

PORTARIA Nº 612  
Expede instrução ao professorado municipal

DANTE MARCUCCI, Prefeito Municipal de Caxias, no uso das suas atribuições legais,

ATENDENDO, necessidade de metodizar, através de circulares elucidativas do programa de ensino, a orientação que a Inspetoria Escolar vem prestando ao professorado municipal;

ATENDENDO, que as referidas circulares serão, também, diretrizes de conduta, atividades e funções das professoras do município,

RESOLVE

Pela presente Portaria, baixar, a respeito, as instruções e esclarecimentos seguintes, com ADVERTÊNCIA, muito especial, para seu mais integral cumprimento:-

1º - As circulares em referência serão expedidas, em ordem numérica, sempre que se tornarem necessárias ou oportunas.-

<sup>14</sup> Livro de Atas da Escola Municipal Dom Sebastião Leme. Acervo do AHMJA.

<sup>15</sup> Livro de Atas da Escola Municipal São João Batista (1941-1965). Acervo do AHMJA.

<sup>16</sup> Ata de 14 de junho de 1943, pertencente ao Livro de Atas de Comemoração e Encerramento dos Anos Letivos (1942-1957) da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Carlos Gomes. Acervo do AHMJA.

2º - O professorado municipal acusará o recebimento das circulares enviadas, dando ligeira notícia sobre os assuntos nelas contidos, e as arquivarão, em pasta especial, por ordem de recebimento.-

3º - As instruções assim expedidas serão integralmente cumpridas, na forma indicada, dando-se conhecimento aos alunos tudo o que lhes disser respeito e *fôr* ordenado.-

4º - As circulares, que representarão, sempre, o pensamento do Governo Municipal, serão lidas e estudadas, com especial carinho, de forma a serem perfeitamente conhecidas e devidamente aplicadas.-

5º - Quaisquer dúvidas na interpretação das instruções nelas contidas, serão resolvidas pela Inspetoria Escolar com recurso para o Prefeito Municipal.-

6º - O extravio de qualquer circular será considerada falta da professora responsável e, a extração da segunda via, terá anotação nos assentos funcionais *respetivos*.-

7º - O desconhecimento dos termos, avisos, instruções das circulares será, também, consideradas falta de parte da professora.-

8º - O *extravío* do arquivo das circulares é falta grave.-

9º - Da mesma forma, se reputará falta grave, a desídia e o não cumprimento do que dispõe as circulares.-

Caxias, 2 de Maio de 1941.

(As.) DANTE MARCUCCI  
Prefeito Municipal

Re. Á fls. 117 do livro de Portarias nº 5.-

Data supra.-

(As.) ITALO BALEN

Secretário do Município

O documento anterior estabelecia rigorosamente sobre as funções das circulares, bem como advertia a possíveis extravios. Mesmo com tantos avisos sobre a perda destes documentos, no acervo do AHMJSa, somente foi encontrada tal documentação no arquivo de uma escola<sup>17</sup>, além daquele da Inspetoria Escolar. É oportuno salientar, que não existem indícios sobre o desaparecimento das circulares em outros arquivos escolares.

De acordo com a Portaria anterior, no seu item 5º, quaisquer dúvidas deveriam ser relatadas primeiramente à Inspetoria Escolar, mas também poderiam ser informadas ao Prefeito; que pode ser comprovado pelo relato da professora Guilhermina Lora Poloni Costa que “[...] a professora era orientada por um inspetor escolar e o prefeito” (Costa, 1991). Porém tal comentário provavelmente se referia aos anos anteriores a 1942, já que nos documentos pesquisados, até este ano poucas pessoas, senão somente o Inspetor Escolar Firmino Bonet trabalhava nesta pasta administrativa. Somente a partir do ano de 1942, que houve a criação do cargo de Orientador do Ensino Primário Municipal, e então, foi possível constatar a presença de outros servidores na Inspetoria Escolar.

O cargo de Orientadora de Ensino Primário Municipal foi assumido por Ester Justina Troian Benvenuti<sup>18</sup>, e a sua principal função era manter uma vigilância mais próxima da

<sup>17</sup> Escola Isolada Vitério Rech II.

<sup>18</sup> Ester Justina Troian Benvenuti foi designada a exercer suas funções como Orientadora de Ensino Primário em 03 de novembro de 1942, através da Portaria nº 8047 (Adami, 1981).

Administração Municipal para com a Escola. Para investir neste cargo foi preciso ser aprovada em concurso público e conforme relato de entrevista da Orientadora de Ensino Primário Municipal, o Secretário Estadual de Educação José Pereira Coelho de Souza foi um dos responsáveis pela criação deste novo cargo.

Então, eu entrei no concurso para orientadores de ensino municipal, o doutor José Coelho de Souza quer imprimir além da orientação técnica, pedagógica, quer imprimir mais assim o tipo...detalhes, mas que não queriam mais que falassem em italiano, alemão, aquela coisa toda. Queria uma nacionalização do ensino. Ele disse: “A senhora não quer concorrer? Eles estão atribuindo muitos pontos para quem conhece a zona rural”. Como me trazia vantagens financeiras eu concorri com mais seis daqui de Caxias. Mas provavelmente novamente a minha experiência na zona rural e fui nomeada então a primeira orientadora do estado do Rio Grande do Sul, aqui em Caxias do Sul. [...] Fiz um curso em Porto Alegre, ainda no tempo da Marietinha... da Olga..., e o doutor José Coelho de Souza pra receber orientação de como eu devia agir em visitas às escolas (Benvenuti, 1983).

Através desta fonte, é possível salientar que a função da Orientação do Ensino Primário visava nortear os docentes municipais tanto com relação à legislação quanto ao suporte técnico e pedagógico. Suporte este, que parece ser compatível à experiência e formação de Ester Justina Troian Benvenuti, para a realidade da época, já que, a Orientadora de Ensino Primário atuou como professora da rede municipal de 1930 a 1941 e tinha formação da Escola Complementar<sup>19</sup> de Caxias. Segundo a professora Verônica Candiago Bortolon, a Orientadora era muito dedicada aos professores, e que “Depois que entrou o Dante Marcucci, a Ester, ficou uma beleza lecionar” (Bortolon, década de 1980). A professora Dorotéia Rizzon Corte, amplia “Depois que a Dona Ester assumiu, foi nomeada, então as coisas melhoraram [...]” (Corte, década de 1980).

Através dos indícios, parece que a partir da criação do cargo de Orientadora de Ensino Primário Municipal, o ensino começou a se organizar administrativamente melhor. Outras pessoas assumiram cargos na Inspeção Escolar, como a funcionária Adelina Lunardi, comprovado pela descrição da Portaria nº 1208<sup>20</sup>: “Srta Adelina Lunardi, funcionária da citada Inspeção”; e também em uma ata de instalação de uma unidade escolar, onde aparece “[...] Srta. Adelina Lunardi, Funcionária da Prefeitura Municipal [...]”<sup>21</sup>. Provavelmente esta senhora exercia a função de secretária da Inspeção Escolar, pois não foram encontrados documentos que comprovem seu cargo. Também, outra função encontrada nas fontes

<sup>19</sup> Ester Justina Troian Benvenuti completou seus estudos na Escola Complementar em 15 de dezembro de 1941. Informações obtidas no Livro de Atas da Entrega dos Diplomas às alunas que concluíram o Curso da Escola Complementar de Caxias (1932 a 1945), depositado no acervo no Instituto Estadual de Educação Cristóvão de Mendonça.

<sup>20</sup> Portaria nº 1208, de 30 de setembro de 1944. Louva e Agradece a cooperação de funcionários em prol das comemorações da “Semana da Pátria de 1944”. Documento depositado no acervo do AHMISA.

<sup>21</sup> Ata de instalação do Grupo Escolar Municipal Nossa Senhora do Pedancino, de 19 de abril de 1943. Documento pertencente ao acervo do AHMISA.

pesquisadas foi a de Auxiliar de Inspeção, a partir de 1944. Conforme entrevista da professora Dorotéia Rizzon Corte, ela exerceu este cargo por três anos na subprefeitura de São Marcos.

A gente ia na escola, no interior, via se a professora estava, muitas vezes a gente não encontrava; se a escrituração estava completa; se conversava com as crianças pra ver se gostavam da escola, da professora; se dava uma olhada nos cadernos, se fazia algumas perguntas pra ver como funcionava a escola (Corte, década de 1980).

Aliada a esta informação, existe outra evidência do cargo, que pode ser verificada nos Termos de Visita assinados pela professora Leda Verônica Dal Prá, a partir de 1945. Onde sempre consta a seguinte descrição: “De ordem superior estive nesta data em visita a Escola [...]”<sup>22</sup>. Com esses apontamentos, há um forte indício de que a professora Leda Verônica Dal Prá também exerceu um cargo semelhante ao da professora Dorotéia Rizzon Corte, porém uma atuava nas escolas do distrito de São Marcos e outra no distrito de Galópolis. Provavelmente a professora Leda atuava nesta função e neste distrito, pois além de ter sido professora da rede municipal anteriormente, ela era filha do subprefeito de Galópolis, João Dal Prá. Possivelmente poderia haver outros professores na função de Auxiliar de Inspeção, porém não foram encontradas fontes que descriminavam tal fato. Se realmente existiu este novo cargo, parece ter colaborado na melhora organizacional da Inspeção Escolar, bem como na orientação aos docentes, já que havia um elevado número de unidades escolares para serem inspecionadas.

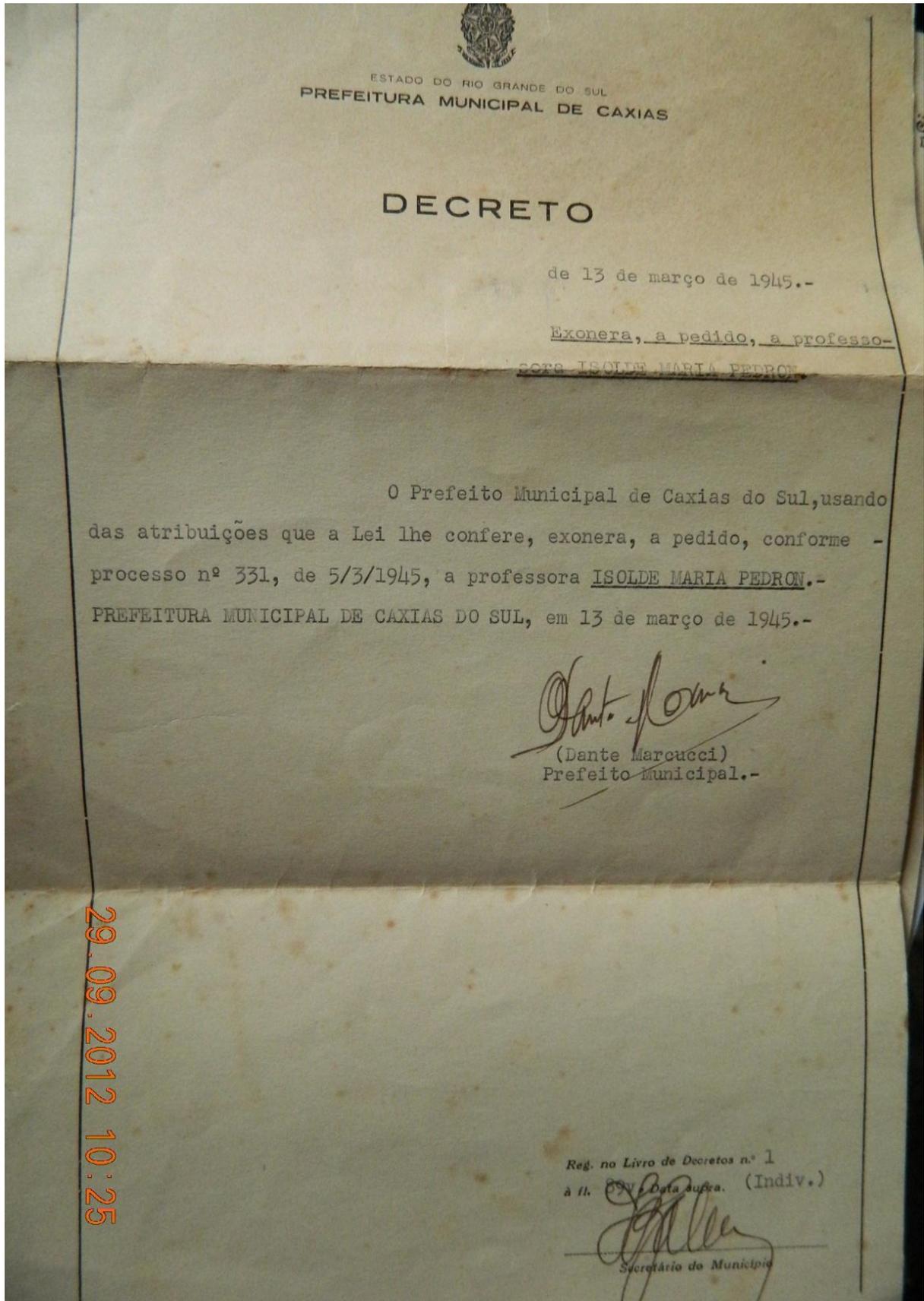
Conforme os anos passavam, outros funcionários foram sendo incorporados ao quadro de profissionais da Inspeção Escolar. Um desses casos foi o da professora Isolde Maria Pedron que após se exonerar de suas funções docentes, assumiu o cargo de auxiliar da Orientadora de Ensino Primário<sup>23</sup>. O documento que comprova o seu pedido de exoneração pode ser visualizado na imagem a seguir.

---

<sup>22</sup> Termo de Inspeção de 13 de outubro de 1945 da Escola Isolada Farroupilha. Documento disponível no acervo do AHMJA.

<sup>23</sup> Informações prestadas pela professora Maria (depoimento anônimo).

Imagem 3: Pedido de exoneração da professora Isolde Maria Pedron.



Fonte: Acervo pessoal de Isolde Maria Pedron Benedetti.

Pelo que apontam as fontes, parece que a maioria dos cargos na Inspetoria Escolar eram assumidos por professores da Rede Municipal. Possivelmente por conhecerem melhor a realidade das escolas ou talvez por indicação de amigos ou parentes.

Mesmo que nos anos iniciais do estudo, poucos funcionários atuavam na Inspetoria Escolar, pelo que tudo indica este órgão administrativo sempre exerceu um forte poder vigilante nas escolas, tanto que as atividades comemorativas deveriam ser aprovadas pelo órgão superior. Um exemplo disso pode ser visualizado no artigo 40 do Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais:

- b) Sempre que *fôr* possível, realizar-se-ão as festas escolares na escola e, só quando carecer o prédio de instalações adequadas, poderão os diretores ouvida a Inspetoria Escolar, *transferí-las* para outros locais.-
- c) Não será permitida, nas festas escolares, a participação de elementos estranhos à escola.
- d) Os programas para as festividades serão submetidos à apreciação da Inspetoria Escolar não se permitindo a inclusão de novos números depois de aprovados.

Artº 41 – Após a realização da festa escolar, deverá o Diretor comunicar à Inspetoria Escolar, os fatos dignos de nota e enviar os nomes dos professores que não justificaram sua falta, pois, nos dias de festas escolares, os professores estarão obrigados à assinatura do ponto e haverá igualmente registro da frequência para os alunos (Caxias do Sul, 1945)<sup>24</sup>.

Além de todas estas orientações, conforme o artigo 41 estabelece, também havia a necessidade de ser prestado um relatório das atividades; sugerindo assim, um forte poder vigilante da Inspetoria Escolar sobre escolas, professores e estudantes. Após a descrição das informações à respeito dos órgãos administrativos do ensino, o item seguinte apresenta importantes dados sobre as Unidades Escolares.

## 1.2 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL

De acordo com alguns documentos encontrados no AHMJSa, as unidades escolares eram distribuídas de acordo com os distritos da cidade, conforme consta nos documentos Circulares. Esta organização parecia ser necessária para estabelecer o cronograma de realização de Exames Finais de acordo com a proximidade entre as escolas da região, pois de acordo com Ester Justina Troian Benvenuti, o deslocamento era muito difícil naquela época.

E, nós íamos de jipe, né? Porque era uma grande coisa andar de jipe. Quando não tinha que ir a cavalo. [...] E nós íamos em certas localidades. Que a gente tinha que

<sup>24</sup> Decreto nº 50, de 26 de abril de 1945. Documento depositado no AHMJSa.

medir se o caminho, se a estrada tinha largura suficiente para a condução passar, né? [...] A situação era realmente muito precária naquela época (Benvenuti, 1983).

Assim, as escolas estavam distribuídas de acordo com a região onde se localizavam, ou seja, no: 1º Distrito, 2º Distrito – São Marcos, 3º Distrito – Galópolis, 4º Distrito – Ana Rech, 5º Distrito – Vila Seca e 6º Distrito – Santa Lúcia do Piaí<sup>25</sup>. A tabela abaixo apresenta a quantidade de escolas em cada distrito do município.

Tabela 4: Quantidade de Escolas Municipais de Caxias do Sul em cada distrito (1941 a 1945)

	1º Distrito	2º Distrito – São Marcos	3º Distrito – Galópolis	4º Distrito – Ana Rech	5º Distrito – Vila Seca	6º Distrito – Santa Lúcia do Piaí	Total
<b>1941</b>	41	14	08	06	06	-	75
<b>1942</b>	40	14	09	07	05	-	75
<b>1943</b>	38	15	11	08	05	-	77
<b>1944</b>	37	15	09	09	05	-	75
<b>1945</b>	40	14	10	08	05	10	87

Fonte: Documentos Circulares depositados no AHMJSa.

Para melhor visualização dos dados da tabela anterior, tais números são apresentados no mapa seguinte. É importante ressaltar que a imagem a seguir é uma representação aproximada do município e que foi apresentada nas Considerações Iniciais deste estudo, porém sem as especificações da quantidade de instituições escolares.

<sup>25</sup> Distrito anexado o município de Caxias em 20 de dezembro de 1944 (Giron, 1977).

Imagem 4: Os distritos e suas escolas (1945)



Fonte: Mapas do AHMJSA e Documentos circulares.

Se analisarmos os dados da Tabela 4, nota-se a superior quantidade de escolas no 1º Distrito. E através da observação da imagem anterior, é possível constatar que o 1º Distrito não possuía extensão territorial superior aos outros, mas sim maior número populacional, conforme apresentado nas Considerações Iniciais deste estudo. Com isso, a quantidade de escolas estava envolvida não somente com a proximidade com a sede do município, mas sim com o maior número populacional.

Com base nas informações citadas na Tabela 4, é possível fazer a comparação com dados estatísticos de outras fontes que são muito utilizadas nas pesquisas sobre a educação do município neste período. Assim, a construção da Tabela 5 está baseada em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1950) e em dados encontrados no livro Retratos de um saber: 100 Anos de História da Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul das autoras Dalla Vecchia; Herédia; Ramos (1998).

Tabela 5: Estatística educacional do Município de Caxias do Sul (1937 a 1945).

Ano	Escolas Municipais (IBGE)	Escolas Municipais (Dalla Vecchia; Herédia; Ramos, 1998)
1937	-	79
1938	-	-
1939	13	89
1940	52	-
1941	50	-
1942	64	-
1943	76	-
1944	77	77
1945	86	86

Se analisarmos os números expostos na Tabela 4 e Tabela 5 nota-se que apresentam poucas semelhanças. Em virtude dos dados da Tabela 4 estar evidenciados em documentos históricos, sugiro que em próximas pesquisas a respeito da Educação Escolar Municipal neste período, estes sejam utilizados como referência.

Outro aspecto muito interessante de ser apontado neste estudo é a terminologia utilizada para designar as unidades escolares. Nas evidências documentais são utilizados os seguintes termos: Aula Municipal, Escola Isolada ou Grupo Escolar. Somente a partir do Regimento Interno para as Escolas Municipais em 1945 houve a designação legal quanto ao termo, como pode ser verificado na citação seguinte:

- Título 1º  
 Dos tipos de escolas públicas e sua estrutura.-  
 Capítulo 1º  
 Artº. 1 – As escolas públicas de ensino primário fundamental comum obedecerão a dois tipos:  
 a) Grupos Escolares  
 b) Escolas Isoladas (Caxias do Sul, 1945)<sup>26</sup>.

<sup>26</sup> Decreto Executivo nº 50, de 26 de abril de 1945. Documento depositado no AHMISA.

O termo ‘Aula Municipal’ era utilizado para indicar as pequenas escolas que mais tarde tornaram-se as Escolas Isoladas. Esta nomenclatura era muito comum até o ano de 1941, já nos anos posteriores o termo empregado foi Escola Isolada.

De acordo com os estudos de Gil e Caldeira (2011), Escola Isolada e Grupos Escolares apresentam uma grande diferença de características, não só relacionado ao tamanho estrutural, mas também à qualidade do ensino, organização, conteúdos, professores, etc. Baseado em uma Conferência proferida por Lourenço Filho no ano de 1940, o perfil da Escola Isolada podia ser descrita como:

[...] o da escola de um só professor, a que entregam 40, 50 e às vezes mais crianças. Funciona *quasi* sempre em prédio improvisado. É de pequeno rendimento, em geral, pelas dificuldades decorrentes da matrícula de alunos de todos os graus de adiantamento, falta de direta orientação do professor, falta de fiscalização, falta de material, falta de estímulo ao docente. É a escola típica dos núcleos de pequena densidade de população, a escola da roça, a escola capitulada de “rural” (Lourenço Filho, 1940, p. 658 *apud* Gil; Caldeira, 2011, p. 172).

Com relação aos Grupos Escolares, eles representam numerosas classes reunidas. Além disso,

[...] o prédio oferece melhores condições de *conforto* e higiene, mesmo quando adaptado. As classes apresentam, em geral, efetivo menos numeroso que o das escolas isoladas, e os alunos se distribuem por elas, segundo os respectivos graus de adiantamento. A um dos professores, seja sem regência de classe, ou também com encargos de ensino, entrega-se a responsabilidade do conjunto. O material é menos precário. Aí temos a escola comum nos meios urbanos (Lourenço Filho, 1940, p. 658 *apud* Gil; Caldeira, 2011, p. 172).

A quantidade de Escolas Isoladas e mantidas pelo município de Caxias do Sul, no período entre 1937 e 1945, era muito superior a quantidade de Grupos Escolares. Nos documentos oficiais, somente a partir de 1943 foi utilizada a nomenclatura de Grupos Escolares, ou então a abreviação G.E. Na tabela a seguir, pode ser visualizado onde se encontravam estas unidades escolares, bem como o nome de cada uma nos anos de 1943, 1944 e 1945.

Tabela 6: Os Grupos Escolares e sua localização

	1º Distrito	2º Distrito – Ana Rech	3º Distrito - Galópolis	4º Distrito – Vila Seca	5º Distrito – Vila Seca	6º Distrito – Santa Lúcia do Piaí
1943	G.E. Carlos Gomes, G.E. Olavo Bilac, G.E. Santos Dumont e G. E. José Bonifácio.	G.E. Getúlio Vargas e G.E. Gal. Osório	-	-	G.E. Mal Deodoro	-
1944	G.E. Carlos Gomes, G.E. Olavo Bilac, G.E. Santos Dumont e	G.E. Getúlio Vargas	-	-	G.E. Mal Deodoro	-

	G. E. José Bonifácio.					
<b>1945</b>	G.E. Carlos Gomes, G.E. Olavo Bilac, G.E. Santos Dumont e G. E. José Bonifácio.	-	-	-	G.E. Mal Deodoro	-

Fonte: Circular nº 15, de 12 de outubro de 1943; Circular nº 18 de 16 de outubro de 1944; e Circular nº 22, de 22 de outubro de 1945. Acervo do AHMJSA.

Em virtude da maior concentração populacional, no 1º Distrito havia mais Grupos Escolares se comparado aos demais distritos da cidade. E provavelmente pela pequena necessidade, em algumas localidades sequer havia a instalação de um Grupo Escolar.

Com relação às Escolas Isoladas é possível apontar uma curiosa informação, ou seja, mesmo sendo comum a utilização do termo ‘Escola Isolada’, a Inspetoria Escolar iniciou a utilizar este termo em seus documentos somente a partir de 1944. Antes disso, o nome da escola sempre se encontrava associado ao nome do professor e da localidade/travessão na qual ela se localizava, como podemos verificar na imagem do documento a seguir.

Imagem 5: Quadro demonstrativo de Exames nas Escolas Municipais de Caxias



QUADRO DEMONSTRATIVO DE EXAMES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS  
DE CAXIAS, PARA O ENCERRAMENTO DO ANO  
LETIVO, A REALIZAREM-SE EM  
DEZEMBRO DE 1943.-

\* \* \*  
1ª. DISTRITO

DEZEMBRO		PROFESSORA	LOCALIDADE	TRAVESSÃO
IA	HORÁRIO			
1	8 da manhã	Maria Tedesco ...	Cidade	Vila Operária
2	8 da manhã	Grupo " <u>Carlos Gomes</u> " .	S.Roméio	Trav.S.Teresa
2	2 da tarde	Alvina Soares ...	S.J.Nepomuc.	Trav.S.Teresa
3	8 da manhã	Grupo " <u>Olavo Bilac</u> " .	S.Pedro	Cristal
3	2 da tarde	Adelina J.Lorenzoni ...	S.Luiz	Cristal
4	8 da manhã	Grupo " <u>Santos Dumont</u> " .	S.Marcos	Linha Feijó
4	2 da tarde	Lúcia Cole Arbuseri ...	...	Cristal
5	8 da manhã	Grupo " <u>José Bonifácio</u> ".	N.S.Pedancino	7ª.Légua
5	2 da tarde	Ilda Clara Sebem ...	S.Antônio	7ª.Légua
6	8 da manhã	Luiza Job .	N.S.Caravagio	S.Virgilio
6	2 da tarde	Guilhermina P.Costa ...	N.S.Graças	S.Theresa
7	8 da manhã	Maria Horaida Marques .	N.S.Dores	D.Pedro II
7	2 da tarde	Iracy T. Mandelli ...	S.José	T.Flores
8	8 da manhã	Francisca Cipolla .	S.Giacomo	Aliança
8	2 da tarde	Otávia Luiza Matioda... .	Zona Cavinato	T.Flores
9	8 da manhã	Ilse A. De Lazzer .	N.S.Graças	José Bonifácio
9	2 da tarde	Josefina Balestro ...	Charqueada	Benevides
10	8 da manhã	Vilma I. Marchesini .	S.Vigilio	S.Virgilio
10	2 da tarde	Ida Guerra Dani ...	S.Martinho	Alfabeto
11	8 da manhã	Wanda R. Pontalti .	N.S.Lourdes	Solferino
11	2 da tarde	Odila Rech ...	S.Vitor	Solferino

Fonte: Folha nº 2 da Circular nº 15, de 12 de outubro de 1943. Acervo AHMISA.

Somente a partir de 1944, que os nomes das Escolas Isoladas começaram a ser descritos nos documentos. Assim, a partir deste ano, as Escolas Isoladas de Caxias do Sul eram assim nomeadas<sup>27</sup>:

Quadro 1: Nomenclatura das Escolas Municipais do 1º Distrito

D. Maria Quitéria	Princesa Isabel	José M. Nunes Garcia	Thomé de Souza
Oswaldo Cruz	D. Pedro II	Joaquim Nabuco	Barão do Amazonas
José do Patrocínio	Duque de Caxias	7 de setembro	P. José Anchieta
D. Manuel da Nóbrega	19 de abril	Conde de P. Alegre	Barão do Triunfo
Bat. Guararapes	Diogo Feijó	D. Pedro I	1º de maio
José de Alencar	Rafael P. Bandeira	Campos Sales	Ararigbóia
P. Antonio Vieira	Benjamim Constant	Casimiro de Abreu	Machado de Assis
Ruy Barbosa	Tiradentes	Júlio de Castilhos	Felipe dos Santos
João Ramalho			

Fonte: Circular nº 18, de 16 de outubro de 1944. Documento depositado no acervo do AHMJSA.

Quadro 2: Nomenclatura das Escolas Municipais do 2º Distrito – São Marcos

Euclides da Cunha	Bartolomeu Gusmão	João F. Vieira	Roque Gonzales
Monte das Tabocas	Frei H. de Coimbra	Gaspar Martins	Guia Lopes
Coronel Camisão	Fagundes Varela	Frei Caneca	M. de Tamandaré
Silva Jardim			

Fonte: Circular nº 18, de 16 de outubro de 1944. Documento depositado no acervo do AHMJSA.

Quadro 3: Nomenclatura das Escolas Municipais do 3º Distrito – Galópolis

D. Sebastião Leme	Humaitá	Farroupilha	10 de novembro
Visconde de Ouro Preto	Felipe Camarão	21 de abril	Hermes da Fonseca
Thomaz A. Gonzaga			

Fonte: Circular nº 18, de 16 de outubro de 1944. Documento depositado no acervo do AHMJSA.

Quadro 4: Nomenclatura das Escolas Municipais do 4º Distrito – Ana Rech

Henrique Dias	Barão do Rio Branco	Pedro Américo	Bento G. da Silva
13 de maio	Ana Neri	Lobo da Costa	Gonçalves Dias
Gal. Daltro Filho			

Fonte: Circular nº 18, de 16 de outubro de 1944. Documento depositado no acervo do AHMJSA.

Quadro 5: Nomenclatura das Escolas Municipais do 5º Distrito – Vila Seca

Visconde de Mauá	Paes Leme	Castro Alves	Clara Camarão
------------------	-----------	--------------	---------------

Fonte: Circular nº 18, de 16 de outubro de 1944. Documento depositado no acervo do AHMJSA.

<sup>27</sup> Foi mantida a mesma grafia e abreviação.

Quadro 6: Nomenclatura das Escolas Municipais do 6º Distrito –  
Santa Lúcia do Piaí

25 de agosto	Alberto Torres	Aleijadinho	Almirante Barroso
Farias Brito	Floriano Peixoto	Franklin Roosevelt	Júlia de Almeida
Pedro A. Cabral	Pinheiro Machado	Rocha Pombo	Visconde de Cairu
Visconde de São Leopoldo	Vitor Meirelles		

Fonte: Circular nº 22, de 22 de outubro de 1945. Documento depositado no acervo do AHMJSA.

Se analisarmos os nomes utilizados para designar as unidades escolares, podemos verificar que na maior parte deles há referência a nomes de importantes personagens da História do Brasil e também de datas históricas. Possivelmente alguns desses nomes se relacionam ao ideal nacionalista da época, já que Caxias do Sul era uma região de ameaça aos interesses do Governo do Estado Novo, tema que será amplamente discutido no próximo capítulo.

Mesmo que este tema seja retomado mais adiante, há a necessidade de ressaltar dois nomes de unidades escolares: o do Grupo Escolar Getúlio Vargas e o da Escola Isolada Dezenove de Abril. Após este destaque é possível compará-lo as palavras de uma entrevista<sup>28</sup> realizada por Peres (2000), sobre a figura de Getúlio Vargas nas escolas públicas. De acordo com a professora entrevistada: “[...] nós não podíamos homenagear pessoas vivas. No colégio não havia nenhum retrato de pessoas vivas. O único era o do Getúlio (p. 363)”. Pelo depoimento da professora, nos parece que Getúlio Vargas utilizava tal estratégia como uma forma de propaganda do Governo do Estado Novo e talvez, como promoção pessoal também. Possivelmente o Grupo Escolar Getúlio Vargas esteja ligado ao idealismo do Governo do Estado Novo, mas também há a probabilidade de ser uma homenagem ao presidente. Com relação à Escola Isolada Dezenove de Abril, seu nome pode estar aliado ao Dia do Índio e ao Dia do Exército Brasileiro, mas não podemos esquecer que esta data também está relacionada ao dia do aniversário de Getúlio Vargas.

Após tais informações a respeito das unidades escolares municipais o item a seguir amplia alguns dados, relacionados a organização do ensino. Assim, poderão ser conhecidos elementos sobre os níveis de instrução, os exames finais, a comissão examinadora e os programas de ensino.

<sup>28</sup> D. Manuela (77 anos), professora de uma escola pública primária que atuou durante o Estado Novo.

### 1.2.1 A organização do Ensino nas Escolas Municipais

Durante os anos pesquisados, o ensino municipal estava voltado exclusivamente à instrução primária. E “tinha como objetivo ensinar a ler, escrever e contar” (Dalla Vecchia; Herédia; Ramos, 1998, p. 131). Conforme os programas de ensino apresentam, o ensino primário estava estruturado e organizado em quatro anos, ou seja, 1º ano, 2º ano, 3º ano e 4º ano. Porém, conforme as professoras Dorotéia Rizzon Corte e Isolina Rossi comentam, era muito comum admitir alunos de 5º ano. De acordo com a professora Dorotéia, “Que 5º só dava quem os professores queriam e que os pais pediam, porque queriam que fizesse demissão [admissão], pro ginásio, então o professor achava que podia dar, ele dava. Se não o nosso programa era até a 4ª série” (Corte, década de 1980). Talvez alguns professores não faziam questão de manter alunos além do 4º ano, pois na maioria das Escolas Isoladas os professores atuavam com todos os adiantamentos em uma mesma sala de aula. Conforme comenta a professora Isolina Rossi: “Naquele tempo a gente ensinava para o 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano todos juntos” (Rossi, 1985).

Para progredir para a série/ano seguinte, o estudante deveria cursar durante todo ano uma determinada série e a sua promoção se dava através de aprovação no Exame Final. Esta aprovação acontecia somente mediante ao resultado superior ou igual a 60 pontos no teste final; caso o estudante não atingisse essa nota deveria permanecer na sua série.

Outra importante informação está relacionada a documentação escolar, pois foi durante esse período que foi implantado o boletim, aproximadamente entre os anos de “38, 39. Daí que começou ter o boletim” (Corte, década de 1980), sendo que conforme a professora Marina Bridi Moretto comenta os boletins não eram padronizados, pois “Cada uma confeccionava o boletim” e eram entregues “Para os pais, no dia do encerramento” (Moretto, 1986).

Os Exames Finais eram um momento muito importante dentro da comunidade escolar, “[...] uma ocasião ao mesmo tempo temida, esperada e festiva” (Galvão, 2001, p. 133). Este era um momento na qual as Escolas Municipais demonstravam as atividades<sup>29</sup> que eram desenvolvidas durante o ano letivo para a comunidade escolar e para a comissão examinadora. Além disso, a Comissão Examinadora “[...] olhava os cadernos, viam a parte da higiene, a parte do capricho das crianças, o livro da professora, o livro de atas, o livro de chamada se não tinha borrões, se estava em dia. Tudo isso aí eles observavam” (Corte, década de 1980).

---

<sup>29</sup> Conforme Atas de Exames Finais pesquisadas.

A administração municipal escolhia a comissão examinadora, sendo essa presidida pelo Inspetor Escolar. Os alunos prestavam exames perante as autoridades escolhidas e essas utilizavam um roteiro baseado nas atividades desenvolvidas durante o ano escolar. A duração dessa prova era de três horas (Dalla Vecchia; Herédia; Ramos, 1998, p. 147).

Porém, algumas evidências apontam que nem sempre o Inspetor Escolar fazia parte da Comissão Examinadora, como pode ser comprovado no Relatório da Comissão Examinadora de 1938:

RELATÓRIO DA COMISSÃO EXAMINADORA – 1938<sup>30</sup>

Ilmo Sr. Dr. Dante Marcucci  
D.D. Prefeito Municipal

Caxias

Nós abaixo *assignados*, membros componentes que fomos da *comissão* examinadora, que assistiu a todos os exames de encerramento do corrente *anno lectivo*, das diversas aulas *municipaes* deste *districto*, realizados nos dias previamente designados por essa Prefeitura, por meio deste, temos o prazer de apresentar a V. S. um relatório *succinto* do que tivemos *ocasião* de observar.

Notamos em todas as aulas, que as respectivas professoras vêm, na medida do *possivel* trabalhando com dedicação e ardor, procurando, por todos os meios ao seu alcance, o maior desenvolvimento *intellectual* de seus discípulos.

Verificamos, outrossim, e anotamos com satisfação, que a parte cívica vem merecendo um cuidado todo especial do professorado, pois, em todas as escolas, os *alumnos* cantam regularmente os *Hymnos* “Nacional”, “A Bandeira” e “da Independência”, além de outras canções patrióticas, e, têm uma nítida noção de todos os pontos de civismo, constante do *programma official* de ensino, elaborado por essa Prefeitura.

Sobre os resultados dos trabalhos realizados, foram lavradas *actas*, em todas as aulas, cujas copias é de praxe, as professoras deverão remeter a V.S.

São as seguintes as aulas, cujos *alumnos* se encontram em grão de *adeantamento* mais elevado: Zona Alegre, regida pela Professora Srt<sup>a</sup> Esther Corso Troyan, de S. Cyro, dirigida pela professora Srt<sup>a</sup> Rosalba Troyan e do Travessão Gablontz, sob a *directão* da professora Sr<sup>a</sup> Thereza Zanol Barreto.

Ao *illustre* Prefeito Municipal, batalhador *incansavel* em prol da *instrucção publica* e de tudo o que diz respeito ao progresso de Caxias, com as exposições acima, nós apresentamos as nossas *cordiaes* saudações, fazendo votos para que seja prolongada a sua permanência à testa dos destinos da “Perola das Colônias”.

Anna Rech, 30 de dezembro de 1938.

Assinaturas ---

Schummacher

Armando Cardoso Alves

Dulcy Cardoso (Caxias, 1938).

Dentre as assinaturas apresentadas no documento acima, não há a referência ao Inspetor de Ensino Firmino Bonnet. A primeira assinatura que consta no documento é a de Balduino Schummacher, Subprefeito do 4º distrito – Ana Rech; em seguida está descrito o nome de Dulcy Cardoso, professora formada pela Escola Complementar de Caxias<sup>31</sup> e docente do

<sup>30</sup> Acervo do AHMJA.

<sup>31</sup> Aluna formada pela Escola Complementar no ano de 1932 (Bergozza, 2010).

distrito de Ana Rech<sup>32</sup>, de provável inscrição na rede estadual já que seu nome não foi encontrado nos registros de docentes municipais; e de Armando Cardoso Alves, presidente da Sociedade Cívico-Militar General Osório<sup>33</sup>.

Além dos indícios apontarem que nem sempre o Inspetor Escolar estava presente nas Comissões Examinadoras, a professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli, afirma em muitas vezes o grupo de examinadores também podia ser composto “[...] do Prefeito, do Comandante do Batalhão, do Padre [...]”.

Pelo que apontam tais indicações, as provas finais eram consideradas “[...] uma verdadeira cadeira elétrica” (Soldatelli, década de 1980), em virtude da pressão exercida pelas autoridades e também pela quantidade de conteúdos abordados no teste. Os Exames Finais deveriam estar de acordo com os conteúdos dos Programas de Ensino decretados pela Prefeitura Municipal. Durante o período estudado, foram dois os programas norteadores dos conteúdos, um deles intitulado de “*Programma Official* para o Ensino nas Escolas *Rurales* do Município de Caxias”<sup>34</sup> e o outro “Programa de Ensino para as Escolas Municipais”<sup>35</sup>. O primeiro foi utilizado nos anos entre 1936 e 1943, com visualização parcial na Imagem 6, e o último a partir de 1944, apresentado em parte na Imagem 7.

---

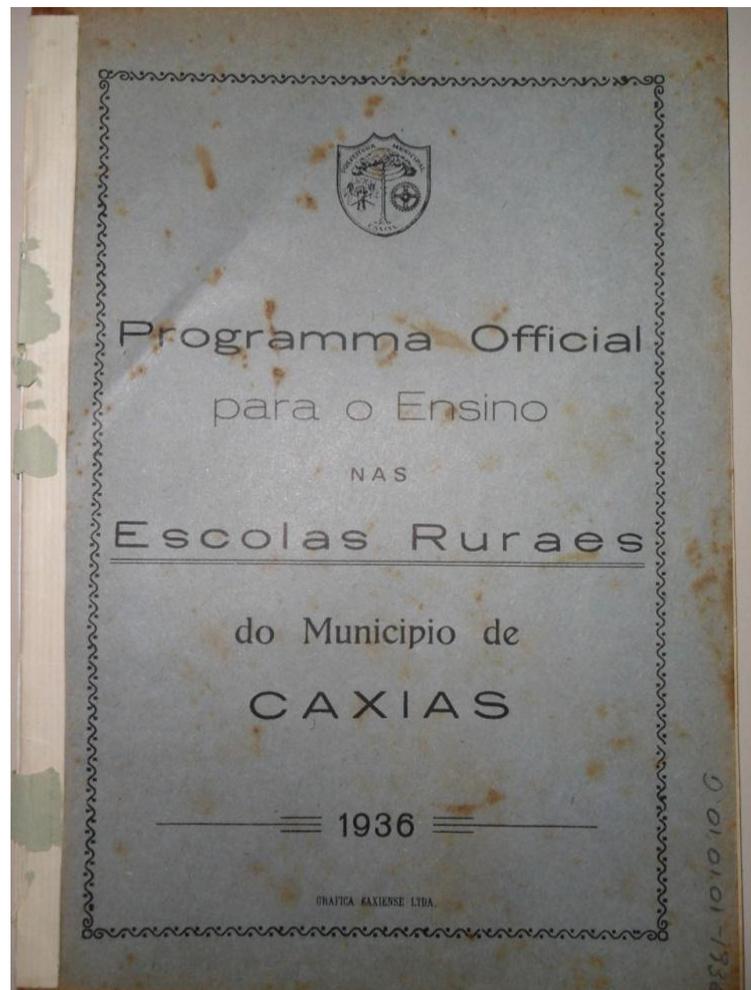
<sup>32</sup> Dados encontrados no Jornal A Época, nº 50, set./ 1939, p. 2. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=22827&p=0>. Acesso em: 15 nov. 2012.

<sup>33</sup> *Ibidem*.

<sup>34</sup> Decreto nº 08, de 24 de abril de 1936. Documento depositado no acervo do AHMJSA.

<sup>35</sup> Decreto nº 43, de 22 de novembro de 1943. Documento depositado no acervo do AHMJSA.

Imagem 6: Capa do “*Programma Official para o Ensino nas Escolas Rurales do Município de Caxias*” de 1936.



Fonte: Acervo do AHMJSA

No Programa de Ensino publicado em 1936 constam 12 páginas, com instruções de conteúdos para os quatro anos/séries do Ensino Primário. A tabela abaixo apresenta as disciplinas que deveriam ser desenvolvidas em cada ano/série.

Tabela 7: Relação de disciplinas nas séries do Programa de Ensino de 1936.

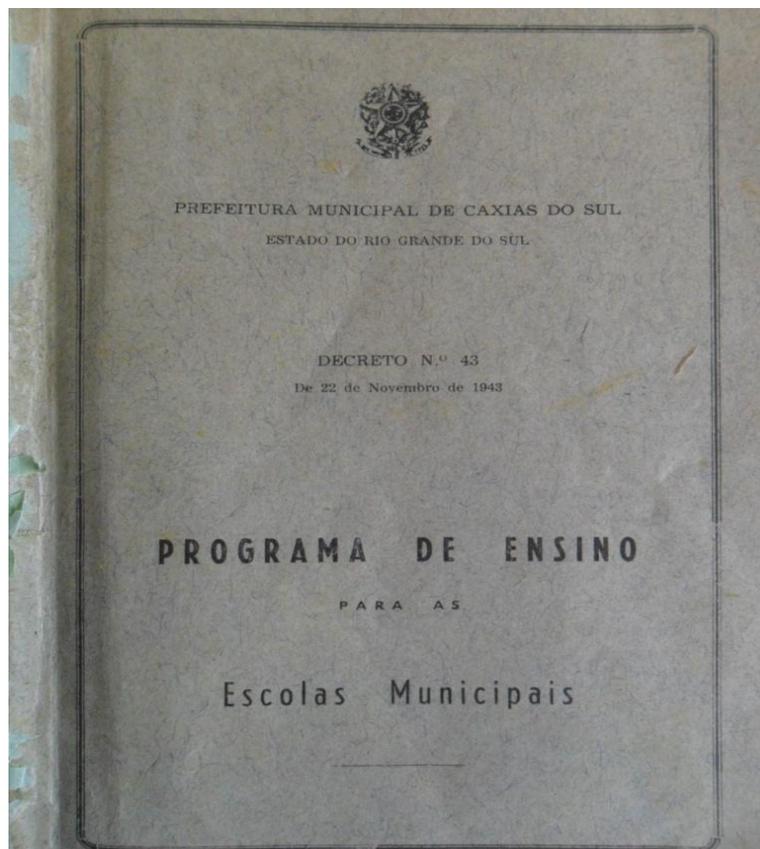
Séries/Anos	1ª Classe – 1ª <i>Secção - 1º Anno</i>	1ª Classe – 2ª <i>Secção - 2º Anno</i>	2ª Classe – 1ª <i>Secção - 3º Anno</i>	2ª Classe – 2ª <i>Secção - 4º Anno</i>
<b>Disciplinas</b>	- Linguagem - <i>Arithmetica</i> - Geometria - Lições de <i>Cousas</i> - <i>Hygiene</i> - <i>Geographia</i> - <i>Instrucção</i> Cívica - Canto	- Linguagem - <i>Arithmetica</i> - Geometria - Lições de <i>Cousas</i> - <i>Hygiene</i> - <i>Geographia</i> - <i>Historia</i> - <i>Instrucção</i> Cívica	- Linguagem - <i>Arithmetica</i> - Geometria - Lições de <i>Cousas</i> - <i>Hygiene</i> - <i>Geographia</i> - <i>Historia</i> - <i>Instrucção</i> Moral	- Linguagem - <i>Arithmetica</i> - Geometria - Lições de <i>Cousas</i> - <i>Hygiene</i> - <i>Geographia</i> - <i>Historia</i> - <i>Instrucção</i> Cívica

	- Religião	- <i>Instrução</i> Moral - Canto - Religião	- <i>Instrução</i> Cívica - Canto - Religião	- <i>Instrução</i> Moral - Canto - Religião
--	------------	---	--	---

Fonte: *Programma Oficial* para o Ensino nas Escolas *Rurales* do Município de Caxias – 1936. Disponível para consulta no AHMJSA.

No Programa de Ensino decretado no final do ano de 1943, ocorrem algumas alterações, sendo que se apresenta organizado em 43 páginas. Na imagem a seguir pode ser visualizada a capa do documento.

Imagem 7: Capa do “Programa de Ensino para as Escolas Municipais”



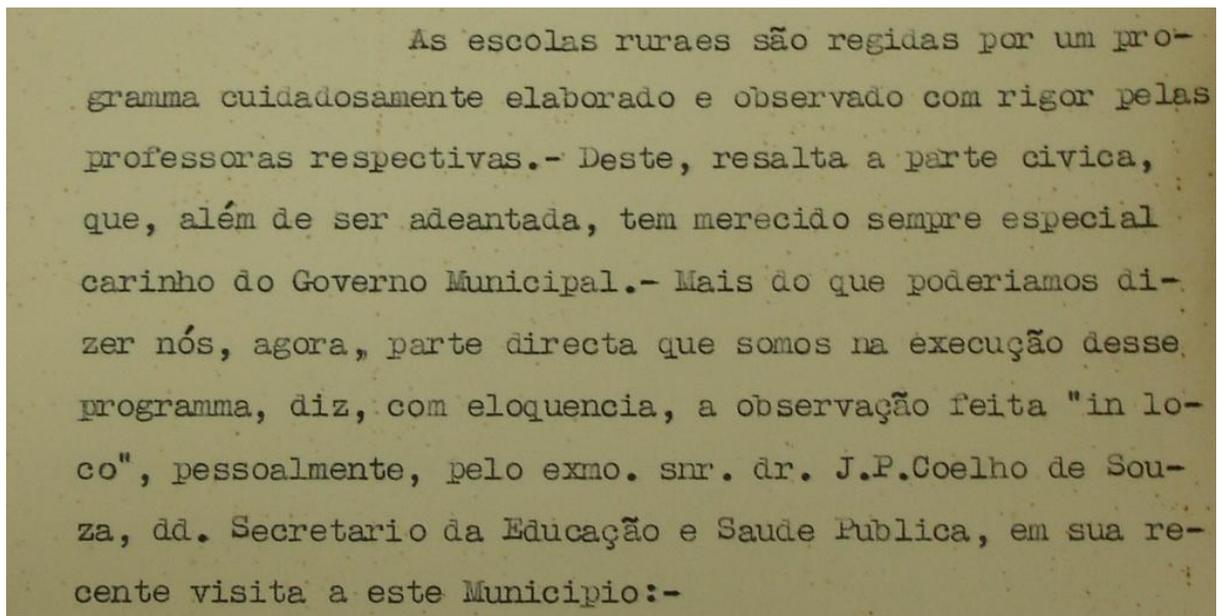
Fonte: Acervo do AHMJSA.

Diferente do programa anterior, as disciplinas a partir de 1943 passaram a ser chamadas de programas. Assim, havia: o Programa de Matemática, o Programa de Linguagem (leitura, escrita e caligrafia, composição, gramática e ortografia, e literatura), o Programa de Estudos Sociais, o Programa de Estudos Naturais, o Programa de Moral e Civismo, o Programa de Desenho e Artes Aplicadas, e o Programa de Música. E em cada disciplina/programa aparecia especificado o que deveria ser desenvolvido em cada série.

De acordo com fontes orais, os programas eram bem conceituados pelos docentes, já que “[...] era uma coisa estipulada lá pela Secretaria de Educação. Primeiro ano aprende isso, isso... Acho até que está elaborado de uma maneira progressiva. O 1º aprende tal coisa, o 2º isso, o 3º já aumenta as dificuldades em matemática, linguagem. Acho que é certo” (Soldatelli, década de 1980). A professora Olga Tonolli Sevilla também comenta que o programa de ensino “[...] era tão completo que eu achava que não faltava nada” (Sevilla, 1988). Porém algumas atividades pedagógicas não estavam compreendidas no programa de ensino, o que levava a alguns docentes ampliar mais alguns conteúdos.

Além dos professores relatarem a importância do Programa de Ensino para um bom trabalho pedagógico, em um relatório descrito pelo Prefeito Municipal também é possível verificar tal importância das orientações.

Imagem 8: Documento enviado à Inspeção Escolar do Estado



As escolas ruraes são regidas por um programma cuidadosamente elaborado e observado com rigor pelas professoras respectivas.- Deste, resalta a parte civica, que, além de ser adeantada, tem merecido sempre especial carinho do Governo Municipal.- Mais do que poderíamos dizer nós, agora, parte directa que somos na execução desse programma, diz, com eloquencia, a observação feita "in loco", pessoalmente, pelo exmo. snr. dr. J.P.Coelho de Souza, dd. Secretario da Educação e Saude Publica, em sua recente visita a este Municipio:-

"Um detalhe que quero accentuar e que honra a actual administração de Caxias - declarou o egregio titular da pasta da Educação ao "Jornal do Estado, quando do seu regresso de Caxias - é o espirito de brasilidade que encontrei em todos os districtos da colonia.- No acto de instalação dos Grupos, o Hymno Nacional foi cantado por grandes côros formados de crianças e alumnos e intenso ardor civico".-

Fonte: "Resumo dos trabalhos mais importantes realizados durante o 1º Semestre de 1938 - apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Miguel Tostes, D.D. Secretário do Interior pelo Prefeito Municipal de Caxias (1938, p. 6)<sup>36</sup>.

Pelas palavras do Secretário de Educação e Saúde Pública José Pereira Coelho de Souza, o programa de ensino de 1936 atuava com grande valor cívico nas escolas do interior. Ou seja, os programas do ensino municipal "*[...] atendían a todos los preceptos ideológicos que marcaba la orientación que Getulio Vargas pretendía dar como directrices al país*" (Fonseca, 2010, p. 304).

Após o conhecimento dos principais aspectos relacionados com a organização do ensino, para ampliar as informações deste capítulo, o próximo item explora elementos a respeito dos docentes da Rede Municipal de Ensino.

### 1.3 O CORPO DOCENTE MUNICIPAL

O objetivo principal deste item é traçar o perfil do corpo docente da Rede Municipal de Ensino, especificando o papel do professor na comunidade, a quantidade de docentes, a investidura no cargo, o gênero, a formação, entre outros. Mas, é oportuno salientar que as informações mais precisas se encontram a partir do ano de 1941, em virtude da maior quantidade de documentos arquivados deste momento em diante.

O papel do professor na comunidade da zona rural era "*[...] de máxima importância e imprescindível para que a escola primária rural possa atingir seus objetivos*" (Zago, 1980, p.

<sup>36</sup> Material depositado no acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. As imagens pertencem ao arquivo pessoal de Terciane Ângela Luchese.

27). Em alguns casos os professores eram considerados como uma autoridade na comunidade, conforme pode ser conferido no relato da professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli:

Era algo fora do comum, às vezes tinha que resolver casos de terras. Por exemplo, eles tinham discussão de uma terra e outra, eles não iam procurar uma autoridade, eles iam procurar a professora, pra resolver, pra dar um conselho, pra dizer quem é que tinha razão, quem não tinha. Nunca me esqueço que tive que resolver um caso por causa de uma tesoura de podar. Quase se mataram de tanto que brigaram por causa da tesoura. Duas famílias. Então foram lá pra mim e o que a senhora acha, porque esse aí... Eu digo, nós vamos resolver o caso agora, nós vamos com calma e vamos ver desde o começo. De quem era a tesoura? Aí os dois ficaram... Não, aqui tem que aparecer o dono da tesoura. [...] a gente era como uma autoridade (Soldatelli, década de 1980).

A professora Olga Tonolli Sevilla comenta que se sentia muito prestigiada na localidade em que ela atuava, “Era figura número um a professora no meio da comunidade” (Sevilla, 1988). O professor era respeitado como uma autoridade pela comunidade, e ter a presença do mestre na casa das famílias era um grande prestígio, “[...] eles tinham orgulho até, porque até tu tinha que dizer hoje vou almoçar na tua casa, amanhã na tua, porque se não eles ficavam tristes” (Corte, década de 1980). Muitas famílias hospedavam os professores que residiam longe da escola, como comenta Marina Bridi Moretto, na escola na qual ela começou a lecionar em troca da hospedagem ela “[...] ensinava o catecismo as crianças pequenas” (Moretto, 1986). Segundo a entrevistada, as famílias faziam questão de hospedar a professora “Muitas vezes as pessoas, um queria, outro queria a professora em casa. Era importante porque ali ela ajudava os filhos, à noite. Todo mundo podia estudar um pouquinho” (Moretto, 1986).

Com relação à admissão ao cargo de professor municipal, três eram as maneiras para investir na função: por exame de suficiência, indicação ou até mesmo auto-indicação (Dalla Vecchia; Herédia; Ramos, 1998). A indicação e a auto-indicação eram os principais casos da investidura no cargo para os professores que atendiam a zona rural do município, provavelmente em virtude da distância nestas localidades. Um destes casos de investidura no cargo de professor através de indicação foi o da professora Marina Bridi Moretto, onde ela comenta em entrevista:

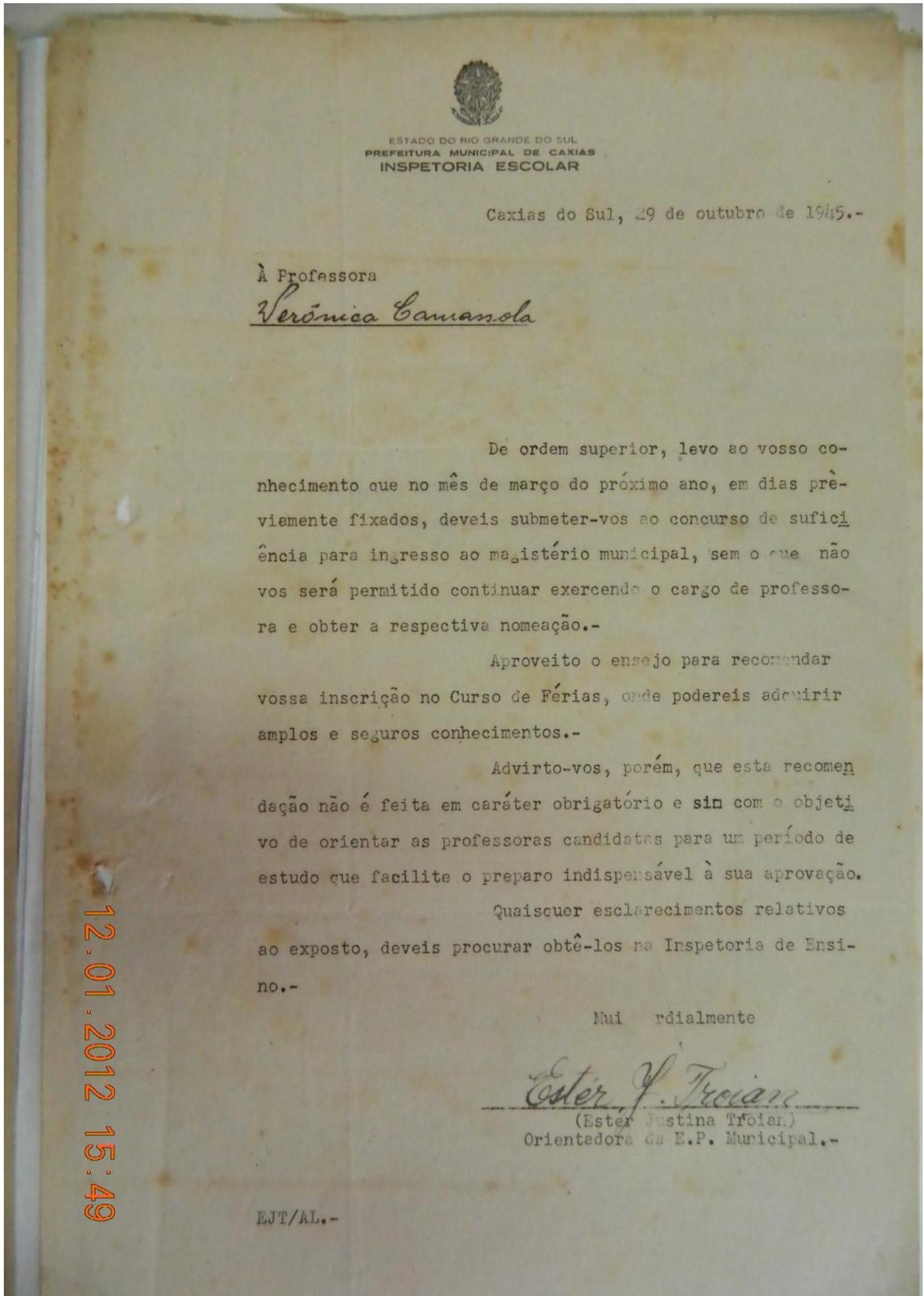
O meu nome foi indicado por uma senhora chamada Joana Gasperin. Era uma colona da Linha Barros Experimentel [Pimentel]. Ela era moradora de lá e amiga da família Dante Marcucci. Na hora nada, fui assim. Comecei a trabalhar. Trabalhei um ano (Moretto, 1986).

A professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli conta em sua entrevista, que solicitou ao Prefeito e para a Orientadora de Ensino Primário para ingressar no municipal, segundo ela, “Tinha que fazer um requerimento, tinha que se inscrever, aquela coisa toda e depois

conforme as necessidades que tinham nos lugares, eles então nomeavam” (Soldatelli, década de 1980). Com relação ao exame de suficiência, a entrevistada comenta que “[...] não tinha que fazer exame. Nem provas. Tinha que conversar com ele. Era uma entrevista com a Ester e ficava aguardando. Então eu fui nomeada” (Soldatelli, década de 1980). Pelo que os indícios apontam havia grande necessidade de professores, e a formação na Escola Complementar facilitava investir no cargo docente. No entanto, parecia haver outros interesses ligados a facilitação na nomeação dos professores, principalmente pelas relações de amizade com pessoas ligadas à Administração Municipal; que no caso da nomeação da professora Vanda, pode estar relacionado também a sua relação de parentesco (filha) do Subprefeito de Ana Rech da época.

Com relação ao ingresso por exames de suficiência, não foi encontrado nenhuma evidência nas fontes orais das professoras entrevistadas. Somente as professoras com nomeação anterior ao período descrevem a necessidade da realização destes testes. O único indício encontrado com relação a estas provas foi um documento enviado pela Inspeção Escolar aos professores, onde necessitavam ser aprovados por um Exame de Suficiência para permanecerem no cargo. A Imagem 9 apresenta a correspondência enviada aos professores no ano de 1945.

Imagem 9: Comunicado de Concurso de Suficiência para o Magistério Municipal



Fonte: Documento depositado no AHMJS.A.

Possivelmente, esta correspondência tenha sido uma das maneiras de iniciar a normatização na investidura no cargo docente. Pois, de acordo com os documentos não havia pré-requisitos para trabalhar como professor. De acordo com as autoras Dalla Vecchia; Herédia; Ramos (1998, p. 142) se os candidatos soubessem “[...] ler, escrever e contar” já possuíam os conhecimentos suficientes para exercer o cargo docente.

Outro interessante aspecto de salientar era que “muitos dos professores da colônia iniciavam sua vida no magistério com treze anos de idade” (Dalla Vecchia; Herédia; Ramos, 1998, p. 143). Nas fontes pesquisadas, um dos casos de pouca idade para investir no cargo foi o da professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli, que conta: “Aí eu me formei com 16 anos. Então eu não podia pedir nomeação, porque eu não tinha idade, eu tinha que ter 18 anos. Então como não podia pedir nomeação, eu lecionei municipal” (Soldatelli, década de 1980). Segundo esta mesma entrevistada, não havia exigência de idade mínima para exercer as funções de professora municipal, por esse motivo ela começou a “lecionar municipal pra adquirir prática e ao mesmo tempo teria uma contagem de tempo” (Soldatelli, década de 1980), pois seu objetivo era trabalhar no magistério estadual.

A prática de iniciar a vida profissional em escolas municipais e depois transferir-se para escolas estaduais parecia ser comum entre os professores daquele período, principalmente entre os docentes com formação na Escola Complementar. Em algumas escolas, a rotação de professores era intensa, possível de ser constatada nas documentações (Livros de Atas, Matrícula e Frequência) destas unidades escolares. Provavelmente, algumas das razões de tamanha rotação profissional possam estar relacionadas aos seguintes aspectos: o difícil acesso às escolas, o salário, a estrutura e organização das unidades.

Com relação ao salário recebido pelos professores, em virtude de diversas mudanças de planos monetários e moedas torna difícil estabelecer o ordenado docente daquela época para os dias atuais. Mas de acordo a professora Maria<sup>37</sup>, o salário que recebia como professora não era muito grande, pois não era suficiente para ajudar nas despesas da casa. Porém, a professora Ester Justina Troian Benvenuti comenta que ingressou no magistério municipal “com mensalidade de 100 mil reis em março de 1930” (Benvenuti, 1983), naquele tempo “[...] vivia eu e minha mãe e ainda ajudava a fazer o enxoval da minha irmã. [...] ganhava relativo, né” (Benvenuti, 1983). A professora Guilhermina Lora Poloni Costa também comenta que o salário era considerável na época, “[...] foi muito bom aquele dinheirinho. Sabe, naquela época com 100 mil réis, dava pra passar o mês muito bem com a metade de

---

<sup>37</sup> Depoimento anônimo.

armazém assim dava, dava bem, sobrava o resto pra outras despesas, que a gente tem água, tem luz, tem tudo, né?” (Costa, 1991). Talvez um salário de 100 mil réis em 1930, fosse um valor considerável, porém a professora Estra Boff Tessari comenta “Durante doze anos que lecionei pelo município, recebi o mesmo ordenado” (Tessari, 2004), ou seja, entre os anos de 1929 e 1941. Sem comentar em valores, a professora Guilhermina Lora Poloni Costa cita que:

Eu nunca pensei no salário pra lecionar. Dizer, vou trabalhar porque eu quero ganhar bastante. Eu nunca pensei nisso! Eu achava que a profissão de professora era uma profissão dignificante, era um sacerdócio, que a professora devia se aplicar inteiramente a classe. Eu achava que ela devia pensar em, bom, em primeiro lugar à classe que a gente está educando. Em primeiro lugar. E depois o resto. O dinheirinho que se recebia, era recebido bem, com alegria, sem queixas, sem protestos, tudo que dava estava bem. Não se reclamava em nada, nunca, eu nunca reclamei (Costa, 1991).

Ainda de acordo com a professora Guilhermina Lora Poloni Costa, ela comenta que em virtude de seu trabalho ao final do ano, o Prefeito Municipal Dante Marcucci,

[...] me deu um aumento assim, nunca pedi aumento, me deu 50 cruzeiros, 50 mil réis de aumento; ganhava cem. [...] Diz ele assim: ‘O povo está satisfeito e o seu aumento, agora vai passar a ser 150 mil réis’. [...] Era um bom salário, era. Tinha quem ganhava 50, então eu me contentei, né? (Costa, 1991).

Pelo que descrevem algumas das entrevistadas os vencimentos não pareciam ser grandes, e segundo o relato da professora Estra Boff Tessari “Na prefeitura eu assinava o recibo de cento e cinquenta mil réis mensais, mas só recebia cem mil réis” (Tessari, 2004). De acordo com o relato da professora Estra, a remuneração dos professores era feito mediante a presença do docente na Prefeitura e a assinatura de um recibo. E que pode também ser confirmado nos Livros de Frequência Escolar, onde no dia do recebimento não havia aula e era registrado “Vencimento”<sup>38</sup> ou “Fui a cidade”<sup>39</sup>.

O investimento da Administração Municipal com o professorado no ano de 1940 foi de 131.820\$000 (Dalla Vecchia; Herédia; Ramos, 1998), porém em virtude das diversas trocas monetárias dificulta a atualização para os valores de hoje. Mesmo parecendo que os professores não recebiam um salário alto, uma das maneiras de recompensar os docentes era através de portarias de louvor, segundo a professora Estra Boff Tessari “Nos últimos anos que lecionei, recebi do prefeito Dr. Dante Marcucci portarias de louvor”<sup>40</sup> (Tessari, 2004).

O difícil acesso às escolas do meio rural era outro empecilho para os professores. Segundo a professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli “[...] eu ia a cavalo” (Soldatelli, década de 1980) trabalhar. Porém nem sempre os professores trabalhavam em escolas onde

<sup>38</sup> Livro de Frequência da Escola Isolada Dezenove de Abril. Documento depositado no AHMJA.

<sup>39</sup> Livro de Frequência da Escola Isolada Bento Gonçalves da Silva. Documento depositado no AHMJA.

<sup>40</sup> Depoimento depositado no Banco de Memória do AHMJA e revisado em dezembro de 2004.

era possível ir a cavalo, “[...] porque às vezes tinha aquela que vinha de fora, vinham pra Caxias, ficavam talvez 3 ou 4 dias e perdiam muita aula. Naquele tempo não tinha a federal, iam pra Flores da Cunha, quando chovia ficava atolado o ônibus [...]” (Corte, década de 1980). Pelo difícil deslocamento, a frequência dos professores que não residiam na comunidade da escola era prejudicada. Este era um dos motivos pelos quais a comunidade escolar tinha resistência aos professores de “fora” da localidade, mas “[...] eles aceitavam que vinha, porque eles queriam que os filhos, como eles não sabiam ler, queriam que os filhos aprendessem” (Corte, década de 1980), mas quando o docente era da comunidade “[...] se sentiam mais a vontade também, conheciam desde a família da professora que atendia os filhos” (Corte, década de 1980).

Com a rotação de professores, a quantidade total encontrada de docentes que atuaram em escolas municipais durante os anos de 1937 a 1945 foi de 179 mestres. Porém, provavelmente este número seja muito maior, já que foram poucos os documentos encontrados e anteriores ao ano de 1941. Assim, na tabela seguinte é possível verificar aproximadamente a quantidade de professores que atuaram em cada ano da pesquisa, através de diferentes fontes bibliográficas. Na coluna A podem ser visualizados os dados encontrados nos registros do IBGE (1950), na coluna B os registros do livro das autoras Dalla Vecchia, Herédia, Ramos (1998) e na coluna C aqueles encontrados nos documentos do acervo da AHMJSA.

Tabela 8: Corpo Docente Municipal (1937 a 1945)

Ano	A	B	C
1937	-	90	15
1938	-	-	19
1939	20	-	22
1940	62	-	25
1941	60	-	76
1942	73	-	81
1943	87	-	81
1944	86	86	83
1945	94	94	98

Fonte: A - dados do IBGE (1950); B - Dalla Vecchia; Herédia; Ramos (1998); C - documentos do acervo do AHMJSA.

Se compararmos os números da tabela anterior poucas semelhanças podem ser encontradas. Em se tratando dos dados do ano de 1941 e anos posteriores, as fontes mais

precisas são àquelas apontadas na coluna C por estarem evidenciados em documentos históricos.

Outro ponto importante para definir o perfil dos docentes municipais se relaciona a questão do gênero, onde os dados não diferem dos professores de escolas públicas estaduais primárias gaúchas daquele momento histórico. De acordo com Peres (2000) havia a predominância feminina na função docente em escolas estaduais primárias gaúchas, da mesma forma como acontecia no município de Caxias do Sul. Mas, mesmo com a predominância de mulheres no trabalho docente, 174 professoras, não era exclusividade do gênero, como os documentos nos levavam a crer. Na maioria dos documentos enviados pela Inspeção Escolar às unidades escolares estavam endereçados às professoras municipais. Porém foram encontrados cinco professores que faziam parte do quadro docente da Rede Municipal de Ensino: Emílio Knaak<sup>41</sup>, Cláudio Antônio Belló<sup>42</sup>, Jayr Nunes<sup>43</sup>, Luiz Tomazelli<sup>44</sup> e Osvaldo Velho<sup>45</sup>.

A tendência feminina à profissão docente era muito comum, tanto é que a partir de 1943, o Instituto de Educação General Flores da Cunha que formava docentes, passou a atender exclusivamente ao público feminino (Louro, 1987). Além de ser uma profissão predominantemente feminina, usualmente a formação nas Escolas Normais ou então, Escolas Complementares eram possibilitadas às “moças bem nascidas, ou seja, filhas de famílias abastadas” (Peres, 2000, p. 172) como ocorria na capital gaúcha.

No município de Caxias do Sul havia duas escolas de formação docente: a Escola Complementar de Caxias e o Curso Complementar do Colégio São José. A Escola Complementar de Caxias foi instalada na cidade em 1930 e era mantida pelo Governo Estadual (Bergozza, 2010). Já o Curso Complementar do Colégio São José formou ‘alunas-

---

<sup>41</sup> Trabalhou na Escola Isolada Vinte e Um de Abril localizada no 3º Distrito - Galópolis na comunidade de Sabastopol. Seu nome pode ser encontrado nas seguintes Circulares: nº 04, de 10 de outubro de 1941; nº 08, de 12 de outubro de 1942; nº 15, de 12 de outubro de 1943; nº 18, de 16 de outubro de 1944; e nº 22, de 22 de outubro de 1945. O Livro de Atas da Escola Isolada Vinte e Um de Abril (1943-1965) traz a assinatura do professor Emílio Knaak a partir de 1943 até o período final deste estudo. Todos estes documentos estão depositados no AHMJSA.

<sup>42</sup> Atuou em uma escola na sede do 3º Distrito – Galópolis, porém não foi encontrado o nome desta unidade escolar. Seu nome pode ser encontrado nos documentos Circulares de nº 08, de 12 de outubro de 1942 e nº 15, de 12 de outubro de 1943. Documentos depositados no AHMJSA.

<sup>43</sup> Este professor lecionou na Escola Isolada Barão do Triunfo localizada no 1º Distrito. Seu nome pode ser encontrado na Circular nº 22, de 22 de outubro de 1945. Documento depositado no AHMJSA.

<sup>44</sup> O professor Luiz Tomazelli aparece como professor da Escola Isolada Almirante Barroso no ano de 1945, localizada no 6º distrito - Santa Lúcia do Piaí. Seu nome pode ser encontrado na Circular nº 22, de 22 de outubro de 1945. Documento depositado no AHMJSA.

<sup>45</sup> O professor Osvaldo Velho aparece na Circular nº 18, de 16 de outubro de 1944, como o professor responsável pelo Grupo Escolar General Osório, localizado no 2º Distrito - São Marcos na localidade de São José da Linha Tuiuti. Documento depositado no AHMJSA.

mestres<sup>46</sup> de 1934 até 1940 e reabriu em 1947 com o nome de Curso de Formação de Professores Primários (Curso Normal)<sup>47</sup>; por se tratar de uma Congregação Religiosa Feminina, as Irmãs de São José atendiam exclusivamente ao público feminino, além disso era de caráter particular, e conseqüentemente atendia a alunas de família com melhores condições financeiras.

Mesmo com o funcionamento de duas escolas de formação de professores na cidade, a instrução dos mestres primários de Caxias do Sul não se diferenciava do restante do país. De acordo com Zago (1980), os professores rurais primários no Brasil tinham:

[...] formação deficiente, raramente diplomados, sem orientação didática, não recebendo estímulos e ajuda técnica, atuando em escolas com instalação inadequadas, além de receber remuneração inferior aos professores da área urbana, era o perfil que apresentava o professor primário da área rural (Zago, 1980, p. 28).

Dos 179 professores que atuaram nas unidades escolares municipais somente 35 nomes foram encontrados nos Livros de Atas de Formatura das escolas de formação de docentes da cidade. O Curso Complementar da Escola São José formou três professoras para a rede municipal de ensino: Jessie da Cruz, Maria de Loudes Cia e Maria Tedesco<sup>48</sup>. Já as outras 32 docentes municipais com formação complementar se formaram na Escola Complementar de Caxias, onde seus nomes podem ser conhecidos através do quadro seguinte.

Quadro 07: Relação de professores municipais com formação na Escola Complementar de Caxias

Adelina Censi	Haydeé Maria de Lourdes Tedesco	Lourdes Giusto
Alda Antônia Rodrigues	Ida Costamilan	Lucia Ignês Franzoi
Celestina Rosa	Ida Tedesco	Lusinda Webber
Cláudia A. Steingleder	Ilka da Rosa	Maria Horaida Marques
Clotilde da Silva Barão	Iracly T. Mandelli	Naura Marques de Andrade
Diva M. Sabedotti	Iris Conti	Olivia Bressan
Eddie Ferreira da Silva	Laura Maria Balconi	Sarita Nicoletti
Elda Pellizzari	Laura Maria Nicoletti	Teresa Z. Barreto
Elídia Tedesco	Leda Tereza Centenaro	Vanda Idé Schumacher
Ester Justina Troian	Leonor Anerys Seibert	Victalina Norma Corso
Estra Boff Tessari	Lidia Lauer	

Fonte: Livro de Atas da Entrega dos diplomas às alunas que concluíram o curso de Escola Complementar de Caxias (1932-1945). Documento depositado no acervo do Instituto Estadual de Educação Cristóvão de Mendonza.

<sup>46</sup> Termo utilizado nas atas das Escolas Complementares.

<sup>47</sup> De acordo com o documento (folha avulsa) com o título: Síntese Histórica da Escola São José – Caxias do Sul depositada no Colégio São José na cidade de Caxias do Sul.

<sup>48</sup> Conforme consta no Livro de Ata de conclusão de curso e formaturas (1936-1941) da Escola Complementar do Colégio São José, depositado no acervo do Colégio São José.

Há a possibilidade de que o formando José Osvaldo Velho, da Escola Complementar de Caxias seja o professor que foi comentado anteriormente como Osvaldo Velho, já que na época havia pequenas trocas ou até exclusões nas grafias dos nomes. Além disso, muitas das professoras podem ter adicionado ou alterado a grafia de seus nomes em virtude da mudança no estado civil. Porém, deve ser levado em consideração a probabilidade de que alguns professores podem ter estudado em outras cidades, mas como uma possibilidade mais remota.

Considerando que a maior parte dos profissionais docentes não eram formados para exercer o cargo de professor, surge a seguinte questão: como era a prática destes professores que sequer tinham a formação básica para ministrar aulas? De acordo com Peres (2000), “o autodidatismo foi, sem dúvida, para muitos professores, alternativa à falta de cursos e de oportunidades de estudos” (p. 215), ao tratar da formação dos professores públicos primários do Estado do Rio Grande do Sul. Além do autodidatismo, muitos dos professores copiavam a maneira com que seus professores atuavam quando eram alunos. Conforme cita a professora Alice Gasperin que atuou como docente no município de Farroupilha, no início da sua prática docente “Fazia como fazia a minha professora. [...] o mesmo sistema da minha professora” (Gasperin, 1996).

Como eram poucos os professores que tinham formação complementar, parecia haver certa preocupação por parte da Administração Municipal, já que era oportunizados cursos de aperfeiçoamento durante as férias escolares. Conforme comenta a professora Dorotéia Rizzon Corte, o curso “Era de aperfeiçoamento, chamavam pra gente se aperfeiçoar, aprender um pouquinho mais, porque naquele tempo a maioria era professoras novas” (Corte, década de 1980). E de acordo com a entrevistada “[...] quem não alcançava a média não continuava” (Corte, década de 1980), pois havia exames no final dos cursos. A professora Dorotéia ainda comenta em sua entrevista que ensinavam nos cursos:

Matemática, História, Geografia. As principais coisas que no interior queriam. Um pouco de História, um pouco de Ciências, de Civismo e também cantos que a gente não sabia pra dar para as crianças, um pouco de educação física (Corte, década de 1980).

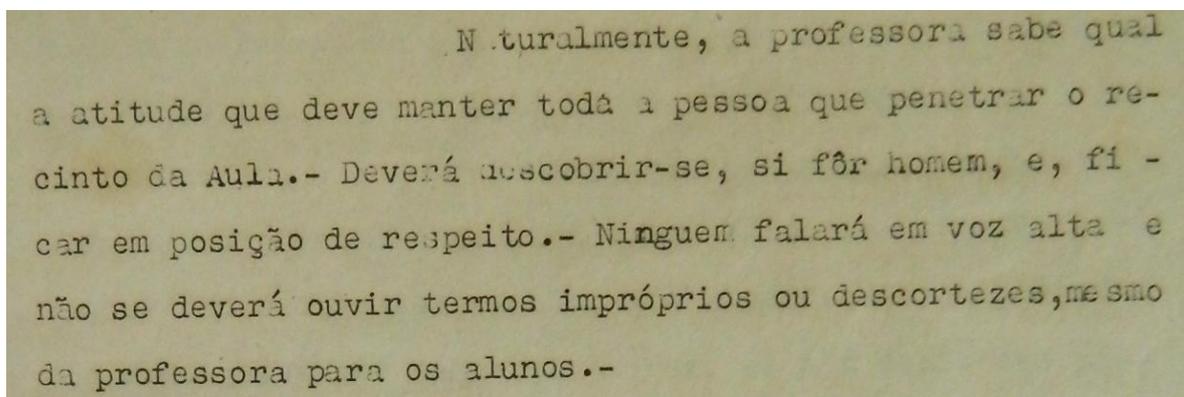
Pelo que comenta a professora Dorotéia esses cursos buscavam contribuir na melhora da qualidade de ensino. E mesmo que não fosse de frequência obrigatória muitos dos professores participavam destes cursos, mesmo aqueles que precisavam desembolsar por sua hospedagem. De acordo com a professora Olga Tonolli Sevilla em entrevista ela comenta: “A gente tinha que aprender porque a gente não tinha terminado o curso, nem nada” (Sevilla, 1998). Além da aprovação no exame ao final do curso, o teor de suas palavras transparece a necessidade de aprender mais para exercer a sua função, pois naquele tempo “o *status* de professor era

valorizado pois expressava o saber e, simultaneamente, poder” (Dalla Vecchia; Herédia; Ramos, 1998, p. 150).

De acordo com Peres (2000), “as professoras tinham, antes de tudo, um compromisso social: o de serem exemplos de virtude, de sabedoria, de desprendimento, de abnegação, para as crianças e para a comunidade de um modo geral” (p. 182). Além disso, “Ser professora ficava impresso no corpo, nos gestos, na vestimenta, ou seja, havia um *habitus* profissional que expressava o ‘ser professora’ e era expresso no corpo e na maneira de ser e de agir das professoras” (Peres, 2000, p. 183).

A conduta dos professores era vigiada tanto pela comunidade, quanto pela Administração Municipal. De acordo com Dorotéia Rizzon Corte, todos os dias os pais passavam na escola em que ela trabalhava para verificar o bom funcionamento da aula. Já a Administração Municipal exercia seu poder vigilante através das visitas de inspeção e no final do ano através dos Exames Finais, mas por meio de documentos Circulares eram feitas orientações para a conduta docente conforme apresenta a imagem a seguir.

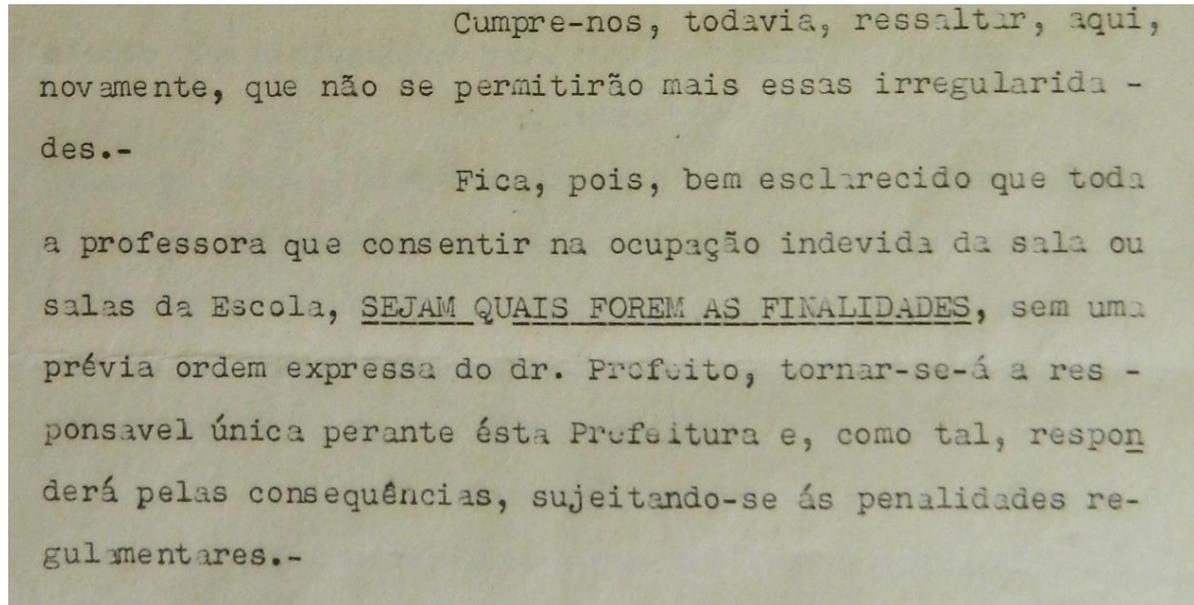
Imagem 10: Parte da Circular nº 03, de 04 de julho de 1941.



Fonte: Documento depositado no acervo do AHMJSA.

Além de orientações de conduta, outros documentos instruíam sobre as possíveis penalidades, caso fossem desrespeitadas determinadas normas.

Imagem 11: Parte da Circular nº 03, de 04 de julho de 1941.



Fonte: Documento depositado no acervo do AHMJSA.

As penalidades citadas no documento podem ser encontradas nas Fichas de Registro de Professores Municipais. Tais fichas apresentavam o nome do mestre, a escola que atuava e a sua localização, a data de ingresso no magistério, a categoria, data de prestação do exame de suficiência, anos que realizou o curso de aperfeiçoamento, período de trabalho em cada escola, licenças obtidas, faltas não justificadas, portarias de louvor, repressão ou de suspensão, participação na comissão de exames finais, cursos assistidos, trabalhos apresentados na Semana da Pátria, percentual de rendimento escolar, as impressões feitas nas visitas às escolas deste mestre, atividades extra-classe, algumas observações e conceito de planejamento. Este documento parecia fornecer informações importantes a respeito da vida profissional do professor, porém não foram encontradas as fichas de todos os professores municipais. Em algumas fichas havia o registro de portarias de repressão, porém quando tal fato ocorria não eram apresentadas especificações; mas o mais comum eram portarias de louvor, possivelmente semelhantes a da imagem seguinte.

Imagem 12: Portaria nº 1.264 em agradecimento aos serviços prestados

  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS

**PORTARIA**

Nº.1.264.

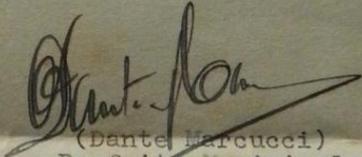
ISOLDE MARIA PEDRON

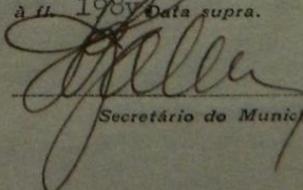
Agradece os magníficos serviços que prestou ao Ensino Municipal.-

O Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere, resolve, pela presente Portaria, agradecer à professora Isolde Maria Pedron os magníficos serviços que prestou ao Ensino Municipal, durante o tempo que exerceu o magistério.-

Registre-se e cumpra-se.-

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 13 de março de 1945.-

  
(Dante Marcucci)  
Prefeito Municipal.-

Reg. no Livro de Portarias nº 6  
à fl. 198v Data supra.  
  
Secretário do Município

Fonte: Documento pertencente ao acervo pessoal de Isolde Maria Pedron Benedetti.

Com relação às portarias de repressão ou suspensão, não foram encontrados tais documentos, porém a professora Dorotéia Rizzon Corte, descreve que se caso algum professor deixasse de fazer os planos de aula era chamado a atenção e “Eles mandavam uma portaria” (Corte, década de 1980) de repressão.

Com o aumento do número de alunos, algumas escolas foram ampliadas e houve a necessidade de criar uma nova função dentro das unidades escolares, o cargo de diretor. Segundo Faria Filho (2000), o aparecimento do cargo se associa ao espaço do grupo escolar que “[...] denota não apenas mudanças ou continuidade na forma de conceber a educação escolar e suas relações com a sociedade como um todo, mas também o aparecimento e fortalecimento de uma nova categoria profissional: a das diretoras” (p. 67). De acordo com documentos históricos, nas escolas municipais o cargo surgiu por volta de 1942, e um dos primeiros registros foi encontrado no Livro de Frequência Escolar da Escola Isolada Rui Barbosa onde havia a seguinte observação:

OBS: Tomando hoje, dia 29 de março de 1942 a direção desta escola. Estando aprovada pelo Sr. Inspetor Escolar Firmino Bonnet e mais autoridades.  
Procurarei cumprir fielmente as leis, ocupando toda a minha capacidade moral e intelectual, em prol do ensino escolar.  
Prof. Francisca Cipolla<sup>49</sup>.

Outro documento encontrado apresenta a portaria de designação da função de diretora, onde especifica uma gratificação pela responsabilidade no cargo. O documento pode ser visualizado na imagem a seguir.

---

<sup>49</sup> Documento pertencente ao acervo do AHMISA.

Imagem 13: Portaria nº 1.008 designa a professora Isolde Maria Pedron para exercer a função de diretora de um Grupo Escolar.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS**  
RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

**Portaria N.º 1.008**

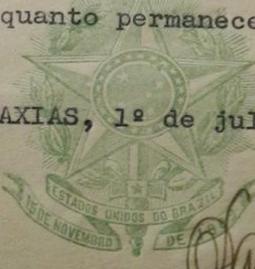
ISOLDE PEDRON  
=====

Designa para exercer as  
funções de Diretora do Grupo  
Escolar Municipal de Trav. -  
S.Teresa e concede uma grati  
ficção.-

O Prefeito Municipal de Caxias, Estado do Rio Grande do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere, resolve, pela presente Portaria, designar a professora Isolde Pedron para exercer as funções de Diretora do Grupo Escolar Municipal do Travessão Santa Teresa, ao lado da capela de São Romedio, 1º distrito dêste município, a partir desta data e conceder uma gratificação mensal de cinquenta - (Cr\$ 50,00) cruzeiros, enquanto permanecer na direção do mesmo.-

Registre-se e cumpra-se.-

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS, 1º de julho de 1943.-

  
*Dante Marcucci*  
(DANTE MARCUCCI)  
Prefeito Municipal.-

Reg. no Livro de Portarias n.º 6  
à fl. 687 e Data supra  
*[Signature]*  
Secretário do Município

Fonte: Documento pertencente ao acervo pessoal de Isolde Maria Pedron Benedetti.

Conforme descreve o documento, o diretor de unidade escolar recebia uma gratificação além dos demais professores. Provavelmente em virtude da responsabilidade pela escola e aumento de trabalho, já que também deveriam ser professores titulares de uma ou mais turmas, conforme apresenta o relato: “quando eu era diretora nos primeiros anos, também a diretora tinha que lecionar, deixar a escrita em dia e tinha que lecionar” (Corte, década de 1980). A professora Ida Menegotto Poletto também comenta que foi “diretora e professora e tudo” (Poletto, década de 1980). Mas ao que tudo indica, com o passar dos anos e com o aumento dos professores nos grupos escolares, o diretor “[...] fazia os livros, os planos, as coisas. Mas, cada professora tinha que fazer o seu plano. [...]. Uma fazia só o 1º ano, outra do 2º. Eu só inspecionava” (Poletto, década de 1980).

Mesmo atribuindo responsabilidades especiais, haviam algumas restrições orientadas pela Inspetoria Escolar:

Artº 54 – É vedado ao Diretor de Grupos ou Regentes de escolas ordenarem ou permitirem a colocação de retratos na escola, designar patronos para as salas ou instituições ou dar-lhes denominações, sem prévia autorização superior.- (Caxias do Sul, 1945)<sup>50</sup>.

O cargo de Diretor existia somente nos Grupos Escolares, por esse motivo poucos professores assumiram tal função. De acordo com os registros encontrados possivelmente havia 7 diretores em 1943, no ano seguinte haviam 6 diretores e em 1945 somente 5 diretores faziam parte do quadro de professores da Rede Municipal de Ensino.

Após as informações descritas neste item a respeito dos professores da Rede Municipal de Ensino, para complementar o capítulo há a necessidade de conhecer sobre o perfil dos estudantes destas escolas. Assim, o item seguinte busca conhecer sobre o corpo docente e as famílias destes estudantes.

#### 1.4 O CORPO DISCENTE E AS SUAS FAMÍLIAS

Para completar o perfil dos envolvidos no processo escolar da Rede Municipal de Ensino entre os anos de 1937 e 1945, este último item vai tratar sobre os estudantes e suas famílias. Então, serão tratados os seguintes aspectos: quantidade de crianças matriculadas, frequência, destaques, religião, gênero e presença da família na escola.

---

<sup>50</sup> Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais. Decreto nº 50, de 26 de abril de 1945. Documento depositado no acervo do AHMISA.

Em todas as escolas da Rede Municipal o atendimento era de caráter misto, ou seja, tanto meninos quanto meninas podiam ser matriculados e até estudarem juntos na mesma sala de aula. As atividades escolares eram comuns para os dois gêneros, conforme a professora Olga Tonolli Sevilla cita: “Devia se ensinar de tudo, inclusive trabalhos manuais ensinava para as meninas, e os guris também” (Sevilla, 1988). Porém, a partir de 1945, através do Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais, foram feitas algumas regulamentações a respeito da matrícula dos alunos, onde ficou estabelecido o seguinte:

Capítulo 3º

Da matrícula

- Matrícula: de 1º de março à 1º de abril. Se aparecer alunos novos poderão ser matriculados desde que hajam vagas.

Não poderão se matricular, crianças com moléstias contagiosas, portadoras de grave defeito físico ou psíquico, que as impossibilite de receber educação nas escolas primárias comuns, que não forem vacinadas contra a varíola nem se submeteram à vacinação (Caxias do Sul, 1945)<sup>51</sup>.

Mesmo com restrições a algumas crianças, o regulamento e outros documentos pesquisados sequer estabelecem a idade mínima para matrícula. Segundo a professora Olga Tonolli Sevilla, as crianças iam para a escola “Com seis anos já vinham. Eu pegava porque eles eram pequeninhos e incomodavam em casa, então mandavam pra o colégio. Eram tão engraçadinhos, daí ensinava” (Sevilla, 1988), mas normalmente o início da vida escolar acontecia aos “[...] 7 anos, mas se mandavam de 6 anos eu pegava” (Sevilla, 1988). Além de não estar estabelecido nos documentos pesquisados a idade mínima para matricular as crianças, também não foi encontrado o limite de idade para frequentar o ensino primário, pois segundo a professora Dorotéia Rizzon Corte, quando ela começou a lecionar por volta de 1935 ela “tinha alunos de 18, 20 anos” (Corte, década de 1980).

Com a matrícula variando com idades entre 6 anos e 20 anos, normalmente nas salas de aula haviam muitos alunos. A professora Ester Boff Tessari cita: “Em 1938 cheguei a ter cinquenta alunos matriculados, então o prefeito resolveu mandar uma auxiliar que foi a professora Maria Tedesco” (Tessari, 2004). A professora Dorotéia Rizzon Corte conta que recebeu a visita do Secretário Estadual de Educação José Pereira Coelho de Souza, quando ela “estava com 64 alunos” (Corte, década de 1980). A professora Ida Menegotto Poletto ressalta que ela lecionou para “uns 50 alunos. [...] Eram turmas enormes. Depois que foram construindo mais escolas, o número foi caindo um pouco, que nos últimos anos, em geral a gente tinha 30, 35 crianças na sala de aula” (Poletto, década de 1980). Porém, dificilmente tais números foram encontrados em registros de Visitas de Inspeção Escolar. Em uma Inspeção

<sup>51</sup> Decreto nº 50, de 26 de abril de 1945. Documento depositado no AHMISA.

realizada pelo Subprefeito de Ana Rech, Balduino Schumacher assim foi descrito “Visitei hoje esta escola, encontrei 16 alunos presentes dos 25 matriculados”<sup>52</sup>. Ou então, conforme pode ser encontrado no Livro de Chamada da Escola Isolada Abramo Pezzi:

Obs:

Estivemos, hoje, em visita de inspeção à Escola Municipal do Travessão Gablontz, 4º Distrito.

Feita a chamada, verificamos a presença de vinte e quatro (24) alunos de ambos os sexos. Pelo que foi dado observar, levamos *bôa* impressão da visita realizada.

Caxias, 12 de outubro de 1943.

Estér Troian – Orientadora da E. P. M. de Caxias.

F. Bonett – Inspetor Escolar<sup>53</sup>.

As fontes apresentam grande disparidade entre os números, mas através de dados das matrículas efetivas apresentadas pelo IBGE e a quantidade de unidades escolares encontradas nos documentos circulares é possível estabelecer uma média de alunos por escola, conforme apresenta a tabela a seguir.

Tabela 9: Média de Alunos por escola (1937 a 1945).

Ano	Matrículas Efetivas	Quantidade de Unidades Escolares	Média de alunos por unidades escolares
1937	-	-	-
1938	-	-	-
1939	678	-	-
1940	2.344	-	-
1941	2.374	75	31,65
1942	2.518	75	33,57
1943	2.669	77	34,66
1944	2.741	75	36,54
1945	2.924	87	33,60

Fonte: Documentos Circulares e IBGE (1950). Acervo do AHMJSA.

Mesmo sem alcançar a quantidade de alunos citada pelas professoras anteriormente, as turmas pareciam ser realmente grandes, com uma média sempre superior a 30 alunos. Por ser uma média, temos que considerar que na contabilidade dos dados das unidades escolares também estavam inseridos os Grupos Escolares que possuíam mais de uma turma por unidade escolar. Porém, após o Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais havia a orientação para "Turmas com no máximo 40 alunos"<sup>54</sup>.

<sup>52</sup> Visita realizada dia 01 de agosto de 1944. Livro de Frequência Escolar da Escola Isolada 13 de Maio. Documento pertencente ao acervo do AHMJSA.

<sup>53</sup> Documento pertencente ao acervo do AHMJSA.

<sup>54</sup> Capítulo 4º, do decreto nº 50, de 26 de abril de 1945. Documento depositado no AHMJSA.

Além disso, existe diferença entre matrícula e frequência, de acordo com as fontes pesquisadas, em muitos momentos a dificuldade de deslocamento até a escola, os fatores climáticos, o trabalho na colônia e mau comportamento, afetavam a assiduidade dos estudantes. Mesmo que a maioria das crianças estudassem nas “Escolas mais próximas” (Moretto, 1986) de suas casas, a professora Olga Tonolli Sevilla comenta que “Tinha alunos que vinham de cinco quilômetros às vezes vinham a cavalo, às vezes vinham a pé, às vezes vinham 4, 5 num cavalo” (Sevilla, 1988). Pela dificuldade no deslocamento, muitas vezes os fatores climáticos prejudicavam a frequência escolar, pois no Livro de Frequência da Escola Isolada Bento Gonçalves da Silva<sup>55</sup>, a Professora Hulda Ferreira da Silva, justifica em vários momentos neste documento a impossibilidade de realização de aula em virtude de “chuvas fortes” ou em outros momentos “muita neve”.

O trabalho na colheita era outro empecilho na frequência regular dos alunos, conforme cita a professora Marina Bridi Moretto: “Muitas vezes era concedida essa licença do município, que as crianças maiores ficavam em casa até 8, 10 dias. Os maiores ficavam ajudando em casa a colheita da uva, que em geral, era em março a colheita da uva” (Moretto, 1986). Mesmo com a licença concedida pela Administração Municipal, muitos alunos “[...] gostavam mais de trabalhar no pesado assim, trabalhar na roça não estudar” (Tissot, 1987).

Além de todos os aspectos citados anteriormente, a “*Senvergonhice*”<sup>56</sup> e a “*Vadiagem*”<sup>57</sup> também eram motivos de infrequência. E por orientação da Inspeção Escolar todos os dias os professores deveriam registrar a frequência dos alunos, segundo a professora Ida Menegotto Poletto,

[...] todos os dias tinha a chamada, ali se sabia. Se os alunos faltavam ou não faltavam que depois no fim do ano tinha que fazer a estatística, como disse então tinha que contar quantas faltas tinham, quantos comparecimentos de cada aluno. Do 1º e 2º e por idade de cada um. Isso que davam um trabalho que tinha que separar as frequências, com as faltas, e por idade e por classe. Tinha alguns que faltavam, mas a maioria quase tinha uma ou outra falta durante o ano, só mesmo por doença (Poletto, década de 1980).

Possivelmente em virtude da infrequência escolar, a partir do ano de 1945, através do Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais, havia a orientação sobre a assiduidade dos estudantes:

Capítulo 5º  
Da frequência  
Artº 19 – É obrigatória a frequência dos alunos matriculados na escola.

<sup>55</sup> Livro de Frequência de Alunos (1940-1944) da Escola Isolada Bento Gonçalves da Silva. Documento Depositado no AHMJSa.

<sup>56</sup> Termo encontrado no Livro de Frequência de Alunos (Julho de 1944-Agosto de 1947) da Escola Isolada Visconde de Mauá. Documento depositado no AHMJSa.

<sup>57</sup> *Ibidem*.

Artº 20 – Cabe aos pais ou responsáveis comunicar oralmente ou por escrito à direção da escola o motivo da falta de comparecimentos do aluno.

Parágrafo único – No caso de não se justificarem as faltas dentro do respectivo *prazo* de três (3) dias, o Diretor deverá solicitar dos responsáveis as informações necessárias (Caxias do Sul, 1945)<sup>58</sup>.

A assiduidade parecia ser uma grande preocupação por parte dos professores e da Administração Escolar, tanto que em alguns documentos escolares, os alunos mais assíduos recebiam prêmios. A ata da Escola Isolada Pinheiro Machado assim descreve: “Logo após a leitura dos resultados de exame pela respectiva professora, alguns alunos recitaram poesias. Foi premiada, por ter sido mais assídua às aulas a aluna Inês Moschen”<sup>59</sup>.

Mas a premiação mais comum acontecia no final do ano, em que as crianças ganhavam um presente ou uma lembrancinha, como comenta a professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli, “Prêmios eu dava. Por exemplo, pros que tiravam nota mais alta, então a gente dava um livro de história, dava uma caneta bonita, uma coisa assim, que a gente até era orientada pela Secretaria de Educação que se deveria dar uns prêmios” (Soldatelli, década de 1980). Além dos presentes citados pela professora Vanda, a professora Marina Bridi Moretto também comenta que as crianças com bom desempenho “Recebiam, ou uma caixinha e lápis de cor, ou um caderno, ou um livrinho de história. Isso a gente fazia” (Moretto, 1986). Porém de acordo com as atas de exames finais, todos os alunos recebiam um prêmio independentemente de seu desempenho, pois normalmente era citado “A professora distribuiu significativas lembranças aos alunos”<sup>60</sup> ou “A professora regente distribuiu lembranças e doces a todos os alunos”<sup>61</sup>. Provavelmente a lembrancinha citada nas atas seja semelhante a apresentada na imagem a seguir.

---

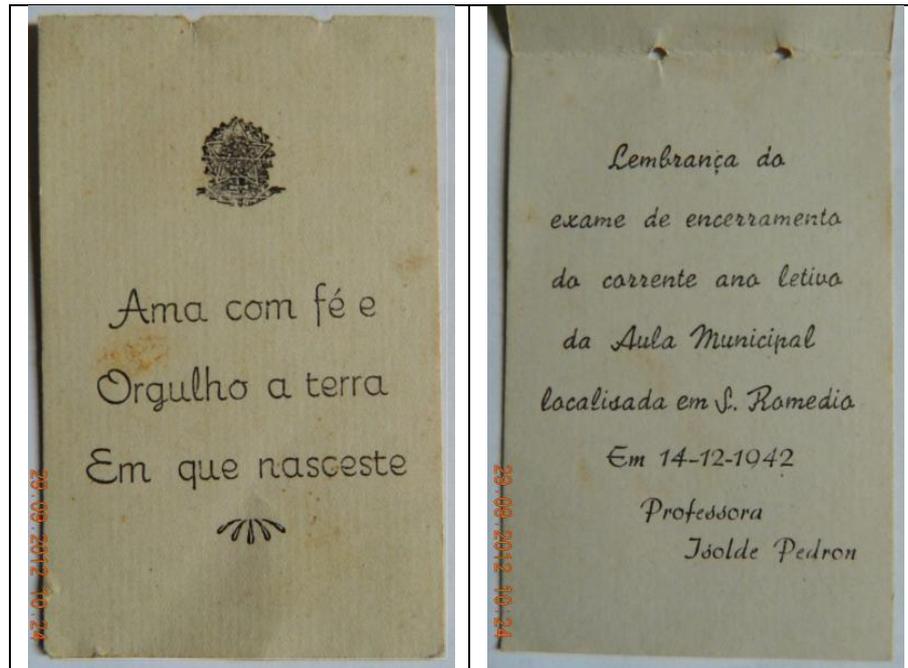
<sup>58</sup> Decreto nº 50, de 26 de abril de 1945. Documento depositado no AHMJSA.

<sup>59</sup> Ata de 12 de dezembro de 1945, pode ser encontrada no Livro de Registro de Atas (1943-1964) da Escola Isolada Pinheiro Machado. Documento disponível para consulta no AHMJSA.

<sup>60</sup> Ata dos Exames Finais de 11 de dezembro de 1945, da Escola Isolada Rocha Pombo, anteriormente designada por Escola Isolada Monges Camaldulenses. Documento depositado no acervo do AHMJSA.

<sup>61</sup> Ata dos Exames Finais de 05 de dezembro de 1945 da Escola Isolada Visconde de Cairú. Documento depositado no acervo do AHMJSA.

Imagem 14: Lembrança de final de ano



Fonte: Acervo pessoal de Isolde Maria Pedron Benedetti.

Mesmo que todos os alunos recebessem a lembrancinha ao final do ano, nem todos conseguiam ser aprovados para o ano seguinte. Para alcançar a aprovação no final do ano era necessário ser um bom aluno, que na concepção da professora Ida Menegotto Poletto, era a criança que sempre fazia “[...] os temas, que estudava, que aprendia bem. Aquele era um bom aluno, que se comportava bem na aula também. Eu achava que era um bom aluno, que tudo que se mandava fazer que ele fizesse” (Poletto, década de 1980). Mas o que provavelmente estabelecia o adjetivo de “bom aluno” estava vinculado ao que o Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais estabelecia a respeito dos estudantes:

Capítulo 3º

Dos alunos

Artº 62 – São deveres dos alunos:

- 1º - comparecer à escola *todos* os dias letivos, à hora do início dos trabalhos, asseado de corpo e de vestuário e só se retirar quando terminares as aulas.
  - 2º - tratar com respeito e delicadeza as autoridades, o diretor, professores e quaisquer outros funcionários do estabelecimento.
  - 3º - ter comportamento digno na escola e fora dessa;
  - 4º - tratar os colegas com amizade, evitando brinquedos prejudiciais e delações inconvenientes;
  - 5º - não danificar o prédio escolar, o jardim, o pátio e material.-
  - 6º - conservar em ordem e asseio o seu material de trabalho;
  - 7º cumprir as determinações do Diretor e dos professores;
  - 8º - comparecer às aulas e às festividades escolares devidamente uniformizados
- Parágrafo Único- fica ao critério do Diretor, em casos de força maior, isentar alunos do cumprimento do inciso 8º (Caxias do Sul, 1945)<sup>62</sup>.

<sup>62</sup> Decreto nº 50, de 26 de abril de 1945. Documento depositado no AHMISA.

Os oito itens acima descritos pelo documento acima se ligam fortemente ao controle das atitudes e à obediência as regras. Como neste capítulo o objetivo está em apresentar o perfil dos alunos, no quarto capítulo estas questões serão mais fortemente discutidas.

A presença da família na escola era muito comum naquela época, principalmente nas festividades e na realização dos Exames Finais. O entrosamento entre a família e os mestres parecia ser muito afetuoso, como foi descrito na ata a seguir: “Na mesma ocasião, os *paes* dos alunos, num gesto de reconhecimento pelo que a professora tem feito, ofereceram-lhe um lindo presente”<sup>63</sup>. A professora Marina Bridi Moretto complementa que,

Os pais respeitavam a gente. Não é como hoje. As famílias vinham à escola. Em geral a professora não precisava ir porque os pais vinham. Sempre que tivesse oportunidade eles vinham saber como os filhos estavam no colégio. A pergunta principal que eles faziam é se estavam aprendendo. Se eles vinham todos os dias na hora certa, se não gazeavam aula, se pediam para sair mais cedo, isso os pais não gostavam. Eles queriam saber (Moretto, 1986).

Além dos pais participarem da vida escolar, os professores também participavam da vida da comunidade. Conforme relato de entrevista da professora Liduvina Sirtoli Tissot, além de ministrar aulas ela era convidada “[...] para responder a missa, [...] o padre sempre procurava as professoras na aula” (Tissot, 1987). Além disso, ela comenta que “[...] era catequista todos os domingos, ia dar catecismo lá na igreja” (Tissot, 1987). Com isso, nota-se o envolvimento recíproco entre as partes.

Outro aspecto oportuno de salientar era que “[...] prevalecia sem dúvida nenhuma a igreja católica em toda a zona rural. Então, a escola e a igreja eram os elos que uniam os agricultores” (Benvenuti, 1983). E por esta preferência à Igreja Católica, poucos eram os alunos pertencentes a outras religiões. Somente em duas escolas, Escola Isolada Luiz Covolan e Escola Isolada Rafael Pinto Bandeira, há a referência a alunos de Religião Protestante/Evangélica nos Livros de Matrícula nos anos entre 1941 e 1944<sup>64</sup>.

Após todas as informações descritas neste capítulo foi possível conhecer de maneira aproximada o perfil do processo escolar no período entre 1937 e 1945 das escolas municipais de Caxias do Sul. A partir destes subsídios, o próximo capítulo discute sobre as diretrizes para com a educação neste momento histórico.

---

<sup>63</sup> Ata de Exames Finais de 18 de dezembro de 1939, da Escola Isolada Osvaldo Cruz. Acervo do AHMJSa.

<sup>64</sup> Documentos disponíveis para consulta no acervo do AHMJSa.

*RADIO PIRATA**(Luiz Schiavon/ Paulo Ricardo)*

*Abordar navios mercantes  
 Invadir, pilhar, tomar o que é nosso  
 Pirataria nas ondas do rádio  
 Havia alguma coisa errada com o rei*

*Preparar a nossa invasão  
 E fazer justiça com as próprias mãos  
 Dinamitar um paiol de bobagens  
 E navegar o mar da tranquilidade*

*Toquem o meu coração  
 Façam a revolução  
 Que está no ar  
 Nas ondas do rádio  
 No submundo repousa o repúdio  
 E deve despertar*

*Disputar em cada frequência  
 O espaço nosso nessa decadência  
 Canções de guerra  
 Quem sabe canções do mar  
 Canções de amor ao que vai vingar*

*Toquem o meu coração  
 Façam a revolução  
 Que está no ar  
 Nas ondas do rádio  
 No underground repousa o repúdio  
 E deve despertar*

## 2 O CONTEXTO E AS DIRETRIZES PARA O ENSINO BRASILEIRO NO GOVERNO DO ESTADO NOVO

Assim como comenta a canção anterior, o contexto mundial no período entre 1937 e 1945 estava entre guerras e revoluções. A industrialização e as duas guerras mundiais eram apresentadas como as principais marcas das primeiras décadas do século XX que, entrelaçados a tantos outros fatores, contribuíram nos rumos da civilização. No Brasil,

na passagem dos anos 20 para a década de 30, há um fator crucial que empurra o Brasil para o caminho autoritário, ou seja, a crise mundial aberta em 1929. Por seu impacto, a crise desmonta uma série de pressupostos do capitalismo liberal, que já não era tão liberal, e fornece uma boa justificativa, no plano político, para a crítica à liberdade de expressão, para a crítica ao dissenso, expresso na liberdade partidária, tidos como elementos que conduziriam o país à desordem e ao caos (Fausto, 1999, p. 19).

O “caminho autoritário” que o Brasil tomou se relaciona aos moldes do regime de governo do Estado Novo que surgiu mais ao final da década de 1930. Sendo que algumas destas ideias do novo regime de governo se aproximaram muito de formas governamentais de outros países,

[...] tanto na Europa do Leste como na Europa ocidental, é possível apontar alguns regimes com direta influência na organização do Estado Novo e na construção de sua ideologia. Chovendo no molhado, lembro, por exemplo, que a moldura sindical do Estado Novo teve forte influência da *Carta Del Lavoro*, vigente na Itália de Mussolini, e que as técnicas de propaganda estado-novistas foram muito influenciadas pelo exemplo nazi-fascista (Fausto, 1999, p.18).

Tais semelhanças mostravam que “Ambas as doutrinas apresentavam traços totalizadores, já que seu campo de ação não se atinha somente à ordem política, mas envolvia também outros aspectos da vida social: cultura, religião, filosofia” (CPDOC/FGV)<sup>65</sup>. Porém, o Estado Novo não foi uma reprodução fiel dos ideais governistas europeus, tanto que em tempos de guerra, o estado brasileiro não apoiou tais nações. Pelo contrário, “Às vésperas da declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália, em agosto de 1942, era indiscutível o comprometimento brasileiro com os Estados Unidos” (CPDOC/FGV)<sup>66</sup>.

Com o apoio dos Estados Unidos, no Brasil diversas ações foram realizadas para combater os possíveis adversários europeus. A população estrangeira, principalmente os

<sup>65</sup> Material disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/EstadoNovoFascismo>. Acesso em: 02 nov 2012.

<sup>66</sup> Material disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/NegociacaoAlinhamento>. Acesso em: 02 nov 2012.

alemães e italianos sofreram repressões e perseguições que serão discutidas nos próximos itens.

Mas a nova organização governamental do Estado Novo, estabelecida a partir da proclamação da Constituição de 1937, teve sua preparação nos sete anos anteriores a data, desde que Getúlio Vargas assumiu o poder político máximo no país. A Era Vargas iniciou em 1930 e finalizou com o declínio do Estado Novo em 1945, durante todo o período diversas mudanças ocorreram no Brasil e que serão discutidas nos itens posteriores.

## 2.1 A INSTAURAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO NOVO

Após o ano de 1930, encerra-se no cenário brasileiro o período da República Velha e inicia uma nova etapa política no Brasil, a Nova República. Esta transição parecia ser necessária, pois os tempos eram outros e o país precisava mudar.

A situação da economia brasileira era outra. O sistema coronelista perdia terreno para o processo crescente de urbanização-industrialização. O crescimento do eleitorado urbano, a crise do café, a melhoria dos meios de comunicação entre a zona rural e a urbana foram alguns dos fatores que contribuíram para a corrosão do compromisso “coronelista”. A Velha República já era incompatível com os anseios da nova geração de políticos, militares, intelectuais e de diversos outros segmentos da sociedade (Cunha, 1981, p. 23).

E as mudanças começaram a ser encaminhadas a partir das tumultuadas eleições de março de 1930. Naquele ano havia duas chapas presidenciais: a Aliança Liberal (formada por Getúlio Vargas e João Pessoa) e a Concentração Conservadora (formada por Júlio Prestes e Vital Soares). A última chapa, apoiada pelo presidente da época, Washington Luiz, venceu a eleição, com isso o monopólio do poder presidencial continuaria a pertencer ao estado de São Paulo. Mineiros e Gaúchos descontentes com tal situação denunciaram fraude na contagem de votos. Com o inesperado “[...] assassinato de João Pessoa, ex-candidato à vice-presidência, por elemento ligado à situação, era o rastilho que estava faltando. E a revolta é marcada para 3 de outubro de 1930” (Cunha, 1981, p. 24).

A Aliança Liberal se rebelou e iniciou a sua caminhada para tomar posse do Governo Federal. Em 31 de outubro de 1930, Getúlio Vargas assume provisoriamente como presidente do país, iniciando assim a Era Vargas. Mesmo se tratando de um regime provisório, somente em 1933 foram realizadas novas eleições, estabelecendo às chapas um mandato de 4 anos de governabilidade. Desta vez, Getúlio Vargas venceu a eleição, o que lhe proporcionaria permanecer no cargo até 3 de janeiro de 1938.

Porém, em 10 de Novembro de 1937, o então presidente promulga uma nova Constituição<sup>67</sup>, instaurando assim um novo regime de governo, o Estado Novo. Tal medida é justificada nas primeiras linhas da Constituição:

ATENDENDO às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que, uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil;

ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente;

ATENDENDO a que, sob as instituições anteriores, não dispunha, o Estado de meios normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem-estar do povo;

Com o apoio das forças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apreensivas diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e políticas;

Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País:

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Brasil, 1937).

Pelo que transparece o texto anterior, o Estado Novo era considerado a única maneira de instaurar a segurança, bem-estar e prosperidade no país, pois,

Longe de ser uma instância pacífica, as ruas das cidades brasileiras após 1930 foram locais de intensa conflitividade e baixíssima regulação. [...] A constância dos motins urbanos, das revoltas populares, das greves e dos levantes revolucionários fez parecer ao governo brasileiro que a paz pública seria algo difícil de se alcançar nestes anos (Parada, 2009, p. 9).

O novo regime de governo estabelecia principalmente a ordem da vida pública, com imposições rigorosas. Por isso, foi “[...] declarado em todo o País o estado de emergência”<sup>68</sup> (Brasil, 1937), e o presidente passa a ter plenos poderes para governar.

Estas novas ideias, de acordo com Figueiredo (1984) foram influenciadas pelo Positivismo<sup>69</sup>, que preconizava a centralização do poder em um estado forte e autoritário, com a intervenção do Estado na organização social. Porém é oportuno salientar que muitas mudanças alcançadas neste período foram consequência de alterações realizadas nos anos

<sup>67</sup> Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm) Acesso em: 20 jun. 2012.

<sup>68</sup> Artigo 186 da Constituição de 1937. Disponível para consulta em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm) Acesso em: 20 jun. 2012.

<sup>69</sup> “Corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX. Os principais idealizadores do Positivismo foram os pensadores Augusto Comte e John Stuart Mill. O positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro”. Disponível em: [www.suapesquisa.com/o\\_que\\_e/positivismo.htm](http://www.suapesquisa.com/o_que_e/positivismo.htm) Acesso em 02 nov. 2012.

anteriores, assim o resultado do Estado Novo não pode estar vinculado somente à Constituição de 1937, mas sim de uma trajetória política que iniciou no ano de 1930.

Seria engano pensar que o Estado Novo representou um corte radical com o passado. Muitas de suas instituições e práticas vinham tomando forma no período 1930-1937. Mas a partir de novembro de 1937 elas se integraram e ganharam coerência no âmbito do novo regime (Fausto, 2001, p. 365).

Com estas mudanças organizacionais, o Governo Vargas em conjunto com os estados, buscava inculcar no povo a ideia de que o país estava ingressando em uma nova época. Uma das principais ideologias impostas à população brasileira foi o sentimento de identificar-se como brasileiro, honrando aos símbolos nacionais: “Art. 2º- A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o País. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais”<sup>70</sup> (Brasil, 1937). Com isso, mas não somente isso, iniciou a caminhada para o Nacionalismo, que será tratado mais adiante.

Outra mudança imposta à população brasileira foi a valorização do trabalho e do trabalhador, com legislações inovadoras. Em parte este incentivo está relacionado ao combate da pobreza, resquício da Abolição da Escravatura que ainda vagava pelo ambiente nacional.

Pois,

[...] a partir desse momento, demarcado pela Revolução de 30, que podemos identificar de forma incisiva toda uma política de ordenação do mercado de trabalho, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da Justiça do Trabalho. É a partir daí que podemos igualmente detectar – em especial durante o Estado Novo (1937-1945) – toda uma estratégia político-ideológica de combate à “pobreza”, que estaria centrada justamente na promoção do valor do trabalho. O meio por excelência de superação dos graves problemas sócio-econômicos do país, cujas causas mais profundas radicavam-se no abandono da população, seria justamente o de assegurar a essa população uma forma digna de vida. Promover o homem brasileiro, defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza e também pela riqueza do conjunto da nação (Gomes, 1999, p. 55).

Outros dois temas, saúde e educação, também foram de importante destaque no cenário da época, pois havia a preocupação em sanar os principais problemas do país que eram o saneamento moral e físico (Horta, 2010a; Werle, 2008). Por esse motivo, foi criado o Ministério da Educação e Saúde para legislar e alcançar tal objetivo, tema que será desenvolvido nos próximos itens.

Mesmo com tantas alterações, muitas vezes benéficas ao país, o novo sistema começou a entrar em decadência.

---

<sup>70</sup> Artigo 2º da Constituição de 10 de novembro de 1937. Disponível para consulta em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm) Acesso em 07 ago. 2012.

O fim do Estado Novo começou com a entrada do Brasil em guerra, ao lado dos aliados, em agosto de 1942. Tornava-se clara a contradição entre a manutenção de um regime autoritário desmobilizador e o apelo à mobilização popular para o esforço de guerra ao lado das nações democráticas. [...] Em 1945, no momento em que ficou claro que Getúlio Vargas tentaria manter-se no poder, após a redemocratização do País, com o apoio dos comunistas que mobilizavam as camadas populares na campanha pela “constituente de Getúlio”, os grupos liberais apelaram novamente para os militares, desta vez com êxito. Os mesmos líderes militares que haviam ajudado Vargas a implantar o Estado Novo, em 1937, depuseram-no em outubro de 1945 (Horta, 2010a, p. 29).

Com o término do Estado Novo, finalizou um período político que se desenvolveu durante quinze anos. Assim, assumiu como interino no poder José Linhares, no qual permaneceu de 29 de outubro de 1945 até 31 de janeiro de 1946. Em seguida, Eurico Gaspar Dutra elegeu-se presidente do país inaugurando o momento democrático político.

## 2.2 INICIATIVAS RELATIVAS À ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

O tema relativo à Educação no cenário brasileiro começou a se tornar relevante a partir da Primeira Guerra Mundial. Pois “se o mundo havia chegado àquela extensa luta, que já não se imaginava possível entre as mais adiantadas nações do Ocidente [...] seria necessário rever os fundamentos e as formas da ação educativa, bem planejá-la e difundi-la” (Lourenço Filho *apud* Cunha, 1981, p. 63).

Coincidência ou não, o assunto passou a ser largamente discutido no setor político. Já no lançamento da candidatura de Getúlio Vargas em janeiro de 1930, a Plataforma da Aliança Liberal, estabelece que “a educação aparece como um dos instrumentos apropriados para assegurar a ‘valorização do homem’ e melhorar a condição de vida dos brasileiros sob o ponto de vista moral, intelectual e econômico” (Horta, 2010a, p. 281).

Passada a turbulência da Revolução de 30, e contando com Getúlio Vargas como presidente do Governo Provisório foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública<sup>71</sup>. De acordo com o Art. 2º deste decreto: “Este *Ministerio* terá a seu cargo o estudo e o despacho de todos os *assumptos* relativos ao ensino, saúde *publica* e assistência hospitalar” (Brasil, 1930). Ou seja, a principal tarefa deste Ministério, seria o “saneamento moral e físico” (Horta, 2010a, p. 281) da população. Inicialmente o Ministério dos Negócios da

<sup>71</sup> Através do Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Disponível para consulta em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decret0-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>. A partir de 13 de Janeiro de 1937, através da Lei nº 378, Art 1º “O Ministério da Educação e Saúde Pública passa a denominar-se Ministério da Educação e Saúde”, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/l0378.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm). Acesso em: 03 set. 2012.

Educação e Saúde Pública teve como chefe administrativo Francisco Campos<sup>72</sup>, que permaneceu no cargo de 1930 até 1934, e em seguida Gustavo Capanema assumiu como ministro até o ano de 1945.

A partir da consideração de que a educação passou a ser um grande problema nacional, esse fator levou a “colocar o sistema educacional a serviço da implantação da política autoritária” (Horta, 2010a, p. 282). Assim, através das alianças políticas, o Governo conseguiu impor suas ideologias também na área da Educação. Exemplo disso foram os militares que interferiram na prática da disciplina de Educação Física; a Igreja Católica que conseguiu manter compulsoriamente a doutrina da sua religião nas escolas; e os principais educadores da época e pessoas ligadas à cultura e arte que também tiveram seu espaço no Ministério da Educação e Saúde.

Com relação à aliança com a Igreja Católica, Horta comenta:

Durante o Estado Novo havia sido estabelecida uma forma de relacionamento entre o estado e a Igreja, chamada por D. Aquino Correa de “concordata moral”. Vargas compromete-se a assegurar à Igreja a liberdade que ela necessita para agir e ambiente propício a esta ação. Mas, na concepção de Vargas, a atuação da Igreja deveria limitar-se ao domínio religioso, em sentido estrito: pregação e “domínio sobre as almas”. Em troca, o Estado Novo esperava dos membros do clero que estes, através da palavra e do exemplo, ensinassem aos fiéis a obediência à lei, a ordem e a disciplina (Horta, 2010b, p. 42).

Tal aliança foi tão importante, que na primeira cerimônia cívica após a implantação do Estado Novo, aliada a todas as comemorações pelo Dia da Bandeira houve a celebração de um culto católico. Esta “[...] missa demonstrava uma sincronia entre a Igreja e o Estado Novo na encenação da cerimônia e, mais do que isso, marcava a concordância de liderança católica com a nova ordem política” (Parada, 2009, p. 33). Mas anterior ao Estado Novo, a Igreja estava aliada ao governo, pois “[...] levou a massa da população católica a apoiar o novo governo. Este, em troca tomou medidas importantes em seu favor, destacando-se um decreto, de abril de 1931, que permitiu o ensino da religião nas escolas públicas” (Fausto, 2002, p. 333).

Além da aliança com os religiosos, o governo também liberou a cota para os militares. Em virtude do “aumento do interesse de certos setores militares pelo sistema educativo” (Horta, 2010a, p. 282) a parte privilegiada a eles foi a disciplina de Educação Física. Tal medida também era apoiada pela Igreja Católica nas escolas religiosas, já que “[...] um coração orientado nos princípios cristãos e um corpo robusto constituem as melhores armas

---

<sup>72</sup> Em seu mandato foi criado o Departamento Nacional de Ensino em 1930 e o Conselho Nacional de Educação em 1931 (Veiga, 2007).

para vencer os inimigos da pureza dos costumes” (p. 11)<sup>73</sup>. A prática da Educação Física que era influenciada pelo militarismo estava voltada principalmente ao disciplinamento do corpo, à exaltação cívica e ao fortalecimento da raça (Parada, 2009).

Com relação aos intelectuais no governo, foi principalmente através do Ministério da Educação e Saúde, que os ilustres personagens colaboram com o Estado Novo. Nesta pasta administrativa, havia como prioridade “[...] conduzir o sistema educacional brasileiro por caminhos novos, visando modernizá-lo e adequá-lo às exigências do desenvolvimento do capitalismo” (Horta, 2010a, p. 283). Dentre os inúmeros personagens intelectuais participantes do Ministério da Educação e Saúde, destaca-se a presença de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Cecília Meirelles e Lourenço Filho, que foram participantes do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova<sup>74</sup> em 1932.

Helena Bomeny (1999) comenta sobre estes personagens,

Capanema não apenas se manteve ao longo de 11 anos à frente do Ministério da Educação e Saúde, o nome à época, como agregou em torno de si uma linhagem de homens ilustres nos campos da educação, cultura e das artes, deixando-nos a responsabilidade de avaliar as políticas de primeira grandeza que compunha a constelação do poder ministerial. Afinal, a formulação das políticas cultural e educacional para o Brasil contou com a atuação nem sempre simétrica, mas inequivocadamente ativa, intelectuais como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Rodrigo Mello Franco, Alceu Amoroso Lima (mais tarde Tristão de Ataíde) e até Villa-Lobos, Jorge de Lima, Manoel Bandeira... Foi o ministério dos modernistas, dos Pioneiros da Escola Nova, de músicos e poetas. Mas foi também o ministério que perseguiu os comunistas, que fechou a Universidade do Distrito Federal (UDF), de vida ativa e curta, expressão dos setores liberais da intelectualidade do Rio de Janeiro (1935-39). Foi, ainda, o ministério que apoiou a política nacionalizante de repressão às escolas dos núcleos estrangeiros existentes no Brasil (Bomeny, 1999, p.137).

Durante o período entre 1937 e 1945, o Ministério da Educação e Saúde, além de apoiar aos inúmeros decretos-lei que envolvia a Educação, também colaborou na criação de diversos órgãos educacionais, como: o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), o Instituto Nacional do Livro, o Conselho Nacional da Cultura, o Serviço do Patrimônio Histórico e

<sup>73</sup> Documento pertencente ao acervo do CPDOC/FGV (sem data) com o título “A Igreja e a Educação Física”.

<sup>74</sup> “O ‘Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova’ consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Regido por Fernando de Azevedo, o texto foi assinado por 26 intelectuais, entre os quais Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles. Ao ser lançado, em meio ao processo de reordenação política resultante da Revolução de 30, o documento se tornou o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país. Além de constar a desorganização do aparelho escolar, propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, laica, obrigatória e gratuita. O movimento reformador foi um alvo de crítica forte e continuada a Igreja Católica, que naquela conjuntura era forte concorrente do Estado na expectativa de educar a população, e tinha sob seu controle a propriedade e a orientação de parcela expressiva das escolas da rede privada” (CPDOC/FGV). Disponível para consulta em: <http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoPioneiros> Acesso em: 02 nov. 2012.

Artístico Nacional, o Serviço Nacional de Teatro e o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (Horta, 2010b). Com relação à organização do Ensino, durante o período estudado, a principal atenção estava voltada ao Ensino Superior<sup>75</sup>, Industrial<sup>76</sup>, Secundário<sup>77</sup> e Comercial<sup>78</sup>. Estes níveis de ensino receberam legislações específicas durante o período, diferente do que aconteceu com o Ensino Primário, que somente em 1946 foi aprovada a Lei Orgânica do Ensino Primário.

### 2.2.1 A Educação Primária e a sua Legislação

Como foi comentado anteriormente o Ensino Primário não recebeu tamanha importância legal como os outros níveis de ensino. A legislação federal que organizava o Ensino Primário era do século anterior, mais precisamente do ano de 1827 (Cunha, 1981). Sabendo do grande problema do Ensino Primário, Gustavo Capanema sugere ao Presidente da República a criação da Comissão Nacional do Ensino Primário (CNEP)<sup>79</sup>, afirmando:

A administração do ensino primário é tarefa que não deve ser arremetida das atribuições estaduais e municipais. O papel da União será outro. Cumprir-lhe-á, por um lado, traçar, em lei federal, as diretrizes fundamentais do ensino primário, e, por outro lado, cooperar financeiramente, com os governos estaduais e municipais, na medida das necessidades de cada qual, a fim de que, em período o mais curto possível, se liquide o analfabetismo em todo o território nacional, se nacionalize integralmente a escola primária dos núcleos de população de origem estrangeira e se eleve, obedecidos os padrões próprios e cada nível cultural do país, a qualidade da nossa escola primária (Capanema, 1938 *apud* Horta, 2010a, p. 32).

Através de inúmeras reuniões do CNEP, foram elencadas as três principais preocupações com o ensino primário:

[...] a nacionalização das escolas primárias nos núcleos de população de origem estrangeira, especialmente nas colônias italianas e alemãs do sul do país; a elaboração do anteprojeto de lei de organização nacional do ensino primário, e a

<sup>75</sup> Através do decreto-lei nº 421 de 11 de maio de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-421-11-maio-1938-350759-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 ago. 2012.

<sup>76</sup> Através da Lei Orgânica do Ensino Industrial, decreto-lei nº 4073 de 30 de janeiro de 1942. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br/legislacao/126678/decreto-lei-4073-42](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126678/decreto-lei-4073-42). Acesso em: 20 ago. 2012.

<sup>77</sup> Através da Lei Orgânica do Ensino Secundário, decreto-lei nº 4244, de 09 de abril de 1943. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1943-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 ago. 2012.

<sup>78</sup> Através da Lei Orgânica do Ensino Comercial, decreto-lei nº 6141 de 28 de dezembro de 1943. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 ago. 2012.

<sup>79</sup> Decreto-lei nº 868, de 18 de novembro de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-868-18-novembro-1938-350829-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 ago. 2012.

formação e disciplinamento do magistério primário em todo o país (Horta, 2010a, p.33).

Poucas destas preocupações saíram do papel, o anteprojeto de lei para organizar o ensino primário somente se consolidou em 2 de janeiro de 1946, através da Lei Orgânica do Ensino Primário<sup>80</sup>. A qualificação para o magistério se concretizou após o término do Estado Novo, através da Lei Orgânica do Ensino Normal<sup>81</sup>. Já a nacionalização, não só das escolas primárias, foi o grande alvo da política educacional do ministro Gustavo Capanema, tema que será tratado mais adiante.

Outros movimentos relativos à organização legal do ensino primário foram a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário<sup>82</sup> e os artigos 129, 130, 131 e 133 da Constituição de 1937. O Fundo Nacional do Ensino Primário era destinado à ampliação e melhoria do sistema escolar primário de todo o país, em convênio estabelecido entre o Governo Federal e os Governos Estaduais. Os artigos da Constituição Federal de 1937<sup>83</sup> relacionados à instrução primária eram os seguintes:

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

[...]

Art 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.

Art 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.

Art 133 - O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos (Brasil, 1937).

<sup>80</sup> Decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 25 ago. 2012.

<sup>81</sup> Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-norma-pe.html> . Acesso em: 25 ago. 2012.

<sup>82</sup> Decreto-lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4958-14-novembro-1942-414976-norma-pe.html> . Acesso em 20 ago. 2012.

<sup>83</sup> Disponível para consulta em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm) Acesso em: 15 jul. 2012.

Mesmo com o apontamento na Constituição de 1937, o ensino primário não pareceu ser uma grande preocupação para este governo. A alteração mais profunda nas escolas de ensino primário possivelmente foi a inserção das novas disciplinas, e conseqüentemente, a força do nacionalismo nas escolas de regiões estrangeiras.

### **2.2.2 As mudanças no currículo primário**

Fundamentada nos princípios do higienismo, eugenia e civismo, a escola passa a ter uma nova grade curricular para atender os objetivos propostos pelo novo Governo, assim são inseridas as disciplinas de: Ensino Cívico, Trabalhos Manuais e Educação Física. Esta imposição curricular ia ao encontro da preocupação do Governo em “[...] usar a força da escola para doutrinar, ou seja, conquistar as massas para seus quadros” (Louro, 1986, p.24).

As diretrizes das disciplinas deveriam atender aos princípios do governo, com isso, a disciplina de Educação Física podia contribuir na construção de um homem forte e disciplinado; os Trabalhos Manuais colaborariam na habilidade necessária para que mais tarde, a criança pudesse se inserir no trabalho industrial; e o Ensino Cívico ensinava o amor e o orgulho pelo país. E além destas disciplinas, “Por meio de recursos como o cinema, o rádio, desfiles cívicos e atividades desportistas, divulgava a imagem de uma raça nacional forte e trabalhadora” (Veiga, 2007, p. 265).

Mesmo que individualmente cada disciplina deveria atender aos princípios do governo, o objetivo geral era civilizar o indivíduo. No caso da disciplina de Educação Física, o ápice da sua prática podia ser visualizado nos desfiles e celebrações públicas, na qual “[...] o jovem ‘sadio’, ‘disciplinado’ e ‘nacional’ era apresentado como condição da modernização do país” (Parada, 2009, p. 163). Além disso,

As novas disciplinas escolares – entre elas a educação física – e também as práticas médicas dirigidas à criança compunham um conjunto de estratégias voltadas para a pacificação e a disciplinarização de uma parte da população que, uma vez ordenada, poderia garantir, no futuro, a estabilização do regime e a criação de uma sociedade moderna. [...] Nas cerimônias cívicas a Educação Física torna-se uma disciplina moral, fornecendo subsídios para a construção de valores públicos e coletivos como as ideias de disciplina, solidariedade com a comunidade nacional, ordem saúde e modernidade (Parada, 2009, p. 163).

Além da contribuição da Educação Física para com o civismo, o Ensino Cívico e o Canto Orfeônico também inculciam na criança o orgulho pelo país. Coordenado pelo maestro Heitor Villa-Lobos “As classes de canto orfeônico serviriam como iniciação à cultura

musical, mas, sobretudo, construíram-se como local de coesão em torno de um projeto de cultura cívica” (Parada, 2009, p. 196).

Este “projeto de cultura cívica”, mesmo estando voltada a toda extensão do território brasileiro, atuava com maior poder nas regiões estrangeiras do país. A população estrangeira que ocupava o Brasil nunca havia sido fonte de preocupação por parte do governo, esta “[...] possível ausência de nacionalização era decorrente, sobretudo, do descuido dos governos passados, que teriam deixado aquelas regiões coloniais quase em completo abandono, principalmente no que diz respeito à instrução pública” (Corsetti; Kistemacher; Padilha, 2007, p. 184). Por esse motivo, muitas das regiões ainda mantinham tradições do seu país de origem, mas que em virtude dos novos ideais governamentais, precisaram ser apagadas para evitar prejuízos piores.

### 2.3 A CAMPANHA NACIONALISTA NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DE REGIÕES COM POPULAÇÃO DE IMIGRANTES

Como o objetivo do governo federal era excluir qualquer tipo de manifestação contrária ao brasileirismo, as regiões com presença de imigrantes e descendentes de estrangeiros sofreram represálias, pois eram vistas como ameaça pelo governo (Seyferth, 1999). Essas regiões, localizadas em sua maioria na região sul do Brasil, sofreram fortes medidas, algumas vezes violentas, para conter a cultura estrangeira da população.

A interferência se dava a toda e qualquer manifestação da cultura estrangeira ou regionalista, pois existia a determinação de centralizar o poder. No caso do estado do Rio Grande do Sul, em virtude de resolução superior, foram: queimadas as bandeiras, banidos os escudos, hinos e outros símbolos regionais (Pesavento, 1984). Isso tudo fazia parte do ideal nacionalista que o Governo Federal pregava à população, para estabelecer a unidade nacional.

Com o intuito de nacionalizar o país, uma série de decretos-lei foram impostos à população, a partir de 1938. Mas existem indícios de que já havia uma preocupação com as regiões estrangeiras no estado do Rio Grande do Sul desde o início da imigração, pois o Governo Provincial instituiu a Lei nº 579 de maio de 1864, que incentivava a nacionalização através da “remuneração especial para os professores que ensinassem o português” (Kreutz, 1994, p.43). Outra preocupação com a utilização de estrangeirismos, anterior ao período do

Estado Novo pode ser encontrada na Lei Orgânica do Município de Caxias de 1936<sup>84</sup>, nos artigos nº 72 e 73, que estabeleciam pequenas normas nacionalistas relacionadas ao ensino.

Art. 72 – [...]

§ único – O ensino religioso e o da educação moral e cívica serão ministrados em preleções *semanaes*, de duração igual a das demais disciplinas.

Art. 73 – [...]

§ Nos estabelecimentos particulares, o ensino será ministrado em idioma *Patrio*, salvo o de *linguas* estrangeiras (Caxias, 1936, p. 27-28).

Além destes indícios, no ano de 1933 uma Comissão Examinadora de Exames Finais de escolas municipais de Caxias do Sul, demonstrava as suas preocupações com os estrangeirismos: “Apesar dos esforços empregados pelas mestras, nota-se, ainda nos *alumnos*, acentuada pronuncia germânica, o que dificulta, sobremaneira, o ensino da língua *patria*”<sup>85</sup>.

Mesmo existindo tal incentivo remunerado aos professores em 1864, a legislação imposta ao ensino de Caxias em 1936 e a preocupação por parte da Comissão Examinadora em 1933, a influência nacionalista em todas as regiões estrangeiras somente aconteceu mais tarde. Assim, o marco para o início da Nacionalização pode ser apontado como o ano de 1938.

No dia 11 de abril de 1938 através da publicação do jornal O Momento<sup>86</sup>, a população de Caxias pode conhecer o cerco contra o estrangeirismo. Nesta data, o periódico publicou o decreto estadual nº 7.212 de 06 de abril de 1938, que tratava da nacionalização do ensino, assinado pelo interventor Osvaldo Cordeiro de Farias. O decreto abordava os seguintes aspectos: obrigatoriedade do ensino primário; gratuidade do ensino em estabelecimentos públicos; livre iniciativa ao ensino primário; obrigatoriedade da Educação Física, Ensino Cívico e Trabalhos Manuais; em escolas primárias particulares de língua estrangeira havia a necessidade da presença de professores do Estado, para o Ensino Cívico, da Língua Portuguesa, de História e Geografia da pátria; no caso de uma escola particular funcionar próxima a uma escola pública, os vencimentos dos professores públicos deveriam ser pagos por aqueles que mantêm os estabelecimentos particulares; as disciplinas que os professores públicos lecionavam teriam preferência no horário da escola; caso as escolas não satisfizerem os requisitos já mencionados, seriam fechadas; contratação e designação de professores; nenhuma escola poderia ser mantida por governo ou órgão estrangeiro ou com sede no

<sup>84</sup> Documento disponível para consulta em:

<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=18721&p=0> . Acesso em 07 set. 2012.

<sup>85</sup> Ata de Exames Finais da Aula Municipal da Linha Santo Antônio. Livro de Registro de Atas (1930-1943) da Aula Municipal da Linha Santo Antônio/ Escola Isolada Alberto Torres. Documento depositado no acervo do AHMJA.

<sup>86</sup> O Jornal O Momento foi um dos principais periódicos que circulou no município de Caxias do Sul de 1933 a 1951. Encontra-se disponível no AHMJA ou no site: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=24663&p=0> . Acesso em: 07 set. 2012.

estrangeiro; as instalações escolares não poderiam manter escritas em “língua viva estrangeira nem homenagem a chefes ou membros de governo estrangeiro”; as escolas primárias particulares deveriam seguir as mesmas orientações de atos cívicos que as escolas públicas; as escolas primárias particulares deveriam estar registradas na Diretoria Geral da Instrução Pública; e as escolas de ensino secundário e técnico profissional estariam sujeitas a este decreto.

O primeiro decreto-lei federal instituído aos estrangeiros foi o de nº 383, de 18 de abril de 1938<sup>87</sup> (Brasil, 1938), onde o Governo Federal buscava controlar a população estrangeira, coibindo-a principalmente da participação política e de reuniões sociais. Dias depois, um novo decreto relacionado à Nacionalização do Ensino foi lançado, era o decreto estadual nº 7247 de 23 de abril de 1938, que previa o Registro e a Fiscalização das escolas particulares, proibindo que estas instituições fossem dirigidas ou subvencionadas por estrangeiros, além de delegar aos professores das escolas particulares o dever de difundir o sentimento da nacionalidade e o amor à pátria (Bastos, 1994).

Em seguida o decreto-lei nº 406, de 04 de maio de 1938<sup>88</sup>, também estabelecia diretrizes sobre o ensino. No Capítulo XVI – Disposições Gerais e Transitórias,

Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrada em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

§ 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.

§ 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa.

§ 4º Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e geografia do Brasil.

§ 5º Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país (Brasil, 1938).

Mais tarde, através do decreto-lei nº 1545, de 25 de agosto de 1939<sup>89</sup>, o Governo estabelecia normas sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros:

Art 1º (...) Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum (Brasil, 1939).

<sup>87</sup> Disponível para consulta em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 08 set. 2012.

<sup>88</sup> Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 08 set. 2012.

<sup>89</sup> Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 08 set. 2012.

Além disso, o mesmo decreto-lei mencionado no parágrafo acima estabelecia algumas atribuições do Ministério da Educação e Saúde. Assim, a pasta administrativa se incumbia de: promover a criação de escolas, subvencionar as escolas primárias dos núcleos coloniais, favorecer aquelas fundadas por brasileiros, orientar e recrutar os professores destinados a trabalhar nas zonas coloniais, incentivar organizações patrióticas que se destinem à Educação Física, promover comemorações cívicas, instituir bibliotecas de interesse nacional, vigiar sobre o ensino de línguas e sobre o ensino da História e Geografia do Brasil, distribuir informações sobre o Brasil.

No Rio Grande do Sul, a nacionalização de ensino iniciou com o Interventor Daltro Filho<sup>90</sup> no ano de 1937, mas a partir de 1938, através do Interventor do Estado Osvaldo Cordeiro de Farias<sup>91</sup> as medidas foram mais sistemáticas e repressivas (Bastos, 1994). Principalmente nos núcleos com maior resistência, as ações foram mais rígidas, pois “a Campanha de Nacionalização do Ensino desembocou, no Estado, em seu aspecto negativo, em forte acirramento de ânimos, em medidas repressivas e na destruição de obras e documentos histórica e culturalmente valiosos” (Kreutz, 1994, p. 46).

As ações nacionalistas se organizaram de duas formas, em medidas preventivas (extra-escolares e escolares) e repressivas. As medidas preventivas extra-escolares eram realizadas através de caravanas nacionalistas e na comemoração de datas cívicas (Bastos, 1994). Um exemplo disso estava na Parada da Juventude Brasileira e na Caravana de “coloninhos” ou “gauchinhos” (Kreutz, 1994, p. 47), que consistia na seleção de 500 coloninhos que passavam sete dias na capital do estado para participarem das comemorações cívicas, a cada ano. Segundo a professora da rede municipal de ensino de Caxias do Sul da época, Vanda Lide Schumacher Soldatelli, um de seus alunos foi escolhido para participar desta cerimônia na capital.

Um aluno só, que naquele tempo, era escolhido um aluno, pra ir pra parar no Palácio do Governo em Porto Alegre, na Semana da Pátria. E esse guri era muito vivo. Ele sempre dizia: eu vou ser alguma coisa, eu vou ser alguma coisa! Danado, falava, incomodava os outros também e afinal como ele era muito vivo e muito esperto, então ele foi escolhido pra ir pra Porto Alegre (Soldatelli, década de 1980).

Segundo a entrevistada o menino,

[...] foi mais escolhido ali pela prefeitura, porque eles já conheciam esse guri, quando eles faziam visitas nas escolas, eles conheciam o menino. Então eles disseram: ele não vai se perder em Porto Alegre, se ele fugir por qualquer coisa, ele

<sup>90</sup> Foi Interventor do Rio Grande do Sul em 1937, porém com o seu falecimento em 1938 o Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias foi nomeado como seu substituto (Louro, 1986).

<sup>91</sup> Osvaldo Cordeiro de Farias foi Interventor do Estado do Rio Grande do Sul de 1938 até 1943 (Bastos, 1994). De 1943 a 1945 o estado teve como Interventor o Coronel Ernesto Dornelles (Corsetti; Kistemacher; Padilha, 2007).

vai saber como voltar. [...] O Governador do Estado convidava um coloninho, como eles diziam, coloninho de cada escola, de cada município, ou 2, 3 de cada município, pra ficarem hospedados no palácio do governo e assistirem a semana da pátria em Porto Alegre. E o guri foi (Soldatelli, década de 1980).

As medidas preventivas escolares, basicamente foram: o desdobramento da rede escolar estadual; a nacionalização rigorosa do sistema escolar particular; a criação, em 1939, do Corpo de Delegados Escolares Regionais e de Orientadores Técnicos; a criação de novas unidades escolares; e a nomeação de professores para a rede pública estadual (Kreutz, 1994).

Como medidas repressivas, principalmente em unidades escolares teuto-brasileiras, ocorreu o:

[...] fechamento de escolas, a prisão de professores e as enérgicas medidas contra as duas Escolas Normais, a de Novo Hamburgo e a de São Leopoldo, o pior das medidas repressivas consistiu nos efeitos indiretos sobre a escola, professores e núcleos rurais (Kreutz, 1994, p. 48).

Outra medida, ou talvez incentivo à nacionalização do ensino foi a criação da Revista de Ensino, no ano de 1939, que visava construir uma nova identidade nacional através da cultura e do ensino (Bastos, 1994). A revista era orientada e patrocinada pelo Estado gaúcho e era destinada aos professores, procurando os convencer de que a escola era a célula de formação da nacionalidade com a função de preparar a criança moralmente, intelectualmente e fisicamente, sendo que se apropriou do discurso escolanovista, articulando-o às práticas autoritárias, disciplinadoras e homogeneizadoras.

Mesmo com tantas medidas e decretos, muitos dos problemas da nacionalização estavam vinculados às atividades religiosas, principalmente por causa da pregação do culto na língua estrangeira. Assim, em virtude das repressões por parte do Governo Federal, a Igreja Católica gaúcha, na figura do Arcebispo de Porto Alegre Dom João Becker, precisou colaborar com o Estado na nacionalização. As medidas iniciaram com a proibição de sermões em língua estrangeira, a utilização da língua nacional em escolas católicas, e também na proibição da distinção para a comunhão solene entre as crianças que eram estudantes de escolas públicas e de escolas católicas, sugerindo assim aos pais que matriculassem seus filhos nas escolas públicas (Bastos, 1994).

Neste período, o ensino primário, mesmo sem apresentar grandes preocupações por parte do Governo Federal, no estado do Rio Grande do Sul este nível de ensino recebeu uma atenção especial. Um dos responsáveis pelo zelo à educação básica foi o Secretário de Educação do Estado, José Pereira Coelho de Souza, que permaneceu no cargo de 1937 até 1945 (Bastos, 1994). Algumas das principais melhorias encabeçadas pelo Secretário Estadual de Educação foi o aumento do número de professores, a criação da Revista do Ensino, a

qualificação dos professores, a ampliação e melhoramento nos prédios escolares, elaboração de normas de funcionamento para as instituições educacionais, além de políticas de pessoal, com a elaboração de um plano de carreira para o magistério (Louro, 1986). Além destas mudanças, José Pereira Coelho de Souza foi um dos principais personagens pela nacionalização do ensino das escolas das regiões estrangeiras do estado.

A nacionalização do ensino afetou a todas as regiões onde havia a manutenção de culturas diferentes da brasileira, porém as regiões de imigrantes alemães sofreram maiores represálias. Conforme aponta o jornal caxiense A *Época*:

Os jornais de Caxias e outros, vêm, desde há tempos, registrando *fátos*, interessantes e lamentáveis relacionados com a campanha de nacionalização do ensino, tão sabiamente posta em *prática* pelo novo regime.

É que em *certas* zonas, onde predomina a *influencia* teuta, tem sido esboçada, e realizada em parte, uma *cérta* reação passiva contra as novas leis do ensino, com o objetivo de dificulta-las em sua pratica.

Tão tenaz e pernicioso tem sido essa campanha, que em certas localidades formou-se um ambiente popular verdadeiramente hostil às educadoras nacionais, ao ponto *déstas* não encontrarem quem lhes fornecesse alimentos e cômodos para residir.

[...]

O dr. Coelho de Souza, Secretario de Educação, considerando porém que a educação é uma vontade nacional e não um capricho de desclassificados *inquistados* em nossa *Patria*, já se dirigiu ao Cel. Cordeiro de Farias, Interventor Federal, com o fim de tomarem medidas *energicas* para neutralizar a influencia *nefásta* desses expedientes *anti-patrióticos*.

Do entendimento havido entre as *excias*, ficou deliberado que como medida imediata, o Governo do Estado fechará sumariamente toda e qualquer escola particular que dificultar a nacionalização do ensino, instalando imediatamente no mesmo prédio uma escola publica brasileira, com as devidas acomodações para as professoras.

Digna, patriótica, merecedora dos mais fartos aplausos é a atitude assumida pelos nossos governantes, amparando a lei de nacionalização e as professoras que geralmente deixam a cada paterna afim de dedicarem a sua vida, o seu amor á pátria, ensinando ás crianças, formando *caractéres* e dando o seu auxilio para o reerguimento moral e intelectual da nossa *Patria* (Jornal A *Época*, nº 23, mar./1939, p.1)<sup>92</sup>.

Para o Secretário Estadual de Educação José Pereira Coelho de Souza, de modo diferente do que ocorria nas regiões habitadas por imigrantes alemães, em regiões colonizadas por imigrantes italianos, poloneses, japoneses ou judeus, não havia grandes problemas em nacionalizar a escola. Conforme o Secretário de Educação,

Na colônia italiana, [...] o problema da nacionalização, em rigor, não existe. Havia em toda a zona cerca de 30 escolas particulares. Refiro-me às escolas, porque constituem índice seguro de resistência local anti-brasileira mantidas pelas paróquias, já nacionalizadas, um ano antes de se iniciar a ação governamental, de ordem do Bispo de Caxias. [...] Os judeus possuem duas ou três escolas, que se nacionalizaram sem resistência. [...] Os núcleos poloneses e japoneses não chegam a constituir, ainda, objeto de preocupação para o governo do estado, dada a sua pequena extensão, embora nos primeiros se registrassem, antes da guerra,

<sup>92</sup> Jornal A *Época* de 05 de março de 1939. Disponível em:

<http://liquid.caxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=22798&p=0> Acesso em: 09 set. 2012.

manifestações de desintegração brasileira (Coelho de Souza, 1941 *apud* Kreutz, 2010, p. 78).

Na região de colonização italiana havia “A preferência pela escola pública primária (e gratuita) [...]” o que “[...] levou a um movimento intenso de solicitações” (Luchese, 2007, p. 179). O Secretário de Educação cita,

A colônia (italiana) solicita, insistentemente, ao governo novas escolas; a instalação dos novos estabelecimentos de ensino é ali recebida com festejos populares; a origem latina das duas línguas torna fácil o trabalho dos professores públicos, nos centros menos nacionalizados (Bertaso; Lima, 1950, p. 371).

Mesmo com a facilidade existente entre a língua portuguesa e a língua italiana existiram algumas dificuldades de ajustes entre as partes envolvidas na situação. No item seguinte serão apontados aspectos relacionados à nacionalização do ensino nas escolas municipais de Caxias do Sul.

### **2.3.1 A Nacionalização do Ensino nas Escolas Municipais de Caxias do Sul**

Como comentado anteriormente, nas regiões de colonização italiana a nacionalização do ensino se deu de forma mais tranquila, se comparada às regiões de imigração alemã. Mas, conforme aponta Dalla Vecchia; Herédia; Ramos (1998) em virtude da nacionalização, professores italianos foram impedidos de lecionar, materiais didáticos em língua estrangeira foram eliminados, algumas escolas foram nacionalizadas e nas escolas municipais ocorreu a diminuição das matrículas em virtude da proibição da utilização da língua estrangeira.

Com relação à diminuição das matrículas, esta afirmação gera dúvidas se for comparada às informações da Tabela 9 do capítulo anterior. Em tais informações fornecidas pelo IBGE (1950), a cada ano que passava mais matrículas eram efetuadas na rede municipal. Além disso, através das informações da professora Ester Justina Troian Benvenuti, é possível verificar que os filhos eram incentivados a frequentar a escola para que aprendesse a língua portuguesa e depois ensinassem os seus pais. Segundo a entrevistada, os pais comentavam para ela: “*Maestra, mi voi que me fioi impare parlar em brasiliam, par que impare parlar como mi. Me tosati bezonha que estudie e nó que sai come mi. Me pias que estudie*”<sup>93</sup> (Benvenuti, 1983).

---

<sup>93</sup> Possível tradução: “Professora, eu quero que meu filho aprenda a falar em brasileiro, que eu gosto que ele aprenda a falar. Meu filho precisa estudar e que não saia como eu. Eu gosto que estude”.

Pela convivência com a língua utilizada pelos pais, muitas crianças apresentavam dificuldades na compreensão da língua portuguesa. Por este motivo havia a necessidade em lecionar no dialeto italiano, conforme comenta a professora Estra Boff Tessari:

No governo do Presidente Getúlio Vargas, na época da Grande Guerra Mundial era proibido falar italiano. Alguém denunciou-me na prefeitura porque falava italiano com os alunos. O prefeito convocou-me pra dar explicação sobre o assunto. Apresentei-me e expliquei que pra ensinar português tinha que antes falar italiano e ir traduzindo as palavras, pois eles ainda não aprendiam, por isso era acusada de incompetente (Tessari, 2004).

Segundo a professora Olga Tonolli Sevilla “[...] o prefeito de Caxias queria que eles tivessem uma língua correta, português” (Sevilla, 1988). Pois, havia a instrução para que fosse utilizada a língua pátria nas escolas, conforme previa a Circular nº 3 de 1941: “Dentro e *fóra* da Escola, a professora fará sentir a sua autoridade, falando com os alunos em nosso idioma, e não permitindo que, entre eles, outra língua ou dialeto prevaleça”<sup>94</sup>. Mas pelos relatos das entrevistas, a dificuldade com a língua portuguesa estava relacionada somente a determinadas regiões do município. Conforme a professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli “Raríssima a criança que dizia uma ou outra palavra em italiano, principalmente a palavra ‘*spacou*’, que queria dizer ‘quebrou’. Então eles diziam: ah, professora, isso se ‘*spacou*’. Que eu lembro que era a única palavra que a gente tinha que ensinar” (Soldatelli, década de 1980).

Pelo que as fontes apresentam, realmente parece que a repressão nacionalista estava mais associada à população de origem alemã<sup>95</sup>, como comenta a Orientadora de Ensino Primário Municipal:

[...] naquela época eles ficavam atemorizados que na, na, na parte de origem alemã, principalmente, quando eu ia visitar as escolas lá de São Sebastião do Caí, as crianças quando eu entrava, as crianças lorinhas de olhos azuis, levantavam assim, se punham todos de pé e gritavam Viva *El Brasil*, Viva *El Brasil*, Viva *El Brasil*. Tinha que mandar parar. Elas tinham até receio. Até um certo ponto elas tinham receio, né? (Benvenuti, 1983).

Para a Orientadora de Ensino Primário Municipal, o impedimento da utilização da língua italiana “era tão grande que eu achei, assim, que esse trabalho de nacionalização, não quero dizer que não tenha tido seus efeitos positivos, mas não era tão necessário, porque eles recordavam da Pátria, os velhos e os novos” (Benvenuti, 1983). Ela ainda comenta que “os pais ensinavam amar a sua segunda pátria, como a pátria deles de origem” (Benvenuti, 1983).

Além de a nacionalização estar representada mais profundamente nas comunidades alemãs, segundo a professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli, o “[...] negócio de guerra

<sup>94</sup> Circular nº 3, expedida em 04 de julho de 1941. Disponível para consulta no AHMJSa.

<sup>95</sup> Mesmo que a cidade de Caxias do Sul esteja inserida em uma região colonizada por imigrantes italianos, em algumas localidades havia a presença de descendentes e/ou imigrantes alemães.

era mais com as pessoas adultas. Que não era pra deixar falar em italiano, alemão. Então as pessoas se escondiam, aquela coisa toda” (Soldatelli, década de 1980). Além disso, a entrevistada Alice Bottini complementa a situação vivida na época:

Está vendo aquele retrato grande que está na porta, lá na frente? Aquele é daquele tempo. Eles vieram aqui em casa, eles queriam levar, queriam. A minha mãe pegou o cabo de vassoura, meu Deus! Não posso me esquecer da minha mãe: ‘Vocês não me levam esse aqui, vocês não levam esse aqui’, da minha mãe disse pra eles. Nós tivemos que tirar e esconder, aquele retrato lá, porque senão eles queriam levar, né, porque era italiano, né? Nós adotávamos o italiano, né, nós escondemos, escondemos, não acharam (Bottini, 1984).

Na mesma entrevista, Alice Bottini ainda complementa que um casal havia sido perseguido e preso por serem admiradores de Mussolini, e depois após serem soltos “[...] daí apedrejaram a casa dele” (Bottini, 1984). Enfim, mesmo com as ações nacionalizantes, nesse caso com a proibição do uso da língua estrangeira, as repressões aconteciam mais ao público adulto e à população teuto-brasileira de Caxias do Sul.

Outra ação que também influenciou na nacionalização da população caxiense foi a criação de diversos órgãos de incentivo ao civismo. Exemplos destes órgãos foi o Centro Cultural Tobias Barreto de Meneses, fundado em 1937; a Liga de Defesa Nacional, fundada em 1938; a Sociedade Cívica 10 de novembro, fundada em 1938; o Grêmio Estudantil Joaquim Maurício Cardoso, fundado em 1938; o Centro Literário José de Alencar, fundado em 1939; o Centro Cívico Visconde de Mauá, fundado em 1939 e ligado à Escola Complementar de Caxias (Pagani, 2005). Além destes centros de exaltação cívica, os periódicos<sup>96</sup> da cidade também estimulavam o brasileirismo através da publicação de artigos relacionados ao tema.

Com relação aos artigos publicados nos jornais é possível acompanhar a evolução na grandiosidade das comemorações cívicas, bem como o empenho da imprensa em estimular a participação da comunidade caxiense. No ano de 1937, poucas e pequenas eram as reportagens relacionadas à Semana da Pátria, muito diferente das edições dos anos seguintes. Provavelmente pelo fato de que os desfiles iniciaram “Na época do Dante Marcuci. O prefeito

---

<sup>96</sup> Os periódicos de maior circulação em Caxias do Sul durante o período do Estado Novo foram os seguintes: O Momento, A Época e Correio Riograndense. O periódico O Momento circulou de 1933 até 1951, onde inicialmente publicava informações sobre o Partido Republicano Liberal e sobre as atuações do Prefeito Municipal Dante Marcucci, a partir de 1937 o jornal deixou de publicar os ideais fascistas e começou a divulgar sobre o Estado Novo; já o Jornal A Época atuou na cidade entre os anos de 1938 e 1956, foi criado por um grupo de jovens que frequentavam o Centro Cultural Tobias Barreto de Meneses; e o ‘Correio Riograndense’ ainda publicado, iniciou suas atividades em 1898, até 1938 era um órgão de defesa do fascismo e dos ideais católicos, a partir desta data também passou a divulgar as ações do Estado Novo.

Dante Marcuci. Eu acho que ele assumiu em 35, 36, 37 mais ou menos. Então daí, era obrigatório o dia 7 de Setembro [...]” (Corte, década de 1980).

No ano de 1938, aumentam as manchetes do jornal e os informes relacionados à Parada Cívica. Diferentemente do ano anterior, o Jornal O Momento anunciava:

[...] marcharam pela principal *arteria* da cidade cerca de 5.000 pessoas, umas *á* civil, outras uniformizadas, representando as classes que constituem a *defeza* da Pátria e o progresso do nosso povo.  
Abria a grande marcha, a qual jamais *fôra* vista outra igual em Caxias [...] (Jornal O Momento, nº 288, set./1938, p. 1)<sup>97</sup>.

Em 1939, O jornal O Momento surpreende o leitor com uma edição especial, que foi publicada em 07 de setembro, formatada em 18 páginas. Essa edição apresenta um grande relatório das atividades realizadas na Semana da Pátria, organizada pela Liga de Defesa Nacional, com a culminância na “Grande parada cívico militar”, com o desfile de militares, operários e estudantes, além de poesia e textos em homenagem à Pátria, mandamentos cívicos e da programação cívica do município de Farroupilha, vizinho de Caxias do Sul. Já o periódico A Época, além de comentar sobre o desfile na zona central da cidade, também informava aos leitores sobre a Semana da Pátria nos distritos do município. Na Semana da Pátria do distrito de Ana Rech foi relatado pelo periódico um “[...] banquete oferecido às autoridades, e o desfile do Tiro de Guerra 248 e escolares, o qual reuniu mais de mil crianças” (Jornal A Época, nº 50, set./1939, p. 2)<sup>98</sup>. Na mesma reportagem, porém mais adiante o jornal descrevia: “Acompanhado de uma banda de *musica*, escolares e mais assistentes, cantaram o Hino Nacional, no hasteamento e arriamento da Bandeira, atos realizados *á* manhã e *á* tarde, respectivamente” (Jornal A Época, nº 50, set./1939, p. 2)<sup>99</sup>.

No ano de 1940, conforme transcrevem os principais jornais da cidade, as comemorações da Semana da Pátria contaram com a presença do Secretário de Educação José Pereira Coelho de Souza, do Interventor Federal Osvaldo Cordeiro de Farias e outras autoridades estaduais.

No Palanque Oficial, S. *Excia* Interventor Federal, comitiva e autoridades de Caxias, assistiram empolgante parada cívico-militar, desfilando em primeiro lugar as representações escolares dos Municípios de Bom Jesus, Vacaria, Antônio Prado, *Flôres* da Cunha, Prata, Alfredo Chaves, Garibaldi, Bento Gonçalves e Farroupilha, que arrancaram *fôrtes* aplausos das autoridades e numerosa massa popular que se acotovelava ao longo das calçadas. Seguiram-se após todos colhendo *fártos* aplausos, os estabelecimentos de ensino da cidade e do interior do Município, de

<sup>97</sup> Jornal O Momento. Disponível em:

<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=24685&p=0> Acesso em 10 set. 2012.

<sup>98</sup> Jornal A Época, 10 de setembro de 1939. Disponível em:

<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=22827&p=0> . Acesso em: 15 set. 2012.

<sup>99</sup> Jornal A Época, 10 de setembro de 1939. Disponível em:

<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=22827&p=0> . Acesso em: 15 set. 2012.

onde vieram, além dos Grupos Estaduais, *varias* escolas municipais. Mais de 7.000 crianças tomaram parte *néssa* parada (Jornal A Época, nº 96, set./1940, p. 1)<sup>100</sup>.

Além das festividades no centro da cidade, o Jornal A Época também destaca os espetáculos empreendidos no interior do município.

O interior do município, as sedes distritais de Galópolis, São Marcos, Ana Rech e Vila *Sêca* foram bem um prosseguimento das *grandiósas* festividades aqui levadas a efeito e, se as mesmas ficaram *á* quem em *numero*, como é naturalíssimo, igualaram-se sobejamente em ardor patriótico. [...] Agora, mais do que nunca e em qualquer tom, podemos afirmar, convictos de uma verdade *inabalável*, que em Caxias, sem *exeção* de um palmo do seu território, só pulsa um coração: - coração de brasileiro. Brasileiro igual ao do *Nórte*, do Centro, do Sul, da fronteira da serra ou donde for (Jornal A Época, nº 96, set./1940, p. 1)<sup>101</sup>.

A partir das fontes apontadas acima, pode-se salientar que algumas escolas municipais até esse ano participavam das cerimônias cívicas, tanto na sede do município quanto nas sedes dos distritos. Porém a partir de 1941, a participação das escolas municipais nos desfiles cívicos parece ter sido alterada, conforme evidencia a Circular nº 2:

É de pensamento da Municipalidade, por ocasião das festividades da Semana da Pátria *dêste* ano, fazer novas concentrações escolares, nas *sêdes* dos distritos. Nessas concentrações, deverão tomar parte integrante dos desfiles, das cerimônias, etc., todas as escolas do *respetivo* distrito.-  
É conveniente, pois, que as professoras, desde já, procedam aos devidos preparativos, afim de que as suas escolas se apresentem da melhor *fórma*.-  
Como medida preliminar, é de toda a conveniência se iniciem os ensaios de marchas, a fim de que os alunos se instruem e se exercitem para os desfiles e paradas escolares (Caxias, 1941)<sup>102</sup>.

Segundo a professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli, “Na Semana da Pátria então a gente trazia em Ana Rech pra desfilar. Pra eles era uma festa enorme” (Soldatelli, década de 1980). Além de ser uma festa grandiosa, a emoção tomava conta da festividade, segundo a entrevistada “[...] naquele tempo a gente se emocionava só no desfilar perante a bandeira, a gente se emocionava, porque a gente tinha amor, a gente tinha orgulho da pátria da gente” (Soldatelli, década de 1980). Na imagem seguinte é possível visualizar uma escola municipal em um desfile na sede do distrito de Galópolis.

<sup>100</sup> Jornal A Época, 7 de setembro de 1940. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=22874&p=0> . Acesso em: 15 set. 2012.

<sup>101</sup> Jornal A Época, 7 de setembro de 1940. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=22874&p=0> . Acesso em: 15 set. 2012.

<sup>102</sup> Circular nº 2, de 5 de junho de 1941. Disponível para consulta no AHMISA.

Imagem 15: Desfile dos estudantes de uma escola municipal no Distrito de Galópolis durante o período da Era Vargas.



Fonte: Imagem depositada no acervo do AHMJSA e extraída da tese (Fonseca, 2010).

A professora Guilhermina Lora Poloni Costa, em entrevista comenta que “[...] se comemorava a Semana da Pátria, fazia o desfile na Praça na Semana da Pátria, com toda a turma de alunos” (Costa, 1991)<sup>103</sup>. Naquele tempo havia a necessidade de que as crianças marchassem corretamente e ordenadamente, e tais orientações aconteciam durante as aulas de “Educação Física se dava..., marchar, porque eles tinham que aprender, na Semana da Pátria a gente tinha que desfilar” (Costa, 1991).

Outra informação relevante relacionada aos desfiles cívicos da época estava na demonstração das atividades escolares. Segundo a professora Dorotéia Rizzon Corte,

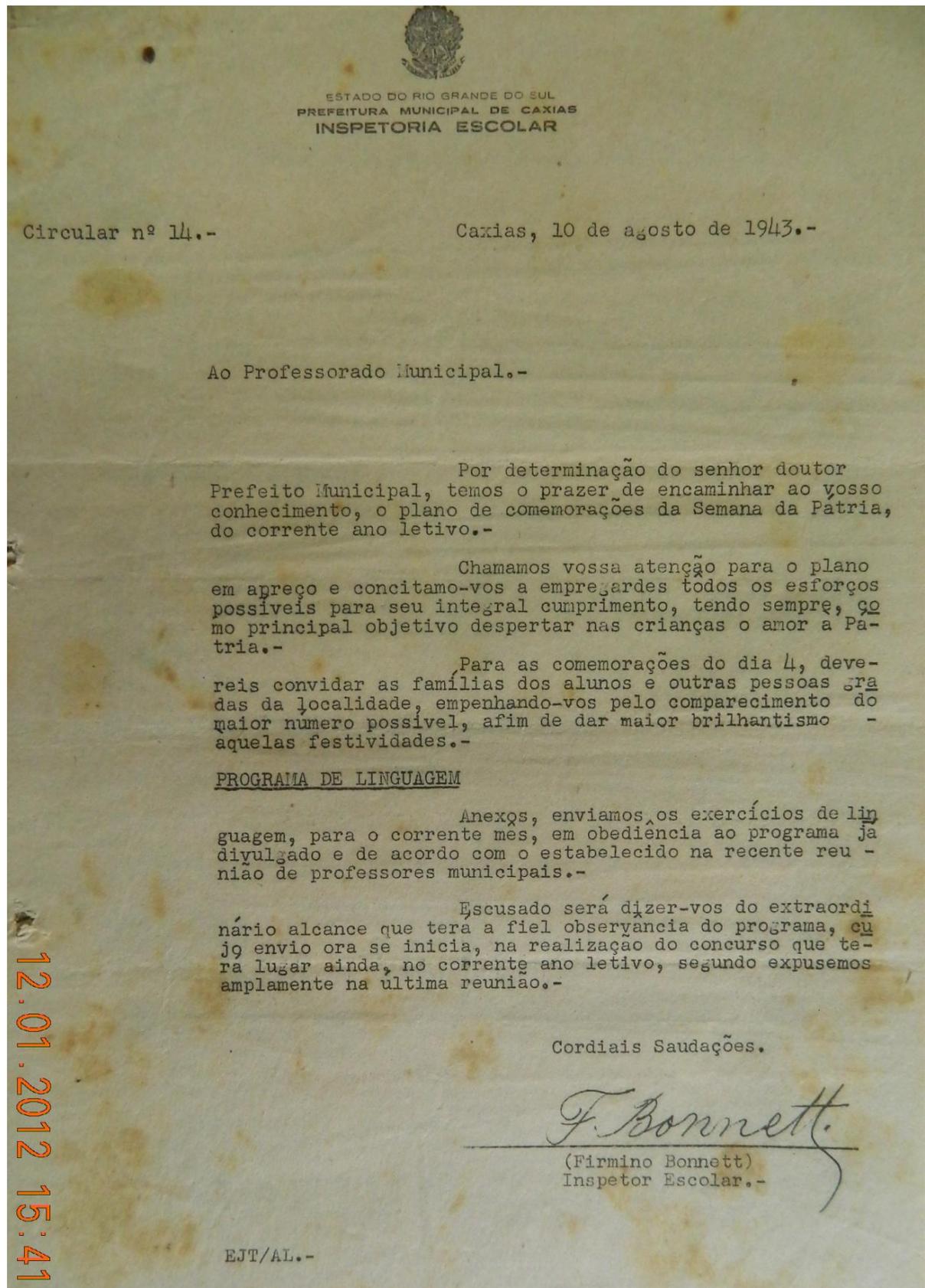
[...] nos desfile, quando a gente começou com o uniforme, então eles achavam que uma escola era mais luxenta, porque tinha uniforme. Mas, depois então, eles achavam bonito e todo mundo para o dia do desfile estava de uniforme, que era muito mais bonito. E eu como tinha o Clube Agrícola, então eu desfilava com as crianças, com utensílios, a enxada, a pá, o gadanho e tudo o que se comia na época, por exemplo, batata, setembro tinha vagem e o que que tinha mais em setembro? Abóbora bem doce, abóbora de fazer *tortéis*, aquelas aboborinhas pequeninhas, então enchiam um carrinho de mão (Corte, década de 1980).

<sup>103</sup> A praça na qual a entrevistada se refere é a atual Praça Dante Alighieri, localizada no centro da cidade, que ainda hoje recebe as festividades da Semana da Pátria.

Além do civismo e disciplina descritos nos desfiles da independência, os alunos também demonstravam o apego ao trabalho, outro ideal inculcado na população durante o Estado Novo. Além da participação de estudantes nos eventos cívicos, os jornais da cidade comentam o envolvimento de militares, trabalhadores e da Igreja Católica. Em todos os acontecimentos cívicos, o Bispo de Caxias do Sul Dom José Barea marcava sua presença, bem como celebrava uma missa em homenagem à Pátria.

Além da obrigação na participação de eventos cívicos, os docentes municipais tinham que cumprir algumas determinações encaminhadas pela Inspeção Escolar. Diversos documentos a partir do ano de 1943 apresentam as sugestões ou determinações de trabalhos que deveriam ser desenvolvidos nas escolas durante a Semana da Pátria. Como pode ser verificado no documento a seguir.

Imagem 16: Circular nº 14, de 10 de agosto de 1943.



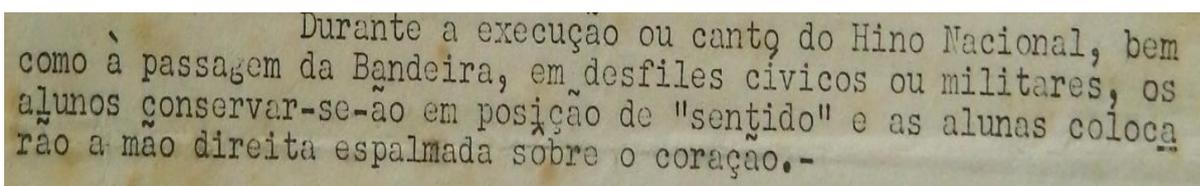
Fonte: Circular nº 14, de 10 de agosto de 1943. Documento depositado no acervo do AHMJSA.

Após a primeira página, visualizada na imagem anterior, o documento segue com o título “Plano de Trabalho Relativo à Semana da Pátria”. O objetivo do plano é exposto, e as sugestões são as seguintes:

Palestra *sobre* a Semana da Pátria, leituras alusivas, fotografias, gravuras, etc.; notícias relativas às próximas comemorações. – Leitura e comentário de poesias patrióticas ou trechos de prosa. – Lista de razões por que a criança ama o Brasil. – Lista de razões pelas quais a criança aprecia determinado personagem histórico. – Feituras de *albums* e estudos de aspectos característicos do País. – Leitura e interpretação de trechos ou narrações de nossa história. – Dramatizações simples, estudo da vida de personalidades históricas nas quais certas qualidades tiveram relevo. – Exemplos que se podem colher na vida do patrono da escola (Caxias, 1943)<sup>104</sup>.

Em seguida, são expostas as “DIRETRIZES PARA A CERIMÔNIA DA COMEMORAÇÃO”, na qual a orientação era com relação à apresentação durante o hino nacional e desfiles cívicos. O segundo parágrafo assim descreve:

Imagem 17: Parte da Circular nº 14, de 10 de agosto de 1943.



Durante a execução ou canto do Hino Nacional, bem como à passagem da Bandeira, em desfiles cívicos ou militares, os alunos conservar-se-ão em posição de "sentido" e as alunas colocarão a mão direita espalmada sobre o coração.-

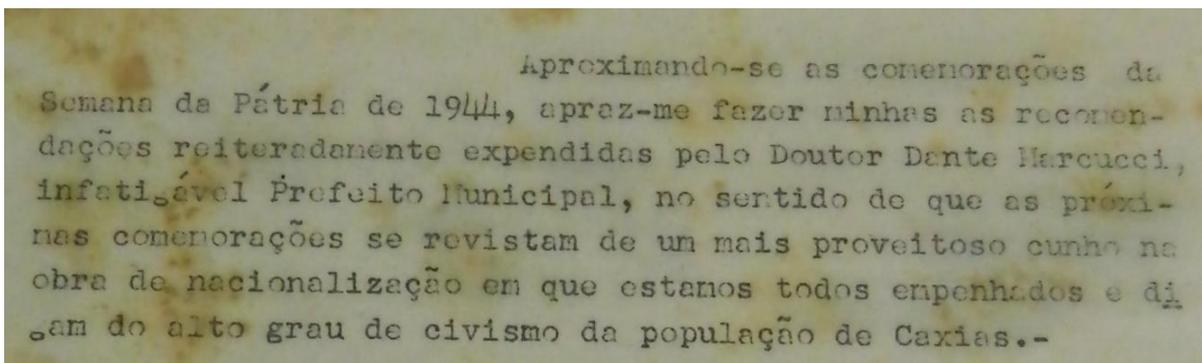
Fonte: Documento depositado no AHMJSA.

As orientações parecem ser objetivas e autoritárias, assim como previa o ideal do Estado Novo. Além de impor sobre o controle corporal dos estudantes, outras orientações afetavam a autonomia do professor, através de planos de aula prontos que deveriam ser desenvolvidos na Semana da Pátria. O planejamento enviado aos professores deveria ser executado no período entre 31 de agosto até 6 de setembro, já que no dia 7 de setembro: “[...] nada haverá nas escolas municipais afim de permitir que as professoras e alunos participem das festividades a se realizarem na cidade ou nas sedes distritais”<sup>105</sup>.

No ano seguinte, as orientações são direcionadas através da Circular nº 17, de 18 de agosto de 1944. Primeiramente, aparecem as palavras da Orientadora de Ensino Primário:

<sup>104</sup> Circular nº 14, de 10 de agosto de 1943. Documento pertencente ao AHMJSA.

<sup>105</sup> Circular nº 14, de 10 de agosto de 1943. Documento pertencente ao AHMJSA.

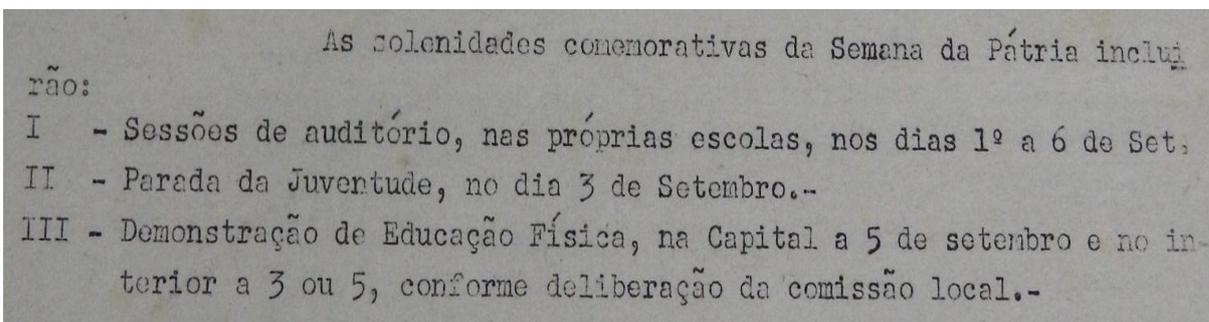
Imagem18: Parte da Circular nº 17, de 18 de agosto de 1944<sup>106</sup>.


Aproximando-se as comemorações da Semana da Pátria de 1944, aprez-me fazer minhas as recomendações reiteradamente expendidas pelo Doutor Dante Marcucci, infatigável Prefeito Municipal, no sentido de que as próximas comemorações se revistam de um mais proveitoso cunho na obra de nacionalização em que estamos todos empenhados e digam do alto grau de civismo da população de Caxias.-

Fonte: Documento depositado no acervo do AHMJSA.

Em seguida, no documento aparece a prescrição dos trabalhos que deveriam ser desenvolvidos na Semana da Pátria, determinados pela “S. *Excia.* o Senhor Secretário de Educação e Cultura”, J. P. Coelho de Souza, através da Circular Estadual nº 5.570, de 08 de agosto de 1944.

Imagem 19: Parte da Circular nº 17, de 18 de agosto de 1944.



As solenidades comemorativas da Semana da Pátria incluem:

- I - Sessões de auditório, nas próprias escolas, nos dias 1º a 6 de Set.
- II - Parada da Juventude, no dia 3 de Setembro.-
- III - Demonstração de Educação Física, na Capital a 5 de setembro e no interior a 3 ou 5, conforme deliberação da comissão local.-

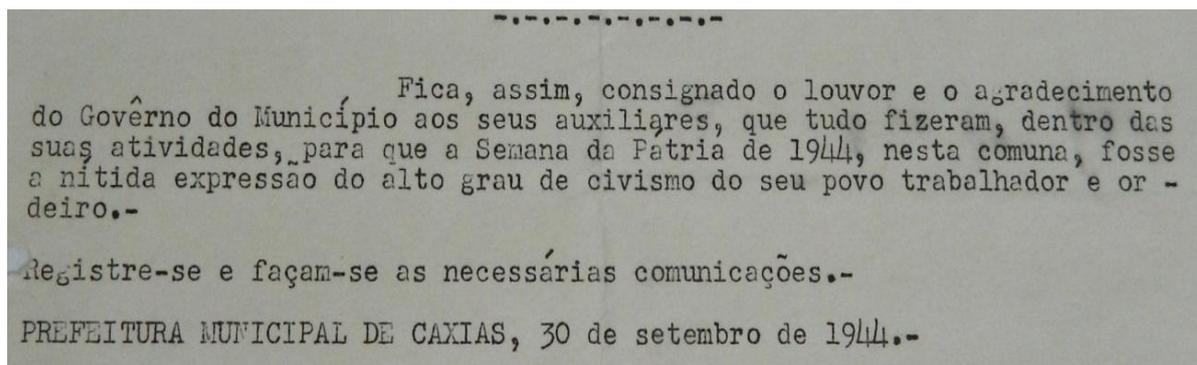
Fonte: Documento depositado no acervo do AHMJSA.

Após esta breve prescrição, as páginas seguintes descrevem alguns detalhes de como deveriam ser desenvolvidas as atividades no primeiro e último dia da Semana da Pátria. Por fim, o documento apresenta a “Bibliografia Relativa à História da Revolução Farroupilha” composta por 13 exemplares. Diferente dos princípios de unificação nacional, neste ano a Semana da Pátria traz diversas referências às tradições gaúchas, o que pode ser o indício do declínio do Governo do Estado Novo e também da renovação do movimento tradicionalista gaúcho.

<sup>106</sup> Transcrição do documento: “Aproximando-se as comemorações da Semana da Pátria de 1944, aprez-me fazer minhas as recomendações reiteradamente expedidas pelo Doutor Dante Marcucci, infatigável Prefeito Municipal, no sentido de que as próximas comemorações se revistam de um mais proveitoso cunho na obra de nacionalização em que estamos todos empenhados e digam do alto grau de civismo da população de Caxias.-”

Passada a Semana Cívica de 1944, o Prefeito Municipal Dante Marcucci, através da Portaria nº 1208<sup>107</sup> de 30 de setembro de 1944, agradece a cooperação dos professores, subprefeitos e funcionários da Inspetoria Escolar pelo brilhantismo das festividades cívicas. Além de agradecer, o documento também louva aos servidores que colaboraram com o evento, conforme a imagem registra abaixo.

Imagem 20: Parte da Portaria nº 1208, de 30 de setembro de 1944.



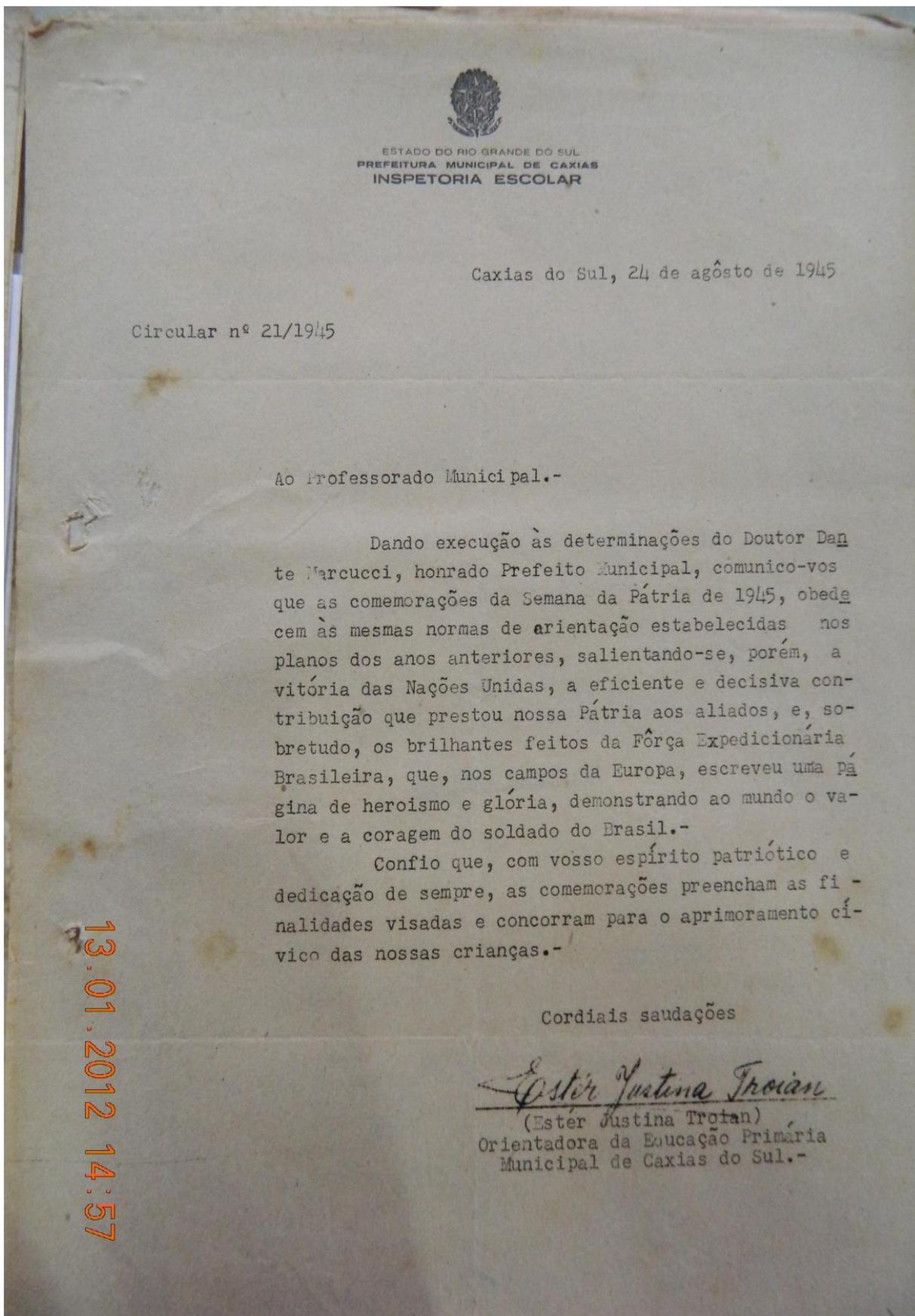
Fonte: Documento depositado no AHMJS.A.

Na última celebração cívica da cidade, sob comando do Governo do Estado Novo, indicando mais um traço de possível declínio do idealismo nacionalista, uma única página descreve as orientações para procedimento da Semana da Pátria do município no ano de 1945, que pode ser visualizada na imagem seguinte.

---

<sup>107</sup> Documento depositado no acervo do AHMJS.A.

Imagem 21: Parte da Circular nº 21, de 24 de agosto de 1945.



Entre manchetes jornalísticas e documentos autoritários, é possível notar o movimento patriótico para nacionalizar a população caxiense da época. Os desfiles cívicos pareciam ser uma forma de incentivar as crianças para com o ideal brasileiro. No quarto capítulo que trata sobre as práticas escolares, mais detalhes serão expostos a respeito do ensino cívico nas escolas municipais.

O Capítulo seguinte propõe discutir sobre o conceito de corpo dentro do contexto daquele período, ou seja, uma educação corporal voltada ao instruir, disciplinar e produzir.

*SOMOS QUEM PODEMOS SER  
(Humberto Gessinger)*

*Um dia me disseram que as nuvens  
Não eram de algodão  
Um dia me disseram que os ventos  
Às vezes erram a direção*

*E tudo ficou tão claro  
Um intervalo na escuridão  
Uma estrela de brilho raro  
Um disparo para um coração*

*A vida imita o vídeo  
Garotos inventam um novo inglês  
Vivendo num país sedento  
Um momento de embriaguez*

*Somos quem podemos ser  
Sonhos que podemos ter*

*Um dia me disseram  
Quem eram os donos da situação  
Sem querer eles me deram  
As chaves que abrem essa prisão*

*E tudo ficou tão claro  
O que era raro, ficou comum  
Como um dia depois do outro  
Como um dia, um dia comum*

*A vida imita o vídeo  
Garotos inventam um novo inglês  
Vivendo num país sedento  
Um momento de embriaguez*

*Somos quem podemos ser  
Sonhos que podemos ter*

*Um dia me disseram que as nuvens  
Não eram de algodão  
Sem quere eles me deram  
As chaves que abrem essa prisão*

*Quem ocupa o trono tem culpa  
Quem oculta o crime também  
Quem duvida da vida tem culpa  
Quem evita a dúvida também tem*

*Somos quem podemos ser  
Sonhos que podemos ter*

### 3 CORPO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DO ESTADO NOVO

O corpo é a expressão do ‘ser’ da pessoa, mostra suas atitudes, costumes, culturas. Mas será que em tempos autoritários ‘somos quem podemos ser’? Se sequer ‘podemos ter sonhos’? Este capítulo busca conhecer o corpo e a sua expressão perante a cultura vivida no município, mas em conflito com os ideais governistas.

#### 3.1 O CORPO E SUAS HISTÓRIAS

Escrever sobre o corpo, aparentemente, parece ser muito simples, mas a sua complexidade ou talvez sua simplicidade, faz com que o termo muitas vezes pareça de difícil desenvolvimento. Se for visualizado por parte da Filosofia pode ser descrito de uma maneira, já a Antropologia parte para outro ponto de vista, a Psicologia ou Sociologia analisam ainda de outro aspecto. Mas todos concordam que o corpo é a expressão da cultura (Bruhns *et al*, 2003).

Sendo um produto de origem cultural é necessário associar o corpo também ao momento histórico no qual se trata do mesmo. Ou seja, o corpo em tempos primitivos era livre para movimentar-se em busca de sua subsistência; já na Antiguidade Clássica, o corpo era elemento de glorificação e de interesse do Estado, momento dos grandes eventos culturais e esportivos; na Idade Média o corpo tornou-se sinônimo do paganismo, ou seja, o controle do corpo estava atrelado a prática da religião (Romero, 2005). Mas com o passar dos tempos, através do período do Renascimento, ocorreu que “[...] o reconhecimento dos traços de individualidade devolve à criatura humana o papel de protagonista e volta a valorizar o belo, resgatando a importância do corpo” (Romero, p. 43), ganhando assim, interesse nas dimensões físicas, estéticas e educacionais. Mais adiante, no Século das Luzes e com o início do desenvolvimento industrial, o corpo começa a ser descoberto como uma máquina de produção (Romero, 2005).

Enfim, os corpos

[...] podem traduzir, revelar, evidenciar formas bem precisas de educação, modos bastante sutis de inserção de indivíduos e grupos de uma dada sociedade, formas múltiplas de socialização. [...] Sim, por vezes negligenciamos a existência carnal, material dos corpos quando, na verdade, são eles os suportes de nossa humanidade. [...] todas as marcas, as formas, as eficácias e os funcionamentos dos corpos se transformam, mudam com o tempo, subvertem-se, substituem-se e representações deslocam-se (Soares, 2006, prefácio xi-xii).

O suporte de nossa humanidade se apresenta através de hábitos e costumes, enfim a cultura está representada nas expressões dos corpos. Assim,

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras (UNESCO, 2002)<sup>108</sup>.

Originalidade e pluralidade que depende muito do período histórico, pois em tempos passados muitas vivências culturais precisaram ser apagadas ou escondidas como forma de sobrevivência. Um exemplo disso aconteceu durante o espaço temporal do Estado Novo, onde tudo deveria circundar o idealismo pregado pelo governo, caso contrário a população sofreria fortes represálias. Tais repressões, conforme comentado no capítulo anterior, aconteciam principalmente em comunidades formadas por culturas diferentes da brasileira. Através do conflito gerado entre a tradição estrangeira e a cultura nacionalista acabou por estabelecer um novo costume, com a prevalência do mais forte, ou melhor, daquele que utilizou da força para constituir seu ideal.

Para melhor entender os conflitos entre as culturas e a expressão delas, inicialmente serão apresentadas algumas colaborações a respeito de como o corpo era visto por aquela população caxiense que vivia isolada do restante do estado; em seguida serão descritas algumas considerações dos ideais do governo com relação ao conceito de corpo e à educação voltada a ele; na sequência tratarei da institucionalização da disciplina escolar de Educação Física e a sua relação com o Estado Novo; após a descrição destes itens, abordarei os preceitos higienistas que foram utilizados na época; e por fim, apresentarei as estruturas das escolas da Rede Municipal do período comparadas aos princípios higienistas.

### 3.2 OS RESQUÍCIOS DA CULTURA CAXIENSE FRENTE AO NOVO PERÍODO

Em virtude da forte presença de imigrantes italianos na cidade de Caxias do Sul e na região, muitos ideais europeus vigoraram no município até serem restringidos pelos ideais do Estado Novo. O dialeto italiano, as músicas estrangeiras, objetos vindos da Itália, além de algumas mobilizações fascistas faziam parte da cultura caxiense.

---

<sup>108</sup> Artigo 01 da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Disponível para consulta em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em: 13 set. 2012.

Outro ideal social presente na cultura caxiense estava na mentalidade patriarcal e também no domínio cultural da Igreja Católica (Dalla Vecchia; Herédia; Ramos, 1998), pois na sociedade italiana, a igreja sempre foi o centro da organização social, cultural e comercial (Kreutz, 2003). Esta formação era tão comum que na maior parte dos municípios formados por imigrantes italianos, as comunidades sempre se desenvolviam ao redor das pequenas capelas. Assim, nas proximidades da igreja era construída a escola, o salão da capela, a bodega, muito semelhante às comunidades que ainda sobrevivem no interior do município de Caxias do Sul.

Por ser o centro da comunidade, a frequência à missa era costumeira nos domingos e dias santos pela manhã (Battistel; Costa, 1983). Após o culto religioso, os homens passavam seu tempo com os amigos nas bodegas ou nos salões das capelas, já as mulheres visitavam ou aguardavam as amigas, e as crianças brincavam (Boscatto, 1994). Como descrito anteriormente, as atividades de lazer dominicais não eram semelhantes entre os gêneros, pois as mulheres eram impossibilitadas socialmente de frequentar locais de jogo, no caso das bodegas. Por esse motivo, a situação da mulher era de igualdade de responsabilidades e desigualdade de direitos, ou seja, ela trabalhava ao lado do marido na lavoura, educava os filhos e tratava dos afazeres domésticos, porém aos domingos o lazer através de jogos destinava-se somente aos homens (Giron, 1977).

Com relação às crianças, assim como os adultos, o trabalho também era o seu passatempo semanal (Battistel; Costa, 1983). Mas nos momentos vagos, elas se divertiam brincando na colônia, os meninos mais com brincadeiras de caçar, correr, jogar cartas ou bola; as meninas brincavam com bonecas e de casinha. Brincadeiras muito necessárias para distrair o corpo da educação familiar rígida, pois “quanto mais severos fossem os pais e quanto mais obedientes os filhos, mais eram valorizados pela sociedade” (Battistel, 1981, p. 36). Além disso, na escola os pais

[...] exigiam dos filhos que respeitassem a professora. Isso era importante. E quando vinham matricular os alunos, os pais diziam: olha respeitem a professora. E ele dizia depois para a professora: qualquer coisa a senhora fala comigo. Então os alunos, sabe respeitavam a professora (Poletto, década de 1980).

Outro importante tópico a ser tratado se relaciona à alfabetização da população caxiense da época. Segundo algumas fontes, a maioria dos homens era alfabetizada, ao contrário das mulheres (Giron, 1977; Venturim, 2009). De acordo com a professora Liduvina Sirtoli Tissot, ao tratar da matrícula escolar comenta: “muita gente se era as filhas não mandavam, mandavam só os filhos, mas depois elas mesmas queriam ir” (Tissot, 1987). Pois “[...] diziam

que o rapaz tinha que estudar mais. A moça não precisava. Quando ela soubesse ler e escrever, se defender é o suficiente” (Moretto, 1986). Mesmo com os indícios citados pelas professoras de que havia a preferência familiar para que os meninos frequentassem mais a escola do que as meninas, nos documentos pesquisados<sup>109</sup> sempre foram encontradas turmas mistas nas escolas municipais, e, além disso, nas atividades escolares não havia distinção entre os gêneros. A única diferença, segundo a professora Dorotéia Rizzon Corte estava na preferência entre as disciplinas:

Os meninos de matemática, e as meninas leitura. Leitura e ditado. Tu podia observar que a letra da menina tu distinguiu sem saber o nome, só abria o caderno tu já sabia que era menina. Elas não gostavam muito da matemática. Não gostavam muito. Porque tinha que pensar, que raciocinar. Os meninos sempre ganhavam em matemática. Por exemplo, eu passava assim cinco exercícios, digamos. Um de adição, aqueles que estavam na 2ª, adição, subtração, multiplicação e divisão. Então, eu dava depois a folha para cada um. Pegava uma folha de caderno, porque não tinha mimeógrafo, não tinha nada e passava em casa de noite, no outro dia, e dava tantos minutos. E aquele que fazia por primeiro, aí ficava tão faceiro e ele já vinha com a prova e dizia professora está certa a minha conta, eu ganhei. Muitas vezes eu dava uns pontinhos né. Ah, então, era uma folia (Corte, década de 1980).

Outro resquício de cultura estava na fala do dialeto e nas tradições estrangeiras presentes nas festas, danças, jogos, entre outros. Com relação à utilização da língua estrangeira, muitos tentavam se expressar em português, “mas o meu pai e a minha mãe falavam tudo embaralhado” (Bottini, 1984). No caso de pais de alunos, “[...] eles já vinham e diziam: *professora mi no só parlar en brasiler*”<sup>110</sup> (Soldatelli, década de 1980), mas com a convivência com pessoas de origem italiana, mesmo aqueles que não descendiam dela acabavam compreendendo.

Com relação aos jogos, danças e festas, estas eram atividades que serviam de suporte para levar adiante a vida em um lugar diferente da sua pátria mãe. As festas normalmente se relacionavam à data de comemoração do padroeiro da comunidade, com duração média de três dias, assim havia baile, leilão, procissão e foguetório (Boscatto, 1994; Caxias do Sul, 1986). Nestas festas também aconteciam jogos como: bocha a ponto, cavalinhos, pescaria, cucagna, tômbola, tiro ao alvo, desfiles (Dall’alba *et. al.*, 1987).

Como citado anteriormente a vida cotidiana de imigrantes italianos e seus descendentes girava em torno da religião. Com relação ao corpo não era diferente, segundo a professora Dorotéia Rizzon Corte nas aulas de catequese ou religião ela ensinava as crianças: “Eu dizia: o corpo é uma coisa santa, que Deus criou, devemos respeitar” (Corte, década de 1980).

<sup>109</sup> Livros de Atas e Livros de Frequência Escolar.

<sup>110</sup> Possível tradução: “Professora, eu não sei falar brasileiro”.

No período de vigência do Estado Novo, a Igreja Católica também era uma aliada dos interesses do governo; e por basear-se em preceitos positivistas, também havia a diferenciação entre os gêneros (Soares, 1994). É possível afirmar que havia semelhanças entre os ideais do Estado Novo e da cultura caxiense da época, porém as diferenças podem ter transformado os comportamentos. Partindo desta suposição, o próximo item propõe compor a Educação do Corpo no período do Estado Novo.

### 3.3 EDUCAR PARA INSTRUIR, DISCIPLINAR E PRODUZIR: A EDUCAÇÃO DO CORPO NO ESTADO NOVO

O momento histórico do Estado Novo se encaixa em um período de grande desenvolvimento industrial e de necessidade de saneamento físico e moral. Com isso, os interesses relacionados ao corpo no Estado Novo se voltaram justamente na busca por desenvolver um homem ágil e forte para o trabalho, enfim construir o chamado homem-máquina (Gallardo, 1997).

A necessidade de construir um novo homem vinha à tona, pois durante a década de 1920 o típico brasileiro era descrito como o Jeca Tatu, caracterizando “um país assolado pela doença, decorrente da falta de saneamento, de nutrição e de instrução, mas também fruto do descaso dos governantes” (Schneider, 2010, p. 16). Para mudar o retrato da população brasileira, o Governo buscou através da escola, modificar o povo dando atenção especial à Educação do Corpo, inserindo o ensino da Educação Física<sup>111</sup> em todas as escolas.

Como já comentado no capítulo anterior, a preocupação por parte do governo com a formação especialmente da criança era uma maneira de ajustar o estudante com a nova ideologia, pela necessidade de condicionar as pessoas para que não contestassem ou se rebelassem contra a doutrina imposta (Mosko; Capraro; Mosko, 2010). Com a “[...] excessiva ênfase dada ao ensino cívico e à educação física foram os primeiros indícios desses ajustes” (Silva, 1980, p. 21).

Através da inserção das novas disciplinas, conteúdos e práticas, a escola insere um novo disciplinamento moral e adestramento físico. Assim, o controle corporal na escola deveria se tornar presente em sala de aula, eliminando os movimentos involuntários e a participação espontânea, permitindo somente a realização de ações voluntárias, com objetivos racionais

---

<sup>111</sup> Constituição do Brasil de 1937. Disponível para consulta em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm) Acesso em: 09 set. 2012.

definidos, regidas pelas normas sociais (Gonçalves, 2001). O corpo infantil ideal se voltava ao corpo obediente, dócil e controlado.

### 3.4 DA EDUCAÇÃO VOLTADA AO CORPO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Até a implantação da Constituição de 1937<sup>112</sup>, o currículo escolar primário estava voltado ao ler, escrever, contar e rezar, como pode ser encontrado no Decreto nº 1.331, de 17 de Fevereiro de 1854<sup>113</sup>, também conhecido como Reforma Coutto Ferraz. No Capítulo III deste decreto aparecem registrados o currículo para o ensino primário:

Art. 47. O ensino *primario* nas escolas *publicas* *comprehende*:  
 A *instrucção* moral e religiosa,  
 A leitura e *escripta*,  
 As noções *essenciaes* da *grammatica*,  
 Os princípios elementares da *arithmetic*,  
 O *systema* de pesos e medidas do município,  
 Pode *comprehender* também:  
 O desenvolvimento da *arithmetic* em suas *aplicações praticas*,  
 A leitura explicada dos Evangelhos e *noticia* da *historia* sagrada,  
 Os elementos de historia e *geographia*, principalmente do Brasil,  
 Os princípios das *sciencias physicas* e da *historia* natural *applicaveis* aos usos da vida,  
 A geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de *musica* e *exercicios* de canto, *gymnastica*, e *hum* estudo mais desenvolvido do *systema* de pesos e medidas, não só do município da *Côrte*, como das *provincias* do *Imperio*, e das Nações com que o Brasil tem mais relações *commerciaes* (Brasil, 1854).

O documento citado acima foi um dos primeiros documentos legais que sugerem atividades diferentes ao ler, escrever, contar e rezar, pois a “*gymnastica*”, a música e o canto poderiam também fazer parte do currículo, mas sem obrigatoriedade. No estado do Rio Grande do Sul, após três anos da publicação da Reforma Coutto Ferraz, ocorreu a regulamentação do ensino primário, através do Regulamento para a Instrução Primária e Secundária da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1857 (Arriada; Tambara, 2004). No artigo 1º do documento gaúcho, de 1º de junho de 1857, a “*gymnastica*” aparece como sugestão de prática dentro do currículo escolar. É oportuno salientar que em ambas as documentações não existem alterações textuais.

<sup>112</sup> Através do Artigo n. 131. Disponível para consulta em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm) Acesso em: 09 set. 2012.

<sup>113</sup> Disponível para consulta em: [www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/3\\_Imperio/artigo\\_004.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_004.html) Acesso em: 09 set. 2012.

Durante o Brasil-Império, vários foram os documentos sugerindo a prática de atividade física nas escolas, mas o maior destaque do período foram os Pareceres de Rui Barbosa. Estes Pareceres, citados em 1882 procuravam criar uma mentalidade favorável à prática das atividades físicas na escola, seja pela ginástica, esporte ou por exercícios militares (Barbosa, 1981). Rui Barbosa em seu texto, após a contextualização da importância da atividade física, assim sugeriu:

Em suma, eis o pensamento do projeto:  
 1º Instituição de uma secção especial de ginástica em cada escola normal.  
 2º Extensão obrigatória da ginástica a ambos os sexos, na formação do professorado e nas escolas primárias de todos os graus, tendo em vista, em relação à mulher, a harmonia das formas *feminis* e as exigências da maternidade futura.  
 3º Inserção da ginástica nos programas escolares como matéria de estudo, em horas distintas das do recreio, e depois das aulas.  
 4º Equiparação, em categoria e autoridade, dos professores de ginástica aos de todas as outras disciplinas (Barbosa, 1981, p. 98).

Mesmo com a apresentação em prol da inserção de atividades físicas no contexto escolar, os Pareceres de Rui Barbosa ficaram esquecidos por longos anos. A legislação federal em favor do manifesto de Rui Barbosa somente veio a tona em 1937, mas antes disto na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, surgia o “Programa de Ensino *Publico Primario da Provincia*”<sup>114</sup> com novas regulamentações. Este documento prescrevia desde as primeiras classes do curso preliminar, além de aulas de Linguagem, *Escripta, Arithmetica*, Lições sobre *objectos* (ensino pelo aspecto), *Licções dos objectos usuaes* de que se servem as crianças, também de Desenho, Canto (marchas e *exercicios phisicos*), Educação moral e cívica.

Mesmo que talvez não houvesse a efetiva realização das disciplinas voltadas ao movimento do corpo dentro da escola primária, parece que aos poucos ela começou a ganhar o seu espaço. Isso pode ser verificado através da inserção da *gymnastica*, da higiene, *trabalhos manuaes*, prendas domésticas, exercícios militares, educação física, desenho e canto orfeônico (Oliveira, 2006).

O espaço à educação do movimento corporal, efetivamente se iniciou através da introdução dos métodos ginásticos no Brasil, seja ele alemão, sueco, inglês ou francês, eles disputaram espaço nas atividades físicas do país. Mesmo que cada um apresentasse sua especificidade, todos tinham finalidades semelhantes: o regenerar a raça, em virtude do grande número de mortes e de doenças; promover a saúde, sem alterar as condições de vida; desenvolver a vontade, a coragem, a força e a energia de viver, para servir a pátria nas guerras

<sup>114</sup> Acto nº 141, de 30 de novembro de 1883 (Arriada; Tambara, 2004).

e nas indústrias; e, finalmente, desenvolver a moral, intervindo nas tradições e nos costumes dos povos (Soares, 1994).

A ginástica ou método alemão foi implantado no Brasil na primeira metade do século XIX, este fato ocorreu em virtude do grande número de imigrantes alemães que vieram se instalar no sul do país e também porque a Guarda Imperial era formada por soldados e oficiais prussianos que não retornaram ao seu país (Marinho, [19--]). O método ginástico alemão praticado na Escola Militar iniciou por volta de 1860, porém foi adotado oficialmente no Brasil em 1912 e permaneceu em prática até 1921, quando foi substituído pela ginástica de origem francesa<sup>115</sup>.

A ginástica de origem alemã consistia na formação de corpos ágeis, fortes e robustos através da instrução física militar, destinada às massas (Soares, 1994). Este método se dividia em: exercícios livres (sem aparelhos, para membros superiores e inferiores), exercícios de suspensão (barras, paralelas e cordas), exercícios de apoio (apoio propriamente dito, suspensões, balanceamentos) e ginástica coletiva (marchas e exercício ou ordem unida) (Soares, 1994).

De acordo com os Pareceres de Rui Barbosa, o método ginástico alemão não deveria ser empregado na escola, mas sim o método sueco para o sexo masculino e a calistenia para o sexo feminino (Marinho, [19--]). O método de ginástica sueco iniciou a sua inserção na prática escolar, a partir das considerações do Manual Teórico-Prático de Ginástica Escolar, escrito por Pedro Manoel Borges em 1888. Este livro era destinado às escolas públicas, colégios, liceus, escolas normais e municipais, onde incentivava o ensino do método sueco nas escolas civis, ficando o método alemão restrito aos estabelecimentos militares (Marinho, [19--]).

A linha doutrinária sueca era inspirada na ginástica dos gregos, estreitamente ligada à religião e às artes, era destinada aos dois sexos, a todas as idades e poderia ser praticada com qualquer condição material e social (Marinho, 1980). A sistematização da ginástica sueca era um “[...] instrumento capaz de criar indivíduos fortes, saudáveis e livres de vícios, porque eram preocupados com a saúde física e moral” (Soares, 1994, p. 71). O método se dividia em quatro partes: ginástica pedagógica ou educativa, acessível a todos e tinha o objetivo de assegurar a saúde evitando a instalação de vícios, defeitos posturais e enfermidades; ginástica militar, através de exercícios militares para a preparação de um homem guerreiro; ginástica

---

<sup>115</sup> Decreto nº 14.784, de 27 de abril de 1921. Disponível para consulta em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14784-27-abril-1921-511224-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 17 set. 2012.

médica e ortopédica, visando curar enfermidades através do movimento; e ginástica estética, procurando o desenvolvimento harmonioso do organismo, através também da dança e de movimentos suaves que davam beleza e graça ao corpo (Soares, 1994). A Calistenia preconizada por Rui Barbosa como sendo uma atividade física voltada para o sexo feminino era exercícios de movimentos simples acompanhados de música (Marinho, 1980).

Assim, a partir do decreto nº 14.784 de 1921<sup>116</sup>, os estabelecimentos militares passaram a utilizar a ginástica de origem francesa como método de atividade física, sendo que foram desenvolvidos até 1944 (Marinho, 1980). De 1921 até 1929, o método foi utilizado exclusivamente nas Forças Armadas, porém a partir de 1929, passou a ser introduzido também nas instituições de ensino civis (Goellner, 1992 *apud* Schneider, 2010). A ginástica de origem francesa tinha como objetivo promover a saúde e criar homens fortes, assim seria possível aumentar a riqueza e a força, tanto a do indivíduo quanto a do Estado (Soares, 1994). Quanto a sua prática, este método era muito semelhante ao método alemão, sendo que se dividia nas seguintes finalidades: civil e industrial, militar, médica e cênica ou funambulesca. A ginástica civil foi a mais utilizada no Brasil baseada em exercícios de ritmo, equilíbrio, força, resistência, através das lutas, movimentos locomotores e manipulativos, esgrima, equitação e dança (Soares, 1994). De acordo com os estudos de Schneider (2010) este método inseriu o esporte como uma nova orientação para as aulas de educação do movimento corporal; que se justifica pelo fato de que, assim como no esporte, a sociedade moderna também exigia rendimento, ou seja, produzir com maior velocidade em um menor tempo, com gasto mínimo de energia, ou seja, produzindo um homem eficiente.

Com isso, a partir da década de 30 “[...] a expressão ‘Educação *Physica*’ passa a ser usada cada vez mais para identificar o que era antes chamado ‘*Gymnastica*’, ‘exercícios *physicos*’ ou ‘exercícios *gymnasticos*’” (Vago, 2010, p. 372). Em 1937, através da Constituição Federal, a Educação Física recebeu destaque especial e foi instituída obrigatoriamente em todas as escolas brasileiras.

Porém, o grande inconveniente desse destaque foi que a disciplina de Educação Física, passou “[...] a ser um setor privilegiado de atuação dos militares, que pretenderão utilizá-la para a concretização da sua presença nas escolas” (Horta, 2010a, p. 282). Assim, a Educação Física se tornou escrava de um ensino militar, pois as aulas eram ministradas principalmente por instrutores físicos militares, que tinham por objetivo construir “[...] um projeto de homem disciplinado, obediente, submisso, profundo respeitador da hierarquia social” (Castellani

---

<sup>116</sup> Disponível para consulta em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14784-27-abril-1921-511224-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 23 set. 2012.

Filho *et. al.*, 2009, p. 53). Somente após a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos<sup>117</sup> da Universidade do Brasil<sup>118</sup>, foram formados professores civis de Educação Física para trabalharem nas escolas.

Mas mesmo com os professores civis, a visão militarista da Educação Física Escolar permanecia nos currículos escolares, pois os principais objetivos da disciplina eram:

[...] desinfetar, limpar e inspecionar os corpos das crianças consideradas regeneráveis; renegar os corpos das outras, tidas por incapacitadas; impor hábitos higiênicos; disciplinar os bárbaros; estabelecer códigos de controle e punição; educar as mãos para a escrita e o trabalho; refinar as sensibilidades, lapidando sentimentos, arrancando vícios, implantando civilidade, afinando a voz e ensinando o gosto – esses são dispositivos que, em conjunto, revelam uma estratégia que se acreditava poderia levar à constituição dos corpos das crianças (Vago, 2006, p. 65).

Por isso, a disciplina da Educação Física pode ser considerada como

[...] filha do liberalismo e do positivismo deles absorveu o gosto pelas leis, pelas normas, pela hierarquia, pela disciplina, pela organização da forma. Do liberalismo, forjou suas “regras” para os esportes modernos (que, não por acaso, surgiram na Inglaterra), dando-lhes a aparência de serem “universais” e, deste modo, permitindo a todos ganhar no jogo e vencer na vida pelo seu próprio esforço. Do positivismo, absorveu, com muita propriedade, sua concepção de homem como ser puramente biológico e orgânico, ser que é determinado por caracteres genéticos e hereditários, que precisa ser “adestrado”, “disciplinado”. Um ser que se avalia pelo que resiste (Soares, 1994, p. 62).

Mas é necessário considerar que a Educação do Corpo, não está voltada exclusivamente ao ensino da Educação Física, mesmo esta sendo uma das principais peças, toda e qualquer prática escolar voltada ao corpo merece atenção. Por este motivo, para complementar o estudo, os próximos itens vão tratar sobre o Higienismo e a estrutura escolar municipal comparada a estes preceitos.

### 3.5 HIGIENIZAÇÃO: DA HISTÓRIA À PRÁTICA

As preocupações voltadas à higiene parecem ter iniciado durante o Brasil Império, principalmente através das ideias importadas do exterior. Naquele momento, as relações com a limpeza e saúde não faziam parte do contexto, a mentalidade se voltava ao fato de que “[...] diante da sujeira, arrumava-se meios para manter o corpo protegido e seguro”, pois o “[...] banho representava um risco à vida, porque desprotegia, podendo a água fragilizar as defesas

<sup>117</sup> Criada a partir do decreto-lei nº 1.212 de 17 de abril de 1939. Disponível para consulta em: Disponível para consulta em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-1212-17-abril-1939-349332-norma-pe.html> . Acesso em: 25 set. 2012.

<sup>118</sup> Atual UFRJ.

físicas e espirituais” (Sant’anna, 2011, p. 289). Além disso, os banhos na época se relacionavam somente a “[...] lavagem dos pés, do rosto e das mãos” (Sant’anna, 2011, p. 298), pois um o corpo desprovido de coberturas era considerado como falta de pudor.

Mas a partir da segunda metade do século XIX, os cuidados com o corpo começaram a se tornar um hábito para a população economicamente mais favorecida.

Os mais pobres não eram vistos como os que menos conheciam os benefícios da higiene, mas sobretudo como os que mais concentravam em seus corpos os germes das doenças.

A associação entre pobreza, sujeira e doença se afirmava ao mesmo tempo que uma indústria do banho começava a iniciar uma carreira de sucesso no Brasil e em várias partes do mundo (Santa’anna, 2011, p. 300).

A higiene passou a ser associada ao progresso, e além da vida cotidiana a moda higiênica começou a fazer parte também do contexto escolar. A partir dos Pareceres de Rui Barbosa de 1882, o Brasil iniciou a ter consideráveis noções a respeito da higienização escolar. Com base em estudos e vivências europeias e americanas sobre a higienização, Rui Barbosa “[...] volta-se para o Brasil diagnosticando, com base naquela chave de leitura, a imensidade do atraso científico e administrativo do país onde, pela higiene escolar, ainda não se havia começado a fazer nada” (Gondra, 2010, p. 531).

Assim como outros diversos temas relacionados ao desenvolvimento do país, a higienização efetivamente não conseguiu ser implantada durante os anos imperiais. Somente a partir do início da era republicana “[...] a associação entre limpeza, produção de energia e vitalidade, um tripé doravante fundamental para erigir não apenas uma raça saudável, mas, sobretudo o desenvolvimento da indústria e da urbanização” (Sant’anna, 2011, p. 312) tornou-se importante para uma vida mais saudável. Assim, nas décadas finais do século XIX, além das casas, restaurantes, instalações sanitárias, o higienismo também passou a ser uma preocupação nas escolas. Com isso, havia a necessidade de que as instituições escolares se adequassem às novas tendências higiênicas. Já que “Os higienistas acentuavam sobremaneira o mal causado, às crianças, pelas péssimas instalações escolares. Além disso, expunham o quanto a falta de espaços e materiais higienicamente concebidos era prejudicial à saúde e à aprendizagem dos alunos” (Faria Filho; Vidal, 2000, p. 24).

Assim, os preceitos higienistas aplicados às escolas sugeriam

[...] inicialmente nas prescrições para a construção do edifício escolar, influenciam, em seguida, a escolha de mobiliários e utensílios a serem utilizados nos grupos escolares e, por fim, são refletidos na figura dos alunos por meio de regras, condutas e de suas ações na escola (Kinchiescki; Neves, 2012, p.131).

Todas estas preocupações se voltavam na prevenção de possíveis condutas prejudiciais à saúde de crianças no ensino primário. Em Minas Gerais, um dos estados “[...] referência para os gestores da escola pública primária” (Peres, 2000, p. 11)<sup>119</sup> gaúcha, havia a

[...] busca em educar a postura, em demarcar e controlar claramente os gestos, em criar as condições para um escrever saudável e higiênico, transformando-o em um ato minuciosamente projetado, implicou, também, que os profissionais imbuídos desta nova sensibilidade e imbuídos de uma proposta de racionalização da escola voltassem suas preocupações para os equipamentos escolares, para as carteiras, para a qualidade dos quadros e enfim, para os custos da educação. Assiste-se neste momento, não por acaso, tanto a uma crítica severa à falta e inadequação das instalações e equipamentos escolares, principalmente das escolas isoladas, quanto a uma intensa propaganda dos móveis “importado dos EUA” para as escolas mineiras (Faria Filho, 2001, p. 44).

Uma das preocupações dos higienistas estava voltada a leitura imprópria e inadequada, isso porque alguns livros poderiam causar malefícios às crianças. Assim as leituras mais indicadas eram as fábulas, que de acordo com Rousseau possibilitavam “[...] um recurso eficaz para educação moral e, desse modo, deveriam ingressar no espaço das escolas auxiliando na higienização e moralização dos jovens” (Gondra, 2010, p. 539).

Associado à limpeza do corpo e aos processos de leitura e escrita, os princípios higienistas escolares também estavam relacionados aos hábitos saudáveis, a arquitetura, a iluminação, o arejamento das salas de aula e ergonomia do mobiliário. Todas estas indicações estavam contempladas nos princípios da Escola Nova, e um destes importantes seguidores, Fernando de Azevedo, sugeria que as edificações escolares deveriam se pautar

[...] em necessidades pedagógicas (iluminação e ventilação adequadas, sala de jogos, pátios de recreação, instalações sanitárias etc.), estéticas (promoção do gosto pelo belo e pelo artístico), e nacionalizantes (constituição do sentido de brasilidade, pela retomadas de valores arquitetônicos coloniais e pelo culto às nossas tradições). O ambiente, segundo o reformador, deveria ser educativo, ou seja, alegre, aprazível, pitoresco e com paisagem envolvente (Faria Filho; Vidal, 2000, p. 28).

Além dessas instruções, outra preocupação estava relacionada à fachada da escola, que não deveria estar voltada “[...] diretamente para a rua, afim de que não perturbassem a ordem e o silêncio das classes” (Revista da Educação, 1937, p. 151 *apud* Gonçalves, 2012, p. 45).

As escolas também tinham que possibilitar o acesso aos livros através das bibliotecas. No acervo da biblioteca deveriam existir: “livros sobre viagens, ciências naturais (tanto quando possível sob a forma atrativa), biografias, poesias, obras didáticas, dicionários, revistas e jornais ilustrados e outros de interesse educativo”<sup>120</sup> (Brasil, 1937 *apud* Eggert-

<sup>119</sup> Além de Minas Gerais, o estado de São Paulo e países como os Estados Unidos, a Suécia, o Uruguai e a Argentina também eram referência aos gestores da escola pública primária gaúcha (Peres, 2000).

<sup>120</sup> Portaria nº 04, de 13 de janeiro de 1937 (Brasil, 1937 *apud* Eggert-Steindel, 2012, p. 73).

Steindel, 2012, p. 73). Além do acervo da biblioteca, a escola deveria oferecer aos alunos um museu escolar, ou seja, “uma junção de objetos, naturais e/ou fabricados, pertencentes aos reinos mineral, vegetal e animal, organizados em coleções pelos professores e alunos, destinados ao ensino, caracterizando-se como instrumento auxiliar” (Petry, 2012, p. 85).

O ambiente escolar deveria ser agradável, e como os mobiliários tinham “[...] atuação direta na higiene do corpo, na disciplina, no conforto e na aprendizagem” (Castro; Silva, 2012, p. 170-171) existia a necessidade de que possibilitassem uma postura adequada para que o estudante realizasse bem as suas tarefas. Com isso, deveriam ser “abolidas as carteiras fixas [...]” (Faria Filho; Vidal, 2000, p. 29), e deveria ocorrer “[...] a extinção em definitivo dos tablados que ainda sobreviviam em diversos países” (Revista da Educação, 1937, p. 152 *apud* Gonçalves, 2012, p. 45).

Além da estrutura escolar, os hábitos saudáveis de higiene, a Educação Física e a Ginástica eram importantes integrantes das propostas do Higienismo (Paiva, 2003). Isso tudo pelo motivo de que,

[...] a defesa dos exercícios corporais encontra-se radicalizada por ocasião do combate àquele que era considerado o mais grave e terrível dos vícios: onanismo. Tal hábito, descrito como vício, provocaria o aniquilamento físico, perverteria a moral e reduziria a inteligência (Gondra, 2010, p. 536).

Mas é oportuno salientar que nem sempre as escolas funcionavam em locais apropriados para a prática. Quando acontecia isso, “no máximo aconselhava-se que o local fosse ventilado e iluminado, por questões de salubridade” (Gonçalves, 2012, p. 30). A partir do momento que as escolas receberam um local próprio, também surgiu a necessidade de regulamentar a arquitetura escolar, “[...] que inclui o volume de espaço ideal para cada aluno, o tamanho e a localização das portas e janelas, a largura dos corredores, a área e altura dos pátios, as medidas do mobiliário adequadas a cada idade e tamanho das crianças” (Gonçalves, 2012, p. 30).

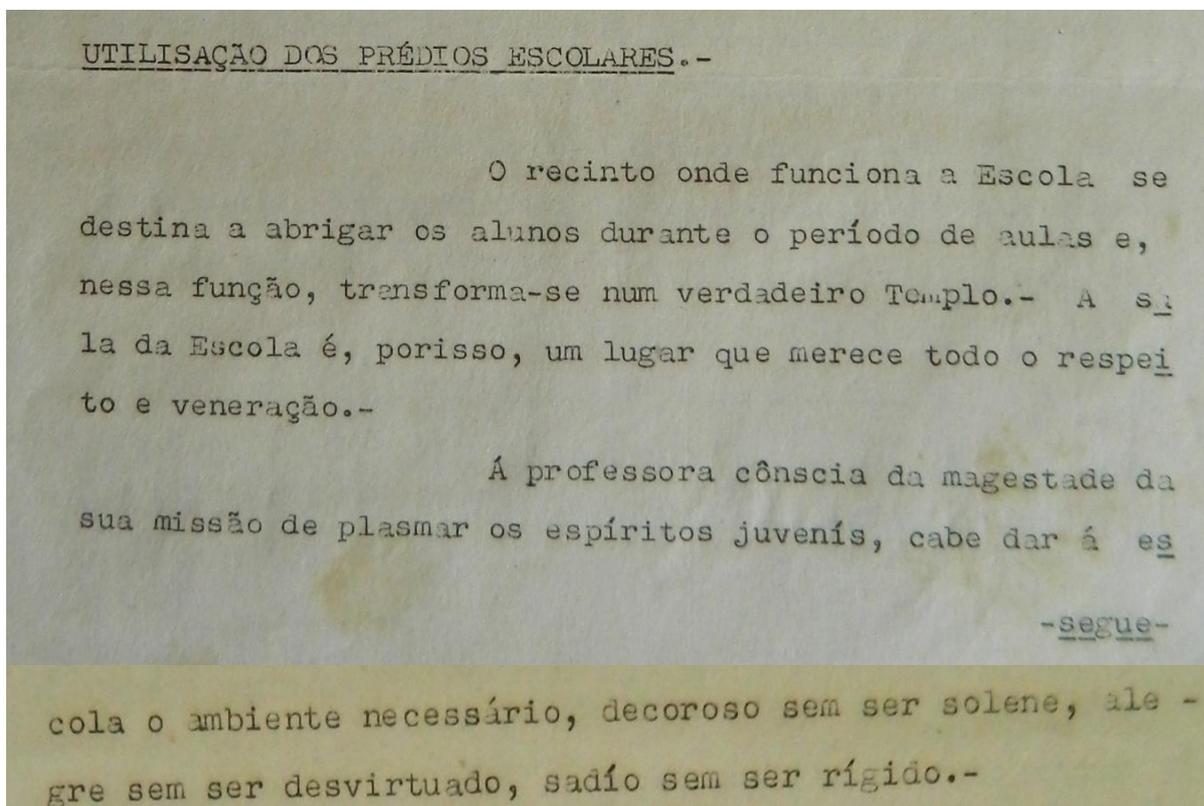
Partindo das informações citadas anteriormente, o item seguinte propõe uma aproximação à realidade estrutural das escolas municipais de Caxias do Sul daquele período. Porém, em virtude da falta de fontes documentadas, alguns aspectos não serão possíveis de serem comparados aos preceitos higienistas.

### 3.6 A ESTRUTURA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAXIAS DO SUL

Compor o perfil da estrutura física das escolas municipais de Caxias do Sul durante o período entre 1937 e 1945 e compará-lo aos preceitos do Higienismo é uma proposta ousada e desafiadora. Isso tudo porque naquele tempo parecia não existir muita preocupação em registrar os materiais que pertenciam às escolas. Assim, através de alguns registros documentais, imagens históricas e entrevistas foi possível organizar este item, mas por ser o primeiro estudo sobre a estrutura física das escolas municipais neste período, certamente são desejáveis outras pesquisas a respeito. Ao longo do texto, quando possível, serão realizadas algumas comparações entre a realidade da época e os preceitos higiênicos.

Com relação a citação de Fernando de Azevedo, o ambiente escolar segundo os preceitos do Higienismo deveria ser: “[...] educativo, ou seja, alegre, aprazível, pitoresco e com paisagem envolvente” (Faria Filho; Vidal, 2000, p. 28). A partir desta referência, foi possível localizar em um documento da Inspeção Escolar algumas instruções a respeito do ambiente escolar, conforme pode ser visualizado na imagem a seguir.

Imagem 22: Documento expedido pela Inspeção Escolar sobre a Utilização dos Prédios Escolares.



Fonte: Circular nº 03, de 04 de julho de 1941. Documento depositado no acervo do AHMJS.

Mesmo sem utilizar as mesmas palavras, as indicações são muito semelhantes, porém na documentação da Inspeção Escolar, designar a Escola como um “verdadeiro templo” causa curiosidade. Como uma Escola poderia ser em um “verdadeiro Templo”? Talvez, os professores deveriam agir como sacerdotes ou pastores, os alunos seriam os fiéis, as carteiras se tornariam os bancos de oração, e o altar seria o sagrado espaço do professor com seu quadro negro? Possivelmente tal designação estava relacionada aos cuidados que deveriam ser prestados ao local, já que em nenhum documento anterior ao ano de 1945, prescrevia orientações a respeito do espaço escolar. Somente em 1945 o Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais forneceu instruções a respeito do tema:

Capítulo 10º

Do prédio Escolar

Artº. 53 – O prédio assim como o mobiliário escolar, devem ser mantidos em perfeita ordem e máximo asseio (Caxias do Sul, 1945)<sup>121</sup>.

Segundo orientações da Inspeção Escolar, a decoração do “templo escolar”, deveria respeitar ao seguinte quesito:

ORNAMENTAÇÕES IMPRÓPRIAS:

Não é próprio enfeitar o teto da aula com bandeirolas e balões de papel de *côres*. – Nem, *tãopouco* com excessos de flores naturais nas paredes das salas, bem como, canteiros improvisados. - O exposto acima, é contra os princípios da estética. - Aconselha-se algumas flores bem dispostas e um jardim em realidade, pois, contribuem para despertar na criança o amor à natureza e respeito às plantas (Caxias, 1942)<sup>122</sup>.

Além disso, cartazes e decorações feitas pelos mestres não pareciam ser bem vistas pela Inspeção, conforme descreve a instrução:

DESENHO E OUTRAS DISCIPLINAS:

Os trabalhos de desenho, bem como os de outras disciplinas, por exemplo: álbuns de ciências, de história, quadros de higiene, etc., devem ser feitos exclusivamente pelos alunos, apenas orientados pela professora e tendo, sempre, por objetivo, suas finalidades educativas e instrutiva. - Caso contrário, servindo, apenas, para enfeite da sala de aula, não representam nenhum valor para o ensino, pois, não há vantagem e sim, desperdício de tempo– (Caxias, 1942)<sup>123</sup>.

Os objetos que serviam de elemento decorativo da sala de aula pareciam ser poucos, conforme citam os registros encontrados. Em uma das atas escolares, a professora descreve que havia na escola:

[...] uma bandeira com vidro e moldura.

1 quadro com *muldura* mas sem vidro do Dr. Julio de Castilhos

<sup>121</sup> Decreto nº 50, de 26 de abril de 1945. Documento depositado no acervo do AHMJA.

<sup>122</sup> Circular nº 06, de 30 de abril de 1942. Documento depositado no acervo do AHMJA.

<sup>123</sup> Circular nº 06, de 30 de abril de 1942. Documento pertencente ao acervo do AHMJA.

1 crucifixo de *gesso*, 1 pequeno vasilho de flores, sendo de vidro, 1 guardanapo.  
 1 bandeira de papel e uma tira de cartão com as legendas ‘*Amma com fé e orgulha a terra em que nasceste!*’  
 5 quadros em cartolinas feitos pelos alunos e dado ao colégio (quadro *sobre materias* estudadas como de animais, Descobrimento do Brasil, etc)  
 2 quadros também em cartolina um o ‘Cantinho das novidades’ e outro das ‘*Bôas Ações*’  
 1 cesta de vime para o lixo.  
*Possue 12 cartonzinhos* de trabalhos manuais em alinhavos.  
 Um pequeno quadrinho com vidro dado por uma aluna sendo um lindo passarinho.  
 1 grande cartaz com a frase Juventude Brasileira (dado pela prefeitura) (Caxias, 1943)<sup>124</sup>.

Na Escola Isolada Dezenove de Abril, os materiais decorativos eram os seguintes:

[...] 1 bandeira com vidro e moldura.  
 2 quadros *sobre* os preceitos *higienicos*.  
 1 bandeira de papel com a frase. *Ama com fé e orgulho a terra onde nasceu*.  
 3 quadros em cartilha *sobre materias* estudadas sendo: quadro de animais, frutos, etc. 2 quadros um com a fotografia do Dr. Getulio Dorneles Vargas e outro com o Dr. Julio de Castilhos.  
*Possue o ‘Clube agricola* o qual ainda não está completa. [...] 1 quadro de Juventude brasileira<sup>125</sup>.

Se analisarmos as indicações administrativas e as atas escolares é possível verificar que nas duas escolas havia o respeito às normas administrativas relacionadas à decoração, ou seja, pouca ornamentação para se encaixar nos princípios da estética. Além disso, de acordo com os registros encontrados, ambas as escolas apresentavam materiais decorativos nacionalizantes, como os cartazes da Juventude Brasileira, bandeiras e quadros com fotografias de personagens importantes da história brasileira. Assim, as escolas estavam de acordo com os princípios indicados por Lourenço Filho e também as orientações da Inspeção Escolar:

3º - Como expressão de culto á Pátria, em todas as salas de aula, deverá figurar, além do quadro com a Bandeira Brasileira, o verso do poeta nacionalista: - AMA COM FÉ E ORGULHA A TERRA EM QUE NASCESTE. –  
 Os cartazes com esse dístico devem ser procurados na Inspeção Escolar.- (Caxias, 1941)<sup>126</sup>.

Mas também é necessário considerar, que se tivessem sido localizadas fotos do interior das escolas municipais, provavelmente o estudo estaria mais próximo da realidade da época. Ainda de acordo com instruções sobre a decoração da sala de aula, a professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli, comenta que: “[...] eu fazia o meu material didático [...] Tinha

<sup>124</sup> Ata Especial para o Registro do material existente no Colégio da Escola Isolada Rui Barbosa, de 03 de setembro de 1943. Documento pertencente ao acervo do AHMJA.

<sup>125</sup> Ata da Escola Isolada Dezenove de Abril, sob o nome de “Ata especial do registro do material que *possue* a Escola” de 16 de agosto de 1943. Disponível para consulta no acervo do AHMJA.

<sup>126</sup> Circular nº 01, de 07 de maio de 1941. Documento pertencente ao acervo do AHMJA.

bastantes coisas, minha aula estava cheia de cartazes” (Soldatelli, década de 1980). Segundo a entrevistada tais materiais eram utilizados para desenvolver melhor a aprendizagem de seus alunos, e que ela havia aprendido na Escola Complementar. Diferente do que era indicado pela Inspetoria Escolar, a professora confeccionou cartazes para facilitar a aprendizagem dos alunos, e que para a Administração Municipal era um verdadeiro “desperdício de tempo”.

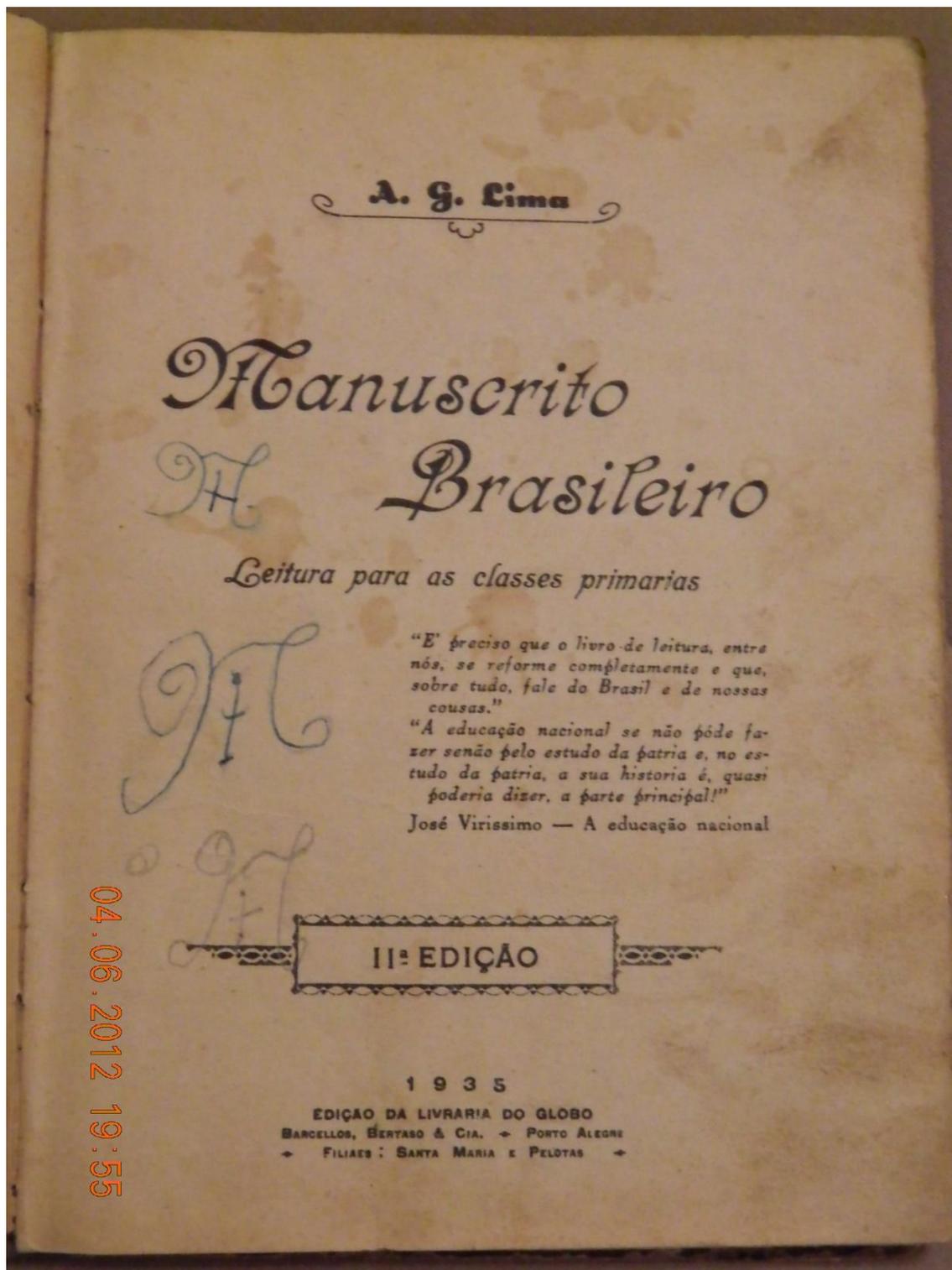
Com relação aos livros adotados por alunos e professores, segundo a professora Marina Bridi Moretto “Na escola. Então o livro que adotávamos era a seleta” (Moretto, 1986), mas também ela comenta a utilização “[...] da aritmética Souza Lobo” (Moretto, 1986). Além do livro de matemática, a professora Dorotéia Rizzon Corte comenta que era usada uma “[...] cartilha” (Corte, década de 1980) do autor João de Deus. Mas um livro, provavelmente utilizado na época por alunos de uma escola municipal era o Manuscrito Brasileiro, que pode ser visualizado nas imagens a seguir.

Imagem 23: Capa do Livro Manuscrito Brasileiro



Fonte: Acervo pessoal de Maria Rosenei Gonçalves Rodrigues.

Imagem 24: Parte do livro Manuscrito Brasileiro.



Fonte: Acervo pessoal de Maria Rosenei Gonçalves Rodrigues.

Mesmo que o livro esteja datado em 1935, possivelmente ele foi utilizado na época, pelo estudante Ací Feliciano dos Passos em uma escola municipal caxiense próxima ao município de São Francisco de Paula. O livro de História e Geografia se divide em cinco

partes, sendo que respectivamente tratam das: Lições da Pátria, Tempos anteriores ao Descobrimento do Brasil, o Brasil Colonial, o *Imperio* do Brasil e *A Republica*. Além disso, por diversos momentos o livro apresenta letras e partituras de músicas de cunho nacionalista.

Com relação a estrutura física das unidades escolares um dos aspectos que podem ser considerados neste item é a quantidade de salas existentes. Como descrito no primeiro capítulo desta pesquisa, os Grupos Escolares apresentavam uma maior estrutura física que as Escolas Isoladas. Segundo a professora Ida Menegotto Poletto no Grupo Escolar D. Pedro I onde ela atuou como diretora e professora havia: “[...] cinco salas. Então, eram em cinco professores” (Poletto, década de 1980). No Grupo Escolar Carlos Gomes, segundo a professora Guilhermina Lora Poloni Costa: “Era um Grupo Escolar de duas salas, pequeno, duas professoras [...]” (Costa, 1991). Além dessas informações, na ata de encerramento de final de ano, do Grupo Escolar José Bonifácio, assim foi descrito: “[...] Numa das salas do Grupo, achavam-se expostos belos trabalhos manuais feitos pelos alunos durante o ano letivo [...]”<sup>127</sup>, sugerindo a existência de mais do que uma sala de aula.

Com relação às Escolas Isoladas, inicialmente a hipótese era de que tais unidades escolares eram compostas por somente uma sala de aula. Porém a professora Olga Tonolli Sevilla ao tratar provavelmente da Escola Isolada Frei Caneca descreve que por volta de 1944, a unidade escolar foi construída “[...] com duas salas e deram duas professoras” (Sevilla, 1988). Já em uma ata de outra Escola Isolada, assim aparece descrito: “Na sala de aula achavam-se expostos alguns trabalhos manuais”<sup>128</sup>, sugerindo a existência de uma única sala. Com isso, a designação de Escola Isolada talvez não esteja voltada ao número único de salas, turmas ou professoras, existe a possibilidade de que se relacione ao número de alunos.

A partir das informações a respeito das salas de aula, busquei encontrar os registros do mobiliário das escolas, pois os objetos escolares servem como “[...] portadores de mensagens, vestígios da circulação de ideias pedagógicas e indicadores de práticas” (Silva; Petry, 2012). Em uma “Ata Especial para o Registro do Material existente no Colégio”, foi descrito a existência de: “[...] 10 classes que se acomodam 4 alunos em cada uma. Uma mesa, 2 cadeiras [...]”<sup>129</sup>. A professora Dorotéia Rizzon Corte, comenta que na escola onde lecionou “[...] cortaram os bancos, fizeram classe de dois em dois” (Corte, década de 1980). Além destas descrições, a professora Alice Gasperin que lecionava na cidade de Farroupilha, em uma

<sup>127</sup> Ata do dia 07 de dezembro de 1944. Documento pertencente ao acervo do AHMJSA.

<sup>128</sup> Ata de Exames Finais de 08 de dezembro de 1945, da Escola Isolada Diogo Feijó. Disponível para consulta no acervo do AHMJSA.

<sup>129</sup> Ata da Escola Isolada Rui Barbosa escrito no dia 03 de setembro de 1943. Documento pertencente ao acervo do AHMJSA.

escola próxima a divisa de Caxias do Sul, cita que havia “[...] bancos compridões. Sentava quatro, cinco, seis alunos, conforme o tamanho, né?” (Gasperin, 1996). Na escola onde a professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli atuava, mesmo que na época não havia o costume de trabalhar em grupo, os estudantes “[...] estavam sempre em dois em cada classe [...]” (Soldatelli, década de 1980). Em outro depoimento, a professora Maria<sup>130</sup> comenta que as classes eram coletivas e abrigavam dois alunos em cada uma. Além de todas estas evidências, há outro indício da possível existência de bancos escolares, documentado na Circular nº 2 de 1940:

BANCOS ESCOLARES – Fica terminantemente proibido o uso dos bancos escolares para qualquer outro fim que não seja o da Instrução Pública.

A Prefeitura não permite, de forma alguma, que os bancos sejam utilizados *fôra* da escola. -

A Professora, que responde pelo material da sua aula, deverá cumprir integralmente esta instrução, responsabilizando-se pela sua fiel execução (Caxias, 1940)<sup>131</sup>.

Todos os indícios apontados no parágrafo anterior sugerem que havia classes coletivas nas escolas municipais, algo que deveria estar abolido do universo escolar segundo os preceitos higienistas. Os bancos escolares não eram bem aceitos em virtude da falta de ergonomia que possibilitavam ao estudante, já que cada aluno tinha as suas necessidades e limitações em virtude de seu tamanho. Além dos bancos escolares, outra parte do mobiliário era contraindicada pelos escolanovistas, os tablados para o professor<sup>132</sup>, já que tais objetos estabeleciam uma relação de superioridade docente sobre o estudante.

Outra curiosidade relacionada à organização escolar e aos estudantes estava na disposição deles dentro da sala de aula. Segundo a Orientadora de Ensino Primário, Ester Justina Troian Benvenuti, no início de sua carreira como professora, os meninos e as meninas eram separados dentro da sala de aula, “Mas, isto foi apenas no início, porque depois a professora separava por ordem de adiantamento, porque ela tinha que atender as quatro classes né? [...] nessa fila o quarto ano, nessa o terceiro, nessa o primeiro, né?” (Benvenuti, 1983).

Com relação aos materiais didáticos e de escrituração escolar, somente as duas escolas citadas anteriormente possuem o registro desta documentação. Na Escola Isolada Dezenove de Abril, os materiais eram os seguintes:

2 mapas, um do Rio Grande do Sul e outro do Brasil. [...]  
1 livro de Chamada  
1 livro de Matrícula

<sup>130</sup> Depoimento anônimo.

<sup>131</sup> Circular nº 02, de 08 de março de 1940. Documento pertencente ao acervo do AHMISA.

<sup>132</sup> Relatado pela professora Maria em depoimento anônimo.

1 livro de Atas, 1 “Cartilha de higiene”  
 1 livro de Arquivo das circulares recebidas  
 [...] 1 *regula*, [...].  
 1 livrinho de historia, 3 livros de religião<sup>133</sup>.

Na Escola Isolada Rui Barbosa:

2 mapas um do Rio Grande do Sul e outro do Brasil. [...]  
 1 livro de Chamada, 1 livro de *matricula*, 1 livro de atas, 1 caderno da Fundação da Caixa Escolar; 1 livro “Cartilha de Higiene”. [...]  
 A biblioteca com 6 livros. [...]  
 O museu e mais o clube *agriculo* com a plantação  
 Possui ainda um arquivo das circulares que foram mandadas<sup>134</sup>.

O escasso material didático estava atrelado principalmente ao fato de que a Prefeitura quase não enviava materiais às escolas (Soldatelli, década de 1980). Somente “começou a dar alguma coisinha, quando elas também começaram a ver, que surgiu isso, alguma coisa, mas pouca coisa, algum livro, alguma orientação” (Soldatelli, década de 1980). Além de enviar pouco material didático às escolas, a Administração Municipal “[...] mandava uma caixa, duas de giz” (Costa, 1991) o que faltava era necessário comprar; quanto ao “[...] material de limpeza a gente fazia, não mandava. Não se recebia não” (Costa, 1991). Somente em 1945, através do Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais parece que houve uma preocupação por parte da Administração Pública com a compra de materiais e mobiliários, descrita a seguir:

Capítulo 11º  
 Do material e mobiliário  
 Artº 56 – Os Diretores e Regentes das escolas municipais deverão remeter, até 31 de dezembro, os pedidos de material didático e mobiliário necessários.- (Caxias do Sul, 1945)<sup>135</sup>.

Como o documento anterior somente foi legislado em 1945, de acordo com a professora Dorotéia Rizzon Corte, nos anos anteriores a comunidade se engajava na compra do material, assim “[...] O subprefeito mandava buscar aqui em Caxias, ou o padre vinha e comprava, a comunidade, por exemplo, os fabriqueiros davam o dinheiro. E levavam os livros, depois os pais de cada criança pagava” (Corte, década de 1980). Como na sua escola havia uma horta feita pelas crianças “Um pai, ou dois, depois pegavam a carreta vinham para São Marcos e vendiam [...]” (Corte, década de 1980) as verduras produzidas, assim “[...] adquiriam livros, cadernos, borrachas” (Corte, década de 1980).

<sup>133</sup> “Ata especial do registro do material que *possue* a Escola” de 16 de agosto de 1943. Disponível para consulta no acervo do AHMJSA.

<sup>134</sup> Ata Especial para o Registro do material existente no Colégio, de 03 de setembro de 1943. Documento pertencente ao acervo do AHMJSA.

<sup>135</sup> Decreto nº 50, de 26 de abril de 1945. Documento depositado no AHMJSA.

Além disso, outro material pedagógico utilizado nas aulas das escolas municipais era o Museu Escolar que pode ser conferido nos indícios a seguir. Na Escola Isolada Dezenove de Abril em uma ata de final de ano, aparece a seguinte descrição “Achavam-se expostos alguns quadros referentes à alimentação do homem e Ciências Naturais [...]”<sup>136</sup>. Outro exemplo pode ser encontrado na ata da Escola Isolada Dom Sebastião Leme: “Achavam-se *espostos* na sala de aula, grande número de trabalhos manuais, desenhos em cartolina e *exposição* de uma grande variedade de *animaes ophidicos* e um pequeno museu”<sup>137</sup>. No livro de atas da Escola Isolada 15 de Novembro, podem ser encontrados: “Achavam-se expostos na aula, diversos trabalhos *manuaes* trabalhos em cartolina, assim como uma exposição sobre agricultura e um pequeno museu”<sup>138</sup>.

Pelo que as fontes indicam havia pouco material didático disponível aos professores. Provavelmente por esta falta de recursos e o número excessivo de alunos por turma é que podemos compreender os inúmeros “votos de louvor” destinados aos professores regentes, normalmente descritos pelas Comissões Examinadoras nas Atas de Exames Finais.

Saindo do interior da escola há a necessidade de conhecer a estrutura exterior, o pátio, a fachada, a existência ou não de muros, os jardins e as hortas. Com relação à fachada das escolas municipais foi encontrada a seguinte documentação instrutiva:

FACHADAS DAS ESCOLAS – Além da placa “Escola Municipal Caxias”, nenhuma outra inscrição é permitida na fachada das escolas. – Qualquer placa ou emblema que porventura existir, deverá se retirado imediatamente e, em momento oportuno, entregue a esta Inspeção Escolar.

Este é um ponto importante, que deve merecer toda a atenção e cuidado das auxiliares do ensino municipal.

MATERIAL – A Escola que não possuir fachada, a sua placa, deverá *solicita-la*, POR ESCRITO, ao Sr. Dr. Prefeito Municipal, que autorizará o seu fornecimento.

Outrossim, qualquer pedido deverá, SEMPRE, ser feito por ofício ou carta, de modo claro e conciso e com a necessária justificativa.- (Caxias, 1940)<sup>139</sup>.

Possivelmente a placa descrita no documento circular seja como a apresentada na imagem a seguir, retirada de uma foto de fachada de uma unidade escolar municipal.

<sup>136</sup> Ata de Exames Finais de 08 de dezembro de 1942. Documento depositado no acervo do AHMJA.

<sup>137</sup> Ata de Exames Finais de 07 de dezembro de 1943. Documento depositado no acervo do AHMJA.

<sup>138</sup> Livro de Atas da Escola Isolada Farroupilha, anteriormente chamada de Escola Isolada 15 de Novembro. Ata de Exames Finais do dia 10 de dezembro de 1943. Documento depositado no acervo do AHMJA.

<sup>139</sup> Circular nº 02, de 08 de março de 1940. Documento pertencente ao acervo do AHMJA.

Imagem 25: Placa de um Grupo Escolar Municipal.



Fonte: Foto recortada da imagem da Inauguração do Grupo Escolar Municipal Fazenda Souza em 03 de abril de 1940. Autoria: Studio Geremia. Documento pertencente ao acervo do AHMJSA.

Durante os anos de 1937 a 1945, muitas escolas foram construídas ou reformadas. Exemplos disso foram: a Escola Isolada São João Batista inaugurada no dia 17 de junho de 1941<sup>140</sup>, a construção de um novo prédio da Escola Isolada Felipe dos Santos com inauguração em 30 de abril de 1944<sup>141</sup>, a inauguração no dia 19 de abril de 1943 do Grupo Escolar Municipal Nossa Senhora do Pedancino<sup>142</sup>, a inauguração das novas dependências do Grupo Escolar Municipal São Romédio no dia 14 de junho de 1943<sup>143</sup>, entre outras. Na Escola Isolada Felipe dos Santos, na ata de inauguração, há a descrição que o prédio foi construído “[...] todo em alvenaria”. Além disso, o documento descreve a participação da comunidade na construção: “[...] construído pelos moradores do lugar, em colaboração com a Municipalidade, que a dotou de todo o material necessário para o seu funcionamento”. Naquela época o trabalho comunitário parecia ser muito comum, a Orientadora de Ensino Primário Municipal, quando era professora cita outro exemplo:

[...] recém nós tínhamos inaugurado um prédio que os colonos construíram um prédio novo prá escola que foi assim, um trabalho comunitário, sem saber, não é, que todos eles cooperaram. Uns deram tábuas, pregos, ah, pedreiros, ah, carpinteiros ajudaram, outros deram, ah, ah, como é que se diz em italiano, que diziam, as tábuas, como é as tabuinhas. *Escandoles, Le escandole*. O seu... o velho Luiz Boff deu *Le escondole* e, nós inauguramos a escola (Benvenuti, 1983).

Tanto a comunidade como a Administração Municipal pareciam se preocupar em encontrar o ambiente adequado para os estabelecimentos das unidades escolares, pois muitas escolas que funcionavam em locais improvisados, foram construídas durante esse período. Segundo a professora Guilhermina Lora Poloni Costa, ela lecionou em uma escola que funcionava “[...] na casa de um colono, a escola, ele também cedia, tinha salas grandes e cedia

<sup>140</sup> Registro no Livro de Atas da Escola Isolada São João Batista. Documento depositado no AHMJSA.

<sup>141</sup> Registro no Livro de Atas da Escola Isolada Felipe dos Santos. Documento depositado no AHMJSA.

<sup>142</sup> Registro no Livro de Atas do Grupo Escolar José Bonifácio. Documento depositado no AHMJSA.

<sup>143</sup> Registro no Livro de Atas da Escola Municipal Carlos Gomes. Documento depositado no AHMJSA.

uma sala, assim, pra, pra lecionar. [...] E aí eu fiquei lá e ele construiu uma escola nova. Deu tudo novo, classe, tudo novo” (Costa, 1991). A professora Ida Menegotto Poletto em sua entrevista comenta: “[...] eu lecionei dois anos na casa do Ângelo Menegotto. Depois construíram a escola” (Poletto, década de 1980), segundo ela a nova escola foi construída pela “[...] Prefeitura. Aquela era da Prefeitura mesmo” (Poletto, década de 1980). Outro exemplo desta prática foi comentado pela professora Olga Tonolli Sevilla, na qual o prédio da escola na qual lecionou pertencia a um senhor chamado “José Rizzon. Ele abriu e nunca mais quis saber de nada. Em 1944 mais ou menos, a comunidade se reuniu e fizeram uma escola nova, mais prá lá, que compraram um terreno onde fizeram a igreja Santo Henrique, que hoje ainda está lá” (Sevilla, 1988). Mesmo com a construção de espaços escolares específicos para o funcionamento, em algumas escolas não foram encontrados vestígios de reformas ou novas construções.

Além disso, parecia existir uma relação de favores entre a Administração Municipal e o Governo do Estado com relação à construção e manutenção das escolas. Segundo a professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli, “[...] o município construiu o grupo e deu ao estado. No dia da inauguração, o Dr. Dante Marcucci, doou o prédio aquele ao estado. O terreno foi doado pelos moradores” (Soldatelli, década de 1980). Em troca, o Governo do Estado parecia doar mobiliários escolares às escolas municipais, pois segundo a professora Guilhermina Lora Poloni Costa “[...] vinha muito material de grupos estaduais que eram fechados. E o grupo estadual não foi bem aceito na zona rural, então, foram fechados” (Costa, 1991). Mesmo sem outros indícios, era possível existir tal convênio entre as partes.

Com relação aos Grupos Escolares em outras cidades, normalmente recebiam “[...] destaque na cena urbana, de modo que se tornasse visível, enquanto signo de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime” (Bencostta, 2005, p. 97). Os Grupos Escolares Municipais não apresentavam tamanha grandiosidade, beleza e destaque como os Grupos Escolares Estaduais instalados na zona central do município de Caxias do Sul. Possivelmente, pois aqueles pertencentes à Rede Municipal de Ensino além de se localizar no interior da cidade e existir certa resistência da comunidade do interior às escolas estaduais, também tinham a interferência da comunidade na estruturação da escola.

Através de fotos localizadas no AHMJSa, podemos observar a estrutura exterior de dois Grupos Escolares do Município, por meio das imagens apresentadas a seguir.

Imagem 26: Grupo Escolar Municipal Carlos Gomes – comemoração cívica.



Fonte: Foto do Grupo Escolar Carlos Gomes durante uma comemoração cívica. Autoria: Studio Geremia. Acervo: AHMJSA. Data: década de 1940.

Imagem 27: Grupo Escolar Municipal de Fazenda Souza - inauguração



Fonte: Foto da inauguração do Grupo Escolar de Fazenda Souza. Autoria: Studio Geremia. Acervo: AHMJSA. Data: 03 de abril de 1940.

Uma similaridade estrutural nas unidades escolares das imagens anteriores está no material da construção, no modelo das janelas e no mastro da bandeira. Porém, a unidade localizada em Fazenda Souza parecia apresentar uma estrutura maior provavelmente em virtude da quantidade superior de alunos. Possivelmente, o Grupo Escolar Fazenda Souza não era o nome correto desta instituição, pois não foi encontrado nenhum documento da Inspetoria Escolar que cite desta maneira a unidade escolar. Mas segundo pesquisas do AHMJS, a Imagem 27 se refere à inauguração deste estabelecimento de ensino no dia 03 de abril de 1940. Ao observarmos a imagem podemos visualizar a presença de autoridades localizadas próximas à porta, de aproximadamente 90 crianças de branco que possivelmente eram os estudantes e dos familiares dispostos nas laterais. O prédio com dois andares apresenta a placa identificadora de “Grupo Escolar Municipal - Caxias”<sup>144</sup>, próximo às margens laterais da foto é possível verificar algumas plantas no lado esquerdo e outra construção no lado direito. Provavelmente o telhado que aparece na imagem seja algum prédio associado à igreja ou às sociedades da comunidade.

No Grupo Escolar Carlos Gomes é possível visualizar três janelas, com uma porta de entrada e uma pequena área de circulação. Em frente à escola parece existir um pequeno jardim e um acesso viário, já que se encontra um carro estacionado; atrás da imagem do automóvel é possível visualizar ao fundo algumas plantações. Por se tratar de uma comemoração cívica, os alunos e as professoras estão dispostos para a foto ao lado da bandeira nacional, sendo que um dos estudantes se encontra hasteando a bandeira. Segundo a professora Estra Boff Tessari, no tempo em que ela trabalhava na “[...] Escola de São Romédio”<sup>145</sup> era bem grande, com dependências para a moradia da professora” (Tessari, 2004). Mesmo sendo permitida que o professor regente ou diretor residisse na unidade escolar, a informação da professora Estra pode não estar vinculada à Imagem 26, pois a entrevistada trabalhou até 1941 e o novo prédio foi inaugurado somente em 1943. Na imagem abaixo pode ser visualizada o dia da inauguração do novo prédio da unidade escolar.

---

<sup>144</sup> Possível de ser melhor visualizada na Imagem 25.

<sup>145</sup> Primeiramente a escola foi chamada de Escola Isolada São Romédio, depois passou a ser chamada de Grupo Escolar São Romédio e por fim Grupo Escolar Carlos Gomes.

Imagem 28: Inauguração do novo prédio do Grupo Escolar São Romédio.



Fonte: Acervo pessoal de Isolde Maria Pedron Benedetti. Autoria: desconhecida.

Se compararmos as duas imagens do Grupo Escolar Carlos Gomes, anteriormente chamado de Grupo Escolar São Romédio, é possível visualizar a semelhança entre a pequena área de entrada e a janela vista no lado direito, sugerindo se tratar da mesma escola. Estas evidências levam a crer que neste prédio não havia dependência para professor conforme sugerido pela professora Estra Boff Tessari.

Após a análise de todas as fontes não há como estabelecer o perfil estrutural das escolas municipais em funcionamento durante o período entre 1937 e 1945, pois cada uma tinha sua particularidade, umas construídas de madeira outra de alvenaria, uma com dois andares outras com somente um, em prédio próprio ou improvisado, com dependência para o docente ou não. Isto sinaliza para a participação e autonomia das comunidades na definição do tipo de escola, sem haver prescrição rígida da parte do poder público.

Porém um aspecto estrutural em comum nas unidades escolares era a presença de pátios. Na maior parte dos livros de atas escolares, ao tratarem principalmente dos exames finais, há a seguinte descrição: “No pátio da escola foram apresentados exercícios físicos e jogos”<sup>146</sup>. Talvez, muito desses locais podiam não ser de propriedade da escola, mas com essa

<sup>146</sup> Ata da Escola Isolada Visconde de Ouro Preto do dia 10 de dezembro de 1944. Documento disponível para consulta no acervo do AHMISA.

informação é possível verificar que as crianças tinham um local amplo para realizar suas brincadeiras, mesmo que supervisionadas por um adulto.

Além do pátio, outras escolas também apresentavam hortas e jardins. A Inspetoria Escolar instruía os professores que não era próprio ter “[...] canteiros improvisados [...] Aconselha-se algumas flores bem dispostas e um jardim em realidade, pois, contribuem para despertar na criança o amor à natureza e respeito às plantas”<sup>147</sup>. Na escola onde a professora Marina Bridi Moretto lecionava, mesmo não fazendo parte do currículo escolar, ela “Ensinava plantar. Eles plantavam umas flores, que era hábito, e um canteiro de verduras. A gente sempre ensinava” (Moretto, 1986).

Mais comum do que o plantio de flores era o cultivo de legumes e verduras nas hortas escolares. Muitas vezes em atas de Exames Finais era descrito “Nesta ocasião foi também visitada a horta escolar”<sup>148</sup>. Em algumas escolas, o trabalho nas hortas fazia parte da prática escolar, segundo a professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli,

[...] a nossa horta, ao lado da escola, merecia aplausos. Não fazia parte do programa. A gente ensinava as crianças a plantarem. Eles não conheciam o que era beterraba. Tinha alunos que não conheciam diversos tipos de verduras. Então a gente fazia a horta, e trazia os pacotinhos de semente e eles plantavam, cuidavam quando cresciam, quando ficava tudo pronto pra colher, tudo isso. [...]. Horta era comum, porque era uma zona de colonos. Então a gente ensinava porque muita gente não sabia plantar direito, principalmente as hortaliças, mais era trigo, milho, feijão, essas coisas. Tinha gente que não conhecia cenoura. [...] muitas vezes me convidavam pra ver a horta delas, na casa delas, que elas tinham plantado tudo aquilo. E as mães ficavam felizes da vida. E como minha mãe me explicava tudo, negócio de cozinha, disso, daquilo, eu transmitia como tinha que cozinhar (Soldatelli, década de 1980).

De acordo com a professora Olga Tonolli Sevilla “A orientadora dizia que era bom fazer uma hortinha *prás* crianças saberem cuidar de uma horta e saberem qual era o tempo das frutas, tempo das verduras” (Sevilla, 1988). Já a professora Dorotéia Rizzon Corte aproveitava para mostrar as plantas cultivadas na Parada Cívica:

[...] então eu desfilava com as crianças, com utensílios, a enxada, a pá, o gadanho e tudo o que se comia na época, por exemplo, batata, setembro tinha vagem e o que que tinha mais em setembro? Abóbora bem doce, abóbora de fazer tortéis, aquelas aboborinhas pequeninhas, então enchiam um carrinho de mão (Corte, década de 1980).

Outro objeto escolar que podemos enquadrar neste mesmo item da pesquisa trata-se dos muros nas escolas. Em Belo Horizonte, em período anterior a 1937, os muros foram construídos para que os alunos não fugissem das aulas (Vago, 1999). Nas escolas caxienses, não foi encontrado nenhum registro da existência de muros escolares, porém parecia haver

<sup>147</sup> Circular nº 06, de 30 de abril de 1942. Documento depositado no acervo do AHMISA.

<sup>148</sup> Ata do dia 11 de dezembro de 1943 da Escola Isolada José de Alencar. Documento pertencente ao acervo do AHMISA.

alguns alunos que fugiam das aulas, conforme a professora Guilhermina Lora Poloni Costa comenta:

[...] eles me fugiam da aula, enquanto eu estava escrevendo no quadro-negro, aqueles que não tinham vontade de estudar, uma vez um aluno me pulou a janela: ‘Ai, a professora, o fulano pulou a janela’. Ele não queria estudar, não é. Eu disse: ‘não faz mal amanhã ele vai voltar’ (Costa, 1991).

Enfim, através desse capítulo foi possível conhecer as definições sobre corpo com suas interferências culturais, a história da disciplina de Educação Física, o Higienismo, e por fim o perfil estrutural das escolas municipais de Caxias do Sul. Mas conhecer,

A materialidade da escola tem significado para a identidade institucional e para a sociedade, para os moradores das cercanias do prédio escolar. Implica na vida dos moradores da cidade, mesmo que estes não tenham estudado, trabalhado ou enviado seus filhos e netos para aquele estabelecimento de ensino. À cidade como um todo pertence a escola e, portanto, a preservação da memória de instituições escolares está (*sic*) afeta ao ambiente no qual a escola se insere, às ruas e demais prédios, à vizinhança, bairro (Werle; Britto; Colau, 2007, p. 160).

Mesmo que até o momento diversas considerações foram expostas, o objetivo do estudo ainda não foi totalmente alcançado. Assim, o capítulo seguinte busca chegar um pouco mais próximo da prática escolar daquela época voltada à educação do corpo.

*QUEBRA-CABEÇA*  
*(Humberto Gessinger)*

*Pode ser pra sempre*  
*Pode não ser mais*  
*Pode ter certeza e voltar atrás*  
*Pode ser perfeito*  
*Fruto da imaginação*  
*Pode ter defeito de fabricação*

*Tá faltando peça no quebra-cabeça*  
*Eu não tenho pressa*  
*O meu tempo é todo teu*  
*É tudo que eu posso oferecer*  
*É pouco*  
*Mas é tudo que eu posso oferecer*  
*É quase nada*  
*Mas é tudo que eu posso oferecer*

*Pode ser no ponto*  
*Ponto de interrogação*  
*Pode ser encontro ou separação*  
*Pode correr riscos*  
*Arriscado sempre é*  
*Só não pode o medo te paralisar*

*Tá faltando peça no quebra-cabeça*  
*Eu não tenho pressa*  
*O meu tempo é todo teu*  
*É tudo que eu posso oferecer*  
*É pouco*  
*Mas é tudo que eu posso oferecer*  
*É quase nada*  
*Mas é tudo que eu posso oferecer*  
*É pouco*  
*Mas é tudo que eu posso oferecer*  
*Tudo que eu posso oferecer*

## **4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: A BUSCA PELA REALIDADE ESCOLAR DE CAXIAS DO SUL ENTRE OS ANOS DE 1937 E 1945**

Através dos capítulos anteriores foi possível conhecer um pouco sobre o contexto do período entre os anos de 1937 e 1945, porém ainda estão “faltando peças no quebra-cabeça” deste estudo. Assim, este último capítulo procura finalizar o encaixe do enigma, procurando expor sobre as práticas escolares utilizadas nas escolas da Rede Municipal de ensino de Caxias do Sul durante o período em estudo.

Assim, foram utilizados como fontes, as informações orais de professoras que trabalharam no período, documentos emitidos pela Inspetoria Escolar, imagens e registros em Livros de Atas e Livros de Frequência Escolar. E mesmo sabendo que “[...] exercícios, cadernos, provas escolares, diários de classe, cartazes, quadros” (Vidal, 2005, p. 65) colaborariam para melhor compreensão das práticas escolares, estes materiais não foram encontrados nos acervos pesquisados.

No transcorrer do capítulo serão desenvolvidos, a partir das fontes encontradas, temas como: a rotina escolar, os tempos escolares, os saberes mais relevantes à comunidade, atividades pedagógicas, o uso dos uniformes e os comportamentos.

### **4.1 A ROTINA DA ESCOLA: ADEQUAÇÕES DO TEMPO**

A rotina de horários escolares se associa à melhor organização do tempo, necessária para uma maior produtividade. Assim, “[...] a construção do tempo escolar está intimamente relacionada ao surgimento industrial” (Ávila, 2012, p. 188), além de que “O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (Foucault, 2011, p. 146). Com isso, horários e calendários escolares obedecem à racionalização do tempo, estabelecendo aquilo que deve ou não ser realizado.

Sem dúvida, o tempo escolar, ou melhor dizendo, os tempos escolares, são múltiplos e, tanto quanto a ordenação do espaço, fazem parte da ordem social e escolar. Assim, são sempre “tempos” pessoais e institucionais, individuais e coletivos, e a busca de delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de anos/séries, horários, relógios, campanhas, deve ser entendida como um movimento que tem ou propõe múltiplas trajetórias de institucionalização. Daí, dentre outros aspectos, a sua força educativa e sua centralidade no aparato escolar (Faria Filho, 2000, p. 70).

Nas escolas municipais de Caxias do Sul, o calendário era estabelecido e definido pela Inspetoria Escolar. O primeiro documento encontrado que tratava do início do ano letivo foi a

Circular nº 01, de 10 de fevereiro de 1940<sup>149</sup>, comunicando que o ano letivo iniciaria em 04 de março de 1940. Anos mais tarde, em 1945, com o surgimento do Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais, ocorrem alterações na regulamentação do calendário. Assim, o ano letivo deveria ter como “Início no primeiro dia útil do mês de março e encerrar-se-á a 15 de dezembro”<sup>150</sup>. Mesmo sem maiores informações, ao que tudo indica as aulas normalmente iniciavam nos primeiros dias do mês de março.

Além de estabelecer a data de início das atividades escolares, documentações da Inspetoria Escolar, também instituía as datas comemorativas. Através da Circular nº 01, de 07 de maio de 1941<sup>151</sup>, havia orientação a respeito das datas de resguardo e de comemoração na escola:

#### FERIADOS E DIAS SANTOS DE GUARDA

São considerados feriados nacionais:-

1º de janeiro – dedicado á comemoração da fraternidade universal. -

21 de abril – dedicado á memória dos precursores da Independência do Brasil, simbolizados no Tiradentes. -

1º de maio – dedicado á exaltação do dever e dignidade do trabalho. -

7 de setembro – dedicado á comemoração da Independência e considerado como o dia da festa nacional brasileira.-

2 de novembro – dedicado á comemoração dos mortos. –

15 de novembro – dedicado á comemoração do advento da República. –

25 de dezembro – dedicado á comemoração da unidade espiritual dos povos cristãos.

É considerado feriado estadual:-

20 de setembro – *Epopéia* Farroupilha. -

São considerados Dias Santos de Guarda: -

Sexta-feira da Paixão – (móvel)

Corpo de Deus – (móvel)

15 de outubro – Santa Teresa, Padroeira de Caxias (DIA SANTO DE GUARDA SÓ PARA AS ESCOLAS DO 1º DISTRITO)

25 de abril – São Marcos, Padroeiro de Vila de São Marcos (Dia Santo de Guarda *sómente* para as Aulas do 2º Distrito.-)

26 de maio – N. S. do Caravaggio, Padroeira da Vila de Ana Rech. – (Dia Santo de Guarda *sómente* para as Escolas do 4º Distrito.-)

29 de junho – São Pedro, Padroeiro da Vila de Galópolis.- (Dia Santo de Guarda *sómente* para as Escolas do 3º Distrito.-)

Espírito Santo – (móvel). (Dia Santo de Guarda para as Escolas de Vila *Sêca*). -

21 de novembro – N. S. da Saúde, Padroeira da Fazenda Souza (Dia Santo de Guarda *sómente* para as Escolas da Fazenda Souza). -

Damos, a seguir, as datas cívicas que as Escolas deverão comemorar festivamente: -

21 de abril

1º de maio

7 de setembro

20 de setembro

15 de novembro

<sup>149</sup> Documento depositado no acervo do AHMJSA.

<sup>150</sup> Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais. Decreto Executivo nº 50, de 26 de abril de 1945.

Documento depositado no acervo do AHMJSA.

<sup>151</sup> Documento depositado no acervo do AHMJSA.

19 de novembro (festa consagrada á Bandeira); Apesar de não ser considerado feriado nacional, dado a sua grande significação esse dia deverá ser festejado pelas Escolas, com o maior brilho possível. - (Caxias, 1941).

No ano seguinte, em 1942, novas indicações com relação ao calendário de festividades foram estabelecidas:

DATAS QUE AS ESCOLAS DEVEM COMEMORAR, ALÉM DAS CONSTANTES DAS CIRCULARES ANTERIORES

19 de abril - Comemorando-se, nesta data, o aniversário do Chefe da Nação, procurará o professorado, com calor e entusiasmo, pôr em relevo além da Obra grandiosa que *realisa*, as excepcionais virtudes de Sua *Excelencia* o Presidente *Getulio* Vargas, ressaltando sua missão hercúlea de criar um Brasil Novo e manter a ordem nacional. -

25 de agosto – Devem, igualmente, os professores fazer preleção sobre esta data, que recorda o nascimento do maior dos soldados brasileiros, Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, o qual pela sua personalidade rara e inconfundível, encarnou o tipo do verdadeiro soldado. -

10 de novembro- Baseados nas diretrizes acima, devem mostrar aos seus alunos quem com o advento do Estado Novo, nesta data comemorado, o nosso país venceu dificuldades que o assoberbavam e atravessa um surto de progresso na sua vida interna, reinando a justiça, a disciplina e o trabalho criador. -

AINDA DIA SANTO DE GUARDA:

29 de junho- São Pedro e São Paulo. - É considerado dia Santo de Guarda, portanto nesta data, as aulas não devem funcionar. - (Caxias, 1942)<sup>152</sup>.

A partir de 1945, ficou estabelecido que todas as datas nacionais deveriam ser comemoradas com um programa especial, com o objetivo de: “[...] formar a consciência cívicas dos escolares”<sup>153</sup>. Sendo que conforme indicava o “Parágrafo 1º - Em todas as comemorações cívicas haverá o hasteamento do Pavilhão Nacional ao som do Hino Nacional com a assistência dos professores e alunos”<sup>154</sup>. Além disso, o Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais estabelecia que as datas nacionais fossem comemoradas em todas as escolas, mesmo que fossem em domingos:

Artº 37 – As datas nacionais serão comemoradas no dia em que coincidirem, ainda que em domingo.

Artº 38 – Além das comemorações já prescritas dar-se-á caráter festivo:

Abertura das aulas. -

Encerramentos do ano letivo. -

Festa da páscoa. -

Festa da primavera. -

Festa da criança. -

Comemoração de aniversário dos patronos das escolas e outros vultos da nossa história. -

Festa Pan-americana. – (Caxias do Sul, 1945).

<sup>152</sup> Circular nº 07, de 24 de junho de 1942. Documento depositado no acervo do AHMJSa.

<sup>153</sup> Decreto nº 50, de 26 de abril de 1945. Documento depositado no acervo do AHMJSa.

<sup>154</sup> Decreto nº 50, de 26 de abril de 1945. Documento depositado no acervo do AHMJSa

O calendário estabelecido pela Inspeção Escolar nem sempre agradava aos pais dos estudantes que ajudavam nos afazeres da colônia, principalmente durante a colheita da uva. Como o início do ano letivo coincidia com a época da vindima, a Administração Municipal muitas vezes concedia uma licença com a qual “[...] as crianças maiores ficavam em casa até 8, 10 dias. Os maiores ficavam ajudando em casa a colheita da uva [...]” (Moretto, 1986).

Naquele tempo as escolas funcionavam de segunda a sábado, porém aos sábados “[...] era metade do turno. Terminava às 10 horas” (Soldatelli, década de 1980). Nos dias úteis da semana, a escola deveria funcionar de acordo com o indicado na circular abaixo:

Circular nº 7.-

Caxias, 24 de junho de 1942.

Ao Professorado Municipal

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO**

Comunicamos ao professorado em geral que, por deliberação do Sr. Dr. Prefeito Municipal, todas as aulas do município, a partir de 1º de julho até 1º de outubro do corrente ano, passarão a funcionar *a tarde*, obedecendo ao seguinte horário: das 13 às 17 horas.

Do mês de outubro até a data dos exames, continuará a prevalecer o horário da manhã, isto é, das 8 às 12 horas.-

Devem os senhores professores observar cuidadosamente as determinações acima expostas, afim de que nos períodos fixados, façam a *respetiva* alteração no funcionamento das aulas que regem.

Com a presente medida, tudo leva a crer que a *frequência* média das aulas continue mais elevada, pois, desaparecerá, assim, vários fatores que dificultam maior comparecimentos de alunos, durante a estação hiberna (Caxias, 1942)<sup>155</sup>.

Além do ano de 1942, no ano seguinte também foi estabelecida a troca de horários das aulas para o turno da tarde durante o período de inverno, como informa a Circular nº 12, de 11 de junho de 1943<sup>156</sup>. Porém, no ano posterior não foram encontrados documentos que registrem esta troca de horário. Uma possibilidade para não alterar os turnos das aulas talvez seja o pequeno espaço estrutural disponível ou a falta de professores para atender os alunos, pois havia escolas em que algumas turmas estudavam no período da manhã e outras à tarde, como era o caso de uma escola localizada no distrito de São Marcos<sup>157</sup>. Mas também existe a probabilidade de que tal documento possa ter sido perdido ou extraviado. Somente em 1945, através do Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais<sup>158</sup> foi encontrada uma pequena alteração no horário, mas não do turno de aula. Assim, no capítulo 2º do regimento ao tratar sobre o horário aparece descrito: “Verão: das 8 às 12 horas (a partir de 1º de setembro)” e “Inverno: das 8:30 às 12:30 (a partir de 1º de junho)”.

<sup>155</sup> Documento pertencente ao acervo do AHMJSJA.

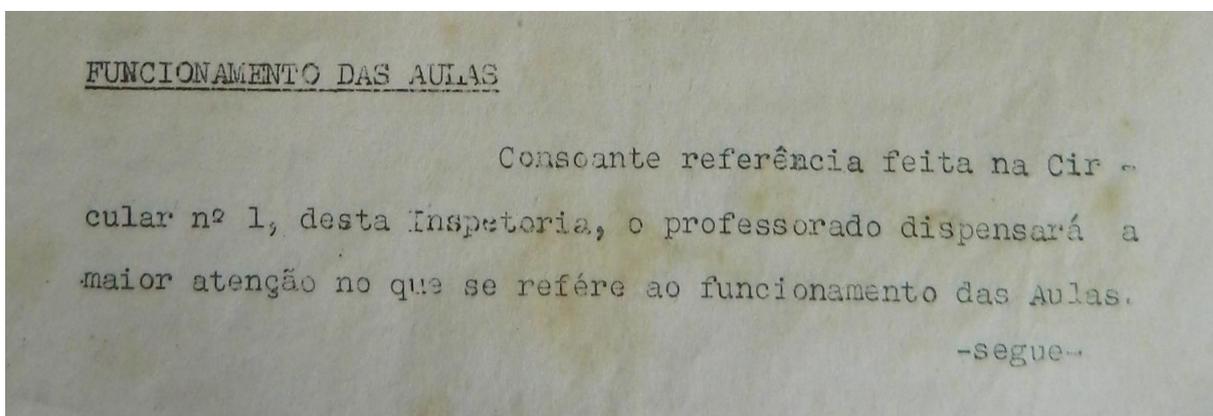
<sup>156</sup> Documento pertencente ao acervo do AHMJSJA.

<sup>157</sup> Na Escola em São Francisco da Linha Riachuelo (não há registro de nome da escola) pela manhã estudavam o 1º e 2º ano e à tarde 3º e 4º ano. Documento disponível para consulta no AHMJSJA.

<sup>158</sup> Documento disponível para consulta no AHMJSJA.

Pelo que as fontes indicam, o tempo escolar era de quatro horas nos dias úteis e duas horas aos sábados. Assim, a escola se organizava em rotinas ou rituais para melhor disponibilizar o tempo, e por ser “Marcado por rituais, o tempo escolar torna-se um elemento constitutivo da cultura escolar” (Ávila, 2012, p. 192). Isso porque se estabelece uma rotina de cada momento, seja ele, a entrada, aula, recreio, oração, saída e que serão estudados na sequência. E que de acordo com as instruções da Inspeção Escolar o horário devia ser rigorosamente cumprido, tanto pelos professores quanto pelos alunos, conforme podemos visualizar na imagem abaixo.

Imagem 29: Parte da Circular nº 02, de 05 de junho de 1941.



-Fls.2-

As escolas não poderão nunca deixar de cumprir o respectivo horário, sob pena de incorrer em grave falta.- O seu fechamento só será regular na execução da tabela de feriados e dias santos de guarda constantes da circular anterior, na qual naturalmente estão incluídos os domingos.-

O professorado está perfeitamente ciente de que, em face de um caso não previsto, deverá fazer chegar às mãos do dr. Prefeito, préviamente, o respectivo pedido, através de ofício, aguardando o respectivo despacho.-

Não será desnecessário frizarmos que a transgressão, isto é, qualquer suspensão de funcionamento não autorizado anteriormente pela Prefeitura, motivará severa medida junto ao responsável pela Escola.-

Fonte: Documento pertencente ao acervo do AHMJS.A.

Além disso, no mesmo documento a Inspetoria Escolar institui a rigidez que deve ser seguida no horário de início e término, que pode ser visualizado na imagem a seguir.

Imagem 30: Parte Circular nº 02, de 05 de junho de 1941.

Outro ponto que desejamos chamar a atenção é o que se refere á hora de abertura e conclusão da aula.-

É preciso muito rigor de parte do professorado, afim de educar o aluno ao cumprimento de suas obrigações, disciplinando-lhe a vontade, ao mesmo tempo que impõe um regime de ordem aos trabalhos escolares, o que beneficiará a casa de ensino, dignificando-a, elevando, outrosim, quem a dirige.-

Cada professora, porisso, seguirá á risca o horário já estabelecido, abrindo a escola á hora certa, com qualquer número de alunos, fazendo retornar os retardatários, cientificando disso os respectivos pais.-

As mudanças de horários dependem de

-Fls.3-

aprovação desta Inspetoria.- A professora que julgar essa medida necessária, se dirigirá, sempre por escrito, justificando-a, a ésta Prefeitura.-

Fonte: Documento pertencente ao acervo do AHMJSA.

Conforme descreve o documento acima, a escola deveria ser aberta “[...] à hora certa”, mas através do Regimento Interno das Escolas Primárias Municipais<sup>159</sup>, decretado em 1945, esta instrução foi alterada. A nova orientação era a seguinte: “O prédio deve ser aberto meia hora antes do início das aulas”<sup>160</sup>. Não foi encontrada justificativa pelo qual o prédio deveria ser aberto meia hora antes do início da aula, mas pode haver a possibilidade de ser uma

<sup>159</sup> Documento depositado no acervo do AHMJSA.

<sup>160</sup> Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais. Documento depositado no acervo do AHMJSA.

medida de prevenção de doenças, assim a sala de aula estaria arejada antes que os alunos chegassem, porém essa é somente uma suposição.

As atividades praticadas pelos estudantes ou professores no período em que a escola era aberta até o início das aulas também não foram encontradas nas fontes. Assim, a prática escolar que será descrita nas próximas páginas se refere a partir do momento em que as aulas iniciavam.

#### 4.1.1 O Ritual: do início ao término dos trabalhos escolares

As práticas pedagógicas podiam diferenciar de escola para escola, pois estas podiam estar influenciadas pelo perfil do professor. Mas pelo que podemos encontrar nas fontes pesquisadas, a Administração Municipal exercia uma forte interferência na rotina e nas práticas escolares. Tanto que, caso os professores não realizassem algumas recomendações poderiam sofrer punições como advertências ou repressões.

A Inspeção Escolar definia algumas rotinas que deveriam ser estabelecidas nas escolas, conforme o documento Circular nº 01, de 07 de maio de 1941, era orientado aos professores para que:

1º- Todos os dias, ao ser iniciado o turno de trabalho, entoarão os alunos o Hino Nacional.

A professora deverá dirigir e acompanhar o canto, guiando-os e imprimindo-lhes a devida vibração.

Findo o trabalho diário, cantarão nas mesmas condições, as duas primeiras estrofes do Hino á Bandeira. Os alunos deverão estar todos de pé, altivos, com os braços distendidos junto ao corpo, em posição respeitosa, indicativa de uma *conciência* patriótica em formação.

A professora permanecerá de frente para os alunos, dando-lhe o melhor exemplo de sentir o que está ensinando.

Nos prédios onde houver mais de uma sala ocupada pela casa de ensino, os Hinos *pódem* se cantados isoladamente pelos alunos dos respectivos cursos, com *excepção* dos sábados, em que a escola em conjunto, no local mais apropriado, praticará maior *áto* de culto cívico, cantando em massa o Hino Nacional e o Hino á Bandeira.

A professora deverá observar com o maior cuidado, não só a música, como, e de especial *módo*, a pronúncia das palavras, evitando deturpações ou vícios que podem deprimir o magistério municipal (Caxias, 1941)<sup>161</sup>.

De acordo com a professora Olga Tonolli Sevilla, o Hino Nacional realmente era cantado todos os dias: “Cantávamos todos os dias. Sabíamos de cor o Hino Nacional, e depois uma oraçãozinha e prá terminar era só a oração” (Sevilla, 1988). Provavelmente após a entoação do Hino Nacional, os estudantes seguiam o ritual escolar, e conforme descreve a

<sup>161</sup> Circular nº 01, de 07 de maio de 1941. Documento pertencente ao acervo do AHMISA.

professora Guilhermina Lora Poloni Costa, a rotina escolar semanal acontecia da seguinte maneira:

Na segunda-feira, então, por exemplo, Matemática, Português, naquele tempo era Aritmética e Gramática. Todos, todos os dias tinha que dar essa aula e, diariamente, Matemática e Português era indispensável. Depois, então, vinha um ponto de História, Civilidade, a gente ensinava muito como a criança deve se portar sentada, na igreja, perante as pessoas, como ela deve tomar sopa, então, a gente fazia jeitinho com a colher, como deve ser, qual é, que tomando a sopa deste outro jeito, fazia um jeitinho que ficava feio, que ficava feio, então, por isso tem que aprender (Costa, 1991).

Mas é oportuno lembrar, conforme citado no capítulo primeiro deste estudo, que normalmente havia diversos adiantamentos dentro de uma sala de aula, havendo a necessidade de diferenciar as tarefas de acordo com a série que a criança se encontrava. Com isso, o professor necessitava se adequar e planejar para os diversos adiantamentos, pois “As crianças que estavam se alfabetizando, a professora tinha que ir na classe, um por um. Enquanto o 2º, 3º e 4º ano a gente passava trabalho no quadro negro” (Moretto, 1986). A professora Isolina Rossi também comenta a necessidade em atender diversas turmas em uma única sala “Naquele tempo a gente ensinava para o 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano todos juntos. Tinha o quadro, eu passava trabalho aqui, ia lá, depois voltava e corrigia” (Rossi, 1985). A professora Ida Menegotto Poletto também descreve a dificuldade em atuar com todos os adiantamentos

[...] tu podes imaginar com quatro classes e uma professora só, trabalhando com o 1º ano, 2º ano, 3º ano e 4º ano, diferença de estudo de um e de outro. Só a metade do dia. Olha que trabalho de uma professora é de ficar quase louco. Que se fosse o dia de hoje, eu acharia impossível. E não sei uma vez eu dava conta disso (Poletto, década de 1980).

O trabalho docente parecia sobrecarregar as professoras, “Por isso que eu digo, como a gente foi, pelo amor de Deus, trabalhava pra fazer o caderno diário, corrigir o trabalho das crianças, organizar os exercícios, os probleminhas, fazer mapas, fazer cartazes, fazer tudo isso, a gente não tinha tempo pra nada” (Soldatelli, década de 1980). Além do trabalho pedagógico, os professores também tinham que respeitar os programas de ensino e manter a Inspeção Escolar a par de seus planejamentos conforme comenta a professora Ida Menegotto Poletto:

Tinha um programa. Então se desenvolvia um tanto por mês. E tinha que fazer os planos. Depois se apresentava durante o mês. Desde que eu comecei, sempre teve o plano de aula. A prefeitura dava o programa e depois nós tínhamos que desenvolver. Era feito um plano “Diário”. [...] Diário, dia por dia, do 1º 2º, 3º, 4º ano tudo separado do que se ensinava. Fazia um plano de aula, com os objetivos, o desenvolvimento de tudo que se dava. Para a prefeitura. Corrigia lá mês por mês. Se deixava aquele caderno num mês. Depois no mês seguinte então vinha de volta aquele. Ver estava certo, se tinha erros eles corrigiam, eu me lembro de muitas professoras que iam apresentar que iam receber de volta esses planos era mais escrito em vermelho do que até a professora tinha escrito. Vinham observações que

a professora tinha que melhorar no tal ponto, que tinha que fazer melhor, ou se já tinha desenvolvido bem, então estava tudo bem. Dava uma observação sempre. Todos os meses (Poletto, década de 1980).

Além destas considerações, a professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli, comenta que os planos deveriam ser entregues na Prefeitura de forma obrigatória, segundo a entrevistada “A gente apresentava ali, elas olhavam, passavam o visto. [...] se por acaso a gente estivesse fora do programa, do esquema, ou alguma sugestão que elas quisessem fazer, elas faziam, ou escreviam ou faziam verbalmente” (Soldatelli, década de 1980). Nos casos mais graves “Eles mandavam uma portaria” (Corte, década de 1980) para chamar a atenção. Mas se o professor seguisse “A risca o programa, sempre a risca o programa” (Poletto, década de 1980) conforme cita a professora Dorotéia Rizzon Corte recebia “[...] portaria de louvor. Eu devo ter umas 40 aí guardadas” (Corte, década de 1980). Tais planos passaram a ser obrigatórios a partir de 1941, e eram exigidos pela “[...] Dona Ester, acho que recebia ordem de Porto Alegre, da Secretaria de Educação” (Corte, década de 1980).

Pelo que as fontes indicam, o trabalho docente nas escolas era intenso. Além das orientações da Inspeção Escolar, os professores também buscavam atender aos interesses das comunidades em que atuavam. Assim, a partir destas considerações o item seguinte busca compreender melhor os saberes escolares mais relevantes para estas localidades.

#### 4.2 OS SABERES ESCOLARES MAIS IMPORTANTES PARA A COMUNIDADE: LER, ESCREVER, CONTAR E REZAR

Para as comunidades rurais de Caxias do Sul, de acordo com as fontes pesquisadas, a presença das crianças na escola sempre foi de grande relevância. Os pais dos estudantes viam a escola como uma orientadora para ensinar as reais necessidades da vida na colônia, assim para eles a instituição de ensino deveria ensinar a

[...] ler, escrever e fazer contas. Eu acho que pra se defender na vida. Eu acho que pra poder ler alguma coisa, pra poder assinar alguma coisa, pra poder saber o que está fazendo. Fazer contas pra saber o que vale uma coisa, quanto custa uma coisa que eles tem que pagar. Pra eles, acho que era muito importante isso na vida cotidiana, no cotidiano deles (Soldatelli, década de 1980).

Outro motivo pelo qual os pais consideravam importante mandar os seus filhos para a escola, segundo a professora Dorotéia Rizzon Corte, estava na falta de estudo dos primeiros. Como normalmente alguns pais

[...] não sabiam ler, vinha alguma carta, alguma coisa eles não sabiam ler. Se eles iam vender algum produto da colônia, não sabiam fazer contas. Alguém fazia de cabeça, mas muito poucos. Então eles gostavam, mesmo conta de juro eles gostavam porque muitas vezes eles tinham dinheiro a juro, então a criança já fazia conta pra eles, por isso se interessavam mais naquilo (Corte, década de 1980).

E segundo a professora Isolina Rossi, a escola daquela época ensinava coisas necessárias para a vida, “Útil para a vida. Útil para a vida doméstica, a vida do lar. Comprar vender, por exemplo, um saco de milho, dividido sobre as quatro operações. Dividir o saco em tantos meios para vender a quilos. Tudo útil. Agora, ensinam só bobagens” (Rossi, 1985). Para atender os interesses das comunidades, provavelmente muitos dos professores ensinavam conteúdos além daquilo que os Programas de Ensino prescreviam, como comenta a professora Ida Menegotto Poletto: “Eu às vezes ensinava alguma coisa por fora, ensinava mas não constava no plano. O plano seguia a risca. Depois às vezes, ensinava alguma coisa fora. Alguma coisa de necessidade para a colônia, que às vezes precisava eu ensinava” (Poletto, década de 1980). Um exemplo de conteúdo que não estava presente no Programa de Ensino, e comentado pela professora Marina Bridi Moretto é que ela “Ensinava plantar. Eles plantavam umas flores, que era hábito, e um canteiro de verduras” (Moretto, 1986).

Mesmo com a inserção de outros conteúdos, as atividades mais comuns solicitadas pela professora Liduvina Sirtoli Tissot aos seus estudantes era o ditado, mas também os alunos faziam muitas cópias, além de “Problemas também. Caligrafia faziam bastante” (Tissot, 1987). A professora Olga Tonolli Sevilla comenta que trabalhava: “Ditado, cópia, redação, matemática. Caligrafia era principal. Todos os dias tinha que ter caligrafia. A gente já comprava o caderno com aquelas linhas de caligrafia. Eles tinham que fazer dentro daquela linha. [...] Tinha que ensinar redação” (Sevilla, 1988).

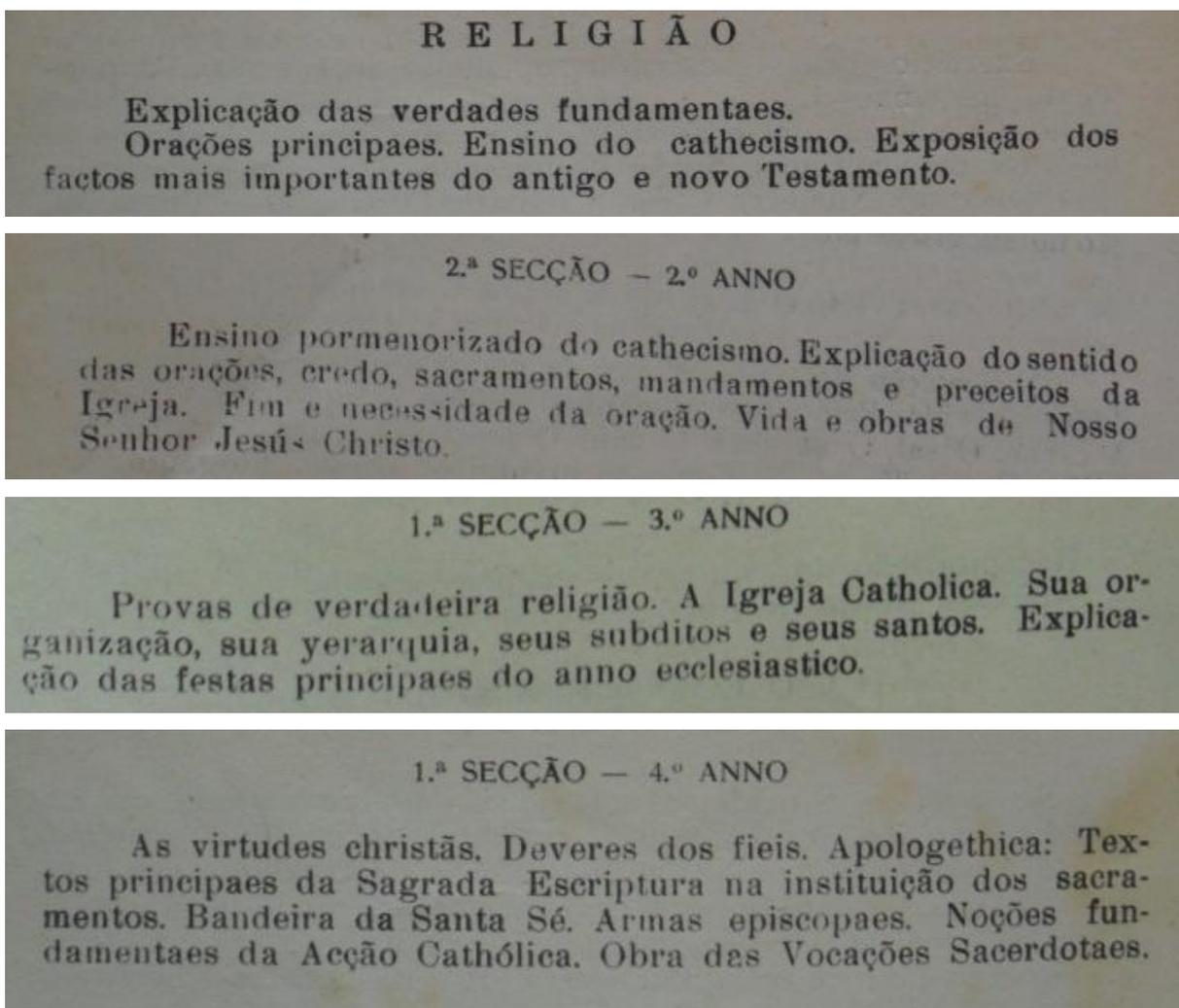
Além de ler, escrever e contar, outra prática comum entre as escolas municipais da época era “[...] ensinar o catecismo também” (Poletto, década de 1980). O ensino da religião católica em escolas públicas era previsto na Constituição Federal de 1937 como uma disciplina facultativa, onde instruía:

Art 133 - O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de *frequência* compulsória por parte dos alunos (Brasil, 1937)<sup>162</sup>.

<sup>162</sup> Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937. Disponível para consulta em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm) Acesso em: 20 jun. 2012.

Mesmo com a indicação de ensino facultativo, o Programa de Ensino de 1936 prescrevia a disciplina de Religião para todas as classes das escolas municipais, como pode ser visualizado nas imagens a seguir.

Imagem 31: Partes do Programa *Official* para o Ensino nas Escolas *Rurales* do *Municipio* Caxias de 1936 – Disciplina de Religião



Fonte: Respectivamente páginas 4, 7, 9, 12 do documento. Depositado no AHMJSA.

Porém com a instituição do Programa de Ensino para as Escolas Municipais, decretado em 1943, o ensino da Religião deixou de fazer parte do currículo. Mas mesmo assim, fontes orais comentam que tanto as famílias como as autoridades religiosas recomendavam a disciplina. Segundo a professora Dorotéia Rizzon Corte,

A comunidade, as famílias queriam mesmo que se ensinassem, e também o padre ele pedia pra gente ensinar, porque depois começou falar o português ninguém sabia rezar em português, então ele pedia pras professoras que ensinassem. Mesmo as

professoras depois preparavam as turmas e levavam lá pra ele, ele examinava (Corte, década de 1980).

Já conforme relato da professora Guilhermina Lora Poloni Costa “Mesmo, no governo do Getúlio, o programa de educação entrava Religião, nós éramos obrigadas a dar religião” (Costa, 1991). E o ensino desta disciplina era considerado importante para as crianças “[...] fazerem a 1ª Comunhão” (Moretto, 1986) e mais adiante servia como preparação para a Crisma, “A gente procurava preparar também, porque a gente dava continuação ao catecismo, mas praticamente não era uma preparação obrigatória” (Moretto, 1996). Segundo a professora Olga Tonolli Sevilla, a oração fazia parte da rotina escolar “[...] rezar, no começo da escola e no fim da escola, a gente rezava uma oração todos os dias” (Sevilla, 1988). A professora Liduvina Sirtoli Tisott também comenta que a prática da religião acontecia desde o início da aula,

[...] a primeira coisa era rezar, né! E depois ensinava o catecismo, depois uma vez por semana eu perguntava umas perguntas catecismo e depois as orações, também quando que era pequena não sabia, né. Eu fazia ler, fazia estudar, né. E depois uma vez por semana pedia ver quem sabia. Sabiam todas as orações bem direitinho (Tisott, 1987).

A religião católica estava muito presente na escola, tanto que a professora Estra Boff Tessari, organizou uma apresentação escolar em benefício a Igreja Nossa Senhora de Lourdes, o registro pode ser conferido na imagem abaixo.

Imagem 32: Teatro sobre Nossa Senhora de Lourdes e seus anjinhos



Fonte: Acervo pessoal de Mafalda Tessari, imagem retirada do livro *Memórias de João Antônio Tessari* (1994).

Já a professora Dorotéia Rizzon Corte tratava de outros assuntos nas aulas de religião e catequese:

Na hora da catequese, muitas crianças, já tinha mocinhas de 12, 13 anos. Elas me perguntavam como é que elas ficavam mocinhas que elas não sabiam, que elas iam perguntar para a mãe e a mãe surrava, dizia que era pecado. Então, eu separava a turma, era de Terça-feira, as meninas de 12 anos. E explicando né? Então, elas me perguntavam: Como é que nasciam os filhos, se era de fato embaixo de um repolho, toda aquela coisa. Então, eu ia explicando e quando elas chegavam em casa, elas qualquer coisa então, vinham me perguntar para mim. Porque, uma disse: Eu fui perguntar uma coisa para minha mãe e ela me deu um tapa na boca, e daí eu disse que a senhora ensinou na hora da catequese. Aí no outro dia, tinha uma ponte, nunca me esqueço, antes de chegar no *Niquelon*, tinha 4 mães lá, brabas, disseram que iam me bater, que iam falar com o padre. Porque eu estava ensinando coisas horrosas para as crianças, que devem ser instruídas. Eu disse: e se vocês querem Terça-feira da semana que vem, vocês estão convidadas para vir assistir uma aula que eu dou (Corte, década de 1980).

Ainda de acordo com a professora Dorotéia, o padre havia pedido a ela tratar deste assunto nas aulas,

Sim, ele disse que era para a gente começar ensinar isto. Até houve uma conversa quando uma menina ia se confessar, que o padre pedia se ela era mocinha, ele dava instrução. Então, os pais se revoltaram. [...] achavam que aquele padre não prestava. Daí então, na outra semana vieram umas 5, 6 sentaram bem lá no fundo. Deixei com as outras professoras, saíram lá fora, eu fiquei lá. Então, o padre disse: prepara uma, mas ele bem forte, mas, verdadeira. Daí eu fui explicando porque elas ficavam menstruadas, porque que a gente fica grávida, como as crianças nasciam. De repente, eu olho lá para baixo, todas as mães chorando. Chorando, porque elas disseram que nem elas sabiam. Daí vieram me abraçar e me agradeceram (Corte, década de 1980).

Com isso, os indícios nos levam a crer que além de aprender a ler, escrever e contar, a escola da época também era local para cultivar a religião católica. E pelo que constam as informações os professores eram exigidos tanto de seus superiores administrativos, quanto de autoridades religiosas e da comunidade escolar.

Para agradar a todos e conhecer o rendimento dos seus alunos, os professores “[...] tomavam a lição todos os dias e no fim da semana a gente fazia a prova geral, pra ver o adiantamento deles durante a semana” (Sevilla, 1988). E de acordo com a professora Guilhermina Lora Poloni Costa, os pais exigiam que a professora tomasse a lição todos os dias senão reclamavam.

Eu [tinha] 72 alunos matriculados no Desvio Rizzo. Sabe que tinha dias que não dava pra passar todos, porque leva muito tempo uma leitura, não é? Então, eu pedia para uma aluna mais adiantada: ‘Tu toma a lição daquele primeiro ano, dá a leitura do primeiro ano’. Imagina! São as vogais, são as consoantes, não é? Ele chegava em casa: ‘A professora não tomou a minha lição; foi fulana’. E, aí os pais, a mãe vinha lá: ‘A senhora não tomou a lição do meu filho?’ Sei, digo, não deu pra tomar de todos, mas eu mandei uma aluna dar a lição pra ele, ele não ficou sem leitura. – ‘Ah!

Não, mas ele, ele se queixou que a senhora tomou dos outros e não tomou dele'. Se um ficava sem, a professora tinha que tomar a leitura de todos eles (Costa, 1991).

Com relação às aulas aos sábados, como foi comentado anteriormente, a duração parecia ser somente de duas horas. E segundo a professora Ida Menegotto Poletto,

[...] no sábado nós tínhamos que desenvolver sempre uma hora cívica. Então era uma hora de só falar, de cantos patrióticos, por exemplo, fazer um resumo do que se fazia durante a semana. E fazer uma descrição, uma redação uma coisa que compreendesse tudo que se desenvolvia durante a semana. No sábado fazia então tudo, como um programa, como hora cívica, se chamava. Fazia depois se apresentava na prefeitura (Poletto, década de 1980).

Além disso, a entrevistada também comenta que a hora cívica era desenvolvida durante “Uma hora, todos os sábados. Então no sábado tinha hora cívica, trabalhos manuais. Não se dava aula no sábado. E só era duas horas até às 10hs. Então, uma hora era hora cívica, uma hora de trabalhos manuais” (Poletto, década de 1980). E conforme comenta a professora Marina Bridi Moretto, aos sábados após o horário de saída “Os próprios alunos, a pedido da professora. Ela ficava com eles. [...] última hora era para limpeza da sala de aula” (Moretto, 1986).

Nas datas comemorativas de cunho cívico, a escola deveria seguir as seguintes orientações:

Nesses dias, o ato de culto cívico obedecerá a seguinte norma:-

1º - Formatura da Escola às 9 horas para as que funcionarem de manhã e 14 horas para as que funcionarem á tarde;

2º - Canto do Hino Nacional;

3º - Preleção da professora, alusiva á data;

4º - Declamações por parte dos alunos que se relacionarem com os acontecimentos em celebração.-

5º Encerramento com o Hino á Bandeira.-

Quando o feriado coincidir com o domingo, o ato será celebrado na véspera salvo determinação em contrário. – Nos atos de comemoração cívica, as professoras deverão proceder o registro da *frequência* dos alunos e fazer a chamada como acontece nos demais dias.-

Como parte integrante dessa educação cívica, exige-se especial atenção do professorado para o rigoroso cumprimento do que estabelece o programa oficial de ensino para as escolas municipais, no capítulo da ‘Instrução Cívica’. – (Caxias, 1941)<sup>163</sup>.

Tanto os alunos quanto os estudantes pareciam trabalhar rigorosamente nos afazeres durante o horário escolar. Assim, o próximo item busca tratar sobre o intervalo de descanso durante o período de aula.

<sup>163</sup> Circular nº 01, de 07 de maio de 1941. Documento depositado no acervo do AHMISA.

### 4.2.1 A Hora da Reparação

Com tantas atividades escolares também havia a necessidade da “Hora da reparação” conforme estabelecia o Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais. Este momento, mais conhecido por recreio, era destinado aos alunos para descansarem das atividades anteriores e reativar suas forças para as práticas seguintes. Assim era prescrita a orientação em 1945:

Capítulo 8º

Da hora da reparação

Artº 43 – Haverá, como interstício de descanso, um recreio de vinte (20) a vinte e cinco (25) minutos situados no meio do dia escolar. -

Artº 44 – Os recreios, à menos que o tempo não permita, realizar-se-ão ao ar livre e serão coletivos.

Artº 45 – O professor deverá, *obrigatoriamente*, acompanhar os seus alunos nos recreios.

Artº 46 – Nenhum aluno será privado do recreio. – Se por motivo de ordem disciplinar *fôr* aconselhável o afastamento temporário de determinado aluno do recreio coletivo, ser-lhe-á concedido, em local ou hora diferente, o tempo de repouso, ao ar livre, a que tem direito. -

Artº 47 – Cabe ao professor que acompanha os recreios dispensar assistência recreativa a *estes*, norteando os alunos nos seus folguedos. – (Caxias do Sul, 1945)<sup>164</sup>.

Anterior a esta data, não foram encontrados registros orientadores da Inspeção Escolar, mas segundo fontes orais a hora da reparação existia. Tanto que a professora Guilhermina Lora Poloni Costa cita que a duração do recreio era de “Vinte minutos” (Costa, 1991). Além disso, ela comenta que,

Os recreios, geralmente na época, não era de comprar merenda. Todos eles traziam a sua merenda de casa. Traziam num papel, num guardanapo, traziam uma, quando não era, por exemplo, pão com manteiga, pão com [...]. *Chimia*. Eles traziam uma fruta, não é? Porque não tinha merenda escolar. E, eles comiam e brincavam. Às vezes eu brincava junto com eles, nós brincávamos de roda, nós brincávamos de se pegar, de se esconder. Então, o brinquedo nós brincávamos juntos (Costa, 1991).

A professora Guilhermina também comenta que “[...] no recreio e tudo, eles chamavam: ‘Professora, não vem jogar comigo? Vem! O outro chamava; o professor tinha que estar ali no meio. Eles ficavam todos faceiros, quando o professor estava na roda, eles ficavam tudo faceiro” (Costa, 1991). A professora Dorotéia Rizzon Corte em entrevista cita que “Em aula, ou lá no recreio, em roda, nós fazíamos a roda e cantávamos” (Corte, década de 1980).

<sup>164</sup> Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais. Documento pertencente ao acervo do AHMISA.

Outra informação pertinente a este item é com relação ao artigo 44 do Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais, que trata do local dos recreios. No caso do Grupo Escolar Carlos Gomes os recreios aconteciam no pátio em frente à Igreja de São Romédio, o mesmo local apresentado na Imagem 34, seguindo as orientações da Inspetoria Escolar<sup>165</sup>. Porém, não foram encontradas fontes que tratem do recreio em dias onde o tempo não permitia a sua realização ao ar livre.

A imagem seguinte apresenta mais detalhadamente como era hora do recreio em um Grupo Escolar.

Imagem 33: Grupo Escolar – hora do recreio



Fonte: AHMJSA. Autoria: Studio Geremia. Década de 40.

Na imagem acima, é possível visualizar no mínimo quatro mulheres próximas ao prédio da instituição, possíveis professoras observando o recreio, o que sugere que os docentes acompanhavam as atividades discentes também neste período escolar. Porém a imagem pode trazer dúvidas, pois mesmo que as legendas encontradas no AHMJSA afirmem ser um Grupo Escolar Municipal, alguns indícios podem gerar desconfiança. Se aproximarmos a imagem na

---

<sup>165</sup> Conforme depoimento anônimo da professora Maria.

placa da fachada escolar é possível verificar diferenças no formato entre esta e a placa apresentada na Imagem 25 do capítulo anterior; além da possibilidade de estar descrito “Grupo Escolar *Estadual*”.

De acordo com os indícios apontados, nos parece que após os recreios os alunos renovavam suas energias para dar prosseguimento às atividades. Porém não foram encontradas fontes que tratem do tema a partir do momento de renovação. Aos sábados, em virtude do período reduzido de aula, possivelmente não havia recreio.

As fontes pesquisadas apontaram até o momento que ler, escrever, contar e rezar estavam muito presentes na realidade escolar da época, além das atividades cívicas. Mas outras atividades também eram desenvolvidas nas escolas, provavelmente em um tempo menor do que aquelas mencionadas anteriormente. Assim, o próximo item busca conhecer estas práticas que também faziam parte da realidade escolar.

#### 4.3 OUTRAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS: APRESENTAÇÕES, EDUCAÇÃO FÍSICA, TRABALHOS MANUAIS, HIGIENE, ENSINO CÍVICO.

Neste item pretendo descrever a respeito de atividades que pareciam ser complementares à aprendizagem dos alunos, já que não estavam presentes diariamente nas atividades escolares. Mesmo sem ser de frequência diária tais atividades eram muito incentivadas pela Inspeção Escolar para que fossem realizadas. As atividades que serão descritas neste item são: Trabalhos Manuais, apresentações, Educação Física, Ensino Cívico, e Higiene.

##### 4.2.1 As Apresentações: Poesia e Teatro

As apresentações escolares da época sempre foram motivo de grande orgulho para a comunidade escolar. Tanto que, os documentos da Inspeção Escolar sempre incentivaram para que em comemorações de datas históricas ou festivas os alunos realizassem tais apresentações. Estas apresentações, de acordo com o artigo 38º do Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais, podiam ser:

- Parágrafo único – As formas de atividade que se podem propor para essas festas são:
- a) dramatizações.-
  - b) exercícios de ginástica.-

- c) jogos.-
- d) leituras.-
- e) palestras.-
- f) excursões.- (Caxias do Sul, 1945)<sup>166</sup>.

O item que interessa para este momento do estudo são as dramatizações e leituras, já que o item de exercícios de ginástica e jogos será descrito em conjunto com as atividades de Educação Física; e as excursões pareciam não ser realizadas nos anos anteriores a 1954 (Costa, 1991); e com relação a palestras não foram encontradas fontes que descrevem tal atividade.

Mesmo antes da instituição do Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais, as apresentações normalmente faziam parte das comemorações de datas históricas ou festivas ou então do encerramento do ano letivo, nos exames finais. Estas apresentações aconteciam em comemoração ao “[...] dia do padroeiro, dia do pai, dia da mãe e o encerramento das aulas. Sete de Setembro a gente comemorava sim” (Moretto, 1986). Além das datas citadas pela entrevistada anterior, a professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli comenta que eram datas comemorativas: “O Descobrimento do Brasil, a Abolição da Escravatura, 1º de Maio, 7 de Setembro, o Dia do Soldado, o Dia da Bandeira, a Proclamação da República. Esses feriados, essas datas” (Soldatelli, década de 1980).

Assim, para comemorar festivamente as datas, aconteciam as apresentações. De acordo com a professora Marina Bridi Moretto, nas escolas onde atuou ela incentivava as crianças “[...] para apresentar um teatrinho no dia das mães, ou dias dos pais. Isso a gente fazia” (Moretto, 1986). A professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli, também comenta: “[...] eu fazia teatros. Eu ensaiava pecinhas infantis com eles, bailados, poesias” (Soldatelli, década de 1980). Além destas professoras, Ester Justina Troian Benvenuti quando atuava em sala de aula cita: “[...] eu fiz na minha escola um teatro com dois camarins. Eu tinha pros meninos se arrumarem, pras meninas e, eu mesma escrevia as peças” (Benvenuti, 1983).

De acordo com o Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais, “Para todas as festas e comemorações, os pais serão convidados a comparecer”<sup>167</sup>. Mas pelo que relatam as atas e as professoras entrevistadas mesmo antes desta normatização os pais já compareciam nas atividades comemorativas escolares. A professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli comenta que os pais,

Achavam uma maravilha a apresentação. Nunca, nenhum reclamou, mesmo porque nada era ensaiado durante as horas de aula. Nada, nada... Eu ensaiava sempre fora das horas de aula e se os pais estivessem de acordo que as crianças ficassem. Que eu

<sup>166</sup> Documento pertencente ao acervo do AHMJSA.

<sup>167</sup> Capítulo 7º, Artigo 36. Documento pertencente ao AHMJSA.

já mandava perguntar o dia antes, olha, falem em casa, amanhã nós vamos ter ensaio, perguntem se a mãe precisa de alguma coisa, se precisa que vocês fiquem em casa ajudando, qualquer coisa, pra ela escrever um bilhetinho e mandar pra professora, ou então mandar dizer porque às vezes não sabiam escrever (Soldatelli, década de 1980).

Porém, provavelmente a informação foi anterior ao ano de 1945, pois conforme era prescrito no Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais “Deverá o programa ser o resultado dos trabalhos de classe e jamais exigir o sacrifício de atividades escolares, em ensaios prolongados”<sup>168</sup>.

Além dos teatros, a declamação de poesias e leituras de texto também eram outras formas de apresentações em ocasiões festivas. De acordo com a professora Marina Bridi Moretto, “Poesia a gente ensinava. Ensinava para o encerramento. Em geral as crianças declamavam para a comissão, no encerramento das aulas” (Moretto, 1986). A professora Guilhermina Lora Poloni Costa cita que em comemorações de datas históricas “[...] os alunos recitavam poesias” (Costa, 1991). Além das fontes orais, registros em atas atestam esta prática: “[...] vários alunos recitaram poesias, e apresentaram diálogos”<sup>169</sup> ou então, “[...] foram recitadas algumas poesias patrióticas”<sup>170</sup>.

As poesias e leituras normalmente estavam acompanhadas de apresentações de exercícios físicos, como aparece descrito na Ata dos Exames Finais de 09 de dezembro de 1942 “[...] ao encerramento foram recitadas várias poesias patrióticas e executada uma tabela de exercícios calistênicos, acompanhada de marchas e evoluções [...]”<sup>171</sup>. Outros registros também citam a apresentação de exercícios ginásticos, que serão descritos no item seguinte.

### 4.3.2 Educação Física e o Ensino Cívico

A Educação Física durante o período do estudo não esteve contemplada como disciplina em nenhum dos dois Programas de Ensino que vigoraram na época. A garantia de sua prática estava estabelecida nos conteúdos de Higiene e de Instrução Moral e Cívica, e a sua realização pode ser encontrada nos registros de atas, em imagens e em fontes orais.

<sup>168</sup> Artº 40, item A do Decreto nº 50, de 26 de abril de 1945. Documento depositado no acervo do AHMJSA.

<sup>169</sup> Ata de Encerramento do Ano Letivo do Grupo Escolar José Bonifácio do dia 10 de dezembro de 1945. Documento depositado no acervo do AHMJSA.

<sup>170</sup> Ata dos Exames Finais de 21 de dezembro de 1941. Documento depositado no acervo do AHMJSA.

<sup>171</sup> Documento depositado no AHMJSA.

As apresentações de “números de educação física”<sup>172</sup>, “demonstrações de ginástica”<sup>173</sup> e “tabelas de exercícios”<sup>174</sup> faziam parte das comemorações nos dias festivos, principalmente em festividades da Semana da Pátria e de encerramento do ano letivo. De acordo com a professora Guilhermina Lora Poloni Costa, “Educação Física se dava..., marchar, porque eles tinham que aprender, na Semana da Pátria a gente tinha que desfilar. Se ensinava exercícios de tronco, braços, pernas e elevação, coisas assim. Exercícios mais” (Costa, 1991). Além desta entrevistada, a professora Ida Menegotto Poletto, comenta que havia a necessidade da realização de aulas de Educação Física “[...] quando era na Semana da Pátria, porque uma vez na semana da pátria nós tínhamos que vir na cidade, dia 7 de Setembro marchar” (Poletto, década de 1980).

Pelos comentários das professoras citadas anteriormente, as aulas de Educação Física pareciam ser voltadas exclusivamente ao ensino da ginástica, através dos métodos ginásticos citados no capítulo anterior. Provavelmente somente com o passar dos anos outros conteúdos foram incorporados ao ensino da Educação Física como os esportes, jogos ou lutas.

Além da prática da Educação Física estar voltada ao ensino da ginástica, as professoras da época parecem desconhecer e somente reproduzir aquilo que pouco sabiam. Segundo a professora Olga Tonolli Sevilla, “Educação Física naquele tempo eu ensinava, mas o que a gente sabia porque a gente também não sabia muito não. Ensinava fazer ginástica, e o que a gente sabia” (Sevilla, 1988). Possivelmente por esse motivo, a Inspeção Escolar, sabendo da necessidade dos professores, procurava nos cursos de aperfeiçoamento orientar a prática da Educação Física (Corte, década de 1980). Provavelmente em um destes cursos,

A inspetora Dona Ester que deu as orientações para ensinar Educação física, jogos – Mesmo, ela deu uma *idéia*, umas dicas em 40. Mas mesmo a gente iniciou em 41. Quando ela foi mesmo nomeada, cedida do estado para o município, para cuidar das escolas municipais. E ela visitava, e ela encorajava as professoras, porque ela também sabia a dificuldade da professora do interior, porque ela foi muitos anos professora do interior (Corte, década de 1980).

Pelas palavras da professora Dorotéia Rizzon Corte, havia certa resistência por parte dos professores, pois eles precisavam ser encorajados a trabalhar esta atividade, como cita a professora Isolina Rossi “[...] cheguei até ensinar educação física” (Rossi, 1985). Mas de acordo com as fontes, a prática da Educação Física parecia estar presente nas atividades das escolas municipais de Caxias do Sul, como pode ser visualizado na imagem a seguir.

---

<sup>172</sup> Ata do dia 07 de dezembro de 1939 da Escola Isolada Batalha dos Guararapes.

<sup>173</sup> Ata do dia 12 de dezembro de 1940 da Escola Isolada Batalha dos Guararapes.

<sup>174</sup> Ata do dia 15 de dezembro de 1941 da Escola Isolada Batalha de Guararapes.

Imagem 34: Aula de Educação Física do Grupo Escolar Carlos Gomes.



Fonte: Arquivos Pessoais de Isolde Maria Pedron Benedetti. Autoria: desconhecida.  
Data: década de 1940.

Pelo que pode ser visualizado na imagem, a aula de Educação Física acontecia em frente ao pátio da igreja de São Romédio, assim como o recreio, citado no primeiro item deste capítulo. Com relação à prática da atividade visualizada na imagem, parece se tratar de uma aula de ginástica. Mas um item que chama a atenção está nas roupas utilizadas pelos alunos, onde todos estão vestindo jalecos de cor clara, vestimentas que podem ser consideradas inadequadas para a prática de atividades físicas nos dias de hoje.

A seguir podem ser visualizadas outras imagens relacionadas a uma apresentação de atividades físicas.

Imagem 35: Apresentação de exercícios ginásticos



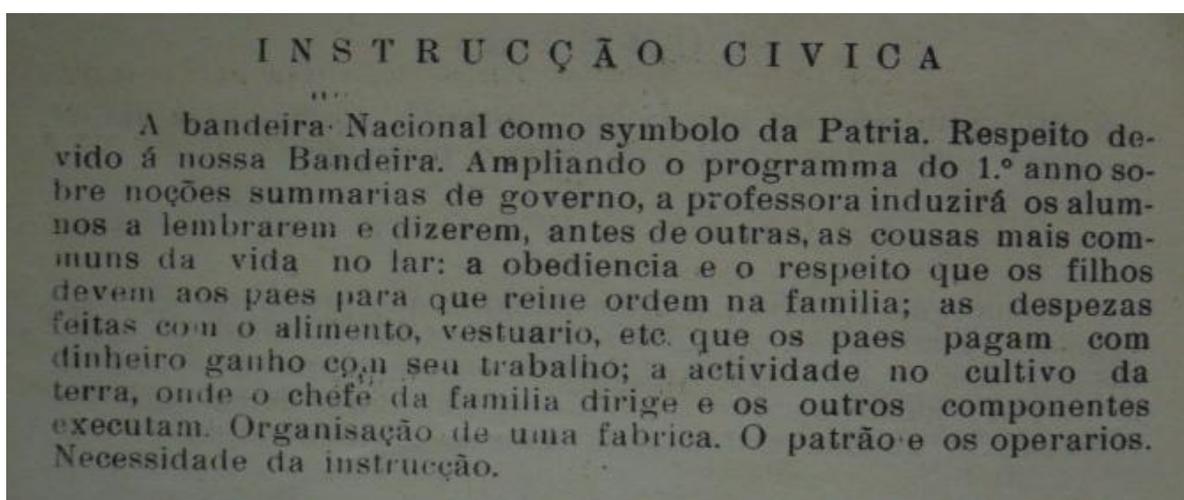
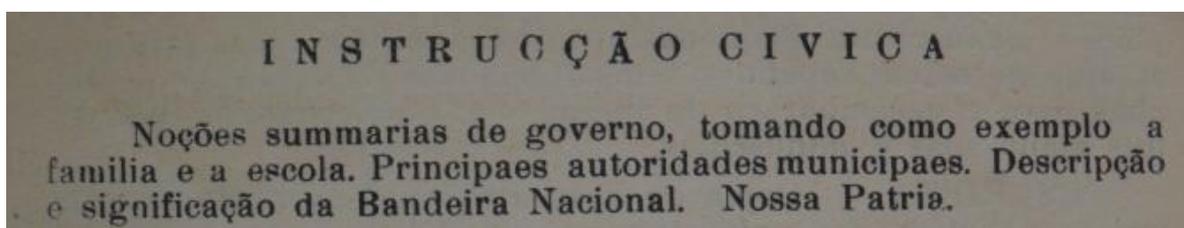
Fonte: Imagens depositadas no AHMJSA. Autoria: desconhecida. Imagem retirada da tese de Fonseca (2010).

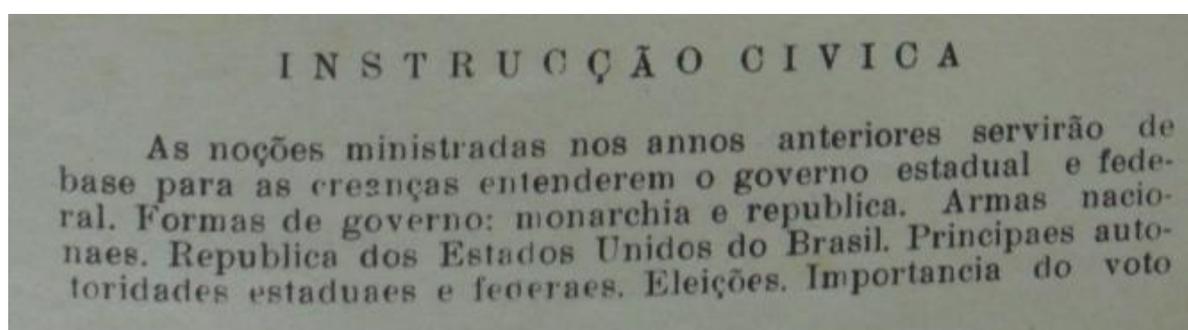
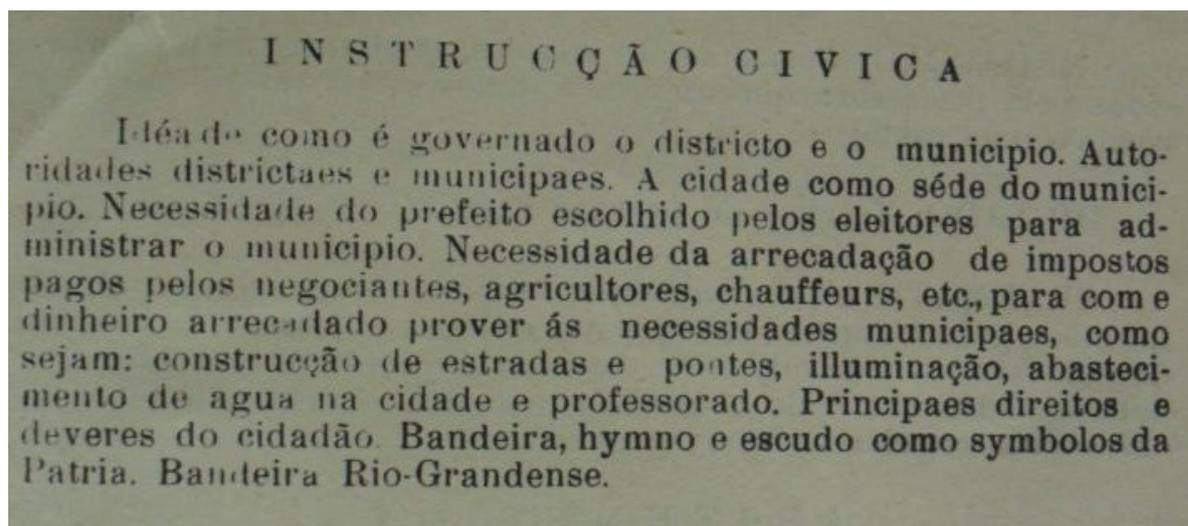
Mesmo parecendo ser uma prática comum nas escolas municipais, a Educação Física não era aprovada por todos os pais dos estudantes. Conforme relata a professora Marina Bridi Moretto, “se durante a semana a gente desse uma hora de educação física, muitas vezes tu faz a vontade dos alunos e se tu desse duas vezes, um ou outro pai já vinha dar queixa, que era muita aula de educação física. Eles mais precisavam estudar” (Moretto, 1986).

Pelo que apontam as fontes, o ensino da Educação Física estava fortemente ligado à Educação Cívica, mas esta última ia além de marchar e cantar. Segundo a professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli, a Administração Municipal dava uma grande “[...] importância, e eu acho que era uma coisa muito especial essa importância dada a ressaltar sempre a nossa pátria, os deveres com a nossa pátria, as obrigações, o que nós podemos esperar dela, dos governantes. Eu acho importantíssimo” (Soldatelli, década de 1980).

Tanta era a importância dada a Instrução Cívica que nos programas de ensino sempre havia a contemplação da disciplina, além das prescrições patrióticas do programa de Canto e de Instrução Moral. A seguir podem ser visualizadas as orientações do Programa de Ensino de 1936, na sequência do 1º, 2º, 3º e 4º ano.

Imagem 36: Parte do *Programma Official* para o Ensino nas Escolas *Rurales* do *Municipio* de Caxias

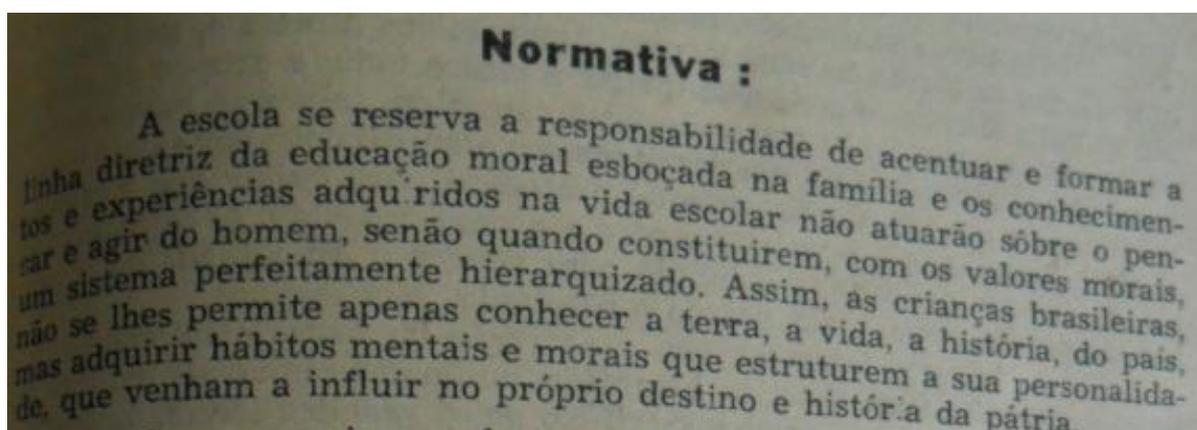




Fonte: Documento depositado no acervo do AHMJSA (1936, p. 4, 6, 9 e 11).

Com relação ao Programa de Ensino para as Escolas Municipais de 1943, a disciplina de *Instrução* Cívica passa a ser chamada de Programa de Moral e Civismo. Assim, conceitos de moral e civismo se encaixam de maneira que um complementa o outro, como aponta a imagem abaixo.

Imagem 37: Parte do Programa de Moral e Civismo do Programa de Ensino para as Escolas Municipais de 1943



Fonte: Documento depositado no acervo do AHMJSA (1943, p. 37).

Segundo comentário da professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli, em aulas de Educação Cívica era ensinado: “[...] o significado da bandeira, o escudo, os símbolos da pátria, a pátria, essas coisas todas se falava sobre civismo” (Soldatelli, década de 1980). Além disso, naquele tempo a escola transmitia o amor à pátria,

A gente transmitia, eles ficavam... Eles tinham alguma coisa a mais, sobre a pátria, sobre os deveres deles, como respeitar, porque não era só a pátria, no civismo, nós ensinávamos como respeitar os mais velhos, as pessoas idosas. Tudo isso a gente ensinava (Soldatelli, década de 1980).

Através do comentário da professora Vanda nota-se a aproximação entre os conteúdos cívicos e morais. Com relação aos últimos, estes serão mais aprofundados no último item deste capítulo.

Por fim, a prática de atividades física nas Escolas Municipais de Caxias do Sul no período do estudo parece que esteve vinculada aos conteúdos de Higiene e de Instrução Cívica. A Higiene além de tratar sobre exercícios físicos para um corpo sadio e forte, também estava vinculada a preceitos de limpeza e conduta que será descrito no próximo item.

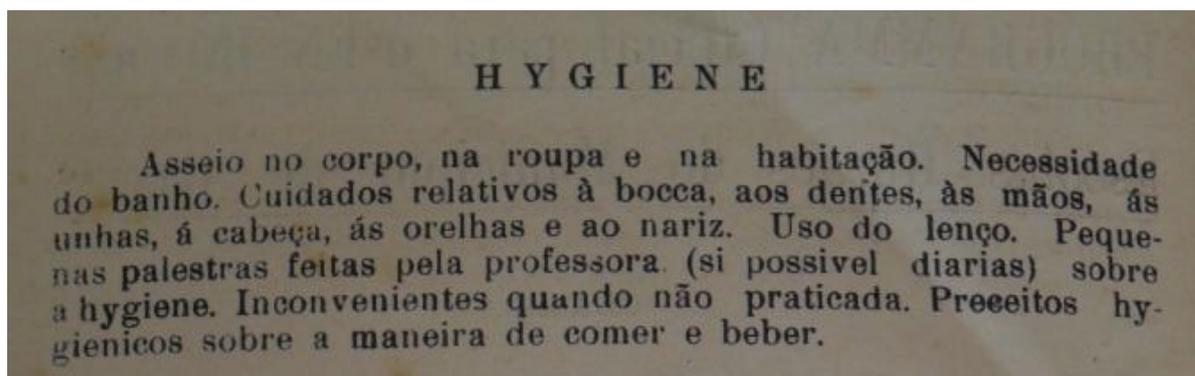
#### 4.3.2 Higiene

Os conteúdos de Higiene sempre estiveram presentes nas orientações da Inspetoria Escolar. Porém, conforme prescrevem os programas de ensino, até 1943 a Higiene era considerada uma disciplina, a partir desta data ela passa a ser inserida dentro dos conteúdos da disciplina de Estudos Sociais. Mas conforme comenta a professora Dorotéia Rizzon Corte no início de sua vida docente, pouco se ensinava sobre higiene.

Depois a gente foi introduzindo, depois de 42, 43. Porque primeiro nem banho tomavam. Mal e mal se lavavam um pouquinho, que tu sentia o cheiro de longe, três quilômetros, porque imagina trabalhavam na roça. De vez *enquando*, no sábado, se lavavam um pouco (Corte, década de 1980).

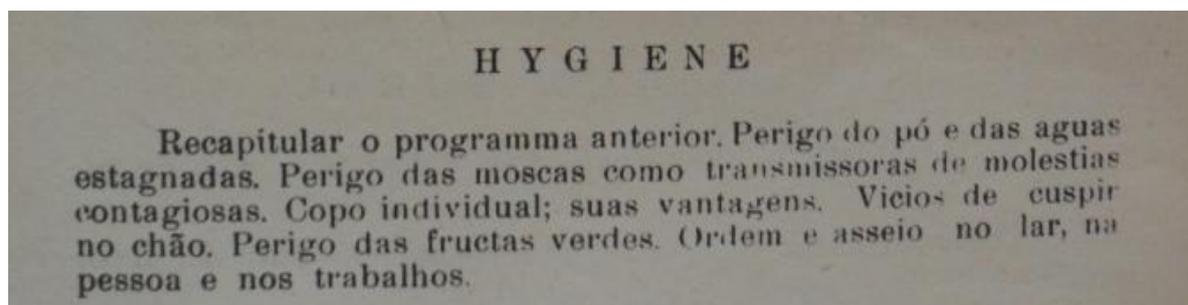
Mesmo que a professora Dorotéia cite em entrevista que os ensinamentos sobre higiene tenham iniciado por volta de 1942, desde 1936 já havia instruções da Inspetoria Escolar para estes conteúdos. As orientações eram feitas através do *Programma Oficial* para o Ensino nas Escolas *Rurales* do *Municipio* de Caxias decretado no ano de 1936. Nas imagens seguintes podem ser visualizados os conteúdos de “*Hygiene*” para cada série do ensino primário.

Imagem 38: Prescrições para a disciplina de Higiene para o 1º ano



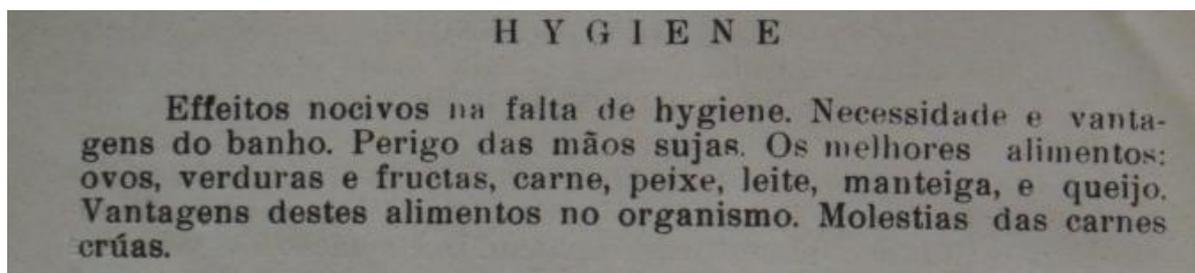
Fonte: *Programma Official* para o Ensino nas Escolas *Rurales* do *Municipio* de *Caxias* (1936, p. 4).

Imagem 39: Prescrições para a disciplina de Higiene para o 2º ano



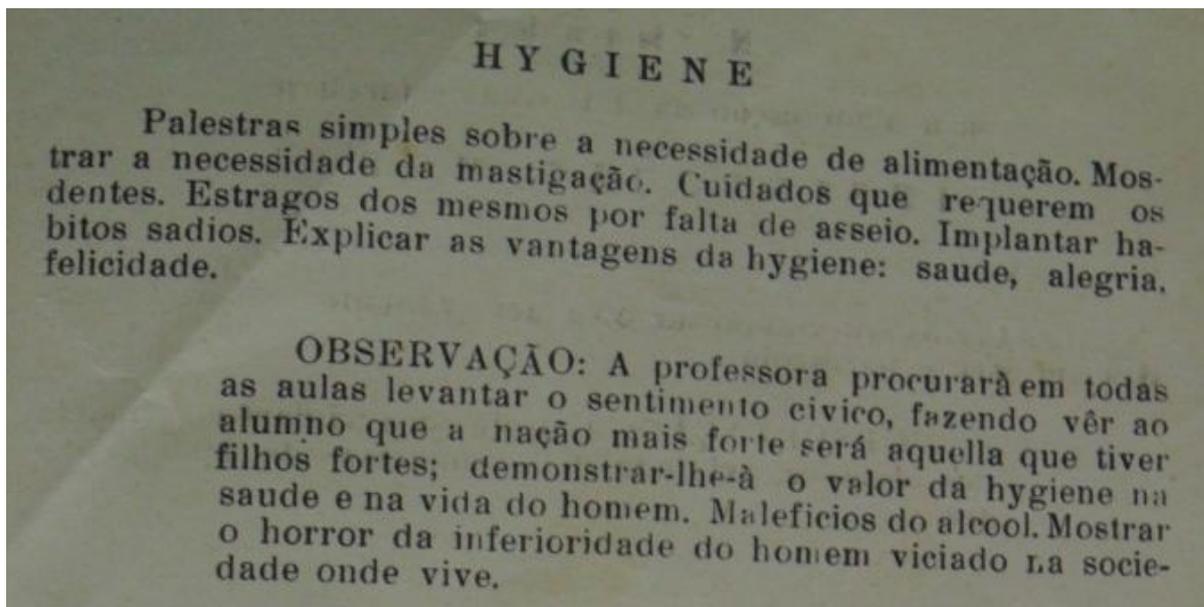
Fonte: *Programma Official* para o Ensino nas Escolas *Rurales* do *Municipio* de *Caxias* (1936, p. 5).

Imagem 40: Prescrições para a disciplina de Higiene para o 3º ano



Fonte: *Programma Official* para o Ensino nas Escolas *Rurales* do *Municipio* de *Caxias* (1936, p. 8).

Imagem 41: Prescrições para a disciplina de Higiene para o 4º ano



Fonte: *Programma Oficial* para o Ensino nas Escolas Rurales do Municipio de Caxias (1936, p. 8).

As orientações da Inspeção Escolar pareciam conferir com os comentários da professora Olga Tonolli Sevilla, pois ela ensinava aos alunos “Que se lavassem, que tomassem banho, que escovassem os dentes. Às vezes diziam que limpavam com uma folha de *sálvia*, que não tinha escova, não tinham nada” (Sevilla, 1988). A professora Guilhermina Lora Poloni Costa também parece seguir as instruções do programa de ensino, pois ela orientava aos seus alunos para:

[...] escovar os dentes todas as manhãs, após as refeições, nunca ir pra mesa sem lavar as mãos, trazer as mãos sempre limpas. Então, se dava a explicação sobre a mosca: a mosca posa aqui, posa, se citava os diversos lugares que a mosca passa e vai posando e, depois ela vem, acaba posando na mesa, não é. Todas essa parte de civilidade se ensinava muito às crianças, porque elas precisavam disso, não é? Porque eram crianças assim, da colônia, que não tinham certas regras assim de hygiene. A gente tinha que cuidar muito de trazer as mãos sempre limpas, os cabelos limpos. Tinha, na época que tinha muito [...] Piolho? Bichinho de cabeça, não é? Então a gente levava os pentes pra, pra [...] aquele fino pra pentear as crianças, mandava limpar a cabeça, pedia pras mães cuidarem da cabeça, porque quando um vem com isso, depois pega todo mundo, não é? Teve uma época aí, eu levava um pente pra escola, eu penteava, passava [...] Remédio. Remédio na cabeça (Costa, 1991).

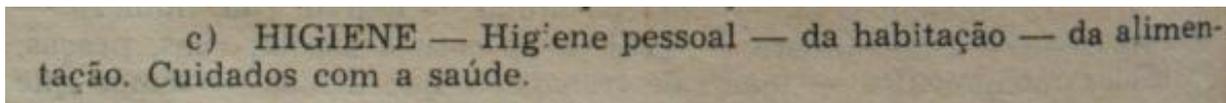
Mas com a inserção de um novo Programa de Ensino, em 1943 os conteúdos que tratavam da hygiene passaram a fazer parte da disciplina de Estudos Sociais. Assim, a partir desta data, ao 1º ano eram indicados os seguintes conteúdos:

c) Higiene – Da criança; cuidados corporais – uso do vestuário adequado ao tempo – Do Lar: asseio da cada e dependências – Da escola: asseio da sala de aula, das

demais dependências e do pátio de recreação – Da alimentação: alimentos e bebidas recomendadas – horário das refeições (Caxias, 1943, p. 25)<sup>175</sup>.

No 2º ano, os conteúdos eram os seguintes:

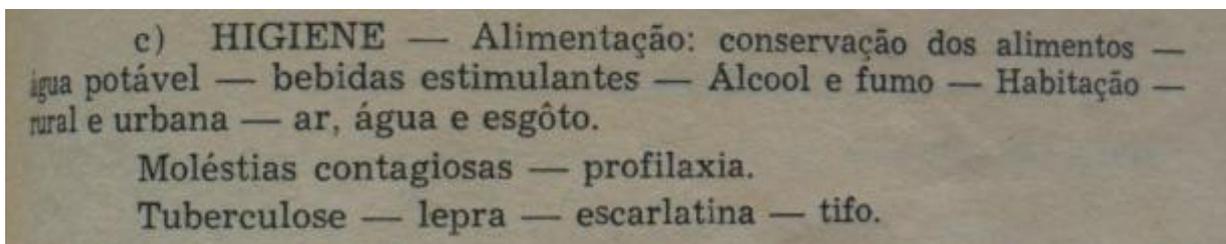
Imagem 42: Parte do Programa de ensino de 1943



Fonte: Programa de Ensino para as Escolas Municipais (1943, p. 26). Documento depositado no AHMJSA.

No 3º ano, os conteúdos referentes à Higiene eram: “c) HIGIENE – Higiene da habitação, alimentação, respiração – Cuidados higiênicos pessoais – A saúde”<sup>176</sup> (Caxias, 1943, p. 27). No 4º ano, as prescrições pareciam estar mais associadas na prevenção de doenças:

Imagem 43: Parte do Programa de ensino de 1943



Fonte: Programa de Ensino para as Escolas Municipais (1943, p. 29). Documento depositado no AHMJSA.

Os conteúdos traçados pelos dois programas de ensino parecem seguir as mesmas orientações para o ensino da Higiene, porém o primeiro apresenta os conteúdos de forma mais detalhada. Além das prescrições recomendadas, a professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli cita que também ensinava conteúdos de higiene que não estavam inseridos no programa de ensino, ela “[...] ensinava, por exemplo, [...] como uma pessoa devia cuidar da saúde, cuidar de ferimentos” (Soldatelli, década de 1980).

<sup>175</sup> Programa de Ensino para as Escolas Municipais. Decreto nº 43, de 22 de novembro de 1943. Documento depositado no AHMJSA.

<sup>176</sup> Programa de Ensino para as Escolas Municipais. Decreto nº 43, de 22 de novembro de 1943. Documento depositado no AHMJSA.

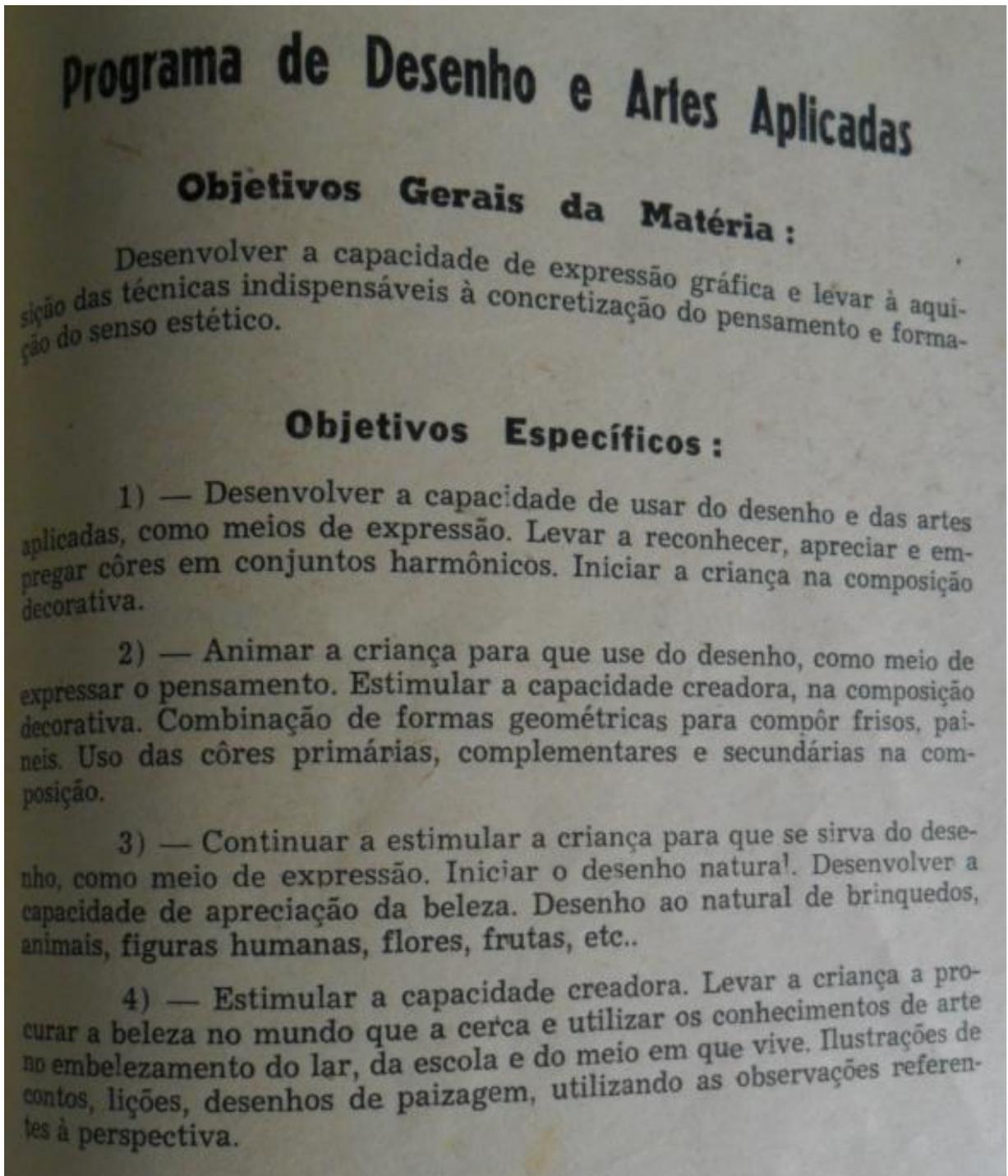
Mesmo que algumas fontes apontem que os Programas de Ensino atendiam a todas as necessidades da zona rural, outras professoras discordavam e inseriam novas atividades em suas aulas. Provavelmente isso acontecia, pois o programa de ensino se encontrava muito “Distante das escolas rurais” (Moretto, 1986). Talvez por esse motivo, a professora Dorotéia Rizzon Corte, comenta que ela realizava atividades que não se enquadravam no programa de ensino “Não, não era do programa nem uma dessas atividades, nem pregar botão, nem remendar, nem fazer educação física, nem fazer trabalhos manuais. Dava se tu queria [...]” (Corte, década de 1980).

Mesmo não fazendo parte do Programa de Ensino de 1936, os conteúdos de Trabalhos Manuais fizeram parte das práticas escolares daquele período, que poderão ser conferidos no próximo item.

#### **4.3.3 Trabalhos Manuais**

Os Trabalhos Manuais estiveram associados à disciplina de Educação Artística também chamada por alguns programas de ensino atuais de Arte ou Artes. Como comentado anteriormente no “*Programma Oficial para o Ensino nas Escolas Rurais do Município de Caxias*” de 1936 não eram prescritas quaisquer indicações para os Trabalhos Manuais. Porém, em diversas atas é possível encontrar registros que constam exposições de obras artísticas confeccionadas pelos alunos, entre os anos de 1936 e 1943. A partir de 1943 com a implantação do novo Programa de Ensino os trabalhos manuais ganharam importância através da disciplina chamada de Programa de Desenho e Artes Aplicadas, que pode ser visualizado na imagem a seguir.

Imagem 44: Parte do Programa de Ensino para as Escolas Municipais



Fonte: Programa de Ensino para as Escolas Municipais (1943, p. 41). Documento depositado no acervo do AHMJSA.

Porém algumas prescrições do Programa de Desenho e Artes Aplicadas pareciam estar distanciadas daquilo que era indicado à população durante Estado Novo. Um exemplo disso pode ser encontrado no item “3) - [...] estimular a criança para que se sirva do desenho, como

meio de expressão”, porém surge a questão, por que havia a necessidade da criança em se expressar, se ela deveria ser “adestrada” para obedecer os preceitos do governo?

Mesmo sem encontrar uma resposta adequada à questão anterior, fui em busca de outras fontes que tratam sobre os Trabalhos Manuais. De acordo com a professora Ida Menegotto Poletto, as aulas de Trabalhos Manuais aconteciam aos sábados “[...] uma hora era hora cívica, uma hora de trabalhos manuais” (Poletto, década de 1980). Tanto os meninos quanto as meninas participavam das aulas, porém parecia haver diferenças entre as atividades. Conforme a professora Marina Bridi Moretto, nas aulas “Faziam quadrinhos prá parede, ou faziam saleiros, essas coisas. As meninas bordavam, ou faziam um crochezinho, aprendiam a fazer tricô” (Moretto, 1986). E segundo a professora Olga Tonolli Sevilla na comunidade onde ela trabalhava os pais não reclamavam por ensinar trabalhos manuais na escola, pelo contrário “Achavam bom. Diziam que a menina tinha que aprender a fazer o enxoval e os guris tinham que aprender... eu ensinava serrinha, ensinava fazer porta-ovos” (Sevilla, 1988). De acordo com a professora Isolina Rossi ela ensinava “De tudo. Bordar, desenhar [...]” (Rossi, 1985), provavelmente o bordar competia às meninas, pois segundo a entrevistada os meninos durante os trabalhos manuais “[...] desenhavam” (Rossi, 1985). Além de todas as atividades já citadas, a professora Dorotéia Rizzon Corte também comenta que “[...] ensinava pintura, ensinava crochê [...]” (Corte, década de 1980). Em outra entrevista a professora Guilhermina Lora Poloni Costa comenta que as meninas

[...] faziam cada peça de tricô! *Jacquard!* Era tudo as crianças, tinha uma menina, fez uma blusa toda com umas bonequinhas assim, uma blusa ela fez, uma blusa bordô com as, com os bonequinhos brancos. Completo, faziam peças completas. Elas aprendiam esses trabalhos, eu gostava desse trabalho (Costa, 1991).

Os trabalhos confeccionados conforme constam os registros nas atas eram expostos ao final do ano durante a realização dos exames finais. Segundo a professora Olga Tonolli Sevilla “No fim do ano eu fazia um cantinho e fazia exposição dos trabalhos deles” (Sevilla, 1988); a professora Dorotéia Rizzon Corte também comenta que “[...] sempre fazia uma exposição no fim do ano” (Corte, década de 1980). Um exemplo de exposição de trabalhos pode ser encontrado nos documentos da Escola Isolada Padre José de Anchieta, em uma ata dos Exames Finais, onde aparece descrito “[...] Notou-se nesta aula, também uma bela exposição de Trabalhos Manuais”<sup>177</sup>. Nas exposições das obras, os trabalhos eram confeccionados em: agulha<sup>178</sup>, *cartonagem*<sup>179</sup>, bordados e desenhos<sup>180</sup>, álbuns com trabalhos

<sup>177</sup> Ata dos Exames Finais do dia 04 de outubro de 1940. Documento depositado no acervo do AHMISA.

<sup>178</sup> Segundo o registro da ata, somente as meninas realizaram este trabalho. Ata de Exames Finais do dia 20 de dezembro de 1939, da Escola Isolada Vitório Rech II. Documento depositado no AHMISA.

de colagem<sup>181</sup>, cestinhos de palha e cartolinas<sup>182</sup>, cadernos de desenhos<sup>183</sup>, madeira<sup>184</sup>, vime e taquara<sup>185</sup>, painéis<sup>186</sup> e armação de uma árvore de natal<sup>187</sup>.

Mesmo sendo uma prática orientada pela Administração Municipal a partir de 1943, alguns pais dos estudantes não consideravam que práticas pedagógicas, diferentes do ler, escrever, contar e rezar fossem importantes para a vida dos alunos. Segundo a professora Marina Bridi Moretto os pais,

[...] mais queriam que as crianças aprendessem a ler e escrever. Não era tão importante trabalho manual, a história, a geografia, essas coisas. Eles queriam que aprendessem escrever cartas, nota promissória, que na época se usavam, requerimentos. Isso era o que eles queriam que a gente ensinasse na sala de aula (Moretto, 1986).

Mas diferente do comentário anterior, outros pais compreendiam a necessidade destas atividades no currículo escolar, conforme citado nos parágrafos anteriores. Essa informação nos leva a crer que a aceitação de atividades diferentes do ler, escrever, contar e rezar dependia de comunidade para comunidade. O item seguinte trata de atividades do Ensino da Música nas escolas municipais, com forte influência nacionalista.

#### 4.3.4. Ensino da Música

A prática de cantar parecia estar muito presente na realidade das escolas municipais, pois em diversos momentos atas explicitam tais práticas. Segundo a professora Olga Tonolli Sevilla ela ensinava “O Hino do Soldado, o Hino Nacional, Hino a Bandeira, todos os hinos pátrios que hoje não cantam, a gente cantava” (Sevilla, 1988). A professora Guilhermina Lora

---

<sup>179</sup> Ata de Exames Finais do dia 08 de dezembro de 1943, da Escola Isolada Vitório Rech II. Documento depositado no AHMJSA.

<sup>180</sup> Ata de Exames Finais do dia 12 de dezembro de 1940, da Escola Isolada Batalha dos Guararapes. Documento depositado no AHMJSA.

<sup>181</sup> Ata de Exames Finais do dia 12 de dezembro de 1943, da Escola Isolada Batalha dos Guararapes. Documento depositado no AHMJSA.

<sup>182</sup> Ata de Exames Finais do dia 12 de dezembro de 1945, da Escola Isolada Gonçalves Dias. Documento depositado no AHMJSA.

<sup>183</sup> Ata de Exames Finais do dia 14 de dezembro de 1945, da Escola Isolada Franklin Roosevelt. Documento depositado no AHMJSA.

<sup>184</sup> Ata de Exames Finais do dia 13 de dezembro de 1945, da Escola Isolada Bento Gonçalves da Silva. Documento depositado no AHMJSA.

<sup>185</sup> Ata dos Exames Finais do dia 12 de dezembro de 1945, da Escola Isolada Lobo da Costa. Documento depositado no AHMJSA.

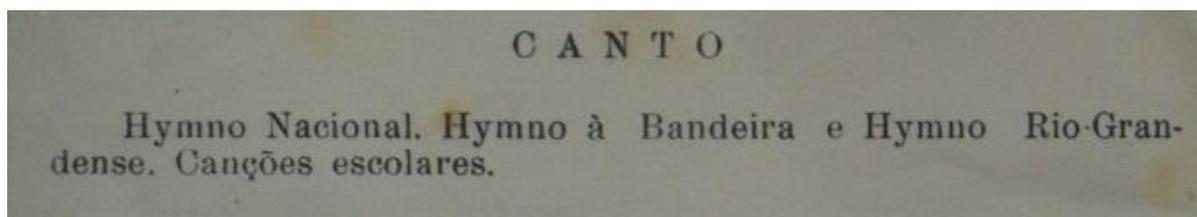
<sup>186</sup> Ata de Exames Finais de 07 de dezembro de 1945, da Escola Isolada Farroupilha. Documento depositado no AHMJSA.

<sup>187</sup> Ata de Exames Finais do dia 09 de dezembro de 1945, da Escola Isolada Dezenove de Abril. Documento depositado no AHMJSA.

Poloni Costa também cita que nas suas aulas, além dos hinos já comentados anteriormente também “Cantavam o Hino à Independência, Hino à República, o Hino Riograndense [...]” (Costa, 1991).

Pelo que as fontes apontam as canções estavam envolvidas intimamente aos ideais nacionalistas, conforme prescreviam os programas de ensino.

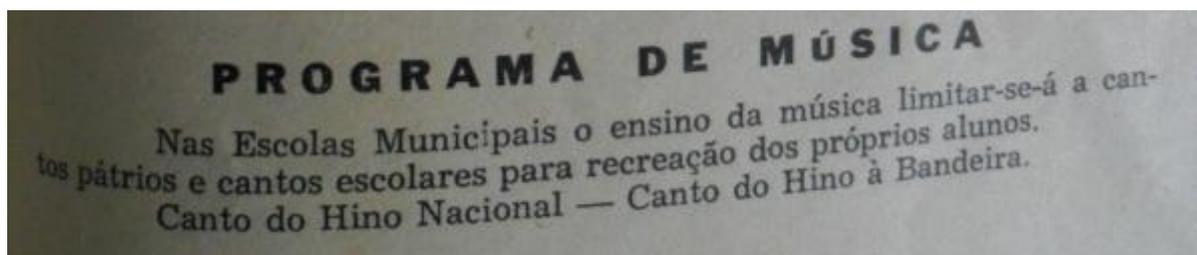
Imagem 45: Parte do *Programma Official* para o Ensino nas Escolas *Rurales* do *Município* de Caxias



Fonte: *Programma Official* para o Ensino nas Escolas *Rurales* do *Município* de Caxias (1936, p. 12). Documento depositado no AHMJSA.

A imagem anterior prescreve o canto para os alunos matriculados no 4º ano, mas no 1º ano há a prescrição somente para o ensino do “*Hymno Nacional*”, no 2º ano “*Hymno Nacional. Hymno à Bandeira*” e no 3º ano “*Hymno Nacional. Hymno à Bandeira. Hymno Rio-Grandense*”. Já no ano de 1943, o Programa de Ensino para as Escolas Municipais existe um Programa de Música para alunos de todas as classes.

Imagem 46: Parte do Programa de Ensino para as Escolas Municipais



Fonte: Programa de Ensino para as Escolas Municipais (1945, p. 41). Documento depositado no acervo do AHMJSA.

Além da maioria das atas escolares apontarem para o canto do Hino Nacional ao início e o canto do Hino à Bandeira no encerramento dos Exames Finais, outras canções também eram apresentadas à Comissão Examinadora. Mesmo que a maior parte das canções fosse de cunho patriótico havia espaço para outras, porém haviam exceções estabelecidas no Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais:

Artº 39 – Através de todos os números constitutivos do programa devem ser respeitados os princípios formadores da consciência moral, não se permitido, em absoluto, cantigas, canções, sambas cuja letra não satisfaça do ponto de vista da adaptação ao nível mental das crianças, - aos seus *interesses* e a educação moral e estética (Caxias do Sul, 1945)<sup>188</sup>.

Dentre as canções permitidas estavam: a “marcha Sabemos Lutar”<sup>189</sup>, “Hino do Estudante”<sup>190</sup>, “Deus salve a *America*”<sup>191</sup>, “Estudante do Brasil, Sabemos Lutar, Canção Patriótica, Canção do Soldado e o Hino da Independência”<sup>192</sup>, “O castelo pegou fogo e Terezinha de Jesus”<sup>193</sup>, “Canção Brasil”<sup>194</sup> e “Canção *Bentevi*”<sup>195</sup>. As primeiras canções são aquelas que mais vezes aparecem descritas nas atas e que podem ser localizadas facilmente em meios eletrônicos. Mesmo que tais canções não estejam formalmente relacionadas ao nacionalismo é possível notar grande proximidade com o ideal Estadonovista, por tratar de assuntos relacionados ao orgulho em ser estudante, trabalhador e pela pátria.

Como um dos objetivos Estadonovistas era estabelecer a ordem na população, uma destas estratégias era atribuir o uso de uniformes nos escolares. Assim, o próximo item busca tratar sobre a utilização deste vestuário, bem como as suas implicações na vida escolar.

#### 4.4 O USO DE UNIFORMES E AS SUAS IMPLICAÇÕES

O uso de uniformes escolares “[...] representa a pertença a um determinado grupo social, cultural e intelectual [...]” (Marcon, 2010, p. 18). Com isso, seu objetivo busca “[...] identificar, controlar e padronizar os alunos das instituições [...]” (Marcon, 2010, p. 21). Nas escolas municipais de Caxias do Sul, durante o período do estudo, havia a orientação para a

<sup>188</sup> Documento depositado no acervo do AHMJSA.

<sup>189</sup> Citada na Ata de Exames Finais do dia 14 de dezembro de 1944 da Escola Isolada Gonçalves Dias.

Documento depositado no acervo do AHMJSA.

<sup>190</sup> Citada na Ata de Exames Finais do dia 16 de dezembro de 1942 da Escola Isolada Campos Sales. Documento depositado no acervo do AHMJSA.

<sup>191</sup> Citada na Ata de Exames Finais do dia 10 de dezembro de 1943 da Escola Isolada Campos Sales. Documento depositado no acervo do AHMJSA.

<sup>192</sup> Citada na Ata de Exames Finais do dia 14 de dezembro de 1944 da Escola Isolada Campos Sales. Documento depositado no acervo do AHMJSA

<sup>193</sup> Citada na Ata de Encerramento do dia 07 de dezembro de 1943 da Escola Isolada Princesa Isabel.

Documento depositado no acervo do AHMJSA

<sup>194</sup> Citada na Ata de Encerramento do dia 20 de dezembro de 1940 da Escola Isolada Bento Gonçalves da Silva.

Documento depositado no acervo do AHMJSA

<sup>195</sup> Citada na Ata de Exames Finais do dia 08 de dezembro de 1945 da Escola Isolada Marechal Floriano Peixoto. Documento depositado no acervo do AHMJSA

utilização dos uniformes escolares, conforme pode ser conferido na Circular nº 11, de 08 de abril de 1943:

UNIFORMES ESCOLARES

Antes do início nas escolas da campanha para o uniforme dos alunos, devem as professoras obter informações nesta Inspetoria Escolar, afim de haver unidade de execução dos mesmo, em todas as escolas do município.-

Podem, também, desde os primeiros dias do mês de maio próximo, procurara o modelo para o uniforme das professoras municipais, que se achará à disposição das interessadas na mesma Inspetoria.-

A integral execução das instruções aqui contidas, fica ao cuidado do vosso zelo e devotamento.- (Caxias, 1943)<sup>196</sup>.

Além de uniformes aos estudantes, os professores também podiam utilizar-se de uniformes de acordo com o modelo instituído pela Inspetoria Escolar. Um dos objetivos da uniformização está relacionado ao fato que “[...] o uniforme escolar se constitui artefato que disciplina, normatiza condutas e corpos e concorre para homogeneizar o espaço escolar” (Ribeiro; Souza, 2012, p. 207). O que pode ser considerado comum, para um tempo onde havia a necessidade em normatizar condutas e corpos, como acontecia durante o Estado Novo.

De acordo com algumas atas parecia existir a preocupação total na uniformização dos alunos, como descreve a ata da Escola Isolada Treze de Maio “Todos os alunos, uniformizados, cantaram o Hino Nacional [...]”<sup>197</sup>. Ou então, “Foi executada, pelos alunos uma tabela de *exercios calistenicos e ginastica*, estando os alunos todos uniformizados”<sup>198</sup>. Ou ainda, “Procedida a chamada constatou-se a presença de 47 alunos, sendo 21 do sexo masculino e 26 do sexo feminino dos 50 matriculados de ambos os sexos, todos eles *uniformisados*”<sup>199</sup>.

Além destas informações, fontes orais também sinalizam a utilização do uniforme nos alunos, de acordo com a professora Guilhermina Lora Poloni Costa, as crianças usavam “Um guarda-pó branco. E nas minhas escolas sempre tem aqueles que dizem que os pais não podem comprar, então, eu e a minha colega íamos nas padarias comprar saquinhos de farinha, levávamos pra casa; ela alvejava e eu fazia o guarda-pó” (Costa, 1991). Pelo que comenta a professora Dorotéia Rizzon Corte, no início da utilização do jaleco, parecia ser um artigo de luxo, “nos desfile, quando a gente começou com o uniforme, então eles achavam que uma escola era mais luxenta, porque tinha uniforme. Mas, depois então, eles achavam bonito e todo mundo para o dia do desfile estava de uniforme, que era muito mais bonito” (Corte,

<sup>196</sup> Documento depositado no acervo do AHMJSA.

<sup>197</sup> Ata de Exames Finais do dia 07 de dezembro de 1943. Documento depositado no AHMJSA.

<sup>198</sup> Ata da Escola Isolada 15 de Novembro, do dia 10 de dezembro de 1943. No ano seguinte a escola passou a ser chamada de Escola Isolada Farroupilha. Documento depositado no AHMJSA.

<sup>199</sup> Ata da Escola Isolada Batalha dos Guararapes de 07 de dezembro de 1939.

década de 1980). Além disso, na escola em que a entrevistada lecionava, com o dinheiro da colheita da horta, além de comprar livros, era comprado “[...] algum uniforme, às crianças que não podiam comprar” (Corte, década de 1980).

Em imagens já apresentadas até o momento nesta pesquisa, é possível visualizar várias crianças com roupas brancas sugerindo ser os uniformes citados pelas fontes. A imagem seguinte também apresenta diversos estudantes com possíveis guarda-pós, mas aqueles situados do lado esquerdo apresentam outro tipo de uniformização que será discutida a seguir.

Imagem 47: Alunos e professora da Escola Isolada Tiradentes



Fonte: Dalla Vecchia; Herédia; Ramos (1998).

Possivelmente as crianças visualizadas na imagem anterior com uniforme e uma cruz, do lado esquerdo da foto, faziam parte da Cruz Vermelha Brasileira Juvenil. Mesmo sem o registro da unidade escolar da imagem, no Grupo Escolar Carlos Gomes, em ata do dia 30 de outubro de 1943 descreve a atuação da Cruz Vermelha Brasileira Juvenil:

Ata de fundação da Cruz Vermelha Brasileira Juvenil do Grupo Escolar Municipal Carlos Gomes

Aos trinta dias do mês de Outubro de mil novecentos e quarenta e três, às dez horas, no prédio onde funciona o Grupo Escolar Municipal ‘Carlos Gomes’, foi fundada a Cruz Vermelha Brasileira Juvenil, tendo por objetivo incentivar na mocidade brasileira o ideal de fraternidade caridade e de solidariedade nacional e mundial, assim como desenvolver:

- a) O amor da Pátria e respeito aos grandes vultos nacionais;
- b) O espírito de caridade e solidariedade ativas para com todo e qualquer sofrimento;
- c) O hábito do ‘Serviço Social’, pelo *auxilio mutuo*;
- d) As noções de higiene que aperfeiçoam a *saude* das crianças e por conseguinte da raça;
- e) A compreensão absoluta da grande lição de tolerância, ensinando a respeitar as leis e credos.

O conselho se *comporará* de: 1 Presidente; 1 Secretário; 1 Tesoureiro e 3 delegados: respectivamente [...]

Obrigam-se os sócios da Cruz Vermelha Brasileira Juvenil a:

- a) Assumir inteira responsabilidade das suas faltas;
- b) Não maltratar um colega mais fraco e pelo contrário, defendê-lo se preciso for;
- c) Prestar o *auxilio* possível às crianças menores, aos velhos, aos doentes e aos animais;
- d) Fazer ativa propaganda em favor da Cruz Vermelha Brasileira Juvenil, não só nas escolas como entre as *crianças* suas conhecidas<sup>200</sup>.

No ano de 1945, no Livro de Atas do Grupo Escolar José Bonifácio também existe uma ata idêntica àquela descrita acima. Segundo instruções da Inspeção Escolar, a Cruz Vermelha Juvenil estava entre uma das organizações que deveriam ser instituídas na escola:

#### Capítulo 9º

##### Das instituições escolares

Artº 50 – Recomenda-se ainda a criação das seguintes instituições:

- a) Clube de civismo.-
- b) Merenda.-
- c) Cruz vermelha juvenil.-
- d) Clube agrícola.-
- e) Caixa escolar.-
- f) Biblioteca (Caxias do Sul, 1945)<sup>201</sup>.

Porém não foram encontrados outros indícios desta organização em outras unidades escolares ou até mesmo da atuação dos alunos envolvidos na Cruz Vermelha Brasileira Juvenil. Com relação ao Clube de Civismo e Merenda também não foram encontradas fontes que pudessem ser descritas nesta pesquisa, porém o Clube Agrícola e a Biblioteca já foram comentados no capítulo anterior.

A Caixa Escolar, ainda não comentada neste estudo, tratava de uma contribuição feita pelos estudantes para auxiliar nas despesas da unidade escolar. Normalmente no dia da fundação da Caixa Escolar a ata era descrita da seguinte maneira: “[...] fundou-se a Caixa Escolar, no referido estabelecimento de ensino com a contribuição mensal de Cr\$ 0,20, cujas finalidades são, além de auxílio material despertar nas crianças o espírito de solidariedade e

<sup>200</sup> Documento depositado no AHMJSA.

<sup>201</sup> Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais. Documento disponível no AHMJSA.

cooperação, indispensável à vida coletiva”<sup>202</sup>. De acordo com as informações prestadas pela professora Marina Bridi Moretto, a fundação da Caixa Escolar foi exigência da Administração Municipal e “[...] se pagava, na época, 20 centavos cada criança, por ano” (Moretto, 1986).

De acordo com os documentos encontrados a primeira escola a instituir esta cobrança foi a Escola Isolada Campos Sales no dia 27 de agosto de 1942<sup>203</sup>, nos anos seguintes foram fundadas a Caixa Escolar da Escola Isolada Dezenove de Abril, da Escola Isolada Diogo Feijó, da Escola Isolada Batalha dos Guararapes, da Escola Isolda Dom Sebastião Leme<sup>204</sup>, da Escola Isolada Visconde de Mauá e Escola Isolada Visconde de Cairú. Nos demais documentos das escolas municipais no período do estudo, não existem registros da existência da Caixa Escolar.

Outra atividade encontrada em atas, porém sem instruções da Administração Municipal foi o Círculo de Pais e Mestres. Somente na Escola Isolada Visconde de Mauá foi localizada a “Ata de Fundação do Circulo de Pais e Mestres e Instituição da Caixa Escolar”<sup>205</sup> datada em 29 de agosto de 1943.

A partir de todos os dados citados anteriormente foi possível conhecer um pouco das práticas escolares do período em pesquisa. Para ampliar o estudo, o próximo item deste capítulo vai tratar sobre as formas de comportamento e as práticas de controle que atuavam sobre a comunidade escolar.

#### 4.5 AS FORMAS DE COMPORTAMENTO E SUAS PRÁTICAS DE CONTROLE

Desde o início desta pesquisa até este momento, as fontes apontam para uma hierarquia de poderes, ou seja, o Governo Federal instituiu as normas aos Estados e aos Municípios, estes as aplicavam sobre a população. No caso da educação escolar municipal, a Administração da Prefeitura de Caxias do Sul orientava as escolas e os professores, estes adequavam os seus estudantes às normas estabelecidas por todos os seus superiores. Assim, o controle se dava através da vigilância do poder superior, com isso os sistemas disciplinares funcionavam como um “[...] pequeno mecanismo penal” (Foucault, 2011, p. 171). Portanto,

<sup>202</sup> Ata especial de Fundação da “Caixa Escolar” de 27 de março de 1944, da Escola Isolada Clara Camarão. Documento disponível para consulta no AHMJSa.

<sup>203</sup> Ata especial de Fundação da “Caixa Escolar” de 27 de agosto de 1942, da Escola Isolada Campos Sales. Documento disponível para consulta no AHMJSa.

<sup>204</sup> Descrita na ata como Escola Isolada Travessão Santa Tereza.

<sup>205</sup> Documento disponível para pesquisa no acervo do AHMJSa.

neste item serão tratadas as normas de conduta instituídas aos professores bem como aos estudantes.

Pelo que transparece nas fontes, a ordem disciplinar nas escolas municipais parecia ser muito rígida, e segundo Foucault “Um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente” (2011, p. 147). Conforme comentários de algumas professoras, a maioria dos alunos eram comportados, somente um ou outro “aprontava”<sup>206</sup>. Por esse motivo, segundo a professora Estra Boff Tessari havia a necessidade de ser enérgica com as crianças, pois “Em 1938 cheguei a ter cinquenta alunos matriculados, então o prefeito resolveu mandar uma auxiliar que foi a professora Maria Tedesco. Para manter a disciplina usava-se uma vara de vime ou a régua” (Tessari, 2004). Isso nos leva a crer, que o castigo ou então a ameaça dele, tinha como “[...] função de reduzir os desvios” (Foucault, 2011, p. 173). Pois,

O medo atuava como elemento de aprendizagem. Os erros na lição eram corrigidos e prevenidos, na maioria dos casos, pela aplicação do castigo físico. Punição por comportamento inadequado também era comum nas escolas da época. Conversar durante as aulas era proibido e os alunos que assim fizessem eram punidos. Certos tipos de relações entre os alunos eram também proibidos e se ocorressem, deveriam ser punidas (Galvão, 2001, p. 136).

Outro exemplo de rispidez era utilizado pela professora Alice Gasperin, ao comentar sobre o início da sua vida docente “[...] Me impus logo. Nunca, nunca um aluno me desrespeitou e não tive nada, em 46 anos, que lecionei, um chefe de família que reclamasse. [...] os alunos, primeiro sempre com severidade, assim como a minha professora” (Gasperin, 1996). Talvez a severidade nas escolas, estava aliada ao que Tarcísio Mauro Vago comenta em sua tese: “A disciplina deveria ser imposta e obtida por dispositivos mais sutis. Mas, se os professores usavam os castigos, era também porque as crianças não se entregavam não se submetiam com a cordialidade esperada” (Vago, 1999, p. 199). Assim, “A vergonha, a humilhação, o medo de ofender, deveriam funcionar como reguladores das ações dos escolares, evitando e antecipando a necessidade da sanção física” (Peres, 2000, p. 402-3).

Mas parecia existir uma sintonia entre a família e a escola, com relação à rigidez na educação. Segundo a professora Vanda Lide Schumacher Soldatelli, os pais pediam para que a professora castigasse o filho “Muitos diziam que era pra castigar, ainda mais quando eu me queixava de alguma coisa. Então eles diziam: a senhora pode castigar, eu dou licença, a senhora pode deixar de castigo, pode usar a vara, etc, mas eu nunca usei isso” (Soldatelli, década de 1980). De acordo com a professora Guilhermina Lora Poloni Costa,

[...] as próprias mães, geralmente as mães que vinham matricular os seus filhos, né, elas mesmas diziam: Pode usar a palmatória, se o meu filho não estudar, não prestar

<sup>206</sup> Termo utilizado pela professora Maria (depoimento anônimo).

a atenção, pode usar a palmatória, porque eu lhe dou autorização. Porque em casa ele não obedece, ele é muito isso, muito aquilo. Aí eu dizia não tem palmatória. Mas eu tinha uma aluna, isso aconteceu lá no Desvio Rizzo. [...] Ela me, em 40, em 35. [...] Ela trazia um vimezinho, uma varinha pros alunos que fossem rebeldes, pra eu dar com a varinha nas pernas. Uma vez eu usei. Usei umas vezes, umas vezes eu usei, assustei eles, assim. Porque eles me fugiam da aula, enquanto eu estava escrevendo no quadro-negro, aqueles que não tinham vontade de estudar, uma vez um aluno me pulou a janela: ‘Ai, a professora, o fulano pulou a janela’. Ele não queria estudar, não é. Eu disse: ‘não faz mal amanhã ele vai voltar’. Deixava, vamos trabalhar, continuávamos trabalhando. No dia seguinte, que ele vinha, eu dava castigo; botava ele de joelho do meu lado, mas não com milho embaixo, com nada, mas botava ele de joelho. Diziam assim, que botavam o joelho em cima do milho. Não, eu nunca usei nada disso, mas botava ele de joelho do meu lado, na frente de todos ali. Ele ficava ali meia hora de joelho, depois ia pra classe trabalhar. Era uma maneira de saber que eles tinham, que estavam ali, eu tinha um compromisso com eles. Porque os pais me encarregavam sobre isto, não é? E eu tinha obrigação de usar um método que, se não era com as boas, com castigo; um método mais severo com eles, porque eles tinham que aprender, eles tinham que saber, chegar em casa e saber, dar a leitura para os pais (Costa, 1991).

Mesmo que o comentário da professora Guilhermina trate de aproximadamente dois anos ao período em estudo, sua prática como docente continuou até por volta de 1960 quando foi transferida para a Secretaria de Educação da Prefeitura. Mas segundo outra professora, o uso da vara era autorizado pelos pais “Então vinha um pai, os que moravam perto. Cada dia vinha um pai, até um dia, me traziam cada vime, porque tu tinha autorização de bater quando tu quisesse, eu dizia meu Deus do Céu! Se eu dou uma varada numa criança” (Corte, década de 1980). Mas conforme comenta a professora Ida Menegotto Poletto, os alunos lhe obedeciam

[...] um pouco é por causa que os pais diziam que também eles deviam se comportar e respeitar a professora. Então, eles tinham eu acho também receio dos pais, por isso que eles se comportavam bem. Porque por exemplo quando eu comecei a lecionar tinha nem 15 anos, tinha que ter ajuda também dos pais um pouco. Se não os alunos podiam ter tomado conta de mim. Mas, graça a Deus, nunca tomaram conta, nunca tive um desentendimento com um aluno, sempre foram obedientes. Tinha alunos mais velhos do que eu e se comportavam na aula (Poletto, década de 1980).

O uso da vara de vime ou da violência física, uma prática inaceitável nos dias de hoje, parecia ser comum em algumas unidades escolares e entre algumas famílias. Segundo a professora Liduvina Sirtoli Tissot alguns pais batiam violentamente nos filhos, sendo necessária a sua intervenção:

É tinham muitos que até tinha que chamar a atenção porque eles vinham todos marcados porque surravam muito. É e davam na cabeça também, muitos pais. Depois tinha uma menina que não aprendia nada, nada estava bem assim, então ela me dizia que o pai dela costumava sempre dar na cabeça. Então eu dizia, então depois deixaram, ficaram com vergonha daí deixaram (Tissot, 1987).

Talvez os pais compreendessem que a violência física era uma forma de educar a criança para evitar o fracasso escolar, como comenta Galvão: “Não aprender significava vivenciar o sentimento de fracasso diante das expectativas dos colegas, do professor, da família e do grupo social mais amplo. Significava também a possibilidade de ser punido, na maior parte das vezes, fisicamente” (Galvão, 2001, p. 130).

Mesmo que alguns pais apoiassem e utilizassem da violência física com as suas crianças, outros não aceitavam tamanha brutalidade. Quando a professora Dorotéia Rizzon Corte trabalhava como Auxiliar de Inspeção na Subprefeitura de São Marcos ela recebia as reclamações dos pais.

Vinham lá na prefeitura e contavam que eram muito severas, muitas davam varadas nas pernas, também. iam para casa com os vergões. Pegavam aquela vime na ponta, fina, né. Porque a professora era muitos severa naquele tempo. Se tu errava uma palavra tu ia de castigo. Eles achavam que ela batia muito nas crianças, e muitas vezes as crianças então, não queriam ir para a escola. Eles iam então, e diziam para a professora: ‘Meu filho hoje não veio, porque ontem ele apanhou de régua’. [...] eles iam dizer para a própria professora. Ah, ela ficava assim, ficava sem jeito, desenchavida. E ela dizia: Então, se é assim eu vou procurar de não fazer mais isto. [...] depois de uma vez saber que os pais davam queixas, elas se cuidavam também um pouquinho (Corte, década de 1980).

De acordo com a professora Dorotéia, um pai reclamar para uma professora

Era humilhante. Então, nas reuniões depois, o subprefeito, o inspetor escolar e depois também a Ester, também já reclamava dos castigos físicos. Era muitos os castigos. É, muitos mesmo. Principalmente os primeiros anos, que tinha as primeiras escolas, quando eu ia na escola. Agora, a nossa professora castigava também de vez *enquando*. Mas, não era assim. Ela tinha aqueles castigos físicos da cadeira, dos grampinhos, da vassoura (Corte, década de 1980).

Outro tipo de castigo, não comentado nas fontes orais, mas explicitado no Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais era a privação de recreio. Conforme o artigo 46:

Artº 46 - Nenhum aluno será privado do recreio. – Se por motivo de ordem disciplinar *fôr* aconselhável o afastamento temporário de determinado aluno do recreio coletivo, ser-lhe-á concedido, em local ou hora diferente, o tempo de repouso, ao ar livre, a que tem direito.- (Caxias do Sul, 1945)<sup>207</sup>.

Se existia tal indicação, provavelmente ocorreram fatores anteriores que levaram à construção deste item. E conforme encontrado em um Livro de Frequência Escolar, a professora da Escola Isolada Visconde de Mauá seguiu fielmente a indicação, como pode ser observado abaixo:

OBSERVAÇÕES:

Aos alunos foi tirado o Recreio: [...].

Motivo: Muito indisciplinados na referida hora.

<sup>207</sup> Documento depositado no acervo do AHMISA.

Executado pela professora em Exercício. Recreio dado em horários diferentes<sup>208</sup>.

Outra particularidade referente ao comportamento dos estudantes, segundo a professora Ida Menegotto Poletto, era que havia uma grande diferença no comportamento entre os alunos filhos de operários e aqueles filhos de agricultores. Segundo a entrevistada quando ela trabalhou no Bairro Cruzeiro “[...] tinha alguns alunos mais alterados do que lá na comunidade, aqui tinha no Bairro Cruzeiro” (Poletto, década de 1980) ensinar para aqueles da colônia era “Mais fácil, mais obediente. Esses aqui agora, aqui precisava mais castigo, senão toma conta da professora” (Poletto, década de 1980). Naquele período parecia que

A punição constituía um dos pilares básicos da ação educativa da época. Diversos eram os motivos explicitados que levavam os meninos a sofrerem castigos e os instrumentos utilizados para penalizar o corpo e o espírito. A aplicação do castigo corporal, generalizada naquele momento, naquele lugar, era invariavelmente acompanhada de palavras humilhantes, confluindo as duas ações para o mesmo objetivo de penalizar e, ao mesmo tempo, corrigir (Galvão, 2001, p. 136).

Assim, provavelmente, em virtude de tal situação, a partir de 1945, através do Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais ficou estabelecido com relação aos castigos que: “Artº 64 – São banidos da escola os castigos físicos, os que impeçam o aluno de participar das lições de classe, as posições humilhantes e a privação de refeições e recreios”<sup>209</sup>.

Talvez pelo receio da humilhação, pelos princípios indicativos da Inspeção Escolar ou por instruções de livros, a professora Dorotéia quando lecionava parecia ser a única docente contrária a adoção de castigos com violência, ela adotava outra estratégia:

Até quando eu comecei dar castigo eu dava aquelas linhas, 50 linhas, 100 linhas, o meu castigo era aquele. Mas depois li um livro de pedagogia que não recordo mais o autor eu sei que dizia que aquilo invés de estimular a criança atrasava, porque muitas crianças *pecam* dois ou três lápis, e aquilo não adiantava nada. De fato comecei a observar que aquilo não valia nada pra criança, não levava a nada (Corte, década de 1980).

As fontes levam a crer que com o passar dos anos, os castigos físicos e humilhantes possam ter desaparecido da escola, principalmente por não auxiliarem na aprendizagem do estudante. Mas a escola ainda tinha como missão,

Educar a vista, o ouvido, o olfato; habituar os sentidos a se exercerem naturalmente, se esforço e com eficácia; ensiná-los a apreenderem os fenômenos que se passam de redor de nós, a fixarem na mente a imagem exata das coisas, a noção precisa dos fatos, eis a primeira missão da escola, e, entretanto, a mais completamente desprezada na economia dos processos rudimentares que vigoram em nosso país (Barbosa, 1981, p. 52).

<sup>208</sup> A observação aparece descrita em outubro de 1945. Documento depositado no AHMJA.

<sup>209</sup> Decreto Executivo nº 50, de 26 de abril de 1945. Documento depositado no AHMJA.

Tal encargo escolar pode ser comprovado através de registros escolares, onde a Inspetoria Escolar ainda prezava pela ordem, adestramento dos corpos e disciplina escolar. Em diversas atas de inspeção ou atas de exames finais há a descrição “[...] causou grande satisfação à comissão, a exposição de desenho e trabalhos manuais apresentados. A comissão examinadora, declara-se satisfeita, pela ordem, asseio, disciplina, dedicação e grande aproveitamento dos alunos”<sup>210</sup>. Outro exemplo pode ser encontrado na Ata de Exames Finais de 1945, da Escola Isolada Vitório Rech II:

A comissão declara-se satisfeita pela ordem, *disciplina*, asseio, dedicação e aproveitamento verificado em dito estabelecimento de ensino, bem como, pela exposição de desenhos e trabalhos manuais, e, lhes causado ótima impressão, resolve, deixar gravado nesta, um voto de louvor, a referida professora, empregados pela aplicação do ensino<sup>211</sup>.

Uma das indicações para estabelecer a ordem e disciplina escolar, estava em seguir as orientações do Programa de Ensino de 1936, através da disciplina de Instrução Moral. Tais instruções se relacionavam ao respeito, bondade, obediência, amor dos estudantes com os outros, onde o professor devia incitar o aluno a praticar boas ações. Talvez tais ensinamentos auxiliassem no desenvolvimento da ordem, disciplina e aproveitamento tanto almejado pela Inspetoria Escolar. Mas considerando o grande número de alunos, a falta de estrutura escolar e a falta de formação profissional, talvez o medo gerado pela punição fosse a prática pedagógica mais adequada para aquele momento. Pois, “Garantir a disciplina dos alunos era, ao que tudo indica, prova de competência docente” (Peres, 2000, p. 403). Conforme comenta a professora Guilhermina Lora Poloni Costa,

[...] muitas vezes achavam que eu me prejudicava com os castigos, mas aqueles que não cumprissem, que não se aplicasse no ensino, porque eu gostava de ver o aproveitamento da classe. Eu não gostava de estar explicando ali uma hora um problema, ou um ponto de História, ou um de Geografia, uma lição, afinal, ficar ali falando, falando, falando e o aluno não está atento. Ele está rabiscando, ou está olhando pro outro lado, não está prestando atenção. Aí eu chamava a atenção e, se ele não obedecesse, eu dava, dava castigo, mandava fazer dez linhas, ou uma página de caderno: ‘Devo prestar atenção’. Mandava escrever, dava tantas linhas de, de.... De castigo, dava bastante linhas de castigo. ‘Devo ser obediente’; ‘devo obedecer’, ‘devo fazer os temas’, se não faziam os temas. Muitos não faziam, não faziam tema, nem todos faziam, a maioria fazia, mas sempre, sempre tem um ou outro que não faz (Costa, 1991).

Mas é necessário levar em consideração que nem todas as crianças tinham o mesmo ritmo de aprendizagem, e que algumas apresentavam muitas dificuldades e naquele tempo não

<sup>210</sup> Ata de Encerramento do ano letivo de 1941, do dia 04 de dezembro de 1941 da Escola Isolada Visconde de Mauá. Documento depositado no AHMJSA

<sup>211</sup> Ata de Exames Finais do dia 10 de dezembro de 1945. Documento depositado no AHMJSA.

havia pesquisas e estudos sobre isso. Segundo a professora Dorotéia Rizzon Corte, na escola na localidade de Tuiuti ela

[...] tinha dois com muita dificuldade, que mal e mal aprenderam soletrar, mas, a gente naquele tempo não sabia se era excepcional. Então, os pais diziam que era cabeça dura. Mas, eu dizia, mas não pode ser, porque coitadinhos, eles tinham vontade, eles sentavam assim na mesa da professora, como é que faz isso aqui? Se via que a criança tinha vontade (Corte, década de 1980).

Conforme o relato da professora Dorotéia Rizzon Corte parece que sua atuação era um pouco diferenciada se comparada a outras docentes, talvez menos rígida e mais atualizada com os ideais da Escola Nova. Mesmo parecendo existir pouca visão educativa sob o ponto da Escola Nova nas escolas municipais de Caxias do Sul, a nova proposta foi conhecida na cidade através da Escola Complementar. As novas indicações educativas “eram discutidas nas aulas de didática e práticas escolares. Através da Escola Complementar, os professores tinham uma visão clara do funcionamento da ‘Escola Nova’ e de como a escola oportunizaria ao aluno a orientação para a vida” (Dalla Vecchia; Herédia; Ramos, 1998, p. 148). Mesmo que a professora Dorotéia não tenha frequentado a Escola Complementar de Caxias, existe a possibilidade de que tenha conhecido a nova proposta através dos cursos oportunizados pela Administração Municipal.

Mas é oportuno lembrar que conforme descrito no primeiro capítulo, não somente os professores deveriam seguir algumas normas indicativas da Inspeção Escolar, mas havia atribuições aos estudantes também, mesmo que tais orientações tenham surgido somente em 1945 através do Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais. O cumprimento das obrigações em consonância com outras regulamentações podiam estabelecer um bom relacionamento entre todas as partes envolvidas na comunidade escolar.

A MONTANHA  
(Humberto Gessinger)

*Nem tão longe que eu não possa ver  
Nem tão perto que eu possa tocar  
Nem tão longe que eu não possa crer que um dia chego lá  
Nem tão perto que eu possa acreditar que o dia já chegou*

*No alto da montanha, num arranha-céu  
No alto da montanha, num arranha-céu*

*Se eu pudesse ao menos te contar  
O que se enxerga lá do alto  
Com o céu aberto, limpo e claro ou com os olhos fechados  
Se eu pudesse ao menos te levar comigo lá*

*Pro alto da montanha, num arranha-céu  
Pro alto da montanha, num arranha-céu  
Sem final feliz ou infeliz, atores sem papel  
No alto da montanha, à toa, ao léu*

*Nem tão longe, impossível  
Nem tampouco lá... já, já*

*No alto da montanha, num arranha-céu  
No alto da montanha, num arranha-céu  
Sem final feliz ou infeliz, atores sem papel  
No alto da montanha, num arranha-céu*

## CONCLUSÕES

Enfim, após inúmeras citações, exemplos e explicações o enredo necessita estabelecer um fim. Não que este seja o fim do estudo, pois a qualquer momento novas informações podem aparecer no contexto e mudar toda a história. Mas “Que o dia já chegou”, como cita a epígrafe anterior, ou melhor se encaixando nesta dissertação, “Que a parte já chegou”, precisa ser descrita. Talvez por minhas interpretações e narrações nem todos os leitores possam ter visto “o que se enxergar lá do alto” ou quem sabe lá de baixo. Mas, escrever a história é algo surpreendente, pois não está “Nem tão longe que eu não possa ver” através dos registros, mas também “Nem tão perto que eu possa tocar”. Com isso, abaixo estão algumas das principais conclusões deste estudo, bem como algumas sugestões às futuras pesquisas sobre o tema.

O momento histórico do Estado Novo, mesmo sendo por muitas vezes autoritário, parece ter contribuído positivamente na organização administrativa do país, através de políticas na saúde, no trabalho e na educação. Mesmo sem legislações federais específicas para o ensino primário durante o período, a Administração Municipal de Caxias do Sul, que atuava somente neste nível de ensino, parece ter empregado alguns esforços para melhor organizar a educação municipal. A atuação e a ampliação do quadro de funcionários da Inspeção Escolar foi uma das medidas que contribuíram para tal melhora, bem como as diversas obras e construções de novas unidades escolares. Mas tal interesse pela melhora da instrução pública municipal, não estava somente ligada à atuação da Administração Municipal, pois a comunidade parecia também estar envolvida com o processo.

A ação da Inspeção Escolar estava mais dirigida ao auxílio aos professores, inspeção das atividades escolares e normatização de algumas práticas pedagógicas. Mesmo que por muitos momentos este órgão administrativo não estivesse tão próximo à realidade escolar, em virtude da distância entre as unidades escolares e a Prefeitura Municipal, a Inspeção Escolar também era um órgão de fiscalização da conduta dos profissionais da educação. Os professores deveriam seguir rigorosamente todas as instruções encaminhadas sob a pena de sofrer advertências ou repressões. Assim, a representação de competência profissional era manter uma turma disciplinada, com boa conduta, devidamente uniformizada e com bom aproveitamento escolar. Porém, parecia não ser considerada pela Inspeção Escolar, a falta de materiais pedagógicos, a falta de estrutura e a alta quantidade de alunos nas escolas. Na maioria das unidades escolares um único professor atuava nos quatro adiantamentos do ensino primário, como era o caso da maior parte das Escolas Isoladas, anteriormente chamadas de Aulas Municipais. Tal situação se diferenciava um pouco nos Grupos Escolares, onde os

quatro anos do ensino primário podiam ser divididos entre mais professores. O planejamento multisseriado, o grande número de alunos em sala de aula, a falta de estrutura escolar e a falta de material didático faziam parte da realidade escolar municipal daquela época.

Além da fiscalização rigorosa da Inspeção Escolar, os professores também pareciam ser vigiados pela comunidade escolar. Mas em contrapartida a isso, os professores eram considerados como referência de autoridade e eram muito prestigiados pela população da localidade. Talvez tal situação ocorria, pois os docentes eram os representantes vinculados à Administração Municipal mais próximos da comunidade, já que a maioria das unidades escolares estavam localizadas na zona rural do município.

Em virtude das escolas estarem localizadas principalmente na zona rural, tais unidades atendiam principalmente os filhos dos agricultores italianos ou descendentes de imigrantes italianos. Possivelmente, por atender tal clientela, os representantes dos ideais nacionalistas agiram de forma constante, mas sem grandes repressões se comparado às atuações nas regiões da imigração alemã no estado. Várias foram as maneiras de nacionalizar tal população que ainda cultivava ideais estrangeiros, como canções, linguagem, objetos, religião, tradições. Uma das medidas foi a forte presença da Instrução Cívica nas escolas, não somente relacionada ao canto do Hino Nacional, que aliás deveria ser entoado todos os dias da semana, mas através do incentivo ao orgulho pela Pátria. Além disso, o uso da língua estrangeira passou a ser proibido dentro dos recintos escolares, o militarismo passou a fazer parte das aulas de Educação Física e de apresentações cívicas, e foram emitidos pela Inspeção Escolar programas escolares especiais para as comemorações cívicas. As escolas municipais foram obrigadas a promover atividades especiais durante a Semana da Pátria, bem como participar da Parada Cívica. Além disso, as escolas também dispunham nas salas de aula materiais decorativos nacionalistas, como cartazes sobre o orgulho de ser brasileiro e a bandeira nacional. Outra forma de inculcar o nacionalismo na população foi nomear as escolas com termos associados às datas históricas, personagens históricos ou então ao presidente do país.

Houve de certa forma uma doutrinação tanto dos estudantes quanto dos professores em seguir tais medidas nacionalizadoras. Os pais dos estudantes pareciam compreender a nacionalização, já que incentivavam seus filhos em aprender a língua portuguesa, porém para eles os saberes mais necessários à vida dos estudantes eram o ler, escrever, contar e rezar. Todos estes conhecimentos somente seriam conquistados através de uma educação rígida, já que tanto na família quanto na escola as crianças deveriam apresentar boa conduta. Os pais recomendavam aos seus filhos terem respeito pelos docentes e permitiam o uso de castigos

pelo professor, caso a criança desobedecesse às ordens superiores. Talvez por tal autorização, alguns professores comentam que havia necessidade de utilizar castigos físicos nos alunos.

Parecia existir uma hierarquia de respeito, a Administração Municipal seguia ordens do Governo Federal, os professores eram orientados pela Inspeção Escolar e as crianças deveriam seguir rigorosamente as instruções dos pais e dos professores. Isso demonstra que o respeito pelos superiores eram gerados pelo medo de repressões. Na escola a criança era condicionada a manter um padrão de conduta senão sofreria punições. Um dos únicos, senão o único momento de descontração corporal escolar era a 'hora de reparação'. Mesmo que neste momento de recreio, as crianças pudessem descansar da tensão em manter o corpo adequado à conduta prevista, elas sempre estavam sob vigilância e possível intervenção de um professor.

As aulas de Educação Física que também poderiam possibilitar períodos de descontração corporal, através de jogos e brincadeiras, isso provavelmente não acontecia. De acordo com os registros, a Educação Física praticada pelos alunos das escolas municipais estava relacionada a movimentos especificamente ginásticos, ordenados e tecnicistas.

Enfim, a educação direcionada ao corpo infantil nas escolas municipais entre os anos de 1937 e 1945 parecia buscar a delimitação das atitudes corporais. O corpo era adestrado na escola e na família, para que mais tarde suas atitudes não prejudicassem o processo social.

Em futuras pesquisas sobre esta temática sugiro ampliar as fontes, além daquilo que foi aqui pesquisado. Assim, o ideal para chegar o mais próximo a realidade seria também considerar a opinião dos alunos, mas que aqui não foram utilizadas em virtude do pouco tempo estabelecido para a realização do estudo.

Por fim, após estas diversas considerações, o leitor também pode estabelecer suas próprias conclusões. Como pesquisadora e professora da Rede Municipal de Caxias do Sul, a todo instante faço comparações entre a realidade encontrada neste estudo com a minha vivência profissional. Quando as fontes comentam sobre o respeito que os pais e os alunos tinham sobre os professores, isso parece distanciar um pouco da realidade atual. Porém não considero que a violência seja uma solução para os tantos problemas escolares de hoje. Tanto o passado, quanto o presente apresentam seus pontos positivos e negativos, basta equilibrar os melhores fatores para se chegar a um possível ideal.

## REFERÊNCIAS

- ADAMI, João Spadari. **Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Tipografia do Abrigo de Menores São José, 1957.
- ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul (Educação): 1877 a 1967**. III Tomo – Edição Póstuma. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Gráfica da UCS, 1981.
- ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul**. [S.l., s.n.], [19--]. 1 v.
- ALBERTI, Verena. Fontes Orais: Histórias dentro da História. PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar.(org.) **Leis, Atos e Regulamentos sobre Educação no Período Imperial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Brasília: INEP, 2004.
- ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. Sobre relógios e tempo escolar: ritos, rituais e rotinas. In: SILVA, Vera Lucia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela (orgs). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)**. Florianópolis: Insular, 2012.
- BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. **O Novo e o Nacional em Revista: A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1945)**. 1994. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1994.
- BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Colônia Italiana: Religião e Costumes**. Porto Alegre: Grafosul, 1981.
- BATTISTEL, Arlindo Itacir; COSTA, Rovílio. **Assim vivem os italianos: religião, música, trabalho e lazer**. Porto Alegre: Editora da UCS, 1983.
- BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BERTASO, Henrique D´avila; LIMA, Mário de Almeida (org.) **Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Revista do Globo S. A., 1950.
- BERGOZZA, Roseli Maria. **Escola complementar de Caxias: histórias da primeira instituição pública para a formação de professores na cidade de Caxias do Sul (1930 –**

**1961).** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul. 2010.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BOSCATTO, Claudino Antonio. **Memórias de um neto de Imigrantes Italianos: pioneiros de Nova Trento**. Flores da Cunha: O Florense, 1994.

BRUHNS, Heloisa T. et al. **Conversando sobre o corpo**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2003.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus, 1988.

CASTELLANI FILHO, Lino. et. al. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CASTRO, Raquel Xavier de Souza; SILVA, Vera Lucia Gaspar. Cultura Material da Escola: entram em cena as carteiras. In: SILVA, Vera Lucia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela (orgs). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)**. Florianópolis: Insular, 2012.

CAXIAS DO SUL. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Vilas e bairros: a história contada pela comunidade**. Caxias do Sul, 1986.

CHARTIER, Roger. **A História ou a Leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CORSETTI, Berenice; KISTEMACHER, Dilmar; PADILHA, Alessandra Vieira. A Política Educacional no Rio Grande do Sul e a Questão da Nacionalização do Ensino (1930/1945). **História da Educação**, Pelotas. n. 3, p. 173-192, set/dez. 2007.

CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez, 1981.

DALLA VECCHIA, Marisa Formolo; HERÉDIA, Vânia Merlotti; RAMOS, Felisberta. **Retratos de um saber: 100 anos de história da rede municipal de ensino em Caxias do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1998.

DALL'ALBA, João Leonir. et al. **História do Povo de Ana Rech**. Caxias do Sul: Educ, 1987. 1 v.

DE LUCA, Tania Regina. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

EGGERT-STEINDEL, Gisela. A biblioteca da escola no ensino primário catarinense em meados do século XX: um espaço de sociabilidades. In: SILVA, Vera Lucia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela (orgs). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)**. Florianópolis: Insular, 2012.

FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. **Revista Brasileira de Educação**. [S.l.] v. 11, n. 32. mai/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a11v11n32.pdf> Acesso em 20 jun. 2012.

FARIA FILHO, Luciano Medes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA, FILHO, Luciano Mendes (org.). **Educação, Modernidade e Civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Ensino da escrita e escolarização dos corpos: uma perspectiva histórica. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). **Modos de ler/formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. [S.l.] n. 14. mai./jun./jul./ago. 2000. Disponível em: [http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14\\_04\\_luciano\\_mendes\\_e\\_diana\\_goncalves.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14_04_luciano_mendes_e_diana_goncalves.pdf) Acesso em: 25 set. 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 10. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FIGUEIREDO, Adiel Tito de. **O Estado Novo e a Educação no Maranhão (1937- 1945)**. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

FONSECA, Gerard Maurício Martins. **De la gimnástica a la deportivización: La Historia de la Educación Física en las escuelas municipales de Caxias do Sul- Brasil**. 2010. Tese (Doutorado) - Facultad de Formación de Profesorado y Educación. Departamento de Educación Física, Deporte y Motricidade Humana, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, Espanha. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (coord.). **Usos & Abusos da História Oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GALLARDO, Jorge. et al. **Educação Física: contribuições à formação profissional**. 2. ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. “A palmatória era sua vara de condão”: práticas escolares cotidianas (1890-1920). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). **Modos de ler/formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. **Colônia Caxias Origens**. Porto Alegre: Edições Est, 1993.

GIL, Natália; CALDEIRA, Sandra. Escola Isolada e Grupo Escolar: a variação das categorias estatísticas no discurso oficial do governo brasileiro e de Minas Gerais. **Estatística e Sociedade**. Porto Alegre, n. 1, nov. 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/estatisticaesociedade/article/view/24543> Acesso em: 10 jun. 2012.

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul: evolução histórica**. Porto Alegre: Grafosul, 1977.

GIRON, Loraine Slomp. Caxias Centenária. In: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do. **Caxias Centenária**. Caxias do Sul: Educs, 2010.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Sentir, Pensar e Agir: Corporeidade e Educação**. Campinas: Papirus, 2001.

GONÇALVES, Rita de Cássia. A Arquitetura como uma dimensão material das culturas escolares. In: SILVA, Vera Lucia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela (orgs). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)**. Florianópolis: Insular, 2012.

GONDRA, José G. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. Apontamentos para uma História Econômica de Caxias do Sul: de Colônia a Município. **Cadernos de Pesquisa**. Caxias do Sul, v. 2, n. 2, p. 33-58, dez. 1993.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. **Memória e identidade: CIC**. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2007.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. **Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana**. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

HORTA, José Silvério Baia. A Política Educacional do Estado Novo. In: SAVIANI, Demerval (org.). **Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010a.

HORTA, José Silvério Baia. Gustavo Capanema (Coleção Educadores –MEC). Recife: Editora Massangana, 2010b.

KINCHESCKI, Ana Paula de Souza; NEVES, Tainara Lemos das. **Objetos da escola e preceitos higienistas: condutas no Grupo Escolar Lauro Müller.** In: SILVA, Vera Lucia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela (orgs). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX).** Florianópolis: Insular, 2012.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História.** São Paulo: Ática, 1989.

KREUTZ, Lúcio. A Escola Teuto-Brasileira Católica e a Nacionalização do Ensino. In: MÜLLER, Telmo Lauro. **Nacionalização e Imigração Alemã.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

KREUTZ, Lúcio. A Educação de Imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.) **500 anos de educação no Brasil.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas no Brasil e a formação do estado nacional: a nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945). **Poesis.** Tubarão, v. 03, n. 5, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poesis/article/view/527/527> Acesso em: 20 jul. 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **História, educação e sociedade no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Educação e Realidade, 1986.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e Antiprendas: uma escola de mulheres.** Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1987.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS – 1875 a 1930: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita.** 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2007.

MARCON, Mônica D'Andréa. **Aspectos Históricos do uso dos uniformes escolares: reflexões no campo da educação e da moda (1940-2000 Caxias do Sul).** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul. 2010.

MARINHO, Inezil Penna. **Historia da Educação Física no Brasil (exposição- bibliografia – legislação).** São Paulo: Cia. Brasil Editora, [19--].

MARINHO, Inezil Penna. **História Geral da Educação Física.** São Paulo: Cia Brasil Editora, 1980.

MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. **Como escrever a história da sua cidade.** Belo Horizonte: ICAM, 2006.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**. Bauru, v. 12, n. 1, jan./abr./ 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v12n1/08.pdf> Acesso em: 18 jul de 2011.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

MOSKO, Jackson F.; CAPRARO, André M.; MOSKO, José C. O Estado Novo (1937-1945) e a Educação Física: doutrinando corpos no exercício do poder. **Revista Digital**, Buenos Aires, n. 143, abril. 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd143/o-estado-novo-1937-1945-e-a-educacao-fisica.htm> Acesso em: 28 mai. 2012.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (org.). **Educação do corpo na escola brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2006.

PAGANI, Marcos Fernando. **Nacionalismo na região colonial italiana**. Caxias do Sul: Maneco, 2005.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes de. **Sobre o pensamento médico-higienista oitocentista e a escolarização: condições de possibilidade para o engendramento do campo da Educação Física no Brasil**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2003.

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2009.

PERES, Eliane Teresinha. **Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir a escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909-1959)**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre, 1984.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PETRY, Marília Gabriela. Museu escolar: o que dizem os inventários (Santa Catarina/1941-1942). In: SILVA, Vera Lucia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela (orgs). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)**. Florianópolis: Insular, 2012.

POZENATO, José Clemente. **Processos Culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural**. Caxias do Sul: Educs, 2003.

RIBEIRO, Ivanir; SOUZA, Luani de Liz. Corpos Escolares, leitura de imagens: o uniforme escolar na Escola Técnica Federal de Santa Catarina – 1964 a 1985. In: SILVA, Vera Lucia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela (orgs). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)**. Florianópolis: Insular, 2012.

RODRIGUES, Jimmy. **Anotações de história de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

ROGO, Margareth; GIMENES, Renato A. de Oliveira (org.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: UNICAMP, 2000.

ROMERO, Elaine. Do Corpo Docilizado na *Aufklärung* ao Corpo Generificado no Século XXI. In: DANTAS, Estélio Henrique Martin (org.). **Pensando o Corpo e o Movimento**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SCHNEIDER, Omar. **Educação Physica: a Arqueologia de um impresso**. Vitória: Edufes, 2010.

SILVA, Marinete dos Santos. **A Educação Brasileira no Estado Novo (1937- 1945)**. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela (orgs.). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)**. Florianópolis: Insular, 2012.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1994.

SOARES, Carmen Lúcia. Prefácio. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (org.). **Educação do corpo na escola brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2006.

TESSARI, João Antônio. **Memórias**. Caxias do Sul: [s.n], 1994.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura Escolar, Cultivo de Corpos: educação *physica* e *gymnastica* como práticas construtivas de corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte – 1897-1920**. 1999. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

VAGO, Tarcísio Mauro. Fontes para a História da Educação: notas de um percurso de pesquisa. In: MORAIS, Christianni Cardoso; PORTES, Écio Antônio; ARRUDA, Maria Aparecida. **História da Educação: ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VAGO, Tarcísio Mauro. Sobre a produção da Educação Física como disciplina escolar: apontamentos. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleomara Maria (org.). **História das Culturas Escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VENTURIN, Teresinha. A igreja construindo sua identidade na colonização italiana do RS. In: XIV Simpósio de História da Imigração e Colonização – Colonização e Imigração no contexto das comemorações dos 500 anos: os imigrantes descobrem o Brasil, São Leopoldo. **Anais**. 2009.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. Culturas e práticas escolares. In: VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas Escolares: Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)**. Campinas: Autores Associados, 2005.

WERLE, Flávia. Constituição do Ministério da Educação e articulações entre os níveis federal, estadual e municipal da educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 3 v.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; COLAU, Cinthia Merlo. Espaço Escolar e História das Instituições Escolares. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 7, n. 22, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php> Acesso em: 15 jun. 2012.

ZAGO, Nadir. **O professor unidocente na área rural: um estudo de caso**. Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Estudos Avançados em Educação. Departamento de Psicologia da Educação. Dissertação. Rio de Janeiro, 1980.

ZAGONEL, Carlos Albino. **Igreja e Imigração Italiana**. Porto Alegre: Sulina, 1975.

## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm) Acesso em: 20 jun. 2012.

Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Disponível para consulta em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf> . Acesso em: 13 set. 2012.

Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854. Disponível para consulta em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/3\\_Imperio/artigo\\_004.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_004.html) Acesso em: 09 set. 2012.

Decreto nº 14.784, de 27 de abril de 1921. Disponível para consulta em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14784-27-abril-1921-511224-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 23 set. 2012.

Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Disponível para consulta em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decret0-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 15 nov. 2012.

Decreto-lei nº 383, 18 de abril de 1938. Disponível para consulta em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 08 set. 2012.

Decreto-lei nº 406, de 04 de maio de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 08 set. 2012.

Decreto-lei nº 421, de 11 de maio de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-421-11-maio-1938-350759-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 20 ago. 2012.

Decreto-lei nº 868, de 18 de novembro de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-868-18-novembro-1938-350829-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 25 ago. 2012.

Decreto-lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939. Disponível para consulta em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1212-17-abril-1939-349332-norma-pe.html> . Acesso em: 25 set. 2012.

Decreto-lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 08 set. 2012.

Decreto-lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4958-14-novembro-1942-414976-norma-pe.html> . Acesso em 20 ago. 2012.

Decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 25 ago. 2012.

Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-norma-pe.html> . Acesso em: 25 ago. 2012.

Definição de Positivismo. Disponível em: [www.suapesquisa.com/o\\_que\\_e/positivismo.htm](http://www.suapesquisa.com/o_que_e/positivismo.htm) Acesso em 02 nov. 2012.

Documentos do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/EstadoNovoFascismo> Acesso em: 02 nov 2012.

Documento do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/NegociacaoAlinhamento> . Acesso em: 02 nov 2012.

Documento do CPDOC/FGV. Disponível para consulta em: <http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoPioneiros> . Acesso em: 02 nov. 2012.

FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. **Revista Brasileira de Educação**. [S.l.] v. 11, n. 32. mai/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a11v11n32.pdf> Acesso em 20 jun. 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. [S.l.] n. 14. mai./jun./jul./ago. 2000. Disponível em: [http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14\\_04\\_luciano\\_mendes\\_e\\_diana\\_goncalves.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14_04_luciano_mendes_e_diana_goncalves.pdf) Acesso em: 25 set. 2012.

GESSINGER, Humberto. Música Além da Máscara. Disponível em: <http://www.poucavogal.com.br/musicas/letras/01.htm> Acesso em: 19 nov. 2012.

GESSINGER, Humberto. Música A Montanha. Disponível em: [http://www2.uol.com.br/engenheirosdohawaii/discos/letras/17\\_04.htm](http://www2.uol.com.br/engenheirosdohawaii/discos/letras/17_04.htm) Acesso em 19 nov. 2012.

GESSINGER, Humberto. Música Somos quem podemos ser. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/engenheirosdohawaii/discos/letras/somos10000.htm> Acesso em 19 nov. 2012.

GESSINGER, Humberto. et al. Música Quebra-cabeça. Disponível em: [http://www2.uol.com.br/engenheirosdohawaii/discos/letras/17\\_05.htm](http://www2.uol.com.br/engenheirosdohawaii/discos/letras/17_05.htm) Acesso em 19 nov. 2012.

GIL, Natália; CALDEIRA, Sandra. Escola Isolada e Grupo Escolar: a variação das categorias estatísticas no discurso oficial do governo brasileiro e de Minas Gerais. **Estatística e**

**Sociedade.** Porto Alegre, n. 1, nov. 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/estatisticaesociedade/article/view/24543> Acesso em: 10 jun. 2012.

Jornal A Época, nº 23, de 05 de março de 1939. Disponível em: <http://liquid.caxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=22798&p=0> Acesso em: 09 set. 2012.

Jornal A Época, nº 50, de 10 de setembro de 1939. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=22827&p=0>. Acesso em: 15 nov. 2012.

Jornal A Época, nº 96, de 7 de setembro de 1940. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=22874&p=0>. Acesso em: 15 set. 2012.

Jornal O *Brazil*, nº 69 de 01 de junho de 1910. Disponível em: <http://liquid.camara.caxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=25367&p=0>. Acesso em: 24 out. 2012.

Jornal O Momento, nº 266, de 11 de abril de 1938. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=24663&p=0>. Acesso em: 07 set. 2012.

Jornal O Momento, nº 288, de 12 de setembro de 1938. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=24685&p=0>. Acesso em: 10 set. 2012.

KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas no Brasil e a formação do estado nacional: a nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945). **Poésis**. Tubarão, v. 03, n. 5, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poesis/article/view/527/527> Acesso em: 20 jul. 2012.

Lei nº 378, de 13 de Janeiro de 1937. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/l0378.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm) Acesso em: 03 set. 2012.

Lei Orgânica do Ensino Comercial, Decreto-lei nº 6141 de 28 de dezembro de 1943. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 20 ago. 2012.

Lei Orgânica do Ensino Industrial, decreto-lei nº 4073 de 30 de janeiro de 1942. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br/legislacao/126678/decreto-lei-4073-42](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126678/decreto-lei-4073-42). Acesso em: 20 ago. 2012.

Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto-lei nº 4244, de 09 de abril de 1943. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 20 ago. 2012.

Lei Orgânica do Município de Caxias de 1936. Documento disponível para consulta em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=18721&p=0> . Acesso em: 07 set. 2012.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**. Bauru, v. 12, n. 1, jan./abr./ 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v12n1/08.pdf> Acesso em: 18 jul de 2011.

MOSKO, Jackson F.; CAPRARO, André M.; MOSKO, José C. O Estado Novo (1937-1945) e a Educação Física: doutrinando corpos no exercício do poder. **Revista Digital**, Buenos Aires, n. 143, abril. 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd143/o-estado-novo-1937-1945-e-a-educacao-fisica.htm> Acesso em: 28 mai. 2012.

Prefeitura Municipal de São Marcos. Disponível em: <http://www.saomarcos-rs.com.br/?ir=historia>. Acesso em 24 out. 2012.

Programa ECIRS/UCS. Disponível para consulta em: [www.ucs.br/site/instituto-memoria-historica-e-cultural/ecirs/](http://www.ucs.br/site/instituto-memoria-historica-e-cultural/ecirs/) Acesso em 25 out. 2012.

SCHIAVO, Luiz. RICARDO; Paulo. Música Rádio Pirata. Disponível em: <http://letras.mus.br/rpm/64786> Acesso em: 19 nov. 2012.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; COLAU, Cinthia Merlo. Espaço Escolar e História das Instituições Escolares. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 7, n. 22, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php> Acesso em: 15 jun. 2012.

## REFERÊNCIAS DO ACERVO DO AHMJSA

Circular nº 01, de 10 de fevereiro de 1940.  
 Circular nº 01, de 07 de maio de 1941.  
 Circular nº 02, de 08 de março de 1940.  
 Circular nº 02, de 05 de junho de 1941.  
 Circular nº 03, de 04 de julho de 1941.  
 Circular nº 04, de 10 de outubro de 1941.  
 Circular nº 06, de 30 de abril de 1942.  
 Circular nº 07, de 24 de junho de 1942.  
 Circular nº 08, de 12 de outubro de 1942.  
 Circular nº 11, de 08 de abril de 1943.  
 Circular nº 12, de 11 de junho de 1943.  
 Circular nº 15, de 12 de outubro de 1943.  
 Circular nº 14, de 10 de agosto de 1943.  
 Circular nº 17, de 18 de agosto de 1944.  
 Circular nº 18, de 16 de outubro de 1944.  
 Circular nº 21, de 24 de agosto de 1945.  
 Circular nº 22, de 22 de outubro de 1945.

Correspondência de Concurso de Suficiência para o Ingresso ao Magistério Municipal, de 29 de outubro de 1945.

Fichas de Registro de Professores Municipais.

Folha avulsa com os Dados referentes ao Município de Caxias (Habitantes) de 1938.

Documentos das seguintes escolas:

Aula Municipal da Linha Santo Antônio/ Escola Isolada Alberto Torres.  
 Escola Isolada 13 de Maio .  
 Escola Isolada 15 de Novembro/Escola Isolada Farroupilha.  
 Escola Isolada Abramo Pezzi.  
 Escola Isolada Batalha dos Guararapes.  
 Escola Isolada Bento Gonçalves da Silva.  
 Escola Isolada Campos Sales.  
 Escola Isolada Clara Camarão.  
 Escola Isolada Dezenove de Abril.  
 Escola Isolada Diogo Feijó.  
 Escola Isolada Dom Sebastião Leme.  
 Escola Isolada Felipe dos Santos.  
 Escola Isolada Franklin Roosevelt.  
 Escola Isolada Gonçalves Dias.  
 Escola Isolada José de Alencar.  
 Escola Isolada Lobo da Costa.  
 Escola Isolada Luiz Covolan .  
 Escola Isolada Marechal Floriano Peixoto.  
 Escola Isolada Monges Camaldulenses/ Escola Isolada Rocha Pombo.  
 Escola Isolada Osvaldo Cruz.  
 Escola Isolada Padre José de Anchieta/ Escola Municipal Firmino Ferronato.  
 Escola Isolada Pinheiro Machado.

Escola Isolada Princesa Isabel.  
 Escola Isolada Rafael Pinto Bandeira.  
 Escola Isolada Rui Barbosa.  
 Escola Isolada São João Batista.  
 Escola Isolada Vinte e Um de Abril  
 Escola Isolada Visconde de Cairú.  
 Escola Isolada Visconde de Mauá.  
 Escola Isolada Visconde de Ouro Preto  
 Escola Isolada Vitório Rech II.  
 Grupo Escolar Carlos Gomes/ Grupo Escolar São Romédio  
 Grupo Escolar José Bonifácio/ Grupo Escolar Nossa Senhora do Pedancino

Entrevistas e depoimentos do Banco de Memória:

Alice Bottini.  
 Alice Gasperim.  
 Estra Boff Tessari.  
 Ester Justina Troian Benvenuti.  
 Guilhermina Lora Poloni Costa.

Fotos:

Grupo Escolar Municipal Carlos Gomes - comemoração cívica  
 Grupo Escolar Municipal - hora do recreio  
 Grupo Escolar Municipal de Fazenda Souza - inauguração

Jornais:

A Época  
 O *Brazil*  
 O Momento

Mapa organizado em observância ao Decreto-Lei Nacional nº 311, de 2 de março de 1938.  
 Mapa mandado organizar pelo Dr. Dante Marcucci em 1939.

Programa de Ensino para as Escolas Municipais. Decreto nº 43, de 22 de novembro de 1943.

*Programma Official* para o Ensino nas Escolas *Rurales* do *Municipio* de Caxias. Decreto nº 08, de 24 de abril de 1936.

Portaria nº 612, de 02 de maio de 1941.

Portaria nº 1208, de 30 de setembro de 1944.

Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais. Decreto nº 50, de 26 de abril de 1945.

Relatório da Comissão Examinadora, de 30 de dezembro de 1938.

Sinopse Estatística do Município de Caxias do Sul. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950.

**REFERÊNCIAS DO ACERVO DO PROGRAMA ECIRS/UCS**

Entrevistas de:

Dorotéia Corte Rizzon.

Ida Menegotto Poletto.

Isolina Rossi.

Liduvina Sirtolli Tissot.

Marina Bridi Moretto.

Olga Tonolli Sevilla.

Vanda Lide Shcumacher Soldatelli.

Verônica Candiago Bortolon.

## REFERÊNCIAS DE ACERVOS PESSOAIS

Acervo Pessoal de Isolde Maria Pedron Benedetti:

Decreto, de 13 de março de 1945.

Portaria nº 1.264, de 13 de março de 1945.

Portaria nº 1.008, de 1º de julho de 1943.

Imagens:

Lembrança de Final de Ano.

Inauguração do novo prédio do Grupo Escolar São Romédio.

Aula de Educação Física do Grupo Escolar Carlos Gomes.

Acervo Pessoal de Maria Rosenei Gonçalves Rodrigues:

LIMA, A. G. Manuscrito Brasileiro. 11. Ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

Acervo Pessoal de Terciane Ângela Luchese:

Resumo dos trabalhos mais importantes realizados durante o 1º Semestre de 1938. Apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Miguel Tostes, D.d. Secretário do Interior pelo Prefeito Municipal de Caxias.

## REFERÊNCIAS DE ACERVOS DAS ESCOLAS COMPLEMENTARES

Escola Complementar da Caxias:

Livro de Atas da Entrega dos Diplomas às alunas que concluíram o Curso da Escola Complementar de Caxias (1932-1945), depositado no acervo no Instituto Estadual de Educação Cristóvão de Mendonza.

Escola Complementar do Colégio São José:

Livro de Ata de conclusão de curso e formaturas (1936-1941) da Escola Complementar do Colégio São José, depositado no acervo do Colégio São José.

Folha avulsa: Síntese Histórica da Escola São José – Caxias do Sul depositada no Colégio São José na cidade de Caxias do Sul.